Roberto Leiser Baronas
Neila Barbosa de Oliveira Bornemann
Criseida Rowena Zambotto de Lima
Terezinha Ferreira de Almeida
Andréia Melo
(Organização)

Lambadão discursivo:
Estudos de discursividades no Mato Grosso

Letraria

Lambadão discursivo:
Estudos de discursividades no Mato Grosso

Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem
PPGEL
INSTITUTO DE LINGUAGENS

LEEDIM
Laboratório de estudos epistemológicos e discursividades multimodais

ROBERTO LEISER BARONAS
NEILA BARBOSA DE OLIVEIRA BORNEMANN
CRISEIDA ROWENA ZAMBOTTO DE LIMA
TEREZINHA FERREIRA DE ALMEIDA
E ANDRÉIA MELO
(ORGANIZAÇÃO)

LAMBADÃO DISCURSIVO:
ESTUDOS DE DISCURSIVIDADES NO MATO GROSSO

LETRARIA
ARARAQUARA, 2018

LAMBADÃO DISCURSIVO: ESTUDOS DE DISCURSIVIDADES NO MATO GROSSO

PROJETO EDITORIAL
Letraria

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Letraria

CAPA
Letraria

REVISÃO
Letraria

BARONAS, Roberto Leiser; BORNEMANN, Neila Barbosa de Oliveira; LIMA, Criseida Rowena Zambotto de; ALMEIDA, Terezinha Ferreira; MELO, Andréia. (Org.). **Lambadão discursivo:** estudos de discursividades no Mato Grosso. Araraquara: Letraria, 2018.

ISBN: 978-85-69395-27-0

1. Discurso; 2. História; 3. Libras; 4. Interpretação; 5. Mídia.

CONSELHO EDITORIAL

Pedro Navarro (UEM)
Suzy Lagazzi (UNICAMP)
Taisir Mahmudo Karim (UNEMAT)

Tua terra tem palmeiras
- Babaçu para exportar...
Só não tem, Gonçalves Dias,
muito fácil sabiá.
Retirantes, com o Povo,
cantarão noutro lugar?
Foi-se tanto maranhense
[gaúcho, paranaense, catarinense ...]
para os campos do Goiás [e do MT]
- na ambição de plantar roça,
na ilusão de colher Paz -,
que as palmeiras que cantavam
não têm mais o que cantar.

Pedro Casaldáliga em Recado
a Gonçalves Dias, 1982.

À MARIA INÊS PAGLIARINI COX
com muito afeto

SUMÁRIO

PREFÁCIO: DA NECESSIDADE PREMENTE DE SE FALAR DOS ACONTECIMENTOS.....10
Roberto Leiser Baronas

GOLPE *VERSUS* IMPEACHMENT: A POLÊMICA DISCURSIVA ACERCA DO PROCESSO DE DILMA ROUSSEF.....13
Neila Barbosa de Oliveira Bornemann

AVANÇANDO FRONTEIRAS – ENTRE A LINGUAGEM, A HISTÓRIA E O DISCURSO..... 28
Déborah Pimenta Martins

O FUNCIONAMENTO DA CATEGORIA DE *ETHOS* SEMIOTIZADO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE MARCELA TEMER.....43
Criseida Rowena Zambotto de Lima e Alex Feitosa Oliveira

DESIGNAÇÃO, ESPAÇO DE ENUNCIAÇÃO E O POLÍTICO EM NOMES DE LOJAS 57
Alinee Santos

SIMULACRO DE DISCURSOS OUTROS NAS CHARGES.....65
Domingos Pinto de França

POLÍTICA DO SILÊNCIO, UM CRIME SEXUAL DOS ANOS 40 EM CUIABÁ.....74
Mayara Laet Moreira

OS EFEITOS DE SENTIDOS EM UM ANÚNCIO PUBLICITÁRIO 85
Rute Almeida e Silva

DISCURSO CIENTÍFICO *X* DISCURSO BÍBLICO: “OS DEZ MANDAMENTOS – A VERDADEIRA HISTÓRIA DE MOISÉS”.....95
Sandra Leite dos Santos e Elenildes da Silva Santos

#SURDOSEXISTEM 106
Jubileia Mendes de Matos Coelho

"SURDO-MUDO, APAGUE ESTA IDEIA!": PROCESSOS DE DESIGNAÇÃO DE PESSOAS SURDAS 117
Marta Maria Covezzi e Márcia de Moura Gonçalves-Penna

NÓS *X* ELES: O DISCURSO PRODUZIDO PELOS MORADORES DO LADO DE *LÁ* DA BR 163 DO MUNICÍPIO DE SORRISO 128
Terezinha Ferreira de Almeida, Andréia Melo e Roberto Leiser Baronas

ESTEREÓTIPOS: MENORES INFRATORES, ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE 142
Jussivania Pereira

SIMULACROS PRODUZIDOS ACERCA DA SURDEZ.....151
Fábio Vieira de Souza Junior e Rodney Mendes de Arruda

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DE LEITURA DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE CUIABÁ 161
Edsônia de Souza Oliveira Melo

AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM): CHARGE, CARTUM, TIRAS, TIRINHAS OU QUADRINHOS? 170
Marlene Machado da Cruz

RACISMO E REPRESENT(AÇÃO) SÓCIO-DISCURSIVA: DIÁLOGO(S) EM UM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES(AS) DE LÍNGUA INGLESA.....184
Marta Gresechen Paiter Luzia de Souza

O FUNCIONAMENTO DO SILÊNCIO NO EMBATE ENTRE DISCURSO GRAMATICAL E DISCURSO LINGUÍSTICO EM MATERIAIS DIDÁTICOS: UM CASO EXEMPLAR 212
Sonia Renata Rodrigues

A CENA DA ENUNCIAÇÃO E O *ETHOS* EM UMA CARTA MANUSCRITA DO SÉCULO XVIII.....227
Antônio Fábio Carvalho, Camila Lemos de Almeida e Michele Barth Maggi

NEGRA FLOR UM CANTO (*INSUR*)DIVERGENTE: ANÁLISE À BRASILEIRA DAS POÉTICAS DO SER DE UMA MULHER 240
Claudio Alves Benassi e Simone de Jesus Padilha

ESTUDO FILOLÓGICO E DISCURSIVO EM DOCUMENTO SETECENTISTA 254
Elias Aves de Andrade e Juliana Lima Façanha

A CAÇA DISCURSIVA ÀS BRUXAS: UMA ANÁLISE DE TRECHOS DO *DIRECTORIUM INQUISITORUM* (1376) DE NICOLAU EYMERICH 264
Larissa Oliveira Gregório

O SILÊNCIO EM *MADAME BOVARY*, DE GUSTAVE FLAUBERT 273
Rosana Arruda de Souza

PREFÁCIO: DA NECESSIDADE PREMENTE DE SE FALAR DOS ACONTECIMENTOS

> Hoje, o tempo avança a grandes passos. O acontecimento histórico; esquecido numa noite cintila a partir do dia seguinte com o orvalho do novo e não é mais, portanto, um pano de fundo no relato do narrador, mas sim uma surpreendente aventura que se desenrola no segundo plano da banalidade, demasiadamente familiar, da vida particular. Não existe um só acontecimento histórico que se possa supor que seja conhecido de todos, é preciso falar de acontecimentos que se passaram há alguns anos como se tivessem mil anos de idade.
>
> Milan Kundera em *O livro do riso e do esquecimento*

Inicio esta apresentação um pouco ao estilo Slavoj Žižek, que não tem nenhum tipo de preconceito acadêmico-científico em mobilizar os mais diferentes tipos de saberes na formulação das suas teorias, seus conceitos[1], rememorando uma pequena narrativa, que tem jeito de anedota, mas trata-se de uma história verdadeiramente sucedida.

O ex-governador de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, sempre teve a fama de ser um grande orador: uma espécie de Górgias da Cuiabania. Para além de toda a sua militância junto ao MR-8 e ao MDB contra a ditadura militar brasileira, talvez venha dessa sua excelente performance verbal uma das razões para ter sido escolhido o autor, em 1984, da Emenda Constitucional, que ficou conhecida como "Diretas-Já".

No intuito de colocar à prova a capacidade oratória do então governador Dante de Oliveira, um repórter, de uma pequena rádio, de uma cidade do interior de Mato Grosso, que à época era do partido dos Campos, em uma das inúmeras visitas que Dante fez àquela cidade, para inaugurar mais alguns poucos metros de asfalto, que seu governo realizara em uma rodovia estadual, ligando uma cidade à outra, bradou nos microfones de sua rádio que ao entrevistar Dante, durante a inauguração do trecho de asfalto, colocaria por terra a fama do então primeiro mandatário de Mato Grosso como excelente orador. Disse o repórter:

- Hoje, Dante não escapa; vou mostrar que sua fama de orador não resiste a uma pergunta bem formulada.

E lá se foi o repórter municiado com seu pequeno gravador de áudio a interpelar o governador. Chegando ao local da inauguração, o repórter falou com os seguranças,

---

1 O livro de Zizek que exemplifica de forma lapidar o seu não preconceito em mobilizar diferentes saberes na formulação de suas teorias, conceitos é o *Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito*, lançado no Brasil em 2017. Nesse livro, organizado em capítulos que retomam a cenografia de uma viagem por diferentes estações de trem, Slavoj discute a noção de acontecimento - "noção anfíbia com mais de 50 tons de cinza" - partindo de Jesus Cristo ao Gangnam Style, passando por Deleuze, Hegel e Platão, Kafka e Agatha Christie, cinema de arte, Big Bang e budismo.

mostrando a sua credencial de representante da imprensa e, estes quase prontamente, não sem antes submeter-lhe a uma constrangedora revista, o encaminharam para o Staff do governador, que por sua vez, após indagarem sobre o tipo de pergunta a ser feita, o levaram até Dante.

Com um semblante parecido ao do Coyote tentando pegar o Papaléguas, faltando pouco para a sua saliva escorrer entre os lábios, lá se foi o repórter em direção a Dante. Tão logo chegou próximo ao Governador, sem se apresentar e mal cumprimentando o executivo mato-grossense, o repórter disparou:

- Governador, o Senhor, que diz primar pela ética na política, não acha que é, no mínimo, um desperdício de recurso público estar aqui na nossa cidade pela sexta vez em quatro anos, com toda a sua comitiva de governo para inaugurar 1.500 metros de asfalto? O custo das suas vindas com avião, hotel, restaurante, seguranças, diárias... não é bem mais alto do que o Estado pagou para os poucos quilômetros de asfalto já concluídos?

O governador, como o algoz diante do acusado, acariciou a sua característica barba negra, matizada com fios brancos, deu uma pequena ajeitada em seus redondos óculos, olhou dentro dos olhos do repórter e sentenciou:

- Meu caro repórter, se você olhar por este ângulo míope, restrito, você tem razão. No entanto, temos de olhar as coisas de uma forma mais holística, mais inteligente. Nesse sentido, considerando que o Brasil tem mais de 500 anos e ao longo desse período não foi feito aqui nenhum centímetro de asfalto e, eu em apenas pouco mais de quatro anos, já fiz mais de 1.500 metros, o custo-benefício das nossas vindas é ínfimo em relação à quantidade de asfalto realizada e ao tempo despendido para tal.

Depois dessa resposta, o repórter fez mais algumas perguntas protocolares, mas a sua avidez de Coyote arrefeceu e ele ficou mais para o semblante do Dick Vigarista, diante de mais um fracasso na tentativa de vencer a Corrida Maluca.

Essa pequena história ocorrida em Mato Grosso, no final dos anos noventa, do século passado, no início do segundo mandato de Dante, para além de mostrar a astúcia argumentativa de Dante de Oliveira, que se utilizou daquilo que Jean-Jacques Courtine chama de "O Mentir Verdadeiro", no livro atribuído a Jonathan Swift, *A Arte da Mentira Política*, nos mostra também e, sobretudo, aquilo que sabiamente Pêcheux (1997, p. 53) nos ensinou acerca da Análise do Discurso, pois que:

> Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação.

O que Pêcheux (1997) nos instiga é mostrar que o discurso enquanto objeto teórico e também analítico é a possibilidade mesmo da interpretação e que os sentidos podem ser outros.

É justamente de discurso que trata o presente *e-book*, *Lambadão*[2] *discursivo: estudos de discursividades no Mato Grosso*. Cumpre destacar que, neste livro, *discurso* é entendido em seu sentido amplo, uma vez que busca contemplar as mais diferentes abordagens teórico-metodológicas.

Neste *e-book* estão reunidos 22 textos produzidos, em sua grande maioria, por jovens pesquisadores(as) ligados(as) em nível de mestrado e doutorado ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem – PPGEL da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Trata-se de trabalhos de final de curso, realizados por ocasião do oferecimento da disciplina *Estudos discursivos à brasileira: introdução e estado da arte*, ministrada no segundo semestre de 2016. Essa disciplina teve como objetivo primeiro apresentar algumas das teorias discursivas produzidas por pesquisadores brasileiros ao longo dos últimos anos. Nos trabalhos, são tomados os mais diferentes objetos de estudo que vão da análise discursiva de charges até a análise dialógica da obra musical *Negra Flor* da cantora mato-grossense Gê Lacerda.

A presente publicação, para além de contribuir para o debate acerca da necessidade do reconhecimento da pluralidade dos estudos do discurso, tem três objetivos bem claros: colocar os trabalhos produzidos pelos(as) jovens pesquisadores(as) do Mato Grosso em diálogo com outros trabalhos; mostrar que pequenos acontecimentos históricos como oferecimento de uma disciplina e os trabalhos a partir dela derivados merecem ser tornados história e não postados *no segundo plano da banalidade* estatística nas/das páginas labirínticas dos Programas de Pós-graduação e/ou na/da Plataforma Sucupira e, por último, mas tão importante quanto os dois primeiros, prestar uma justíssima homenagem à Precursora dos Estudos Discursivos em Mato Grosso, a Profa. Dra. Maria Inês Pagliarini Cox, dedicando a ela este *e-book*.

Fica aqui registrado o nosso vivo agradecimento inicialmente a Tamires Bonani Conti, que fez a primeira organização deste material, à Editora Letraria, que acreditou no nosso projeto, e a todas as vozes, que esgarçando as fronteiras de Mato Grosso, sem que para isso fosse preciso perder as suas identidades, nos ajudaram a tecer essa polifônica obra.

Roberto Leiser Baronas,
durante o ENANPOLL de Cuiabá,
junho de 2018.

REFERÊNCIAS

PÊCHEUX, M. *O discurso:* estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

2 O título do livro retoma em forma de homenagem o nome de um dos estilos musicais que mais dizem da identidade do povo cuiabano – o Lambadão Cuiabano. O Lambadão enquanto manifestação popular cuiabana irrompeu no início dos anos 80 do século passado a partir de uma aceleração dos compassos do Rasqueado Cuiabano. Em 2018, por meio de um projeto de lei - 23/2017 - aprovado na Câmara Municipal de Cuiabá, o Lambadão tornou-se patrimônio cultural e imaterial de Cuiabá.

GOLPE *VERSUS IMPEACHMENT*: A POLÊMICA DISCURSIVA ACERCA DO PROCESSO DE DILMA ROUSSEF

Neila Barbosa de Oliveira Bornemann

PRIMEIRAS PALAVRAS

O grande número de textos, em circulação na mídia brasileira, no início de 2016, noticiando ou comentando a polêmica discursiva acerca da abertura do processo denominado *impeachment* envolvendo a presidente Dilma Rousseff, ao iniciar seu segundo mandato, sob a acusação de ter cometido crime fiscal, foi o que nos motivou a escrever este artigo, uma vez que constitui um tema marcante para a história do nosso país, além de focalizar a primeira mulher que esteve à frente desse cargo superior da política brasileira.

Diante da presença vultosa de comentários dessa natureza na mídia, decidimos investigar o funcionamento e a construção dos efeitos de sentidos no discurso de chargistas, ao tematizarem essa polêmica envolvendo o processo de *impeachment* da presidente. Nossa leitura será balizada pela análise de discurso francesa, sobremaneira, pelos conceitos de *interdiscurso* e da polêmica como interincompreensão, vistos como adequados para o escrutínio do texto chárgico, uma vez que ele sempre faz alusão tanto à contemporaneidade histórica noticiada pela mídia quanto à memória discursiva.

O PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF: UM ACONTECIMENTO HISTÓRICO

Foi nas eleições de outubro de 2014 que a presidenta Dilma Rousseff atingiu sua reeleição no segundo turno, realizado no dia 26 de outubro de 2014, com o total de 51,64% dos votos válidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), vencendo o senador mineiro Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Porém, considerada uma das eleições mais acirradas da história do país, desde o início de seu segundo mandato, Dilma enfrentou pontuações elevadas de desaprovações da sociedade em razão da fase de crise política e econômica, registrando, desde 15 de março de 2015, momentos de protestos da população contra a situação enfrentada pelo país.

O processo de *impeachment* consiste na busca pelo impedimento da presidente continuar à frente de seu mandato. No dia 02 de dezembro de 2015, foi realizada a abertura oficial do processo com a aceitação do pedido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, contendo a justificativa de denúncia por crime de responsabilidade formulada pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Junior e Janaina Paschoal.

Depois disso, formou-se uma comissão especial na câmara dos deputados para dar prosseguimento ao processo que contou com o depoimento dos autores do pedido e com apresentação de defesa da presidente. Enquanto isso, ocorreram em todo o país diversas manifestações da população em caráter contra e a favor ao impedimento em análise no processo.

A comissão especial formada aprovou, no dia 11 de abril de 2016, com 38 votos favoráveis e 27 votos contrários, o encaminhamento da continuidade do processo de impedimento que foi ao Plenário principal da Câmara. E no dia 17 de abril de 2016, teve a aprovação do relatório por 367 votos favoráveis e 137 contrários, o que justificou o encaminhamento do parecer da câmara ao Senado, que também providenciou a formação

de sua comissão para manifestações acerca do processo e teve como resultado 15 votos favoráveis e 5 contrários no dia 06 de maio de 2016, garantindo assim a abertura do processo de *impeachment* pela casa, fase chamada de "admissibilidade da denúncia".

Em 12 de maio de 2016, o senado aprovou, por 55 votos a 22, a abertura do processo. Com isso, Dilma Rousseff foi afastada de sua função por até 180 dias e o vice-presidente Michel Temer assumiu seu lugar de presidente interino.

Na sequência, a comissão especial do *impeachment* do senado aprovou, por 14 votos a 5, o prosseguimento do processo e o julgamento da presidente afastada. Nessa fase, a comissão encerrou os trabalhos e iniciou a fase chamada de "pronúncia", que também foi à votação pelo plenário principal e no dia 10 de agosto ficou decidido, por 59 votos a 21, que a denúncia contra Dilma consistia em caráter procedente. Em 48 horas subsequentes, as partes de acusação e defesas apresentaram manifestações finais do processo juntamente com listas de testemunhas para depor no senado.

O julgamento final, com o depoimento das testemunhas e da ré teve seu início no dia 25 de agosto de 2016, com roteiro estabelecido pelo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski e finalizou no dia 31 de agosto de 2016, dia que entrou para a história do país com a sentença deferida. Em seu depoimento, Dilma falou por aproximadamente 13 horas, inicialmente com 45 minutos e o restante do tempo em respostas diretas às perguntas formuladas pelos senadores. Ela argumentou em defesa de seu mandato, afirmando enfaticamente ser vítima de "Golpe parlamentar", pois afirmou ainda que tudo não passava de "pretextos para viabilizar um golpe na Constituição. Um golpe que se consumado resultará na eleição indireta de um governo usurpador" e negou por inúmeras vezes ter cometido qualquer crime: "Se me julgarem sem crime de responsabilidade, é Golpe".

A votação pelos parlamentares foi realizada em duas etapas. O resultado final sentenciou que Dilma foi considerada culpada por 61 votos dos 81 senadores, com 20 votos contrários registrados e sem nenhuma abstenção, ficando condenada à perda do cargo de Presidente da República federativa do Brasil e conforme parecer lido pelo presidente da Sessão, Ricardo Lewandowski, sob a justificativa de ter cometido crimes relacionado às nomeadas "pedaladas fiscais" no Plano Safra e à edição de decretos de crédito suplementar sem o aval do Congresso Nacional. Na votação subsequente, o resultado foi favorável à manutenção de seu direito de ficar elegível e de exercer qualquer função pública, por 42 votos contra 36, conforme texto da Resolução nº 35, de 2016, desse julgamento:

> O Senado Federal resolve: Art. 1º É julgada procedente a denúncia por crime de responsabilidade previsto nos art. 85, inciso VI, e art. 167, inciso V, da Constituição Federal; art. 10, incisos IV, VI e VII, e art. 11, itens 2 e 3, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950;
>
> Art. 2º Em consequência do disposto no artigo anterior, é imposta à Srª Dilma Vana Rousseff, nos termos do art. 52, parágrafo único, da Constituição Federal, a sanção de perda do cargo de Presidente da República, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis, nos termos da sentença lavrada nos autos da Denúncia nº 1, de 2016, que passa a fazer parte desta Resolução.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Senado Federal, 31 de agosto de 2016. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal."

Na tarde desse mesmo dia do parecer e julgamento final do processo, a atual ex-presidente e o presidente em exercício foram notificados da decisão e houve a cerimônia de posse de Michel Temer como presidente definitivo do Brasil.

EMBASAMENTO TEÓRICO MOBILIZADO

Ao propor a tese do primado do interdiscurso, Dominique Maingueneau (2005) retoma a distinção proposta por Authier-Revuz (1990) entre heterogeneidade "mostrada", que evidencia linguisticamente a presença do "Outro" no discurso, e a heterogeneidade "constitutiva", que não deixa marcas linguísticas visíveis da presença do "Outro". Após essa retomada, Maingueneau (2005, p. 33) afirma que a hipótese da precedência do interdiscurso sobre o discurso "inscreve-se na perspectiva da heterogeneidade constitutiva que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro". Metodologicamente, esclarece o autor, "Isso significa dizer que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos" (Ibidem, p. 21). Para abeirar esse espaço palpável de troca de vários discursos, ele busca precisar o conceito de interdiscurso por meio da tríade conceitual de "universo discursivo" (todos os discursos de uma dada formação sócio-histórica), "campo discursivo" (os discursos que se delimitam reciprocamente numa região específica do universos discursivo) e "espaço discursivo" (discursos que o analista recorta para estudo, para vislumbrá-los como inextricavelmente ligados num campo dado).

O universo discursivo é apenas uma postulação de caráter teórico-metodológico a partir da qual se circunscrevem os conceitos de campo e espaço, esses sim pontos de ancoragem para o analista de discurso. Conforme Maingueneau (2005), é no interior de um campo que um discurso se engendra, deixando rastros ou não de sua relação com formações discursivas aí existentes ou mesmo com formações discursivas de outros campos. Considerada a complexidade das múltiplas redes de trocas que os discursos podem entreter nos limites de um campo ou de vários, o analista é levado a recortar um espaço onde vislumbre a interação entre duas ou mais formações discursivas e possa conjeturar hipóteses sobre ela.

Contudo, essas hipóteses podem, com o progresso da análise, ser refutadas, confirmadas ou reformuladas. Nem sempre o analista de discurso conta com pistas explícitas, sob a forma da heterogeneidade mostrada, para localizar o Outro no Mesmo e tateá-lo com clareza na definição/recorte do espaço discursivo. Às vezes, precisa sondar o Outro no escuro, já que ele parece se dissolver no Mesmo sem deixar pegadas. Mas, se estiver atento, encontra as fissuras, as inconsistências, já que nenhum discurso é uma identidade monolítica. E, então, pode divisar o Outro que interage com o Mesmo num dado espaço discursivo. Em resumo, a tese do primado do interdiscurso afirma que não existe o Mesmo sem o Outro, seja ele visível ou invisível, irrompa ele de forma bruta ou controlada no fio do discurso. Afirma, igualmente, que os enunciados têm um "direito" que os relaciona com sua própria formação discursiva e um "avesso" que se volta para a rejeição do discurso de seu Outro (MAINGUENEAU, 2005, p. 40).

O conceito de interdiscurso costuma também ser referido como "memória discursiva", designando "[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra" (ORLANDI, 2000, p. 31). A autora retoma a distinção proposta por Courtine (1984 *apud* ORLANDI, 2000) entre o eixo vertical – eixo da constituição – e o eixo horizontal – eixo da formulação e a correlaciona ao interdiscurso e ao intradiscurso respectivamente. Segundo Orlandi (2000, p. 33), "Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência desses dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos".

Desdobrando a hipótese do primado do interdiscurso, Maingueneau (2005) propõe a hipótese da polêmica como interincompreensão. Segundo o autor, a polêmica ocorre em razão da inevitável relação entre discursos oponentes, no interior de um mesmo espaço discursivo. Opondo-se e rejeitando um ao outro, os discursos instauram uma polêmica que se constitui tanto por meio da heterogeneidade mostrada quanto por meio da constitutiva. No fio discursivo, a polêmica se manifesta mediante simulacros, traduções/interpretações negativas do discurso opositor. Diante da impossibilidade de pôr fim à existência de um discurso oponente, os simulacros são o resultado do esforço constante de que um discurso lança mão para se conservar intacto diante da figura ameaçadora do seu Outro.

A noção de polêmica é esmiuçada por meio da noção de interincompreensão entre discursos ocupantes de um mesmo espaço discursivo, porém com posicionamentos ideológicos diferentes. O termo interincompreensão designa a *incompreensão* recíproca *entre* os enunciadores de um discurso e de outro. No processo de interpelação por uma dada formação discursiva, o enunciador não compreende, não reconhece seu outro, a não ser pela sua própria formação discursiva. Na tentativa de manter-se forte para garantir seu espaço, um discurso só interage com outro por meio de simulacros, a fim de rebaixá-lo, desautorizá-lo, desacreditá-lo. Trata-se, pois, de "desqualificar o adversário mostrando que ele viola as regras do jogo (mentindo, produzindo citações inexatas, informações errôneas, sendo incompetente, pouco inteligente, etc.)" (MAINGUENEAU, 2005, p. 114). Nas palavras do autor, "polemizar é, sobretudo, apanhar publicamente em erro, colocar o adversário em situação de infração em relação a uma Lei que se impõe como incontestável" (Ibidem, p. 114).

O autor se refere à interpretação que um discurso realiza de seu Outro como um processo de tradução. Logicamente ele não está pensando em tradução de uma língua para outra, mas sim de um discurso para outro com base nas regras da formação discursiva em que o "eu" se inscreve. Para explicitar esse processo de tradução interdiscursiva, Maingueneau (2005) distingue, em relação ao espaço discursivo, o *discurso agente* – discurso tradutor – do *discurso-paciente* – discurso traduzido. Nesse espaço, o discurso-agente traduz o discurso-paciente por meio dos semas que rejeita. Assim, a relação entre o discurso agente e o discurso paciente "se dá sempre sob a forma do simulacro' que dele constrói" (Ibidem, p. 103).

Quem assume a posição de discurso agente, para legitimar sua identidade constitutiva, realizará a tradução de um discurso paciente, incompreendendo-o, ou seja, projetando sobre ele as categorias negativas (semas negativos) de seu próprio discurso.

> Cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado, os semas "positivos" reivindicados; de outro, os semas "negativos", rejeitados. A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro, traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são "compreendidos" no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente como simulacro que constrói dele. (MAINGUENEAU, 2005, p. 103).

Para o autor, "a incompreensão no interior do espaço discursivo não decorre dos mal-entendidos linguageiros usuais" (MAINGUENEAU, 2005, p. 105), mas de aspectos discursivos. Dessa forma, "não se dirá que um enunciador de um discurso "interpreta" seus próprios enunciados; esse é um privilégio reservado a uma estância exterior. O discurso não pode interpretar-se a si mesmo" (MAINGUENEAU, 2005, p. 104).

Ainda com relação à polêmica como processo de interincompreensão, Maingueneau (2005) distingue dois níveis: o nível *dialógico* (heterogeneidade constitutiva) e o nível propriamente *polêmico* (heterogeneidade mostrada). No nível dialógico, subsume-se que os discursos se relacionam constantemente, imbricam-se sem que haja citação aparente, ou seja, heterogeneidade mostrada na superfície linguística. Já no nível propriamente polêmico, subsume-se que a heterogeneidade, as dissensões, as oposições, as controvérsias são visíveis na superfície linguística. Um discurso envolvido em uma polêmica poderá se referir ao seu Outro de forma clara, usando expressões variadas: agressivas, mal-intencionadas, derrisórias, irônicas, intrigantes, ameaçadoras etc., mas todas essas expressões serão desferidas pelo Mesmo a partir de um simulacro do Outro. A polêmica é uma "espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro" (MAINGUENEAU, 2005, p. 113). Assim concebida, a polêmica deixa de ser pensada como um conflito originário do exterior que se agrega a um discurso por direito autossuficiente e passa a ser pensada com inerente às suas condições de possibilidade. Em síntese, "a identidade de um discurso coincide com a rede de interincompreensão na qual é capturada" (MAINGUENEAU, 2005, p. 22).

O universo semântico formado pelas noções interligadas de interdiscurso, polêmica, interincompreensão, tradução e simulacro constitui uma referência e um instrumental fecundo para pesquisas em análise de discurso.

Balizadas por tais conceitos, realizamos a leitura de duas charges em torno da polêmica discursiva envolvendo o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Nos limites deste trabalho, chamamos de "charges" aqueles textos que se utilizam da linguagem pictórica ou da combinação da linguagem pictórica com a verbal para fazer uma crítica sarcástica, derrisória mesmo, de um acontecimento central ou tangencialmente político que esteja na ordem do dia e na boca de jornalistas. Chargistas dialogam com assuntos midiáticos momentosos com os quais seus virtuais leitores tenham alguma familiaridade. Aliás, apenas os leitores que compartilham das condições de produção constitutivas de uma dada charge podem, de fato, entendê-la. Caso não exista essa cumplicidade, será, praticamente, impossível entendê-la sem realizar um levantamento cuidadoso do momento sócio-histórico que motivou a sua produção, comprometendo o efeito de humor pretendido.

O INTERDISCURSO E A POLÊMICA DISCURSIVA EM TORNO DOS SEMAS GOLPE X *IMPEACHMENT* EM CHARGES

Como todo assunto polêmico que circula na mídia, a oposição entre componentes dos grupos pró e contra o processo de *impeachment* que se instaurou na política brasileira constitui em leque de possibilidades para exploração de chargistas. Nessa seção, examinamos duas charges que abordam o tema, munidos dos conceitos de *interdiscurso e polêmica como interincompreensão*. Para que o texto gere certos efeitos de sentido, o leitor precisa compartilhar com o seu produtor as condições históricas da sua constituição, ou seja, uma charge só consegue seu propósito de ironizar, debochar, criticar sardonicamente um acontecimento se houver cumplicidade entre o leitor e o que é referido no texto. Como texto multimodal, a charge retoma os discursos midiáticos por meio de recursos verbais e não verbais, sobremaneira, a caricatura.

Na Charge 1, assinada pelo chargista Edra, publicada em *site* próprio, o leitor é interpelado interdiscursivamente aos inúmeros protestos que ocorreram no país durante o desenrolar do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016.

Charge 1

Fonte: <http://chargesdoedra.blogspot.com.br/2016_03_01_archive.html>.
Acesso em: 18 jul. 2016

Essa Charge 1 apresenta uma estátua feminina, de olhos vendados, segurando a balança, em ponto de desequilíbrio na mão esquerda e uma espada na mão direita apontando para a balança contendo os grupos opostos acerca do processo de *impeachment* envolvendo Dilma Rousseff. Esse símbolo explorado aqui, em preto e branco, é o da justiça, que em sua estrutura original compõem-se de uma estátua feminina, de olhos vendados, segurando a balança em ponto de equilíbrio na mão direita e uma espada na mão esquerda apontando para o chão.

Conforme explicações encontradas no *site* do Tribunal de Justiça, a estátua representa a deusa Têmis da mitologia grega, que corresponde à deusa romana Iustitia. Ela foi a segunda esposa de Zeus, o deus do poder, e é considerada a deusa da consciência coletiva, da ordem social, da paz, dos ajustes das divergências e da conciliação. A espada representa força e coragem nas decisões; a balança significa bom senso e equilíbrio ao julgar as partes envolvidas em uma relação de Direito e a venda nos olhos representa objetividade e imparcialidade nas resoluções, reafirmando, assim, que todos são iguais perante a lei. Portanto, verifica-se uma estreita articulação entre os três elementos simbólicos, pois sem a balança pode predominar a força bruta, sem a espada pode faltar a força para aplicação da lei e sem a venda pode-se perder a imparcialidade nos julgamentos.

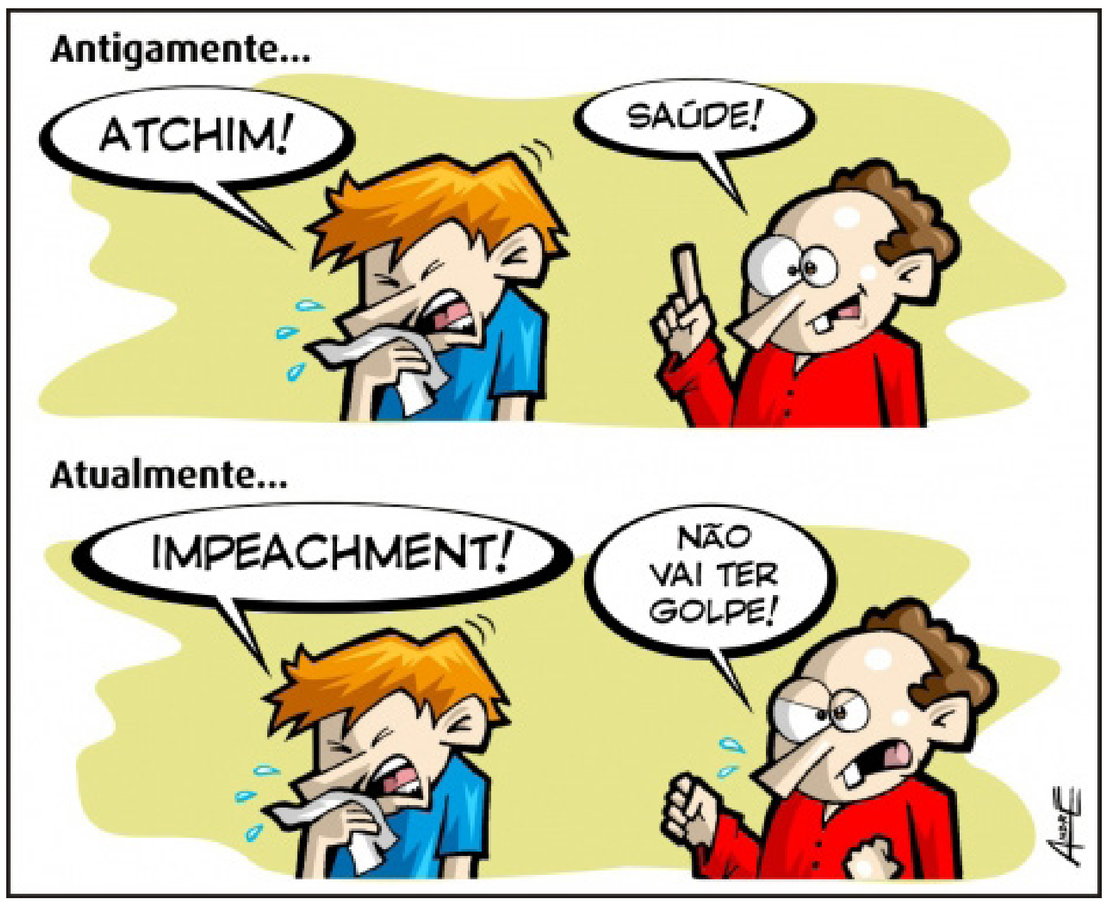
Na exploração pictórica dos elementos que compõem essa construção chárgica, é nítido o destaque de cores entre eles. A estátua da justiça aparece em preto e branco, ou seja, apagada diante do alvoroço que se instalou no país. Já os grupos que se polemizam nos lados opostos, inclusive medindo forças utilizando os dois lados da balança de julgamento em questão, aparecem com cores características de vestuários com os quais se apresentavam nesses manifestos populares. Por um lado, aqueles que se declararam contra o governo de Dilma e a favor de sua saída do cargo de presidente do país saiam às ruas em dias de manifestos com as cores da bandeira do Brasil e possuíam por lema: "Fora Dilma" ou grito de guerra favorável ao *impeachment*. Por outro lado, o grupo de pessoas a favor ao governo de Dilma, nesses protestos se apresentam vestidos com as cores vermelhas, o que remete às cores do partido de sua filiação (Partido dos Trabalhadores - PT), situações em que expressam enfática e insistentemente o enunciado: "Não vai ter golpe" como resposta polêmica a uma comunicação recheada de interincompreensão acerca do mesmo acontecimento instaurado no cenário político.

Enquanto os grupos tentam se enfrentar corporalmente, com as mãos em direção ao outro, e discursivamente por meio das placas com os *slogans* de protestos: "Fora Dilma" e "Não vai ter golpe", a estátua da justiça é apresentada parodiando a simbologia da deusa mostrada segurando a balança em desequilíbrio com as pontinhas dos dedos polegar e indicador em gesto de quem não quer se envolver e mesmo com a venda nos olhos projeta sua face em direção aos dois grupos e esboça uma fisionomia de desespero diante da situação conflituosa. Isso pode ser confirmado com a abertura escancarada de sua boca, as gotículas em volta de sua testa, bem como riscos friccionados como raios na parte de trás de sua cabeça. O movimento da espada pode consubstanciar na leitura de que, apesar do desespero, a estátua tenta aplicar uma solução em busca de separar os lados oponentes e acabar com o conflito com a menção do gesto de direcioná-la ao meio da balança onde metaforicamente se encontram.

Nesta charge, por meio das expressões discursivas oponentes e polêmicas "Fora Dilma" *versus* "Não vai ter golpe" podemos observar o imbricamento da heterogeneidade se constituindo na materialidade linguística no nível propriamente mostrado e não de forma puramente constitutiva. Nesse sentido, ocorre uma incompreensão recíproca, o que Maingueneau (2005) nomeia interincompreensão, entre esses dois grupos e de acordo com os postulados do autor francês ocorre o processo de tradução, ao passo que cada grupo oponente ocupa de maneira intercalada a ação de enunciar como discurso-agente ao traduzir o discurso do outro conforme a formação discursiva que cada lado é interpelado. Assim, por exemplo, quando enunciado o discurso-paciente

“Fora Dilma”, o discurso-agente o interpreta como golpe no sentido de “manobra desonesta e desleal” por parte do praticante, no caso em questão materializando-se no vice-presidente e seus apoiadores.

Charge 2



Fonte: <http://diariodesorocaba.com.br/noticia_a/246039>. Acesso em: 18 jul. 2016.

Na Charge 2, assinada por Andiê, veiculada no *site* de notícias Diário de Sorocaba, podemos observar novamente a abordagem do tema consolidando a polêmica entre os grupos oponentes.

O embate discursivo de caráter polêmico tornou-se tão frequente no cotidiano da população, que o chargista mostra sua ocorrência em situações bastante inesperadas e corriqueiras. Nessa charge, temos a divisão da cena em dois quadros para demonstrar a mudança de comportamento entre as pessoas com a delimitada separação temporal expressa pelos advérbios “antigamente” e “atualmente”.

As cenas são repetidas, porém, os enunciados são completamente diferentes. Ambos os quadros destacam uma pessoa espirrando enquanto outra faz um comentário em resposta àquela. No quadro nomeado “antigamente”, é mostrada uma cena que carrega inocência e um comportamento de gentileza e educação, conforme as regras de etiqueta do bem viver em sociedade. A primeira personagem espirra e segura um lenço, enquanto limpa o nariz. Acima de sua cabeça lhe é atribuído o balão de fala trazendo a onomatopeia “atchim!”. Ocupando o mesmo cenário, ao seu lado, a outra personagem, com expressão de docilidade, lhe deseja “saúde”. Porém nos tempos conturbados e de oposição partidária em que a população se envolveu durante as manifestações acerca do governo de Dilma Rousseff uma corriqueira cena como essa pode se transformar.

O segundo quadro dialoga interdiscursivamente com o acontecimento da cena política do país em virtude de marcar a época, informando que a segunda cena ocorre "atualmente". Essa polêmica discursiva entre os grupos de pessoas pró e contra o processo de *impeachment* de Dilma é ressaltada para demonstrar que as mesmas pessoas "antigamente" se desejavam bem, conviviam em atitudes harmônicas mas, por questões políticas atuais se atacam, se defendem, se chocam discursivamente em prol de seus argumentos alinhados as suas posturas ideológicas relacionadas às formações discursivas que se inscrevem. As personagens da cena são as mesmas do primeiro quadro, mas repetindo a cena de um simples espirro o som de "atchim" é interpretado, traduzido defensivamente pelo som de "*impeachment*", em uma atitude interpretativa de que aquele não espirra, mas está emitindo sua torcida política e em razão desse entendimento o outro responde "não vai ter golpe".

Um detalhe pertinente que nos permite relacionar os dois personagens aos grupos apoiadores de partidos relacionados ao PSDB e PT é que o balão da palavra "*impeachment*" está sob aquele vestido com a camisa de cor azul e o enunciado "não vai ter golpe" é atribuído ao que veste camisa vermelha, associada ao partido PT.

Vemos que essas duas charges analisadas, mesmo em cenografias diferentes, tratam da intensidade polêmica assumida entre esses grupos nas mais variadas situações. A diferença entre os enunciados das duas é que na primeira charge o enunciado é "fora Dilma" e na segunda "*impeachment*", ambos pertencentes ao grupo a favor do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, enquanto o "não vai ter golpe" ao grupo contra se repete nos dois casos.

Ao nos envolver nesse ensaio de análise abarcando esse acontecimento de oposição entre grupos políticos que mobilizaram esses termos para as cenas de protestos, somos convidados automaticamente a retomar uma memória discursiva que, conforme Orlandi, materializa a confluência de um já dito que está na memória acerca da história e política do país e que no momento atual é mobilizado sob a forma de uma reformulação. Esse já dito foi retomado diversas vezes em todo o processo da presidente Dilma, em que relacionavam algumas medidas, sempre citando o único caso de *impeachment* que houve no país envolvendo a presidência da República, como caso previsto pela Constituição Federal, Artigo 52, inciso I e parágrafo único:

> Compete privativamente ao Senado Federal:
>
> I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;
>
> Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se à condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

Entre essas referências e reformulações, relembramos o caso de Fernando Collor de Melo que foi eleito para presidente em 1989, registrando as primeiras eleições diretas desde 1960. Seu governo teve início em março de 1990 e logo estabeleceu medidas econômicas radicais para tentar combater a inflação, um dos principais problemas da economia do país, que na época chegava próximo de 1700% ao ano. Por meio de medida provisória, a principal medida adotada foi o inesquecível confisco das poupanças por um período de 18 meses. Isso deixou a população enfurecidamente insatisfeita. Essa alternativa não funcionou, uma vez que a inflação continuou como um problema de seu governo. Além disso, em 1991 surgiram denúncias de corrupção envolvendo pessoas próximas ao presidente, incluindo ligação de sociedade de desvios de verba com o tesoureiro de sua campanha, Paulo Cesar Farias (PC Farias).

Foi nesse contexto político que surgiram os Cara-pintadas, um movimento estudantil com o objetivo de remover o presidente do poder. No dia em que a câmara aceitou a abertura do processo de *impeachment* de Fernando Collor, ao grupo se uniram milhões de pessoas que foram às ruas em protestos com os rostos pintados de verde e amarelo para pedir sua saída. Com seu afastamento do cargo, assumiu o vice presidente Itamar Franco enquanto o senado apurava se Collor havia cometido crime de responsabilidade. Com o ato de condenação, diferentemente do que ocorreu no processo de Dilma, ele renunciou ao cargo, objetivando não ficar inelegível durante os próximos 8 anos. Contrariando suas expectativas da manobra realizada, o senado aprovou a perda de seus direitos políticos por toda a década de 90, respeitando fielmente o que prescreve a Constituição.

Apesar de algumas semelhanças, os cenários dos *impeachments* de Dilma e Collor são distintos. A presidente Dilma não tomou nenhum ato que tenha chocado os brasileiros da mesma forma que o confisco da poupança realizado por Collor. Mas isso não significa que a economia brasileira tenha ido bem durante seu governo. Muitas medidas de Dilma foram duramente criticadas - como manter taxas de juros artificialmente baixas, a redução das tarifas de energia, a política de desoneração das indústrias -, todas medidas que pressionaram as contas públicas, levando à necessidade de criar um ajuste fiscal, o que abalou a confiança dos investidores no país. Ao contrário de Collor, Dilma não está diretamente ligada em nenhuma denúncia de corrupção. Os crimes de responsabilidade que constam em seu pedido de *impeachment* são de natureza administrativa, como as famigeradas pedaladas fiscais e os decretos que abrem crédito suplementar.

O enfrentamento de uma crise econômica e de uma forte impopularidade é um fator comum aos dois governantes. Entretanto, enquanto Collor teve de enfrentar o processo praticamente isolado, Dilma ainda contou com forte apoio de movimentos sociais, historicamente ligados ao PT, além de parte da classe artística e intelectual, bem como uma parcela do eleitorado. Mas a principal diferença entre os processos dos dois presidentes que passaram pelo processo de *impeachment* é o fato de Collor ter renunciado e mesmo assim ter seus direitos políticos invalidados, já Dilma Rousseff não renunciou e teve a decisão do senado de realizar a votação de seu processo em duas etapas, decisão que contrariou o que rege a constituição, resultando na cassação do seu mandato, mas sem a perda de seu direito de exercer qualquer cargo público.

Com relação ao tão mencionado golpe como principal grito de defesa da parte contrária ao processo da presidente Dilma, observamos que, nesse cenário, ele assumiu várias significações conforme utilizado por participantes de ambos os lados da disputa de torcida.

Antes de retomarmos a influência interdiscursiva que o termo "golpe" liga ao acontecimento atual, consideramos importante observar as diferentes designações que essa palavra pode assumir. De acordo com o *Novo dicionário Aurélio da Língua portuguesa,* a palavra "golpe" pode assumir os seguintes significados:

> 1. Choque ou pancada produzidos em movimentos rápidos que atinge outro com maior ou menor intensidade; 2. Incisão ou marca deixada por tal choque ou pancada; 3. Ato ou gesto pelo qual alguém alcança ou tenta alcançar pessoa, animal ou coisa com um objeto contundente ou cortante; 4. Ferimento, ferida, corte ou outra lesão resultante de tal ato; 5. Ação ou acontecimento súbito e inesperado; 6. Abalo, choque, comoção moral, rasgo, lance; 7. Ímpeto, impulso; 8. Manobra desonesta com o fim de enganar, prejudicar, roubar outrem; 9. Talho que se faz na seringa para extrair o látex; 10. Grande porção de pessoas ou de coisas que saem e entram duma vez; 11. O canto da araponga; **Golpe de Ariéte**. Choque causado pela súbita parada da corrente líquida em um conduto forçado. **Golpe de estado**. Subversão da ordem constitucional e tomada de poder por individuo ou grupo de certo modo ligados à máquina do estado. **Golpe de mar**. Golpe violento de grande vaga contra embarcação e que lhe salta por cima da borda. **Golpe de mestre.** Ação audaciosa e/ou brilhante e feliz. **Golpe de vista**. 1. Olhar que se lança rapidamente a alguma coisa. 2. Capacidade de observar com rapidez e precisão. **Golpe do baú.** Casamento por interesse financeiro. **Golpe teatral**. Efeito dramático súbito ou imprevisto (desmembramento de um mistério, aparição súbita, intervenção de nova personagem, etc.) que muda radicalmente a linha da ação de golpe, de repente, de súbito, de chofre, repentinamente, subitamente. **Queimar no golpe**. Zangar-se muito. Irritar-se. (FERREIRA, 2004, p. 990).

A forte acepção com que a própria presidente Dilma Rousseff utilizou a palavra "Golpe" foi para se referir e retomar o que também está na memória discursiva dos brasileiros acerca do ocorrido na história do país no ano de 1964 na concretização do golpe militar. Inúmeras vezes se tem falado acerca das semelhanças do cenário político do Brasil entre os anos de 1964 e 2016. Nesse capítulo da política brasileira daquela época, o Brasil possuía como presidente João Goulart, conhecido como Jango. Seu governo encontrou forte oposição junto à imprensa e à classe média em razão de sua inclinação política de esquerda, uma vez que defendia reformas de base populares.

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1991, e o plebiscito pelo qual o país passou, que garantiu o regime presidencialista no Brasil, Jango que era vice tornou-se presidente com plenos poderes. Seu período de governo foi considerado breve e agitado, marcado por greves e protestos. Assim, a polarização política crescia enquanto a mídia auxiliava na divulgação da ideia da saída do presidente. A justificativa para sua saída se ancorava na ameaça que este presidente representava para alguns grupos em ser inclinado a ampliar direitos sociais e instaurar o comunismo no país. Outro motivo de oposição ao seu governo foi a forte acusação de corrupção instaurada durante seu mandato.

Nesse cenário, inúmeros protestos contra e a favor foram realizados e nessa turbulência de instabilidade, os militares intervieram no dia 31 de março de 1964 para assumir o poder. Nenhum grupo favorável foi capaz de reagir: João Goulart foi mandado para o Uruguai e o golpe foi concretizado.

Nessa retomada, percebemos que, ao traduzir o processo de *impeachment* como golpe, o sentido relacionado pelo grupo favorável ao governo de Dilma é o sentido figurado previsto no dicionário como *golpe de estado*, que em 1964 consistiu em um ato violento assumido pelos militares para a tomada do poder pela força, sem considerar a manifestação do povo. A única diferença é que, em 2016, o procedimento foi realizado sem o uso da força como naquela época com tanques de guerra nas ruas e exílios forçados de líderes políticos, mas desta vez o argumento é de que o golpe foi realizado pelo excesso de julgamento feito pelo poder judiciário.

O lema "Não vai ter golpe" virou grito de guerra por aqueles favoráveis a Dilma e por aqueles que se declaram favoráveis à ordem democrática, mesmo se fossem favoráveis ao governo dela, uma vez que o principal argumento é que se não havia provas de crime de responsabilidade, o voto da maioria da população que a elegeu deveria mantê-la no poder, apesar da crise enfrentada no país. O Golpe foi também relacionado à predisposição do vice-presidente Michel Temer em assumir a presidência, principalmente após a declarada saída do seu partido PMDB ter se retirado da base aliada de Dilma Rousseff. Nesse sentido, a palavra *golpe* foi recorrida inúmeras vezes com a interpretação de que o que estava acontecendo no país em relação a essa situação política enfrentada por Dilma não passava de um golpe, definido como estratagema, trama ardil, manobra desleal e busca indevida de proveitos próprios, uma vez que várias investigações de corrupção estavam em andamento e muitos dos políticos, que votaram na saída de Dilma, estavam sendo descobertos como envolvidos.

Por outro lado, o grupo contrário ao governo de Dilma nega que a situação se constitui em golpe de estado, para ancorar argumentos de que todo o processo acontece segundo a legalidade prevista pela Constituição Federal e que não há uso de força nem mudança de regime, pois o país continuará no regime presidencialista.

Em alguns momentos, esse grupo contra o governo utiliza a palavra de forma ambígua para dizer que golpe é o que o governo de Dilma estava dando na população ao referir-se à situação de crise política e econômica enfrentada atualmente.

PALAVRAS (IN)CONCLUSIVAS

Neste estudo realizado, consideramos ter demonstrado a pertinência em recorrer aos conceitos de interdiscurso e polêmica como interincompreensão para apoiar a leitura/interpretação de charges, uma vez que seus temas de impulso criador nascem ligados aos acontecimentos discursivos em destaque na mídia. Um leitor que não compartilhe minimamente com o chargista o arquivo de notícias e comentários acerca dos acontecimentos discursivos relacionados ao processo de *impeachment* e dos grupos de protestos que se formaram contra e a favor ao governo, certamente, não terá uma compreensão imediata dos dois textos analisados e consequentemente do que ambos ironizam criticamente em sua composição detalhada de construção de sentido.

Muitos textos duram para sempre, mas não é o caso da charge que tem um prazo de validade curto. Como crônica derrisória das mazelas do tempo presente, uma charge dura enquanto durar a exposição do tema a que se refere na mídia. À medida que o tema vai sendo esquecido pelos jornalistas e desaparecendo dos noticiários, a charge vai perdendo o sabor, podendo se tornar um *nonsense*. Dessa forma, para uma análise mais detalhada, um trabalho deliberado de recuperação das condições de produção que as geraram poderá até torná-las mais compreensíveis, pois na composição heterogênea de sentidos de um texto faz-se relevante a retomada da memória discursiva que o atravessa para a produção de sentido como foi o caso das charges analisadas em que os discursos interpelam interdiscursivamente acontecimentos históricos como o golpe de 1964 e o *impeachment* de Fernando Collor.

Nos dois casos é a retomada do já dito, sob a forma do esquecimento, que permite que as palavras e os enunciados verbo-visuais dos chargistas façam sentido. Sob a ilusão das próprias palavras, ressoa a voz do interdiscurso, uma voz sem nome que é condição para o engendramento do processo de significação entre o produtor, o texto e o leitor.

Assim, a análise dessas charges nos confirma, uma vez mais, que "As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delineia na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória." (ORLANDI, 2000, p. 43), dizeres que se relacionam por meio do interdiscurso e muitas vezes por relação de aliança e outras por meio da relação do confronto, da polêmica como interincompreensão, uma vez que, como vimos, no uso de uma mesma palavra, "golpe", diferentes interpretações e traduções podem ser realizadas, dependendo de qual formação discursiva constitui cada enunciador.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 25-42, jul/dez. 1990.

BBC. *De aprovação recorde ao impeachment*: relembre os principais momentos do governo Dilma. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CHARGES do Edra. *Dilma e o Palácio de Cabide do Planalto*. Disponível em: <http://chargesdoedra.blogspot.com.br/2016_03_01_archive.html>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1988.

DIÁRIO de Sorocaba. *Charge do dia*. Disponível em: <http://diariodesorocaba.com.br/noticia_a/246039>. Acesso em: 17 ago. 2017.

EBC. *Relembre os passos anteriores do processo de impeachment*. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/08/relembre-os-passos-anteriores-do-processo-de-impeachment>. Acesso em: 17 ago. 2017.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2005.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

AVANÇANDO FRONTEIRAS – ENTRE A LINGUAGEM, A HISTÓRIA E O DISCURSO

Déborah Pimenta Martins

INTRODUÇÃO

Iniciamos abordando a atividade linguística. É a partir de suas construções filosóficas que podemos entendê-la além do simples estudo científico da linguagem humana. Borges Neto (2004) explica, em síntese, que um objeto linguístico pode ser observado de várias formas: um enunciado, por exemplo, se por uma visão chomskiana da gramática gerativista é possível ignorar o contexto concreto em que se deu e concentrar apenas nele – o enunciado seria uma estrutura superficial a qual estariam associadas estruturas abstratas; por outro lado, John Austin observaria o mesmo objeto pelo ato da fala, traçando três orientações: ato locutório (emissão do enunciado), ato ilocutório (tipo de ação) e ato perlocutório (efeito que se pretende com o enunciado). Já pela visão de Oswald Ducrot, o mesmo enunciado situaria em um contexto dialógico aplicando aspectos argumentativos ou polifônicos.

O mentor das teorias da linguagem, Ferdinand de Saussure, observou fatos por aspectos dicotômicos: significado (a alma da palavra) e significante (imagem acústica); língua (fruto da coletividade) e fala (fruto da individualidade); diacronia (língua em transformação no tempo) e sincronia (funcionamento da língua). Para esse estruturalista, na língua cada elemento tem valor que é determinado na sua oposição, ainda, a língua nada seria sem que houvesse alguém que a percebesse como realidade.

Saussure compreendeu que existe uma linearidade quando o pensamento é concretizado por meio dos signos e chamou de paradigma as inúmeras possibilidades de relações entre os signos, e de sintagma a hierarquia de organização dessas relações.

Assim, a linguagem pode ser expressa por meio da língua que não precisa necessariamente ser escrita – lembramos que toda língua é falada, mas nem toda é escrita (p. ex. a dos povos indígenas) – a fala é espontânea, acontece em qualquer lugar e de várias formas, enquanto a escrita busca uma certa uniformização.

Houve um tempo em que as experiências e tradições eram repassadas pela fala, restringindo-se à interação daqueles que dela participavam. No entanto, com o advento da escrita, pensamentos expressos oralmente foram fixados em documentos que migraram para além dos tempos em que foram escritos, possibilitando revisitar lugares e fazer novas reconstruções na relação mundo e linguagem. Assim como a vida, a linguagem não está pronta e ela vai se modificando conforme é tocada por um ou por outro.

O filólogo foi quem inicialmente vislumbrou a necessidade de registrar a língua por meio da escrita e, assim, chegamos ao texto que aparece como objeto de investigação de várias ciências tal qual a História. Spina (1994, p. 74) ensina que:

> O texto, manuscrito ou impresso, é objeto fundamental da investigação histórica, filológica e literária. Se a História dispõe de outros documentos – como a tradição oral, a tradição pictórica e os chamados “restos” (subministrados pela Paleontologia, pela Arqueologia, pela Linguística, pela Etnologia e pelo Folclore), a Literatura e a Filologia só dispõem do texto.

Os textos trabalhados na investigação histórica são diversos, podendo ser jurídicos, religiosos, políticos, diplomáticos, etc.; podem ser até mesmo os textos literários, mas, estes, como explica Spina (1994), são considerados, para aquela ciência, *corpus* secundário, enquanto é o inverso para a filologia, cujo *corpus* principal é o literário e os demais são secundários.

No entanto, há uma aproximação entre a História e a Filologia considerando que ambas trabalham o texto e o método crítico, muitas vezes essas duas entrelaçam-se. Ainda Spina (1994, p. 74) explica que:

> A História é, sem dúvida, a disciplina que maiores pontos de contacto apresenta com a Filologia, pois o objeto e o método de ambas são os mesmos: o texto e o método crítico. Estremar as duas disciplinas não seria de todo ocioso, visto que não só os historiadores, mas os próprios filólogos laboram em confusão quando falam nos serviços prestados à História pela Filologia e vice-versa.

O método crítico a que o estudioso faz menção, e que é utilizado por ambas as ciências, pode ser considerado pelo aspecto externo ou interno. O primeiro estaria relacionado à restauração do documento a fim de restituí-lo à sua forma original, enquanto o segundo estaria relacionado a operações hermenêuticas, a críticas de *objetividade*, de *competência*, de *sinceridade* e de *controle*.

Apenas no século XIX, se prestando à construção filosófica ou à crítica literária, o linguista passou a fazer ciência, apareceu o comparativista buscando um objeto linguístico que tivesse uma regularidade a partir da comparação da história e das línguas. Antes disso, o estudioso da linguagem limitava-se a descrever o fato sem explicar. Borges Neto (2004, p. 51) comenta que: "A linguística histórico-comparativa do século XIX força-nos a reconhecer uma terceira opção, ao lado das opções nocional e filológica. Chamemo-la histórica".

A partir de então, destaca-se, nos estudos linguísticos, a noção de tempo e a de espaço. Até os dias atuais discute-se se a linguística é uma ciência ou não, também aqui não consolidaremos entendimento sobre isso, apenas, podemos apontar o fato de que pelo estudo histórico-comparativo um novo olhar foi lançado, a língua e suas variações, como dito, agora ocupam um espaço no qual podem ser comparadas e sofrem transformações com o passar do tempo.

A dinâmica da teriorização, todavia, pode suscitar dúvidas quanto ao nível de realidade física do observável, afinal, poderia resultar em construções tão somente abstratas, não reais.

Daí o problema ontológico que faz Borges Neto (2004) voltar-se à filosofia medieval para apontar três soluções: a nominalista, a conceptualista e a realista (ou platônica). Em apertada síntese, a primeira estaria relacionada a dar nomes às coisas, sem que correspondesse a sua real forma física, o universal seria um puro nome; a segunda aceitava a ideia de universalidade, pois além da existência única do objeto haveria uma ideia geral que existiria na mente das pessoas; e a terceira, a platônica, de que apenas as universais (o mundo das ideias) existiriam, ou seja, um objeto apenas seria real se inserido no universal.

O problema da construção do objeto e dos níveis de abstração teóricas não circundam apenas a Linguística, mas, os estudos historiográficos também. Dependendo do que se constrói no campo teórico, pode-se colocar em jogo a própria essência da ciência, levando-a, muitas vezes, a crises ontológicas e, consequentemente, metodológicas.

Ao historiador é conferida a construção do texto histórico por meio de uma metodologia. Mas, o que é histórico? Como se analisa aquilo que é histórico? Sobre essas questões se debruçam os estudiosos da Teoria da História até os dias atuais.

Encontramos épocas em que, para fazer história, dever-se-ia fazer críticas internas e externas a documentos, comprovando a sua autenticidade (muito próximo do que fazia a filologia). O foco era o documento, de forma que o historiador praticamente não aparecia dado ao distanciamento que lhe impunha o saber científico do momento.

Dizer que estavam certos ou errados no modo de fazer ciência seria ingressar num reducionismo intelectual. Atualmente, no entanto, devemos considerar que os grupos e os indivíduos estão interrelacionados, um não se mantém sem o outro, logo, o homem é sujeito daquilo que passa em si e ao seu redor. Assim, o texto histórico se ocuparia desse processo dialético entre o que se chama de estrutura e a ação humana.

A ciência História, da mesma forma que a Linguística, passou, ao longo dos séculos, por transformações que a forçaram a repensar a construção de seu objeto e sua metodologia. A forma primitiva de se fazer história se consubstanciava em relatos de acontecimentos, para tanto, utilizava-se a filologia para comparar documentos na busca de eliminar erros de copistas da Idade Média.

Depois, em meio à consolidação das monarquias e conflitos religiosos, a historiografia servia à descrição dos assuntos da realeza. Já nos séculos XVIII e XIX, a historiografia, sob o reflexo das revoluções, se revela factual. Nota-se uma intelectualização da história, mantendo métodos de crítica textual, relatando fatos testemunhais; a história, então, passa a ser vista como ciência.

Com o advento do materialismo histórico, houve a contraposição à história factual, foi um momento em que tendeu a ser problematizada e a receber um novo padrão de cientificidade. A contextualização, o encadeamento de fatos, a crítica documental, continuaram procedimentos basilares para a historiografia, todavia, não deveriam se apresentar sem uma “problematização”.

No século XX, a década de sessenta foi a época da contracultura, eclodiu um movimento antipositivista, um movimento para pensar a aproximação das ciências a fim de contrapor à ciência régia estrutural fundada em discursos sem sujeitos, processos matemáticos, negação da interpretação, etc. Foi, então, que ganhou força a reflexão sobre o entrecruzamento da linguagem e da história. Com as ideias lançadas nesta época, voltou-se a atenção ao deslocamento do dizer, ao fato interpretativo, à descrição dos arranjos textuais discursivos.

Os pensadores da História combateram as certezas positivistas com o movimento conhecido, no início do século XX, por Escola dos Annales (refletiu a reunião de intelectuais Marc Bloch, Lucien Febvre e, depois, Fernando Braudel e outros). Os estudiosos dessa

escola estavam imbuídos no desejo de fazer uma Nova História que se distanciasse da História tradicional e suas superficialidades factual, resumida, fluida; inaugurando, para tanto, métodos quantitativos e estruturalistas.

A partir da leitura de pensadores como Marx, Freud e Saussure, questões aparentemente consolidadas passaram a ser colocadas em oposição a fim de se construir uma base teórica nova, politicamente heterogênea.

Dos Annales, destacou-se como um dos maiores intelectuais do século XX o historiador Fernand Braudel (1992) que aproximou a história da geografia e pensou o tempo em três dimensões: a primeira, uma história quase estática que representaria a relação do homem com o ambiente; a segunda apresenta uma história que se movimenta, porém em um ritmo lento, referente à estrutura econômica, social e política; e a terceira seria a tradicional história dos acontecimentos.

Esse historiador defendeu a longa duração e, para tanto, iniciou identificando a fluidez do termo "evento", situando-o no tempo de curta duração. O tempo de longa duração seria o tempo da história e dialogaria com a estrutura marxiana, mas não a representaria. O evento se consistiria em fatos miúdos, cotidianos; e sobre ele é que a história tradicional dos últimos cem anos teria se debruçado.

Para a construção, então, da Nova História, seria necessária a construção da longa duração que se apresentaria como algo profundo e complexo. Para o mencionado pensador (BRAUDEL, 1992, p. 53), "a história é a soma de todas as histórias possíveis – uma coleção de misteres e de pontos de vistas, de ontem, de hoje, de amanhã.". Identificou uma crise geral das ciências do homem e uma dessas causas poderia ser atribuída ao próprio progresso das ciências que se preocupa diuturnamente em definir métodos, metas e superioridades.

E assim, levantou a grande questão: as ciências estariam prontas para se relacionarem? Braudel (1992, p. 53), então, salientou que há um interesse em recusar a aproximação já que "negar outrem já é conhecê-lo". O fato é que, segundo o autor, cada uma das ciências humanas invade o mundo das suas vizinhas para buscar uma totalidade.

Após, as insatisfações de um grupo de intelectuais nos anos 70, quanto a ideias estruturalistas, levaram, já nos anos 80, em alguns países, à decadência dessa vertente como ciência régia. Foi, então, a época em que expandiram-se as leituras dos trabalhos de Lacan, Barthes, Jacques Derrida e Michel Foucault. Novos formatos de pensamento historiográfico apareceram, voltando-se o olhar para as ideologias e mentalidades (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 90):

> Trata-se do período no qual a história das idéias renovou-se e consolidou-se em função das novas tendências então presentes na historiografia ocidental. Tal processo de renovação e consolidação fez-se acompanhar também de uma relativa diversificação disciplinar: nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha ela se traduziu no aparecimento da New Intellectual History com suas várias tendências metodológicas, enquanto na França, mas também nos EUA, surgiu a História Social das Idéias ou História Sociocultural. Ainda na França, as idéias ocupam lugar privilegiado na "História das Mentalidades" ou, como propõe Chartier, na "História Cultural".

No entanto, a história das mentalidades caiu em declínio na década de 90, uma vez que sofreu várias críticas, pois era dotada de uma "coerência fictícia" e "estável de sentimentos e ideias" e foi acusada de ser pretensiosamente "nova", seja por instaurar modismos tão atraentes quanto passageiros, seja por reeditar o antigo estilo historizante de fazer história, o factualismo, a narrativa memorialista etc. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 102).

Outros campos sucederam-na tal qual o da História Cultural que possibilitou um leque de construções históricas. Conquistou-se uma liberdade que permitiu ao historiador aproximar-se da sociedade e de outras ciências, tais quais, a Antropologia, a Linguística, a Psicologia ou a Ciência Política, para se dedicar às diferenças, debates e conflitos das tradições compartilhadas em diversas culturas. Peter Burke (1992, p. 11) a trata como uma Nova História Cultural e assim a identifica:

> A nova história começou a se interessar por virtualmente toda a espécie humana [...] várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo, a feminilidade, a leitura, a fala e até mesmo o silêncio [...] a base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente construída.

Alguns teóricos que contribuíram para pensar essa nova abordagem foram Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Roger Chartier e, ainda podemos acrescentar à lista Sandra Pesavento, Paul Ricoeur, Roland Barthes, Paul Veyne, Michel de Certeau e Hayden White, dentre outros.

Com o advento dessa nova abordagem, tornou-se possível estudar sujeitos e processos culturais a partir das noções de "práticas" e "representações". Roger Chartier (1990), ao trabalhar a questão dos modelos culturais que envolvem hierarquias ou relações de poder na esfera política, sugere que, ao invés de pensarmos modelos culturais como uma única difusão do Estado, tomemo-los como "tensões" reproduzidas seja pelas diferenças, pela sua "apropriação por imitação social" ou mesmo pela "imposição aculturante". Assim explica Chartier (1990, p. 223):

> Dessas competências e usos culturais, os próprios textos políticos ou administrativos fornecem uma representação, por vezes explícita, na maioria dos casos implícita. Todos eles supõem um destinatário, uma leitura, uma eficácia. Seria necessário relê-los sob esta perspectiva, detectando o modo como têm em conta as capacidades supostas dos seus destinatários imaginados.

Dentre tantos expoentes da nova história Cultural, destaca-se Michel de Certeau, francês, estudioso da filosofia, teologia, da psicanálise e das ciências sociais. Certeau debruçou-se sobre aspectos discursivos e simbólicos da vida sociocultural, desenvolveu ideias de alteridade e, influenciado pela psicanálise lacaniana, voltou o olhar para a constituição do outro, a partir do como este outro é produzido pela linguagem, apenas se tornando "outro" no momento em que se enuncia como outro.

Certeau (1982) pensou em como se produzir história e disseminou a ideia de que a História não estaria relacionada ao objeto e, também, não seria o real, mas uma produção do discurso sobre o real. A história seria uma prática (uma "disciplina"), o seu resultado (o discurso) ou a relação de ambos sob a forma de uma "produção". Assim, ensinou:

> Se recapitularmos esses dados, a situação da historiografia faz surgir a interrogação sobre o real em duas posições bem diferentes do procedimento científico: o real enquanto é o conhecido (aquilo que o historiador estuda, compreende ou "ressuscita" de uma sociedade passada) e o real enquanto implicado pela operação científica (a sociedade presente a qual se refere a problemática do historiador, seus procedimentos, seus modos de compreensão e, finalmente, uma prática do sentido). De um lado o real é o resultado da análise e, de outro, é o seu postulado. Estas duas formas da realidade não podem ser nem eliminadas nem reduzidas uma a outra. A ciência histórica existe, precisamente, na sua relação. (CERTEAU, 1982, p. 40).

O discurso historiográfico, para esse filósofo, estaria relacionado ao lugar de onde se fala, o sujeito, então, estaria inscrito em uma instituição e é essa que norteará o que poderá ser dito ou não dito. A história se produziria por duas vias de trabalho, a história pensável a partir da compreensão dos documentos que trariam as marcas dos possíveis ditos que possibilitariam a escrita, e a história que quer "reconstruir" o vivido – apenas poderia haver a reconstrução, uma vez que o passado estaria morto, não podendo ser trazido de volta em sua forma original.

Certeau também deu destaque a práticas do cotidiano, escrevendo sobre a maneira com que cada um de nós interpreta e lida com a cultura. Também percebeu que o sujeito receptor não é passivo, mas um produtor ativo do conhecimento, pois, consegue sintetizar fragmentos na sua cultura e construir novos conhecimentos e, por isso, a importância de não só falar, mas também escutar o que se diz.

A NARRATIVA E A HISTÓRIA

Para o filósofo Paul Ricoeur (2007), em sua obra *A memória, a história, o esquecimento*, a dimensão do processo histórico do acontecimento e da narrativa é a mesma porque ambos são dependentes; o acontecimento antes de se tornar objeto da história já pertencia à narrativa. Para ele, um conceito pobre de acontecimento torna um conceito de narrativa pobre também.

Em contraposição ao estruturalismo braudaliano, a longa duração descrita em uma narrativa não seria a essência da ação historiográfica. Por outro lado, os acontecimentos podem ser tão marcantes que chegam a determinar fenômenos de longa duração. Questiona-se: qual seria o lugar da narrativa no saber histórico?

Ricoeur (2007) apresenta o acontecimento como uma variável da intriga, e estaria suscetível a transposições notáveis no plano historiográfico, que vão muito além da dita história do acontecimento. Os personagens seriam os agentes e os pacientes da ação

narrada. A ligação entre acontecimento e narrativa não se daria de forma direta, mas indireta, por meio da explicação e aquém da explicação; pode se dar por testemunho e pelo crédito dado à palavra alheia.

A narrativa, antes da narratologia da linguística e da semiótica, estava relacionada à tradição, à lenda, ao folclore e finalmente ao mito. Ela não é uma solução alternativa à explicação ou compreensão. Ricoeur (2007) apresenta a ideia de intriga como um componente de operação historiográfica e a de representação não externa à fase documental e a explicativa. A intriga seria a unidade de sentido que articularia a relação entre estrutura e acontecimento.

A escola narrativista não faz distinção entre compreender e explicar. A questão está em até que ponto a interpretação narrativista dá conta do corte epistemológico que surge entre as histórias que são contadas (*stories*) e a história que é edificada sobre os rastros documentais (*history*). Que diferenças separam a história e a ficção se ambas narram? A mesma história pode ser contada de muitas formas. Considerando que a narrativa literária e a narrativa histórica partilham da mesma estrutura narrativa, abriu-se a possibilidade de pensar a narrativa histórica como ficcional.

A ideia de história como narrativa ficcional nasceu da rejeição da dimensão referencial, a partir da interpretação da teoria saussuriana que pensou a duplicidade significante e significado e a figura do signo (independente da relação com o referente) como tema homogêneo da ciência linguística, como mencionado nos parágrafos anteriores.

Assim, para alguns estudiosos pós-modernistas, como Hayden Whrite, a narrativa histórica seria um signo, tal qual aquele da teoria saussuriana. Paul Ricoeur (2007), no entanto, entende ser desastrosa a visão ficcional da narrativa histórica, pois tira o foco da dimensão referencial.

O DISCURSO E O ACONTECIMENTO

Ingressando agora pelo campo do discurso, é importante iniciar esse assunto mencionando filósofos como o francês Michel Foucault, que foi uma grande expressão da ciência do saber, deixando uma valiosa contribuição ao tratar os discursos enquanto próprios discursos. Em seu livro *Arqueologia do Saber*, Foucault (2002, p. 159) apresenta o seguinte princípio:

> A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de alguma coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um "outro" discurso mais oculto. Recusa-se a ser "alegórica".

O filósofo não considerava o discurso apenas como conjunto de signos ou significados carregados de intenções, mas o compreendia como algo que tem uma complexidade peculiar; há enunciados e relações que o próprio discurso põe em funcionamento. O discurso pode ser objeto de interpretação. Analisar o discurso seria, portanto, colocar em prática regras de formação de conceitos intrínsecas ao próprio discurso e se impõe a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um determinado campo discursivo.

A partir dos fundamentos acima, as Ciências Humanas e Sociais passaram a ver o discurso como um objeto de interpretação. No entanto, surgiram questionamentos em torno de teorias e métodos que poderiam ser utilizados para compreender esse objeto.

Nesse contexto, destacaram-se as ideias do francês Michel Pêcheux[3], mentor da Análise de Discurso Francesa, que foi aluno de Althusser, herdando a ideia de "luta de classes na teoria" e a ideia de mesclar a vertente estruturalista com a abordagem materialista marxista, no entanto, no sentido de aplicá-las à análise do discurso.

A diferença entre Foucault e Pêcheux consiste no fato de que o primeiro entendeu o discurso pelo discurso, afastando-se de teorias marxistas e althusserianas e o segundo acrescentou à formação discursiva aspecto ideológico e trabalhou com o interdiscurso, ou seja, revelando que uma formação discursiva é sempre atravessada por outra de formação ideológica que revela luta de classe, e, por fim, propõe a teoria materialista do discurso fundada em contradições ideológicas. Cumpre dizer, ainda, que Pêcheux diferente de Foucault não se afastou da noção de História, tentando inseri-la dentro de um contexto ideológico e de linguagem.

Ainda a respeito da diferença entre os dois pensadores, o estudioso Roberto Baronas (2011, p. 6), com maior propriedade, esclarece:

> Michel Pêcheux defende que o pensamento foucaultiano da *A arquelogia do saber* se enquadra na tendência historicista, ou no reformismo crítico, pois Michel Foucault em sua metodologia arqueológica "subordina a divisão à unidade, e pensa a contradição como resultado do encontro de contrários preexistentes, separando, assim, a existência das classes e a luta das classes". Nesse sentido, aceitando as proposições de Michel Pêcheux, parece-nos problemática a aproximação que é feita entre as reflexões pecheutianas e foucaultianas sobre discurso e formação discursiva.

Como se percebe das linhas acima, a história está presente no discurso e o discurso na história. Eni Orlandi (2002), traduzindo os ensinamentos do filósofo Michel Pêcheux, explica que a história aparentaria o movimento da interpretação diante dos fatos enquanto a Análise do Discurso trabalharia no sentido de criar um espaço teórico para produzir deslocamentos.

---

3 Esse autor procurou inicialmente fazer uma releitura de Ferdinand de Saussure, propondo que a língua (*langue*) – como sistema – seja a base sobre a qual se devem pensar os processos discursivos, todavia, diferente do estruturalista, faz uma abordagem da análise de discurso como algo que funde a língua, o sujeito e a história.

A aproximação das ciências Linguística, História e Psicanálise fez nascer essa nova abordagem epistemológica, a Análise do Discurso – AD. Uma abordagem que tem sido exitosa em relacionar a língua, a história e o sujeito da linguagem. Sobre ela, Eni Orlandi (2002, p. 20) discorreu:

> A análise do discurso, trabalhando na confluência desses campos de conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essa forma de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso.

O discurso, no entanto, não está adstrito à língua em sua versão estrutural, mas reúne esta e o acontecimento em um sujeito afetado pela história. A linguagem apenas faz sentido porque se inscreve na história. A Análise do Discurso é dinâmica, não segue uma linearidade, não há uma ordem posta em que o receptor e o emissor atuam numa sequência em que um fala e o outro decodifica depois. O que se realiza são processos de significação, ao invés da mensagem, pensa-se o discurso.

Também a AD se difere da hermenêutica, pois não é a interpretação que está em questão, mas sim a compreensão do como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando o próprio gesto da interpretação. Os sentidos se relacionam com o que é dito ali, mas também em outros lugares, há um deslocamento.

Sobre o acontecimento, podemos dizer que existe o fato que não se repete e o relato sobre esse fato; para o filósofo Michel Pêcheux, o acontecimento seria a discursividade e ele até poderia ser absorvido pela estrutura a qual se manteria dando origem a outros acontecimentos. Em seu livro *O discurso: estrutura ou acontecimento*, ilustra o acontecimento com a frase "On a gagné" que aparece geralmente em eventos esportivos, mas que na sua ilustração estava sendo usada para um evento político, ou seja, o sentido do acontecimento pode ser outro. Aquele enunciado então pode ser significado a partir de diferentes construções discursivas.

A MEMÓRIA DISCURSIVA (INTERDISCURSO) E A MEMÓRIA HISTÓRICA

No campo da Análise do Discurso, a memória seria uma das condições para a produção do discurso, pois, dependendo da forma com que ela for acionada, pode dar sentido à relação do sujeito e à situação. Para Eni Orlandi (2002), a memória é tratada como interdiscurso, que seria tudo aquilo que se fala antes em lugar distinto. Sobre a memória discursiva, a autora ensina (ORLANDI, 2002, p. 30):

> A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.

A mesma autora faz a distinção entre interdiscurso, que constituiria o sentido entre o que se está dizendo e o já dito, o intradiscurso, que seria apenas a formulação

daquilo que se diz no momento e o intertexto que seria a relação de um texto com outros no qual o esquecimento não seria estruturante como é para o interdiscurso. É pelo interdiscurso (memória) que se abre espaço para uma voz falar sem nome, pois a memória é afetada pelo esquecimento ao longo do dizer, apenas uma parte do dizível é acessível ao sujeito.

Já no campo da História, existem algumas discussões na tentativa de se compreender a memória. O que seria História? O que seria a Memória? A memória seria interna ou externa? Interna individual, Externa Coletiva. Interna excluir-se-ia a ideia do universal; na externa, apenas o universal significa o coletivo. Nesta parte, apresentaremos uma leitura histórica sobre o olhar da Memória de Maurice Halbwachs (2006) e de Paul Ricoeur (2007).

As lembranças podem ser vistas por dois ângulos: um em torno da pessoa, outro se distribuindo dentro de uma sociedade. A primeira seria a memória individual e a segunda a coletiva. Os dois autores, Maurice Halbwachs e Paul Ricoeur, problematizam pensamentos em torno dessas duas abordagens em seus livros *A memória coletiva* e *A memória, a história, o esquecimento*, respectivamente.

Maurice Halbwachs (2006), diferente da atual visão de proximidade entre a história e a memória, distingue memória e história considerando que a primeira passaria por elementos teóricos metodológicos que limitariam e controlariam a subjetividade, enquanto a memória seria algo mais solto, sem amarras. A memória seria fundamental para a construção da identidade, enquanto a história se traduziria por um instrumento de construção da memória coletiva nacional.

A história seria a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens e só começaria onde terminaria a tradição, momento em que se apaga ou descompõe a memória social (coletiva). Quando a memória "termina", ou seja, quando seus acontecimentos não acontecem mais com frequência, nasce a necessidade de fixá-los por meio da narrativa, considerando que os escritos permanecem, mas as palavras e pensamentos morrem.

O ensinamento a que se propõe Halbwachs (2006) é o de que a nossa memória não está suportada na história contada, mas na história vivida. E, por história, devemos entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período seja diferente de outro. Por meio da memória de outros, como os anciões, podemos fazer uma ligação dos acontecimentos do passado e não só pela história esquematizada em livros. A memória se apreende no passado vivido bem mais do que no passado apreendido pela escrita.

Ao tratar da memória individual, Halbwachs (2006) nos conduz ao entendimento de que ela não é totalmente fechada e, assim, por vezes tem de recorrer a lembranças externas de outras pessoas ou se remeter a lugares para lembrar coisas. Os instrumentos que a memória individual toma emprestado são as palavras e as ideias, e está estritamente relacionada ao espaço e ao tempo.

A memória coletiva, para Halbwachs (2006), contém a individual, mas não se confunde com ela. A memória coletiva pode ter limites mais estreitos ou mais largos de espaço e tempo. A quantidade de lembranças históricas pode aumentar por meio de conversas ou leituras, mas esta é uma memória tomada de empréstimo que não será a do indivíduo.

A memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Nessa memória não há limites definidos como há na história, mas apenas dimensões irregulares e incertas.

A partir das concepção dessas duas memórias, é possível identificar a memória nacional que permite relembrar acontecimentos que deixaram traços profundos e que pode se manter viva por muito tempo em determinada região, grupo, classe profissional ou mesmo na família. A memória autobiográfica, interior ou interna, que seria individual, pessoal. A memória histórica, externa, social e coletiva.

Importa ainda dizer que nós fazemos ligações, reconstruímos, no entanto, as reconstruções já funcionam a partir de linhas delineadas e planejadas por nossas lembranças ou por lembranças de outros. Halbwachs (2006, p. 91) ensina que "[...] a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada". A lembrança seria algo que não se imobiliza no momento em que se recua no passado; ela pode mudar dependendo das condições em que vivemos no momento em que lembramos.

Essa lembrança pode ser enriquecida quando internalizamos experiências e projetamos sobre outras situações externas que, por final, se tornam familiares de modo que uma lembrança não se distinguirá mais da outra. Assim, a lembrança do outro poderá contribuir para a minha, caso encontre alguma relação com acontecimento do meu passado. Halbwachs (2006) aponta no sentido de que as nossas lembranças sobre fatos externos são "memorizadas" quando relacionamos com a nossa própria história.

Vemos que Paul Ricoeur aborda a mesma questão de tratar a memória de forma individual ou coletiva. Mencionando filósofos como Platão e Aristóteles, expõe que a preocupação que se tinha antigamente era saber o que significava ter ou buscar uma lembrança e não enfocava aquele que se lembrava. A problematização quanto ao movimento da memória é contemporânea, proporcionando um fluxo dialógico entre o individualismo metodológico de Durkein e o todo metodológico ao qual se filia Maurice Halbwachs.

Assim, no início do século XX, a memória coletiva e a memória individual são confrontadas. Ricoeur (2007), no entanto, não pretende resolver esse conflito, todavia, respaldado na filosofia, propõe lançar olhares sobre a memória e a história, e, também, sobre memória individual e coletiva.

Inicia, então, pelo olhar interno de Santo Agostinho que, da mesma forma como Aristóteles, compartilhava o pensamento de que a memória é passado, mas um passado oriundo de impressões individuais. Santo Agostinho descobriu o olhar interior e deu

uma grande contribuição quando relacionou a análise da memória à do tempo nos livros X e XI das Confissões. Para o filósofo, é no espaço interior de alma que estão as coisas futuras e as coisas passadas, é lá, também, que o tempo se movimenta. A memória seria o fundamento, o alicerce, a matriz da sua própria identidade, assim como é um elemento que vai fundamentar a consciência.

Ainda dentro desse olhar interior, Ricoeur (2007) aborda John Locke, apresentando as três noções inventadas por esse filósofo: de identidade, de consciência e de si. A identidade seria oposta à diversidade, seria a coisa mesmo e não outra; para Ricoeur (2007), seria "a dobra desse dobrar-se sobre si". A consciência seria "o saber dessa identidade a si". Lock, então, refletiria que a consciência faz a identidade pessoal e que não é a alma que faz o homem, mas a mesma consciência. A partir de então, Ricoeur (2007) conclui que consciência e memória seriam a mesma coisa. O *self* se traduziria por ser a pessoa e também é entendido como aquele que imputa a si os seus atos. Ricoeur (2007) critica a filosofia de Lock pois ela seria ensimesmada e intransigente.

Destaca-se a ideia de se constituir diferenças entre o eu e o outro, a identidade pressupõe a ideia de diferença do eu e do outro, assim como os diferentes "eu" possuem diferentes memórias. A memória, então, é trazida para a construção do "eu".

Depois de Lock viria Edmund Husserl com o seu olhar interior decorrente de uma filosofia transcendental da consciência, aproximando-se de Santo Agostinho. Husserl trata a consciência a partir de fluxos e esse possibilita transitar pelo passado e pelo futuro. Para o filósofo, apenas se pode ter acesso à constituição absoluta do fluxo se relacionado com algo que dura. O fluxo absoluto se traduziria por ser a consciência primária. O filósofo ensina que, para ter algo que dure, é preciso ter um fluxo que se constitua ele mesmo.

Ricoeur (2007) também questiona a dinâmica apresentada por Husserl sob o aspecto de que, considerando a constituição por si do fluxo temporal na relação da imagem presente com algo ausente, estaria reduzindo a própria concepção de tempo. Passa, então, a analisar sob aspecto da modificação em oposição à fenomenologia husserliana, pois essa pouco consideraria a reapropriação do tempo perdido, ou seja, a relembrança. Nesta vertente, a consciência não bastaria por si só, Ricoeur (2007) questiona se a memória se construiria sozinha ou no embate de outras memórias.

Ao tratar do olhar exterior, Ricoeur (2007) cita Maurice Halbwachs, reconhecendo a inovação deste filósofo quando atribui a memória diretamente a uma entidade coletiva. Menciona a importância dos lugares e do testemunho do outro para a recordação da lembrança, dando destaque aos apoios externos para a manutenção da memória já que não nos lembramos sozinhos. No entanto, Ricoeur (2007) não se filia totalmente a essas ideias, pois seu pensamento caminha para a constituição de um terceiro elemento: nem a sociologia da memória coletiva nem a fenomenologia da memória individual. Para Ricoeur (2007) haveria um terceiro tipo de memória que se aproximaria dos dois, uma memória compartilhada, como exemplo, a memória de pequenos grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão, nota-se que a ciência é construída, modificada, aproximada ou distanciada de outras e até reconstruída a partir dos aportes teóricos reflexivos sobre o seu objeto.

Cada teoria cria o próprio objeto que não se confunde com o mundo observado. Borges Neto (2004) ensina que o mundo teórico não é feito apenas pelos "fatos observáveis (fenômenos)", mas também pelas "entidades teóricas"; a ciência está em constante evolução.

No caso da linguística, é possível até pensar que não teria apenas um único objeto, mas várias apropriações relativas a investigações na área, ideia que destoaria do pensamento saussuriano de encontrar um objeto homogêneo.

No caso da História, após as reflexões da Escola dos Annales, houve uma abertura para aproximações com a filosofia, a economia, as ciências sociais, a linguística, a psicologia, assim como houve uma nova leitura do marxismo que, atualmente, procura contrair relações com outras formas de pensar o mundo.

A Análise do Discurso já nasceu de uma forma multidisciplinar se aproximando de outras ciências, no entanto, não é subserviente a elas, pois possui características próprias como visto neste texto.

REFERÊNCIAS

BARONAS, R. L.; AGUIAR, G. F. de. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: o político na charge. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 165-182, 2. sem. 2009.

_____. Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pêcheux: notas de leitura para discussão. *V SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2011.

BORGES NETO, J. *Ensaios da filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

BURKE, P. (Org.). *A escrita da história – novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista - UNESP, 1992.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da História:* ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, M. de. *A Escrita da história/Michel de Certeau.* Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

REIS, J. C. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RICOEUR, P. *A memória, a História, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SPINA, S. *Introdução à edótica:* Crítica textual. 2. ed. revisada e atualizada. São Paulo: Ars Poética; EDUSP, 1994.

O FUNCIONAMENTO DA CATEGORIA DE *ETHOS* SEMIOTIZADO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE MARCELA TEMER

Criseida Rowena Zambotto de Lima ✉
Alex Feitosa Oliveira ✉

APRESENTAÇÃO

O pronunciamento de Marcela Temer, no lançamento do Programa Criança Feliz, fez emergir a imagem de um *ethos* cujo objetivo era o de projetar uma imagem carismática, benemérita da mulher do presidente no cenário nacional político e desconstruir outros *ethe* a ela atribuídos na cena midiática, antes de Michel Temer assumir a presidência do Brasil. Em seu discurso, diversas estratégias são mobilizadas com o intuito de obter a adesão dos coenunciadores, notadamente os mais conservadores, a fim de dar o tom político e conservador da gestão do atual presidente.

Neste artigo, perscrutamos o funcionamento do discurso desse pronunciamento, assim como a emergência de determinada instância enunciativa subjetiva, a partir da multiplicidade semiótica envolvida na cena midiática e política, nas quais o pronunciamento se apoia para circular. Para a análise do *ethos* de Marcela, levamos em consideração não apenas os enunciados linguísticos, mas também a cenografia instaurada na enunciação, bem como elementos nem sempre privilegiados na análise do discurso, majoritariamente centrada em materiais linguageiros dos níveis escritos e orais. Para tanto, consideramos outras configurações icônicas, tais como, o figurino, o corpo, o tom de voz, as cores e a postura que mobilizam índices no coenunciador para endossar comportamentos ideais da mulher junto a uma comunidade de posicionamento conservador. Dessa maneira, propusemo-nos a investigar a constituição da *imagem de si* construída a partir desses vários índices, não apenas os verbais, seguindo o princípio de que uma semântica global rege e filtra o funcionamento discursivo.

Para analisar nosso objeto, com base no mirante da Análise do Discurso de orientação francesa, apoiamo-nos em Maingueneau (2005, 2008a, 2008b, 2008c, 2015), no que diz respeito a suas leituras e releituras acerca de *ethos* e cena enunciativa; em Amossy (2005), no que se refere a sua concepção de *ethos* e estereótipo e em Baronas (2011), Carreon e Manzano (2016), cuja releitura do conceito de *ethos* propõe uma ramificação que abrange a configuração de um *ethos semiotizado*[4]. A partir dessas bases, problematizamos a dificuldade imposta aos pesquisadores que se aventuram a revisar teorias e metodologias de análise, até então centradas apenas na língua, pois não conseguem mais negar as materialidades multissemióticas como elementos que contribuem para o funcionamento do discurso.

CAMINHOS PARA A COMPREENSÃO DO *ETHOS*

Dominique Maingueneau (2005), sob o mirante da Análise do Discurso Francesa, reconfigura a noção de *ethos*, pensando-a não mais como dado preexistente, ferramenta argumentativa do *ethos* retórico na perspectiva aristotélica, mas em termos de processo enunciativo. Para o autor, determinados sujeitos são levados a se inscreverem em uma determinada posição discursiva, num processo de interação que tem por finalidade "causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança" (MAINGUENEAU, 2015, p. 13). Destarte, o sujeito se constitui numa instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso, na enunciação, como uma "voz", associada a um "corpo enunciante" sócio-historicamente determinado.

---

4 Termo utilizado por Baronas (2011).

Essa imagem discursiva de si é ancorada em representações fixas ou, como afirma Amossy (2005, p. 221), em um "arsenal de representações coletivas que determinam, parcialmente, a apresentação de si e sua eficácia em uma determinada cultura". Essas representações cristalizadas funcionam como um filtro, pré-construções, que permitem postular equivalências, semelhanças, identificações, agindo como um modelador da homogeneização e estabilidade de sentidos.

De acordo com Maingueneau e Charaudeau (2008), o *ethos* discursivo mantém estreita relação com imagens prévias que o coenunciador tem do enunciador, bem como com a ideia que este faz de seu público. Essa afirmação se faz relevante, no sentido de perscrutar como, no pronunciamento de Marcela Temer, são acionados elementos semióticos assentados em representações estabilizadas sobre ser mulher, a fim de consolidar uma imagem diversa da circulada pela mídia antes da posse de Michel Temer. Antes de realizarmos a problematização acerca de *ethos* para Maingueneau e a derivação proposta por Baronas (2011), Carreon (2016) e Carreon e Manzano (2016), vamos localizar o leitor no contexto sócio-histórico no qual a cena política e midiática faz emergir as imagens de Marcela Temer.

BELA, RECATADA E DO LAR

Marcela Temer estreia na cena política e midiática do país no dia da posse do primeiro mandato da presidenta Dilma. Os olhares curiosos se voltam para a esposa do então vice-presidente que aparenta ser bem mais jovem do que Michel Temer. Além do fato propalado nas revistas sobre a diferença de idade, outro aspecto bastante comentado foi a questão de Marcela representar os padrões de belezas impostos atualmente pela sociedade ocidental.

Apesar de na mídia nacional circularem poucas fotos e fatos sobre a vida da esposa de Michel Temer, algumas informações e imagens são associadas ao conjunto de representações coletivas sobre ser mulher, jovem, bonita e casada como um homem bem mais velho e vinculado às esferas do poder político e financeiro. Grosso modo, configuram-se imagens pré-estabelecidas sobre de que lugares e posições discursivas ela poderia enunciar.

As representações sobre Marcela voltam à cena midiática quando, no Brasil, há uma articulação política com a finalidade de se realizar um *"impeachment"* da presidente Dilma. Michel Temer assume como presidente interino e o desenho político do país apontava para o fato de que ele seria o presidente do Brasil. Teríamos, dessa forma, não mais uma mulher de esquerda no poder, mas sim um homem, jurista, casado e de direita que apoiou a retirada da presidenta do poder. Nessa conjuntura, a memória coletiva acionaria o lugar que poderia ser ocupado por sua esposa no cenário político que se desenhava. Um dia depois da votação na Câmara dos Deputados à admissibilidade do processo de destituição do cargo da presidente Dilma Rousseff, circulou uma reportagem na *Revista Veja*, com a finalidade de apresentar a "quase primeira-dama" aos leitores (alguns eleitores), em sua maioria apoiadores do *impeachment*, conservadores.

Figura 1

Marcela Temer: bela, recatada e "do lar"

A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice

Por **Juliana Linhares**
18 abr 2016, 19h14

Marcela, mulher do vice, Michel Temer: jantares românticos e apelidos carinhosos (Bruno Poletti/Folhapress)

Fonte: Veja.com

A matéria intitulada "Bela, Recata e 'do Lar'" trazia um fiador que apresentava, em tom de exaltação, a representação da família tradicional, em voga nas discussões políticas, e o papel da mulher a ser ocupado nessa sociedade conservadora e cristã. O objetivo do texto era a busca por adesão ao "novo" modelo político proposto para o país. O perfil de Marcela Temer foi publicado como um apêndice do texto sobre seu marido: "A hora e a vez do vice". Descrita como uma mulher "de sorte", "43 anos mais jovem do que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice". Ao longo de cinco parágrafos, o texto evidencia as "qualidades" de Marcela: "é uma vice-primeira-dama do lar", "sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada". O enunciador da matéria reforça os estereótipos da maternidade plena, da beleza feminina europeizante, do comportamento recatado, assentados em representações coletivas do que seja uma mulher casada, cristã, dedicada exclusivamente ao lar e ao filho.

A revista *Veja* apresenta outros fiadores do *ethos* de Marcela, como no caso da irmã: "Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada", e de uma estilista famosa: "ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras" para atestar um modo de ser e se vestir que condiz com a imagem que querem construir dela. Desse modo, podemos observar como a descrição, via materialidade linguística, das roupas, cores e modos de ser destacam a relevância que outras semioses apresentam na legitimação do *ethos* que se quer projetar. Apesar de a revista acionar a memória conservadora da mulher, tentando levar o coenunciador à incorporação desse estilo de vida e, por fim, à constituição de uma comunidade dos que aderem a esse posicionamento no discurso, a matéria trouxe outros efeitos de sentido que fizeram com que coenunciadores, localizados em outra posição discursiva, criticassem o fato de, diante do caos econômico no qual o país estava submerso, o então interino ostentasse condições luxuosas de vida, como observados nos seguintes enunciados da revista: "o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius", a quase primeira-dama frequenta um salão de beleza "famoso pela clientela estrelada", "nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele", "deixa os seguranças do lado de fora".

Os efeitos de sentido gerados pela matéria estão ligados ao posicionamento, não só do fiador da revista, mas também ao do coenunciador que incorpora o *ethos* de Marcela como o de alguém que esbanja recursos em um momento no qual a crise financeira é divulgada pela mídia e em nada se assemelha à singeleza anunciada pelos fiadores. Os *ethe* incorporados pelos coenunciadores divergem, desse modo, do *ethos* visado e apresentado pelos fiadores no texto.

Na esteira das críticas relacionadas à questão do consumo e gastos de Marcela, um jornal suíço publicou uma matéria na qual Marcela Temer é comparada à rainha francesa Maria Antonieta, cujos hábitos extravagantes, de luxo e riqueza, contrastavam com a situação socioeconômica do país: "a nova primeira-dama Marcela Temer gasta com prazer o dinheiro dos outros. Ela ocupa em sua residência 50 empregados. Às custas do Estado", "Durante um encontro de cúpula da ONU, cujo tema era a sustentabilidade, ela mandou organizar um desfile de moda de joias"[5], finaliza o jornal *Tagesanzeiger*.

Todas essas informações, associadas às poucas imagens de Marcela Temer que circularam anteriormente na mídia, contribuíam para a construção de *ethe* que ora a colocam na posição de mulher jovem, fútil e extravagante. Essas imagens prévias, *ethe* pré-discursivos, evidentemente foram levadas em consideração, quando à imprensa e à sociedade se pronunciaria oficialmente como primeira-dama para um programa de assistência social. Em sua aparição pública podemos observar em seu discurso diversas estratégias utilizadas na elaboração da construção de uma imagem como embaixadora do programa de assistência Criança Feliz, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Como afirmado na introdução, essas estratégias discursivas serão objeto de análise neste artigo.

A NOÇÃO DE *ETHOS* DISCURSIVO

A concepção de análise, neste trabalho, como já anunciada anteriormente, baseia-se no entendimento de que o *ethos* é uma noção discursiva construída por meio do discurso. Desse modo, a partir do proposto por Maingueneau (2005, 2008a, 2008b, 2008c, 2015) e Amossy (2005), compreendemos essa instância subjetiva observando os índices deixados no texto pelo enunciador. Esses autores afirmam que, por meio de marcas na materialidade discursiva, ascendemos à imagem do enunciador através da recorrência com que aparecem. Essas pistas colaboram para que o coenunciador construa uma determinada imagem do enunciador no processo de enunciação.

Nessa visada, o *ethos* de um discurso resulta de uma interação de diversos fatores, pois quando um sujeito produz uma enunciação, constrói uma *imagem de si*, dialogando com o que foi dito antes, reatualizando esse já-dito, retomando um imaginário discursivo constituído por representações ligadas ao "mundo ético", como afirma Baronas (2011, p. 404),

5 Tradução em: <http://www.tijolaco.com.br/blog/jornal-suico-compara-marcela-temer-maria-antonieta/>. Acesso em: 15 ago. 2017.

> [...] o *ethos* de um discurso resulta de uma interação de diversos fatores. Com efeito, quando o sujeito produz uma enunciação, constrói uma imagem de si, um "*ethos* efetivo". No entanto, essa imagem de si dialoga numa dupla via de mão dupla, por um lado, com algo que foi dito antes, independentemente, em outro lugar, o *ethos* pré-discursivo, e, por outro, com a reatualização desse já-dito, o *ethos* discursivo. O pré-discursivo e o discursivo, por sua vez, dialogam com uma memória do dizer, um imaginário discursivo constituído de estereótipos ligados a mundos éticos. Essa memória do dizer, todavia, sustenta tanto o *ethos* dito quanto o *ethos* mostrado e estes, por sua vez, também numa dupla via de mão dupla sustentam o ethos discursivo.

Desse modo, o *ethos* mantém uma relação estreita com as imagens que o coenunciador acede do enunciador. Essa apresentação de si no discurso não se limita a uma encenação, mas a uma inscrição de legitimação, ancorada em estereótipos, representações coletivas que determinam, parcialmente, a apresentação de si e sua eficácia em uma determinada cultura (AMOSSY, 2005, p. 221). Para tanto, um arsenal de estratégias é utilizado com o objetivo de fazer com que se atribuam certas propriedades à instância posta como fonte, de modo a "causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança" (MAINGUENEAU, 2008a, p. 13).

Maingueneau (2008b, p. 11) considera a noção interessante porque permite "articular corpo e discurso", sendo concebida como uma "'voz', associada a um 'corpo enunciante' historicamente especificado". Além disso, a construção do *ethos* nos permite depreender o caráter e a corporalidade de quem está enunciando. Sendo assim, todo texto[6] possui um *ethos*, uma vocalidade (ou tom), que permite remetê-lo, em função do seu modo de dizer e da compleição do corpo, a uma fonte enunciativa que dá autoridade ao que é dito, isto é, a uma "instância subjetiva que desempenha o papel de fiador". Essa instância subjetiva é uma representação que o leitor faz do enunciador a partir de índices de diversas ordens. Esse corpo enunciante se apoia em representações coletivas para se manifestar, desse modo, incorpora elementos pré-construídos e cenas para enunciar a partir de um posicionamento.

A escolha de determinados recursos para a construção de um *ethos* seria o resultado de forças coercitivas às quais os discursos necessariamente obedecem. Assim, "cada discurso define o *estatuto* que o enunciador deve se atribuir e o que deve atribuir a seu destinatário para legitimar seu dizer" (MAINGUENEAU, 2008c, p. 87, grifo do autor). Segundo a hipótese de Maingueneau, a seleção e a organização dos elementos de um discurso deriva de uma semântica global que restringe e rege todas as dimensões do discurso. Essas restrições são próprias de cada posicionamento discursivo circunscrito sócio-historicamente em um campo discursivo. Esses posicionamentos são inseparáveis da comunidade que os elabora e os põe em funcionamento. Os discursos, desse modo, são regidos por uma semântica global, conjunto de restrições que dão certa coesão entre o dito, o dizer e o modo de legitimação e de inscrição histórica de um sujeito em determinado posicionamento. Tal sistema rege todos os planos da discursividade e não se limita a produções de ordem verbal, mas abrange diversos tipos de produções semióticas.

---

6 Para o autor, textos são "os diversos tipos de produções semióticas que pertencem a uma prática discursiva" (MAINGUENEAU, 2008a, p. 139).

O discurso pressupõe instaurar e legitimar o quadro de sua enunciação, isto é, instituir uma cena para ser enunciado e legitimado. É por meio do *ethos* que o enunciador se inscreve nessa cena e tem por função legitimá-la. A cena enunciativa é a própria situação de enunciação, é uma dimensão construtiva do discurso que integra de fato três cenas: "englobante", "genérica" e "cenografia". A primeira atribui um estatuto pragmático ao tipo de discurso a que pertence o texto. A segunda é definida pelos gêneros do discurso e implica uma cena específica e a terceira é imposta pelo gênero, mas construída pelo próprio discurso. A cenografia é o modo de legitimar o discurso, elemento necessário para a construção do *ethos.*

Interessa-nos, neste artigo, mostrar a relação que Maingueneau (2005, p. 77) estabelece entre a noção de *ethos* e de cenografia:

> [...] a cenografia, como o ethos que dela participa, implica um processo de enlaçamento paradoxal: desde sua emergência, a fala supõe uma certa cena de enunciação que, de fato, se valida progressivamente por essa mesma enunciação. A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la.

Desse modo, estudar o *ethos* e a cenografia significa observar os índices do discurso, levando-se em consideração a reflexividade enunciativa (MAINGUENEAU, 2005), pois, ao enunciar a instância subjetiva, constrói um *ethos* que dela participa, captando o coenunciador em sua cenografia. Conforme o esquema tradicional de Maingueneau (2008b, p. 71), "O *ethos efetivo* seria revelado a partir da cena enunciativa e da interação entre o *ethos pré-discursivo* e o *discursivo*, sendo este constituído também pela relação que se dá entre o *dito* e o *mostrado".* Para a análise do *ethos* de Marcela Temer, que acede em seu pronunciamento, foi necessário operar com a reconfiguração desse esquema, a partir do proposto por Baronas (2011), Carreon e Manzano (2016). Desse modo, trataremos da categoria *ethos semiotizado* na sessão seguinte.

MULTIMODALIDADE E A NECESSIDADE DA CATEGORIA DO *ETHOS SEMIOTIZADO*

Na contemporaneidade, a evidência de que grande parte da comunicação é multimodal tem forçado os analistas do discurso a renovarem seu aparato teórico-metodológico-analítico para interpretar os complexos dispositivos e estratégias que envolvem a produção de sentidos pela relação entre elementos multissemióticos. Essa necessidade é imposta pela transformação das discursividades que forjam um complexo conceito de discurso e de enunciado para além da tradição dos estudos sobre a língua. A análise dessas materialidades, apesar de não ser recente, historicamente não tem privilegiado elementos que escapam ao verbal.

De acordo com Maingueneau (2015, p. 160), as problemáticas ligadas à multimodalidade se dão devido ao aumento do número de enunciados que "comportam elementos icônicos [...], o que afeta a própria noção de texto, tanto que se fala, às vezes, de 'iconotexto' para designar as produções semióticas em que imagem e fala são indissociáveis". Essa evidência tem incitado pesquisadores a propor modelos de produção e análise nos quais o verbal e o não-verbal se articulem.

> Tal ampliação da unidade de análise não significa que os diversos domínios sejam isomorfos em seu modo de estruturação, mas apenas que o sistema da formação discursiva deve restringir esses modos de estruturação, quaisquer que eles sejam. Certamente, as produções linguísticas têm nisso um papel dominante, mas que não poderia ser exclusivo (MAINGUENEAU, 2008c, p. 139).

Assim posto, as práticas discursivas intersemióticas sofrem as mesmas restrições dos discursos verbais. Assentados nesse princípio, portanto, propomo-nos observar a irrupção do *ethos* em iconotextos, como o do pronunciamento audiovisual de Marcela Temer. Para tanto, na tentativa de operacionalizar o conceito de *ethos* no objeto que sustenta a interrelação do linguístico com o icônico, baseamo-nos em Baronas (2011), Carreon e Manzano (2016) para descrever/interpretar como emergem na enunciação determinadas matérias significantes não-verbais, engendradas não só na relação entre o *dito* e o *mostrado*, mas, sobretudo, na relação entre esses últimos e o *ethos semiotizado*.

Ao apresentar a noção de *ethos*, Baronas (2011) retoma os trabalhos de Maingueneau para descrever o modo de emergência de determinadas instâncias subjetivas, apontando que os sujeitos ativam determinadas *imagens de si* não só a partir do que dizem e mostram, mas do que também semiotizam. Partindo dessa compreensão, Carreon (2016, p. 76) descreve a categoria de *ethos semiotizado* como constituída "por meio de construções não verbais" ou por "produções não linguísticas", que interage com as instâncias do *ethos dito* e *mostrado* para contribuir com a construção de um *ethos* efetivo. Não tem a ver com estratégias de manifestações, mas com a possibilidade de o enunciador discursivizar a partir de uma semiose icônica. Carreon e Manzano (2016, p. 13) asseveram que "é importante ter em conta que o ethos semiotizado não deixa de ser da mesma ordem do dito e do mostrado, sendo ele uma subdivisão de um ethos discursivo".

Na esteira dessa formulação, a compreensão dos elementos não-verbais associados à cena de enunciação do discurso faz com que a análise do verbal esteja imbricada à não-verbal para compreender a construção do *ethos* discursivo "de modo a estabelecermos que, de fato, as produções de ordem não linguística não são apenas 'apoio' de sentido, mas produtoras de significações próprias" (CARREON, 2016, p. 3).

No campo do *ethos semiotizado*, corpo, vestimenta, cores e outros elementos semióticos são considerados e corroboram para a legitimação do *ethos* discursivo. Para tanto, a memória do dizer, imaginário discursivo constituído por estereótipos ligados a mundos éticos, sustenta o *ethos* tanto *dito*, o *mostrado*, como o *semiotizado.* Todas essas categorias são embasadas em representações sociais nas quais os sujeitos estão imersos. Sendo assim, os elementos da ordem do não-verbal também recuperam a memória social e constroem *imagens de si* através de características partilhadas por determinados posicionamentos.

MARCELA EM CENA

O pronunciamento de Marcela Temer enquadra-se em uma cena enunciativa delimitada pelo espaço político e midiático; nela verificamos a emergência de um *ethos* que recupera do imaginário social discursos sobre ser mulher. Como sua fala foi capturada e transmitida por mídia audiovisual[7], temos uma materialidade ao mesmo tempo visual, sonora e verbal mobilizando a memória discursiva, produzindo efeitos de sentido que validam a cena que o enunciador propõe construir. Desse modo, não há como não levar em consideração, para a análise do *ethos* visado, os elementos multissemióticos que se imbricam na construção dessa instância enunciativa, sendo necessária a utilização do conceito de *ethos semiotizado* como categoria produtiva.

O vídeo analisado é um recorte de três minutos da parte específica na qual Marcela realiza a leitura de seu discurso. O objetivo de sua fala era o de apresentar-se como embaixadora de um programa social do governo destinado a crianças de 0 a 3 anos de idade. Seu texto pouco diz sobre o programa, o que claramente demonstra a função desse pronunciamento na cena política: apresentá-la como primeira-dama e, de certa maneira, dar o tom do lugar que ocupará na nova gestão do país. Segue o conteúdo do pronunciamento:

> Bom dia a todos presentes, autoridades, convidadas, convidados, jornalistas, quem ajuda os outros muda histórias de vida, por isso fico feliz por colaborar com causas sociais do nosso país. Cada brasileira, cada brasileiro desde a gestação, importa para o desenvolvimento do Brasil. As nossas responsabilidades aumentam a cada dia e os desafios também. Meu trabalho será voluntário para sensibilizar e mobilizar setores da sociedade em torno de ações que possam garantir melhoria na vida das pessoas. Começo pelo apoio ao que acredito ser uma das bandeiras mais relevantes e com maior resultado a médio e longo prazo: os cuidados e estímulos ao desenvolvimento das crianças durante a primeira infância. O momento mais importante para a mobilização das habilidades e competências humanas são os primeiros anos de vida. É nesse período que nossos filhos percebem que são amados e aprendem a amar. Esse sentimento os guiará por toda a vida. Cada vez que beijamos nossos filhos pequenos, que conversamos com eles, cada vez que os carregamos nos braços, que lemos uma história ou cantamos uma canção de ninar estamos ajudando no seu desenvolvimento. O que nós mães percebemos instintivamente tem sido comprovado pela ciência. Nós pais, cuidadores influenciamos de forma decisiva a criança nos seus primeiros anos de vida. Cercada de carinho e cuidados específicos desde a gravidez, uma criança terá mais possibilidade de aprendizado quando chegar à escola. Os cuidados na primeira infância, por exemplo, ajudam a inibir o comportamento agressivo e violento na adolescência. Dessa forma esse adolescente se tornará um adulto mais preparado para a vida. O programa Criança feliz, senhoras e senhores, na sua plenitude, atenderá ao longo do tempo, milhões de pequenos e pequenas que já são atendidos pelo programa Bolsa família. É isso que o Brasil espera de nós. Compromisso no presente para que o futuro de todos seja melhor. Muito obrigada.[8]

---

7 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n7ZS4GL7PZw>. Acesso em: 26 set. 2016.

8 Transcrição realizada a partir do áudio do vídeo disponibilizado em: <https://www.youtube.com/watch?v=n7ZS4GL7PZw>. Acesso em: 26 set. 2016.

Em tom plácido e pausado, Marcela coloca-se como mãe, cuidadosa e dedicada para com seus filhos: "O que nós mães percebemos instintivamente tem sido comprovado pela ciência", "cada vez que beijamos nossos filhos pequenos, que conversamos com eles, cada vez que os carregamos nos braços, que lemos uma história ou cantamos uma canção de ninar estamos ajudando no seu desenvolvimento". Podemos verificar a emergência de um *ethos* que recupera enunciados cristalizados na memória coletiva e no imaginário social sobre ser boa mãe, cuidadosa, dedicada, carinhosa e "do lar".

Para a construção desse *ethos*, o fiador assume um caráter e uma corporalidade próprios dos estereótipos da imagem conservadora de mulher: a única responsável pela educação e cuidados do filho, aquela que, não tendo conhecimentos científicos, instintivamente é predestinada biologicamente a conhecer sobre o desenvolvimento infantil. O que gera essa cena maternal é a corporalidade assumida pela fiadora e o tom cuidadoso e comedido ao falar sobre o cuidar e educar crianças.

Esses enunciados reproduzem representações cristalizadas de funções atribuídas à mulher, requisitos indispensáveis à sociedade patriarcal, conservadora e a uma bancada evangélica que fortemente tem conquistado espaço no governo. Assim, capta-se o discurso assentado na *doxa* de que a mulher nasceu para cuidar dos filhos e da casa, cuidados esses que dependem da mãe chamada a cumprir sua missão. Para além das questões referentes aos cuidados e carinho, o discurso ainda aciona pré-construídos sobre a influência que essa "boa mãe" tem sobre o comportamento de seus filhos: "os cuidados na primeira infância, por exemplo, ajudam a inibir o comportamento agressivo e violento na adolescência", culpabilizando aquela que não se "dedica" à sua prole pela possível violência instaurada na sociedade. O discurso se assenta, portanto, em um posicionamento patriarcal que reforça estereótipos machistas que veem a mulher como "do marido", "dos filhos" e "do lar".

Sobre o filtro da semântica global do discurso acerca da mulher, o *ethos* se semiotiza por meio de recursos que retomam/reforçam imagens cristalizadas nas representações sobre mulher-mãe em nossa sociedade. Como desdobramento dos planos constitutivos da semântica global, a cenografia vai sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação. O fiador, por meio da cenografia, assume essa função e elabora um *ethos* de "bela, recatada e do lar", eternizado na matéria da revista *Veja*, dirigindo-se ao coenunciador de modo plácido e reservado para que este assuma esse *ethos* projetado para si.

No campo do *ethos semiotizado*, conforme podemos observar no vídeo e na foto divulgada, o corpo significante carrega uma postura comedida, os movimentos restritos, o penteado simples, a opção por seu vestuário: um vestido claro, rendado, de comprimento abaixo do joelho, a altura mediana da sandália em tom pastel; não é possível observar o uso de joias, sua maquiagem é discreta. Há, portanto, toda uma compleição que compõe o *ethos*, validando o que é mostrado por meio de uma leitura pausada, voz em tom regular, interrompida por olhares direcionados ao público, em tom doce e maternal, com leve sorriso em seu rosto, movimentos suaves e contidos. Essas imagens têm lugar na memória coletiva e colaboram para a legitimação do que é dito e do modo de dizer instaurado nessa cena enunciativa. A imagem de Marcela é reconstruída, desse modo, desde a matéria da revista *Veja*. As poucas fotos que circularam na mídia, antes da posse de Temer como presidente interino, destoam da imagem visual apresentada pela primeira-dama principalmente no que se refere aos tons de roupa, tipos de penteados, maquiagem e uso de acessórios.

Figura 2

Fonte: UOL

Todo esse universo multissemiótico acionado colabora para compor a imagem de mulher, recatada, singela, boa mãe que se quer construir. A partir da memória acionada pelos recursos verbo-visuais, como observamos na Figura 2, o fiador evoca a imagem conservadora da mulher que deve passar a maior parte do seu tempo em casa, cuidando das tarefas domésticas, sendo discreta, delicada e cuidadosa. A presença constante nos enunciados desse estereótipo visual recupera nessa cenografia discursiva a memória social, os elementos históricos e culturais que reforçam discursos que parecem funcionar como uma espécie de silenciamento à possibilidade de uma mulher ascender, ou estar, no poder. Notadamente esse tipo de subalternidade a que é colocada a mulher nesse discurso que recupera o primeiro-damismo é extremamente funcional quando uma mulher foi retirada da administração do poder maior do Estado.

Figura 3

Fonte: O Globo

Na cena midiática e política instaura-se um modelo de mulher e mãe a ser seguido pelos coenunciadores que aderem a esse *ethos*. Por meio de uma compleição corporal e de um caráter, traços "psicológicos", Marcela Temer apresenta-se com expressão serena, em um ambiente iluminado em tons de azul estabelecendo, assim, relação direta à posição social que irá ocupar e a serenidade necessária ao momento. Não ascende a uma posição de poder, evidentemente, pois isso contrariaria o *ethos* que se construía na enunciação, mas a um lugar, restrito e possível como esposa de um homem no cargo máximo de um país: primeira-dama.

Seu pronunciamento encarna a mulher como aquela que, atenta exclusivamente aos filhos e ao lar, se voluntaria no trabalho de "ajuda" a crianças, colocando o "instinto materno" em prática, como uma obrigação social: "quem ajuda os outros muda histórias de vida, por isso fico feliz por colaborar com causas sociais do nosso país". Suas funções, como observado no enunciado: "meu trabalho será voluntário para sensibilizar e mobilizar setores da sociedade", restringem-se a "ficar feliz", "colaborar", "sensibilizar" e "mobilizar", resgatando com força elementos históricos que fortalecem ondas conservadoras que consideram a condição subalterna da mulher e o direito social como filantropia.

Todo esse discurso constrói um *ethos* benemérito assentado nas nuances do que se compreende ser o primeiro-damismo, decorrente de uma cultura política que deveria ter sido superada com a instauração do projeto democrático. A sustentação de um *ethos* de primeira-dama desponta como fundamental para prolongar e consolidar o estatuto, o poder e a popularidade do marido, uma vez que essa figura estaria diretamente relacionada à mulher e esteve sem representatividade no governo de Dilma.

CONSIDERAÇÕES

O pronunciamento de Marcela Temer reivindica um *ethos* de primeira-dama, benemérita, mulher e boa mãe que permite ao coenunciador aderir ou não ao posicionamento encarnado da fiadora do discurso. A seleção dos elementos de construção desse *ethos* evoca uma imagem de mulher-mãe ideal consoante uma sociedade conservadora e patriarcal. Por meio de sua própria enunciação e apoiando-se em estereótipos culturais, a enunciadora encarna o que prescreve, não só pela maneira de dizer, mas também por meio de um caráter e de uma corporalidade construídas tanto linguisticamente como pelo uso de outras materialidades semióticas.

Tradicionalmente definido como a *imagem de si* no discurso, os deslocamentos epistemológicos e metodológicos e analíticos, propostos por estudiosos como Baronas (2011) e Carreon e Manzano (2016), tornam-se necessários para tratar da multimodalidade que reclama lugar na análise do discurso.

Nosso objetivo foi interpretar, por meio da categoria proposta pelos autores citados, como na enunciação audiovisual de Marcela emergem determinadas imagens, engendradas não só na relação entre o *dito* e o *mostrado*, mas, sobretudo na relação entre esses e o *ethos semiotizado.* Todas essas categorias são embasadas em representações sociais nas quais os sujeitos estão imersos. Sendo assim, os elementos da ordem do não-verbal também recuperam a memória social e constroem *imagens de si* através de características partilhadas por determinados posicionamentos.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso:* a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

BARONAS, R. L. *Ensaios em análise de discurso:* questões analítico-teóricas. São Carlos: EDUFSCar, 2011.

CARREON, R. O. Ethos semiotizado: imagens de Dilma Rousseff no *Facebook*. In: BARONAS, R. L. et ali. *Análise do Discurso:* entorno da problemática do ethos, do político e de discursos constituintes. Campinas: Pontes, 2016.

CARREON, R. O.; MANZANO, L. C. G. Corpo ferido e ethos semiotizado em campanhas de combate à violência contra a mulher. *Revista latinoamericana de estudios del discurso,* v. 16, n. 1, p. 7-22, 2016.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso.* São Paulo: Contexto, 2008.

Jornal suíço compara Marcela Temer a Maria Antonieta. Disponível em: <http://www.tijolaco.com.br/blog/jornal-suico-compara-marcela-temer-maria-antonieta/>. Acesso em: 26 set. 2016.

LINHARES, J. *Marcela Temer:* bela, recatada e "do lar". Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 26 set. 2016.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso.* São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

_____. A noção de ethos discursivo. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 11-29.

_____. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

_____. *A gênese dos discursos.* São Paulo: Parábola Editorial, 2008c.

_____. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso:* a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005. p. 68-92.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: EdUNICAMP, 1997.

O GLOBO. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/marcela-temer-lanca-projeto-discurso-repercute-na-internet-20239043>. Acesso em: 26 set. 2016.

TAGESANZEIGER. Disponível em: <http://www.tagesanzeiger.ch/ausland/amerika/treu-und-teuer/story/24178280>. Acesso em: 26 set. 2016.

TEMER, M. *Pronunciamento de Marcela Temer como embaixadora do programa Criança Feliz*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n7ZS4GL7PZw>. Acesso em: 26 set. 2016.

UOL – Universo On Line. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/10/05/veja-o-que-marcela-temer-falou-em-seu-discurso-de-estreia-como-primeira-dama.htm>. Acesso em: 26 set. 2016.

DESIGNAÇÃO, ESPAÇO DE ENUNCIAÇÃO E O POLÍTICO EM NOMES DE LOJAS

Alinee Santos

INTRODUÇÃO

Devido ao irreversível processo de globalização pelo qual o mundo passa, está cada vez mais habitual encontrar enunciados que são construídos a partir de elementos linguísticos de duas ou mais línguas diferentes, seja no meio do vocabulário da juventude ou até mesmo em propagandas e anúncios de grandes empresas e estabelecimentos comerciais. Por se tratarem de usos comuns e com crescente difusão que refletem uma evidente relação entre língua, falantes e espaço de enunciação, concentrarei meus esforços, neste texto, em refletir, nos enunciados escolhidos para análise, sobre a designação deles e identificar o espaço de enunciação, considerando que isso, por permitir pensar o funcionamento das línguas na sua relação constitutiva com seus falantes, remete, imediatamente, ao político (GUIMARÃES, 2014).

No entanto, é necessário adiantar que, como bem apresentado por Guimarães (2014), o posicionamento que exponho não pode ser considerado como referencial, ou seja, as expressões linguísticas trabalhadas neste texto não podem se apresentar a partir do conceito de verdade. Complemento, de igual maneira, com outro pensamento de Guimarães (2002), que considera que essas expressões significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam e pela relação que o pesquisador tem com o objeto de estudo, portanto, esta análise depende da postura e do lugar que o pesquisador ocupa em relação ao objeto de estudo.

Para fazer possível este trabalho, tomarei como unidade de análise dois enunciados, "Smoke Tabacaria & Revistaria" e "Doctor Feet – Especialista em cuidados para os pés", nomes de duas lojas localizadas em um *shopping* na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, pois eles trazem elementos possíveis para a elaboração e a finalidade deste estudo.

Usando os referidos nomes, intento identificar o processo de designação presente neles e o espaço de enunciação no qual eles estão inseridos, além de refletir sobre como o político se relaciona a esse processo, tendo como premissa os estudos de Guimarães (2002, 2003, 2014). Portanto, como perguntas norteadoras da análise, proponho: De que maneira é possível identificar o processo de designação e o espaço de enunciação nos nomes dos estabelecimentos comerciais? Como o político se manifesta nos enunciados? A partir da solução apresentada a esses questionamentos, será feita uma reflexão sobre a maneira como essas características estão influenciadas pela globalização.

DESIGNAÇÃO, MUITO MAIS DO QUE NOMEAÇÃO

Para melhor trabalhar a ideia que apresento, é importante evidenciar o que Guimarães (2003) entende por designação. Segundo o autor, designação é "a significação de um nome enquanto a sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico" (GUIMARÃES, 2003, p. 54). Isso significa que designar não é apenas nomear, que seria dar nome a algo, mas sim dar um significado a um nome, é uma maneira de relacioná-lo com o mundo, de identificá-lo, de dar sentido a ele. Nas palavras de Guimarães (2003), as designações têm um papel muito importante que não se reduz à simples indicação de existência de algo em algum lugar, pois funcionam como "elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte" (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Pensando nisso, é interessante refletir sobre as designações nos espaços da cidade, principalmente em locais de acesso público, como um centro comercial. Portanto, vou analisar os nomes de dois estabelecimentos comerciais encontrados em um *shopping center* da capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá.

SOBRE O ESPAÇO DE ENUNCIAÇÃO E O POLÍTICO: REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO

Antes de começar a análise dos enunciados, é importante considerar alguns conceitos. O primeiro deles são os espaços de enunciação, que, de acordo com Guimarães (2002, p. 18),

> [...] são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam, por uma disputa incessante. São espaços "habitados" por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. [...] O espaço de enunciação é um espaço político [...].

O espaço de enunciação é um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, portanto, um espaço político, um lugar de constituição de línguas e falantes (GUIMARÃES, 2002, p. 14). É relevante pensar na relação entre as línguas e os falantes, pois essa relação "interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas" (GUIMARÃES, 2003, p. 55), e é esse espaço de línguas e falantes que o autor considera como espaço de enunciação.

Guimarães (2003) esclarece que o falante ao qual ele se refere não deve ser entendido como indivíduo, como pessoa que fala uma ou outra língua, mas deve ser visto como sujeito da língua enquanto constituído pelo espaço de enunciação. Sendo assim, não cabe, neste trabalho, a discussão sobre a relação empírica entre língua e falante, aquela que categoriza os falantes apenas de acordo com o espaço geográfico no qual residem, aquela que afirma que no Brasil se fala português e no México se fala espanhol, por exemplo. Para além disso, a relação proposta por esta análise pretende considerar o falante como figura política constituída pelos espaços de enunciação (GUIMARÃES, 2003). Essa noção pode ser exemplificada com a ideia de que o cidadão brasileiro e o cidadão mexicano usam as línguas portuguesa e a espanhola, respectivamente, porque existe uma língua oficial/nacional nesses países, que são justamente a portuguesa, no caso do Brasil, e a espanhola, no caso do México, ou seja, "a relação dos falantes com a língua está regulada por uma relação com a língua do Estado" (GUIMARÃES, 2003, p. 55), é essa língua que os identifica como cidadãos daquele Estado. Portanto, trata-se de uma relação política entre o falante e a língua. O autor ainda acrescenta que o político é o fundamento das relações sociais nas quais a linguagem tem uma importância central, sendo assim, é complicada a dissociação entre o político e a linguagem.

Entendido o conceito de falantes – figuras políticas determinadas pelos espaços de enunciação (GUIMARÃES, 2003) – e de espaço de enunciação – espaço de funcionamento das línguas –, é necessário compreender o que são os acontecimentos de enunciação. Segundo definiu Guimarães (2014), acontecimentos de enunciação são textos que se produzem pela língua nos espaços de enunciação. Sendo assim, o acontecimento de linguagem, por se dar nos espaços da enunciação, é um acontecimento político. Os nomes escolhidos para serem analisados neste trabalho, portanto, podem ser considerados como um acontecimento da enunciação.

Tudo isso pode ser justificado com a concepção do inglês como língua da globalização, noção essa defendida por Assis-Peterson e Cox (2007, p. 5). As autoras afirmam que "nos tempos da globalização, o inglês se dissemina por todas as esferas de atividades sociais. Em nenhum outro tempo da história da humanidade, os homens precisaram tanto de uma língua comum como agora". Ortiz (2006, p. 17), por sua vez, afirma que "a globalização se declina preferencialmente em inglês". Ele esclarece que diz "preferencialmente, pois a presença de outros idiomas é constitutiva de nossa contemporaneidade, mesmo assim, uma única língua, entre tantas, detém uma posição privilegiada", e, atualmente, o inglês exerce essa função.

Sendo assim, lojas de centros comerciais do Brasil, especificamente, de Cuiabá, não ficariam fora dessa disseminação do inglês. Ademais, a globalização permitiu uma maior comunicação entre os indivíduos e o inglês se tornou um meio de comunicação universal. O mundo global fala inglês e, considerando que a cultura contemporânea é uma cultura comunicacional, esse idioma é, ainda, o maior facilitador da comunicação entre pessoas das mais diversas nacionalidades. Além disso, o inglês é idioma oficial dos negócios. Por esses motivos, não é de estranhar que alguns donos de estabelecimentos comerciais optem por considerar e incluir a língua inglesa no nome de suas lojas. Pode-se considerar, dessa maneira, a grande força influenciadora que a globalização tem na construção desses enunciados.

Uma vez munidos com esses esclarecimentos, passa-se a observar os nomes dos estabelecimentos comerciais escolhidos. Sendo assim, procedo à análise dos enunciados "Smoke Tabacaria & Revistaria" e "Doctor Feet Especialista em Cuidados para os pés".

SMOKE E DOCTOR FEET: REFLEXOS DE UM ESPAÇO ENUNCIATIVO INTERNACIONALIZADO

O primeiro enunciado que trago para a discussão é o Smoke Tabacaria & Revistaria, nome de uma loja localizada nas dependências do *shopping* Pantanal, na cidade de Cuiabá/MT. Considerando a relação entre a designação, o espaço de enunciação e o político, é possível fazer algumas observações sobre ele.

Percebe-se que esse enunciado está composto por três nomes, Smoke, Tabacaria e Revistaria, cada um deles foi colocado estrategicamente no enunciado que, nesse caso, trata-se do nome de um estabelecimento comercial. Houve, portanto, a intenção de construir um sentido com eles. Isso se confirma principalmente com "tabacaria" que pode ser entendido como uma descrição metonímica do nome anterior, "*smoke*". Como descrição de "*smoke*", "tabacaria" faz com que o nome ao qual ele faz referência signifique, ademais, como afirmado por Guimarães (2003, p. 56), "é pela contiguidade que a descrição é descrição do nome".

Figura 1

Fonte: Página do Shopping Pantanal na internet[9]

Pela imagem da fachada da loja, percebe-se que o nome dela é "Smoke"; "Tabacaria & Revistaria" seria a descrição desse nome, ou seja, "esta descrição é uma qualificação do nome próprio, é [...] uma reescrituração" (GUIMARÃES, 2003, p. 57), ademais, a descrição adjetiva o nome anterior. Nesse caso, observa-se que os nomes "Tabacaria & Revistaria" adjetivam o "Smoke", que precisa de uma reescritura por motivos políticos. Justamente pela relação política que existe entre falantes e língua no território (Cuiabá) no qual está presente o enunciado, houve a necessidade da reescritura do nome "Smoke", nome originalmente da língua inglesa, para um – ou uns – equivalente em língua portuguesa, notoriamente porque esta é língua determinada politicamente como a que deve ser usada no território cuiabano. Possivelmente considerou-se que, como as pessoas que moram em Cuiabá ainda estão condicionadas pela determinação política de que a língua portuguesa é a que deve ser utilizada e que por isso podem não compreender a escrita globalizante (*Smoke*, fumar em inglês, "a língua internacional"), exigiu-se que o nome da loja fosse reescrito de maneira a abranger politicamente essas pessoas.

Além disso, percebe-se que a construção desse enunciado sugere que ele está inserido em um espaço de enunciação dividido por forças políticas, sejam elas globalizantes, que exigem a inclusão do inglês na maioria dos espaços, ou nacionais, que determinam que a língua definida politicamente para aquele espaço é a que deve ser usada. Sugere-se, dessa maneira, que o processo de designação ocorrido nesse enunciado levou em conta o espaço de enunciação no qual estava inserido um estabelecimento comercial que é fortemente influenciado politicamente pela globalização, mas que continua a estar sujeito à determinação de uso também político das línguas em determinados territórios, e evidenciou o que Guimarães (2003) chama de espaço de enunciação.

O segundo enunciado trazido para a análise neste texto é o Doctor Feet – Especialista em cuidados para os pés. Mais uma vez, vemos um enunciado que se utilizou de duas línguas para designar um estabelecimento comercial. Além disso, percebe-se o aspecto político no nome da loja e observa-se que a designação dos nomes afirma seu pertencimento ao espaço de enunciação presente.

---

9 Disponível em: <http://www.pantanalshopping.com.br/card/smoke-tabacaria> Acesso em: 7 nov. 2016.

Figura 2

Fonte: Página do Shopping Pantanal na internet[10]

Esse enunciado, da mesma forma que o anterior, está composto por nomes originalmente de duas línguas, do inglês, com Doctor Feet, e do português, com "especialista em cuidados para os pés". Pensando no que foi discutido antes sobre o inglês ser considerado uma língua universal, internacional, percebe-se que o "conjunto dos nomes" usado para designar o estabelecimento comercial do ramo de podologia "indica que o espaço de enunciação, a partir do qual se nomeia, é um espaço enunciativo linguisticamente internacionalizado". Isso significa que "a relação línguas/falantes constitui aqui falantes afetados por essa internacionalização linguística" (GUIMARÃES, 2003, p. 58). O centro comercial onde essa loja está situada é um espaço que, ao mesmo tempo em que é entendido politicamente como sendo da língua portuguesa, por estar em um território político que tem a língua portuguesa como oficial, é também um território internacional, pois nele circulam pessoas de muitas nacionalidades, ademais, o falante que mora no Brasil, mais especificamente, em Cuiabá, não é um falante apenas de português.

Sobre isso, Guimarães (2003, p. 58) afirma que "nomear, no Brasil, estes estabelecimentos, é uma cena enunciativa que se dá num espaço de enunciação em que o falante não é simplesmente falante de português". Por esse motivo é que o inglês é incorporado na nomeação do estabelecimento, pois naquele espaço de enunciação, as duas línguas podem conviver, assim, é evidenciado o processo de designação, uma vez que incorporar o inglês em um enunciado difundido em um espaço político em que ele não é a língua oficial é designar, é significar. Com isso, vê-se que "o modo de significar os espaços da cidade mostra que eles são espaços políticos" (GUIMARÃES, 2003, p. 58).

Outro ponto a ser considerado se refere à descrição que adjetiva o nome da loja. O nome Doctor Feet, escrito em inglês, a língua universal, conforme trabalhado por Assis-Peterson e Cox (2007), traz como descrição "especialista em cuidado para os pés". Talvez apenas com Doctor Feet fosse possível prever quais são os tipos de produtos e serviços comercializados naquele local. No entanto, foi preciso colocar uma descrição, foi preciso adjetivá-lo como especialista. Mais uma vez, isso sugere a influência do

10 Disponível em: <http://www.pantanalshopping.com.br/card/doctor-feet>. Acesso em: 7 nov. 2016.

político na construção das nomeações e designações dos estabelecimentos comerciais da cidade e aponta para a influência da globalização na mistura das línguas inglesa e portuguesa em um mesmo enunciado.

Portanto, o processo de designação utilizado na loja Doctor Feet tem grande influência da globalização e do político. Essa ideia é confirmada com a utilização de idiomas que correspondem, politicamente, tanto à proposta do próprio lugar, a cidade de Cuiabá, cuja língua portuguesa é considerada como a oficial, quanto à proposta universal do *shopping*, um lugar por onde circulam diversas nacionalidades e pode ser considerado como um espaço internacionalizado, por isso o uso do inglês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se analisar e verificar a maneira como é manifestado o político na designação de duas lojas de um centro comercial localizado na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, a Smoke Tabacaria & Revistaria e a Doctor Feet, especialista em cuidados para os pés. Ademais, intentou-se identificar o espaço de enunciação nesses mesmos fragmentos e analisar a relevância dele para a construção do enunciado.

A partir dessa análise, compreende-se que a globalização influencia o político e o político influencia a designação de lugares nas cidades. Sendo assim, essas designações carregam consigo significados que são políticos, assim como são os espaços de enunciação nos quais são produzidos e divulgados.

Com este artigo, fica evidente que é necessária uma maior observação dos enunciados que nos rodeiam e a importância de identificarmos qual é o espaço de enunciação no qual eles estão inseridos e como o político se manifesta neles, constituindo esses espaços e possibilitando a criação de sentido em suas designações. Ademais, assim conseguiremos identificar como a globalização influencia esse processo.

Espera-se, desse modo, que pesquisas posteriores se proponham a entender e a questionar a manifestação do político e o espaço de enunciação em enunciados encontrados nos mais diversos âmbitos sociais com a intenção de problematizar a sua construção. Além disso, é relevante esse tipo de estudo principalmente pela urgência em relação à desmistificação de estruturas como essas, que misturam duas ou mais línguas, uma vez que, no mundo globalizado no qual estamos inseridos, novas posturas e comportamentos linguísticos vêm surgindo.

REFERÊNCIAS

COX, M. I. P.; ASSIS-PETERSON, A. A. Inglês em tempos de globalização: para além de bem e mal. *Revista Calidoscópio*, v. 5, n. 1, p. 5-14, jan./abr. 2007.

GUIMARÃES, E. *Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação*. Laboratório Corpus: UFSM, jan./mar. 2014.

_____. *Semântica do acontecimento:* um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. *Letras*, n. 26, p. 53-62, jan./jun. 2003.

_____. *Semântica do acontecimento:* um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

ORTIZ, R. *Mundialização:* saberes e crenças. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SANTOS, J. R. Resenha de "Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação". *Linguasagem*, ed. 12, mar./abr. 2010. [Não paginado]

SIMULACRO DE DISCURSOS OUTROS NAS CHARGES

Domingos Pinto de França

PALAVRAS INICIAIS

> *A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação de linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagens, com suas diferentes materialidades, significam modos distintos.*
>
> (ORLANDI, 1996, p. 9)

Na epígrafe acima, a autora Orlandi demonstra que é possível perceber muitas das manifestações de linguagens em vários contextos em que elas podem se apresentar, nos mais diferentes suportes. Assim, na produção da linguagem, os sentidos dos textos são construídos a partir da interpretação que cada um percebe ao entrar em contato com as diferentes materialidades linguísticas. Cada leitor terá a oportunidade de fazer diferentes interpretações dependendo da posição que o sujeito ocupa, bem como das diferentes formações discursivas às quais ele se filia. O contato com qualquer material significante, independente do suporte em que ele se encontre, traz sempre a ideia de incompletude; os sentidos nunca se fecham, nunca se completam, pois, diante de qualquer objeto simbólico, o sujeito terá interpretações várias, portanto, a essência da linguagem é a polissemia que a constitui.

Desse modo, buscaremos mostrar como a *charge* pode ser utilizada enquanto material de análise entre sujeitos, sócio historicamente, determinados e constituídos, possibilitando diferentes gestos de interpretação. Para nosso *corpus,* optamos pela *charge* do cartunista, chargista e ilustrador Eduardo dos Reis Evangelista, o *DUKE,* que satirizou o fato de o futebol feminino se mostrar, em dado momento dos jogos olímpicos, superior ao futebol que, no imaginário da nação brasileira, é essencialmente masculino por tradição. Os simulacros existentes nas charges nem sempre são explícitos e, em geral, dependerá do conhecimento que o interlocutor precisa trazer enquanto conhecimento de mundo para compreender os sentidos presentes. Tal gesto dependerá do quanto de bagagem o leitor carrega consigo para estabelecer relações de interdiscursividade com o mundo que o cerca.

As *charges* selecionadas, a seguir, são utilizadas pelos chargistas como forma de expressão que conseguem reunir muitas das ansiedades de uma sociedade que, em geral, é silenciada pela força coercitiva dos que detêm o poder e que no suporte *charge* conseguem encontrar eco para dar voz à vontade da população.

ANÁLISE DE UMA *CHARGE* NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

Como nos demais países, o Brasil também se utiliza das *charges* há muito tempo. Ela data de 1837[11]. Seu uso começou de forma tímida e com o passar do tempo ganhou notoriedade junto à população e acabou caindo no gosto das pessoas mais simples, talvez por seu conteúdo de fácil compreensão num primeiro olhar, mas que traz muitas informações que dependeram da interação do leitor e o que ele tem diante de si.

Sabemos que existe uma divisão marcante entre cartuns e charges. Segundo o jornalista Caio Moretti existe uma sutil diferença entre ambos:

> Cartuns e charges, então, são a mesma coisa? Não necessariamente. De acordo com o jornalista Caio Moretti, as diferenças são sutis. Em texto publicado na segunda edição da revista *Jornalismo & Cultura*, Moretti diferencia a charge por se tratar de um fato, diferente da liberdade do cartum. Ele defende que a charge normalmente possui caricaturas, diferente do cartum que é mais ligado à história em quadrinho de humor. "Aliás, esta é a característica comum destes itens artísticos do jornalismo, o fato de serem realizados às pressas, devido à urgência, própria do jornalismo", escreve Moretti. (PRODUTO LABORATORIAL DA OFICINA DE JORNALISMO DIGITAL - FACOM | UFBA, IMPRESSÃO DIGITAL, 126).

As charges, em geral, são criadas com o intuito de servir de suporte de comunicação entre os seus criadores e seus interlocutores. Elas carregam em si a vontade de resposta, ou seja "[a] intensão discursiva do falante, com toda a sua individualidade e subjetividade, é em seguida aplicada e adaptada ao gênero escolhido, constitui-se e desenvolve-se em uma determinada forma de gênero" (BAKHTIN, 2006, p. 282), a partir de uma situação que provoca incômodo a uma sociedade. No Brasil, essa realidade não é diferente. Muitos são os chargistas que ao longo da nossa história se valem desse recurso para expressar suas ideias, principalmente em relação a figuras famosas como os nossos governantes. As *charges* têm sido uma importante ferramenta de denúncia que consegue apontar os problemas existentes sem que eles sejam levados com a seriedade que deveriam ter, no entanto, causam muito incômodo para aqueles que nelas são representados. Em geral, este incômodo está ligado à denúncia que o chargista busca demonstrar em seus desenhos, retratando de forma caricata alguém que é de notório conhecimento da sociedade em que vive.

---

11 **Charge tupiniquim** - A primeira charge do Brasil data de 1837, poucos anos após a independência do país. A arte, intitulada *A Campanha e o Sujo*, circulou por 160 réis nas ruas do Rio de Janeiro sem assinatura do autor, o pintor e poeta Manuel de Araújo Porto Alegre. Tratava-se, na época, de uma sátira ao assunto tratado pelo jornalista Justiciano José da Rocha. Este denunciava as propinas recebidas por um funcionário do governo ligado ao Correio Oficial. Com elementos excessivos e dotados de muita informação no princípio, o processo das charges foi se aperfeiçoando e chegou a uma linguagem simples e acessível, capaz de o leitor captar o sentido em segundos. A primeira revista a publicar charges no país foi a revista *Lanterna Mágica*, em 1844. Depois, revistas como *Semana Ilustrada*, *Vida Fluminense*, *O Mosquito*, *Comédia Social*, *O Mequetrefe*, e *Don Quixote* estampavam charges em suas publicações. Atualmente, os seguintes nomes são referências nesta área: Millôr Fernandes, Chico Caruso, Ziraldo, entre outros. (PRODUTO LABORATORIAL DA OFICINA DE JORNALISMO DIGITAL - FACOM | UFBA, IMPRESSÃO DIGITAL, 126).

SOBRE A CHARGE

> Sendo o esquecimento a neutralização de discursos impossíveis, mais vale trocar-lhes os pólos ideológicos. Ou então reificá-los, torná-los objeto de metalinguagem. Abre-se então o campo duma palavra nova, nascida das brechas do velho discurso, e solidária daquele. Quer queiram, quer não, esses velhos discursos injetam toda a sua força de estereótipos na palavra que se contradiz, dinamizam-na. A intertextualidade fá-los assim financiar sua própria subversão.
>
> (JENNY, 1975, p. 45)

A epígrafe de Laurent Jenny demonstra que os discursos não são estanques. Deles nascem novos, a partir de suas brechas, e assim se solidarizam com os já conhecidos. Neste viés, a charge em si mesma se apresenta como discurso e a partir dela novos enunciados são suscitados.

Utilizada como mecanismo de comunicação, a charge atende à sua finalidade uma vez que, como dissemos anteriormente, carrega em si muitas possibilidades de sentidos. Caberá ao interlocutor ter o conhecimento para além do que é colocado em primeiro plano e assim será possível decifrar as informações que, em geral, não estão postas e explícitas.

A completude da informação só será possível à medida que o interlocutor estiver em total sintonia com a situação local e conheça todos os elementos que envolvam as imagens ou as mensagens dispostas na charge. Para que a compreensão seja plena, será necessário que alguns mecanismos de conhecimentos prévios sejam ativados na memória do interlocutor. Ele precisa estabelecer relações do que está diante dele com fatos sociais que tenham relação com o que está sendo apresentado. O conhecimento de mundo também é parte deste processo que requer a observação dos fatos e a partir deles se tenha a compreensão geral do que se espera que seja observado nos muitos simulacros possíveis nas charges. É preciso, em todos os casos, um raciocínio mais elaborado para que se chegue no sentido delas.

CONTEXTO DAS CHARGES

> O termo *cartum* é de origem britânica e, em síntese, foi definido como um desenho cômico. Surgiu na década de 1840, após o estabelecimento da revista semanal de humor *Punch* no mercado editorial inglês. Na época, o parlamento britânico era costumeiramente decorado com murais, ensejo perfeito para que *cartoons* satíricos tomassem conta de parte das paredes. A divulgação engendrou novas possibilidades de rir dos próprios problemas. O *cartoon* significou, de antemão, um esboço preliminar sobre um pedaço grande de um papelão, ou cartone, em italiano. Já palavra charge é originada da língua francesa, o que significa carga ou ataque. (PRODUTO LABORATORIAL DA OFICINA DE JORNALISMO DIGITAL - FACOM | UFBA, IMPRESSÃO DIGITAL, 126).

As charges, bem como os enunciados/diálogos produzidos, sempre são carregados de intencionalidades. Como em seu significado, *carga ou ataque* já expressão as possibilidades, iniciais, dos possíveis sentidos que serão construídos. Elas não têm álibi em sua existência, portanto, exprimem uma posição do produtor que suscita de seu interlocutor uma resposta. No caso das charges, em especial, podemos notar que as réplicas, em geral, estão interligadas com as situações do cotidiano onde elas circulam. Nas palavras de Antunes (2003, p. 132), "[...] muitos exemplares de textos – curtos ou longos -, textos em que os fatos de linguagem acontecem; de linguagem, que não é outra coisa, senão 'encontro e interação'". Na maioria dos casos, as *charges* carregam a vontade do dizer, de uma sociedade que, na maioria das vezes, é apagada/silenciada e pelo fato de ser, em geral, uma forma caricata não é levada, em alguns casos, tão a sério como um discurso mais direto que possa apontar, por exemplo, problemas de ordem política e/ou econômica de uma sociedade.

O que podemos observar é que as charges são, sobretudo, paródias, em geral, de personalidades conhecidas do grande público, bem como personalidades de expressão na sociedade, o que constitui terreno fértil para os enunciadores criarem com total liberdade as mais diferentes formas de criticar e/ou satirizar estas personalidades. Em geral, segundo o autor Romualdo (2000, p. 53): "A charge de um quadrinho ou o cartum, com características humorísticas, funcionaria como um apelo, ou uma divulgação do que está publicado no jornal, servindo como referencial às outras notícias ou até mesmo como estímulo à leitura de editoriais e opiniões.". Este mesmo autor afirma que isso acontece por que:

> ([As] imagens iconográficas e as ilustrações) não se tornam monoplanares, pois elas não têm intenção de promover uma única leitura, não abafam as várias visões em uma única. Sua força está [...] na pluralidade de visões que apresentam ao leitor. (ROMUALDO, 2000, p. 53).

Ao possibilitar que a visão da charge não seja monoplanar, possibilita-se ao leitor a dimensão do que se encontra diante de si, bem como recuperam-se as muitas possibilidades de interpretação a partir das situações já vividas e/ou experimentadas por ele, para assim interagir com seus pares. Segundo o autor Bakhtin (2006, p. 221), "[...] Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante". A compreensão do enunciado acontece quando a relação de sentidos entre o interlocutor e a charge desvela os simulacros existentes nela.

A RELAÇÃO DOS SENTIDOS DOS SIMULACROS RESGATADOS PELAS CHARGES

As charges são verdadeiros simulacros de discursos outros que carregam em si muitos sentidos, a depender de quem os lê fazer referências intertextuais e interdiscursivas para entendê-las. Como todo e qualquer texto, elas estão ancoradas em um momento histórico específico. Elas são em sua essência a expressão do chargista a partir de uma situação que ele observou e a traduziu em forma de caricatura às vezes acompanhadas de legendas ou não. Quando elas são apenas figuras que demonstram a partir de cores e formas passíveis de interpretações várias, são as chamadas imagens

pictóricas que dispensam as palavras, pois somente alguns traços já traduzem a pessoa a ser representada e nela os simulacros da crítica se fazem presentes.

Para o autor Sírio Possenti (2003, p. 13): "há construções cujo efeito é idêntico ao do pré-construído, e que, no entanto, não se encontram no interdiscurso. Ou seja, não pertencem, a rigor, a discurso nenhum. A única explicação para seu aparecimento é um dos efeitos da relação de polêmica, o simulacro". Ele ainda exemplifica:

> [...] Expressões como o logicismo, o formalismo, a tendência logicista formalista, o biologismo, correntes em discursos científicos (ou de saber) que privilegiam o social ou o histórico, contra o privilégio do biológico e do formal (que nem sempre andam juntos). Trata-se claramente de simulacros dos projetos que se pretendem formais, ou seja, das correntes que adotam metalinguagens formais, que representam em outras linguagens o(s) sentido(s) das expressões, que postulam um certo aparato biológico (eventualmente inato). Outros exemplos do mesmo tipo são desvio teoricista, psicologismo, economicismo. (POSSENTI, 2003, p. 13).

Para o autor Possenti (2003, p. 13), os simulacros dos discursos estão sempre presentes e "privilegiam o social ou o histórico, contra o privilégio do biológico e do formal (que nem sempre andam juntos)". Os simulacros são, assim, mecanismos que auxiliam na compreensão dos textos independentemente de onde e em que tempo eles se encontram. A seguir, veremos como eles se apresentam nas charges.

ALGUNS SIMULACROS DE DISCURSOS OUTROS NAS CHARGES

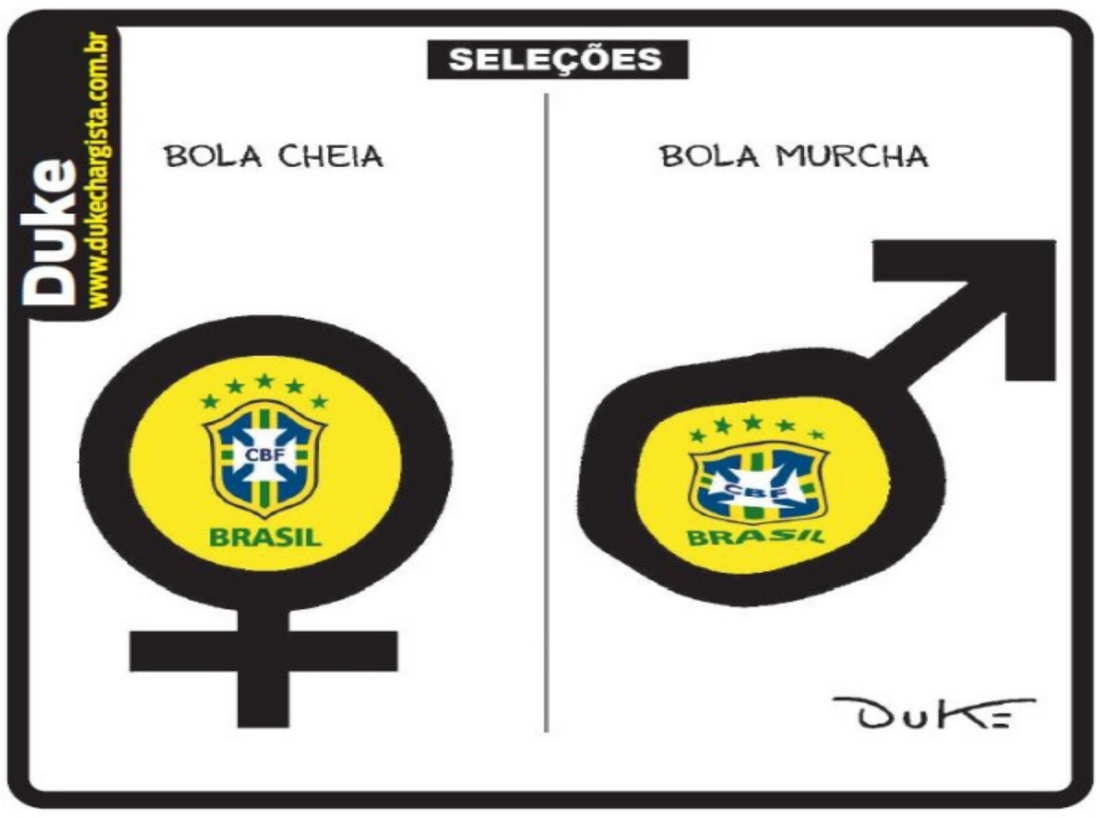
Em geral, os discursos só podem reconhecer outros discursos a partir dos simulacros existentes nestes e se completam com as inferências que carregam. Caso não ocorra este reconhecimento, os discursos se transformam em dogmas e os interlocutores em fanáticos seguidores do que leem. É preciso, antes de tudo, que o sujeito se posicione ideologicamente e tenha pensamentos divergentes para compreender o que se passa em seu entorno.

As Olimpíadas realizadas no Brasil no ano de 2016 geraram muita expectativa na conquista de uma medalha de ouro por parte da equipe de futebol que representava a seleção brasileira olímpica. Como é tradição, o futebol é a modalidade esportiva de maior expressão entre os brasileiros, em especial, a seleção masculina, desde a sua implantação por Charles Miller em 1894 que trouxe os uniformes e um objeto esférico inflável que os ingleses chamavam de *ball*.

Toda essa supremacia masculina começou a ser ameaçada com os primeiros jogos, que não obtiveram bons resultados, em detrimento dos bons resultados obtidos pela seleção feminina que, desde a sua implantação, tem colhido apenas bons frutos, na maioria das partidas que enfrentou. Esse é o resultado de um longo investimento por parte do técnico da equipe que sempre acreditou no talento da seleção.

A charge abaixo, ao retratar a situação das seleções de futebol, tanto masculina quanto feminina, parece retratar bem a insatisfação da população brasileira em relação aos resultados obtidos pela seleção masculina. Enquanto a feminina só conseguia bons resultados, a masculina não dava sinais de reação, o que apontava para um novo vexame nacional e, ainda pior, em terras brasileiras. Temos nesta representação do chargista Duke a voz, com um efeito da coletividade, retratando a insatisfação do povo brasileiro.

Figura 1



Dentre os vários gestos de interpretação, nos deteremos em apenas alguns. Vejamos o uso dos símbolos que representam simultaneamente ***feminino e masculino***, o que em geral a sequência seria ***masculino e feminino*** – dado ao machismo da língua portuguesa – e que, além disso, ainda é enfatizado por um quadro de um programa de televisão intitulado *Bola Cheia* que exalta os jogadores por fazerem jogos perfeitos e o *Bola Murcha*[12] que destaca o mau desempenho dos jogadores e, em geral, é uma situação de deboche pelo mau desempenho. Outro ponto interessante a ser observado é a questão da linguagem não verbal que é empregada, as imagens que aparecem em primeiro plano, bem como as secundárias. Todo este conjunto é carregado de intencionalidade, pois como vimos as charges têm cunho político-social. Em geral, o autor critica algo através do uso do humor que é sempre muito bem elaborado.

O autor não aborda de forma direta a crítica que faz em relação ao desempenho do futebol, ele se utiliza do símbolo feminino *Vênus* e o masculino *Marte* para que o leitor faça essa associação e entenda que se tratam de situações bem distintas, o que contradiz os significados destes símbolos que representam a união entre o masculino e o feminino e que aqui estão em lados opostos.

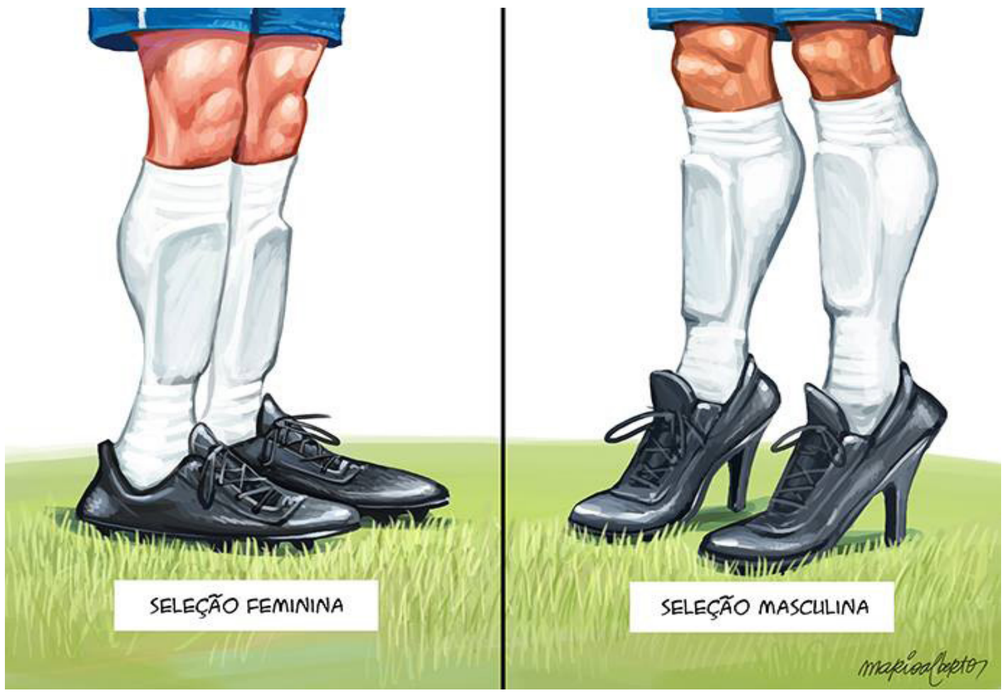
---

12 Bola Cheia, Bola Murcha: Quadro de um programa de televisão, chamado Fantástico, apresentado aos domingos pela Rede Globo de Televisão. As pessoas, de todo o Brasil, encaminham seus vídeos com as melhores e piores jogadas de "peladas" que acontecem nos campinhos de *football* por todo o Brasil e uma equipe de jornalismo, ligadas às práticas esportivas, escolhe os melhores e os piores "lances" a serem mostrados no programa Fantástico, aos domingos.

Temos ainda, como ferramenta de incursão na memória do interlocutor, o uso das cores: o verde canário e as cinco estrelas que simbolizam o número de vitórias alcançadas nos jogos oficiais em copas do mundo, em ambas as imagens, rememorando assim a camisa da seleção brasileira que remete aos jogos vitoriosos e saudosos à população. Este conjunto de fatores faz com que as imagens produzam exatamente a mensagem que se quer extrair do interlocutor.

Na charge seguinte, o chargista parece ressaltar o excesso de vaidade existente entre os jogadores que acaba atrapalhando o seu desempenho em campo. Como essa voz coletiva ecoa, de forma contrária ao excesso de metrossexualismo por parte dos jogadores, a representação caricata das pernas das jogadoras, talvez por seu desempenho em campo, parecem estar masculinizadas, como se elas tivessem absorvido as caraterísticas do futebol masculino e eles absorvessem as características da vaidade natural que deveria ser das jogadoras femininas. A representação dos sapatos de saltos altos nos pés, além de representar a vaidade, ainda tem outra conotação que também faz parte do ideário do povo onde as pessoas se tornam tão soberbas que não conseguem admitir que estão falhando e assim não conseguem *descer do salto*. Talvez toda essa vaidade acabe por esconder o complexo de vira-latas relatado por Nelson Rodrigues na década de 50 e agora aparece em forma de orgulho exagerado.

Figura 2



Fonte: <https://www.google.com.br/search>

Ao se utilizar dos recursos acima mencionados, a charge se aproxima do que a população gostaria de expressar, mas não encontra voz para fazê-lo e assim o chargista se torna seu porta-voz, retratando, a partir das imagens, aquilo que a população pensa sobre o desempenho da seleção masculina de futebol.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CHARGES

Ao serem selecionadas pelos artistas, as charges, em geral, trazem muitas informações que nem sempre são fáceis de serem identificadas num primeiro contato. É preciso um olhar mais atento e, principalmente, acionar os conhecimentos de mundo, para que seja possível decodificar as mensagens que elas carregam em seu campo de informações.

Para além das imagens e/ou mensagens escritas nas charges, o conhecimento de mundo é essencial para a interação com a informação que o locutor desejou passar. Também é importante que as informações do contexto sócio histórico estejam bem atualizadas, pois, em geral, elas abordam acontecimentos do cotidiano da sociedade vigente. A exemplo da matéria de Nelson Rodrigues (1993, p. 51-52) que define complexo de vira-latas como:

> [...] "complexo de vira-latas" entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos "os maiores" é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. Na já citada vergonha de 50, éramos superiores aos adversários. Além disso, levávamos a vantagem Nelson Rodrigues Complexo de vira-latas do empate. Pois bem: - e perdemos da maneira mais abjeta. Por um motivo muito simples: - porque Obdulio nos tratou a pontapés, como se vira-latas fôssemos.

Ainda no âmbito do futebol, temos a mais recente derrota do Brasil para a Alemanha o que nos remete, novamente, ao comentário de Rodrigues (1993), que ainda existe nos brasileiros resquícios de complexo de vira-latas e parece que por essa razão as charges sejam tão férteis ao serem produzidas neste campo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. *Aula de português*: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal.* São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BAKHTIN, M. (Volochinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Hucitec, 1999.

JENNY, L. A Estratégia da forma. In: *Intertextualidades*. Poétique – Revista de teoria e análise literária. Coimbra: Almedina, 1979.

ORLANDI, E. P. *Interpretação*: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 1996.

POSSENTI, S. Observações sobre interdiscurso. *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, especial, p. 253-269, 2003. Editora UFPR. Disponível em: <http://impressaodigital126.com.br/?p=10062>. Acesso em: 9 ago. 2017.

RODRIGUES, N. *À sombra das chuteiras imortais.* São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 51-52: Complexo de vira-latas.

ROMUALDO, E. C. *Charge jornalística*: intertextualidade e polifonia: um estudo das charges da Folha de S. Paulo. Maringá: Eduem, 2000. Disponível em: <http://impressaodigital126.com.br/?p=10062>. Acesso em: 16 ago. 2016.

POLÍTICA DO SILÊNCIO, UM CRIME SEXUAL DOS ANOS 40 EM CUIABÁ

Mayara Laet Moreira ✉

Ao primeiro dia do mês de junho de 1939[13], Aldair França, 16 anos, solteira, estudante[14], órfã de mãe, tendo seu pai João França casado novamente com Esmeralda Corrêa, compareceu na delegacia de polícia da cidade de Cuiabá (MT), para depor contra Alcides Hermam Bodstein, 25 anos, também solteiro, acusando-o de tê-la deflorado[15].

O defloramento era crime recorrente no sistema jurídico da época, pauta de discussões e desentendimentos familiares e tema para pesquisas científicas. O crime era dado pela redação do art. 267 do Código Penal de 1890[16], consistindo na cópula carnal, completa ou incompleta, com moça virgem e menor de idade (até 21 anos), obtida por meio de sedução, engano ou fraude.

Registrar queixa (notícia crime) na polícia não significava solucionar o problema de imediato. A mulher, no sistema judiciário, parece sempre carregada de uma desconfiança, por isso não bastava queixar-se. Seu corpo, sua sexualidade, devia ser transformado em algo relevante para o saber científico, como se tudo ligado ao seu ser já fosse passível de inquérito.

A partir da denúncia registrada, todo um mecanismo jurídico era ativado, sendo obrigatório o colhimento de provas materiais e provas morais no decorrer do processo: a) nas provas de cunho material, tratava-se de verificar as lesões causadas principalmente à membrana hímen (se houve rompimento[17], afogueamento dos pequenos e grandes lábios, presença de esperma, gravidez e/ou sinais de doenças venéreas) por meio do chamado "exame de defloramento", realizado por médicos-legistas, e de apresentar a certidão de nascimento ou realizar o "exame de idade", nos casos de ausência do documento; b) nas provas de caráter moral, tratava-se de comprovar, por meio testemunhal ou através da apreensão de cartas trocadas entre requerente e requerido, se o defloramento havia sido obtido por meio de sedução, engano ou fraude, que, na maioria dos casos, usava-se a "promessa de casamento" para se chegar ao fim colimado, sendo necessário também ajuizar sobre o comportamento da ofendida, atestando se era moça recatada, inocente e honrada. Definitivamente, tais provas confirmariam se houve crime ou não, conforme o disposto do artigo 267.

---

13 APMT – Arquivo do Estado de Mato Grosso, Processo-crime de Alcides Hermam Bodstein, Cuiabá, Cartório do 6º Ofício, caixa 019, 1939. A abreviação acima será utilizada para referenciar todos os processos criminais citados daqui por diante.

14 Da Escola Normal de Cuiabá que, criada no século XIX, destinava-se à formação de professores para o ensino primário.

15 Outros processos de defloramento em Cuiabá foram estudados na pesquisa de Mestrado de Mayara Laet Moreira (2015).

16 Extinto com o decreto do novo Código Penal em 1940.

17 Lembrando que nem sempre a perícia levou em consideração os casos de hímen complacente – casos em que a membrana que separa a região da vulva da entrada da vagina não se rompia mesmo com penetração peniana –, até por falta de conhecimento. Somente no fim do século XIX e início do XX é que os especialistas em medicina legal se aprofundaram nos estudos morfológicos sobre o hímen, cf. PEIXOTO, Afrânio. Himenolatria. In: RIBEIRO, Leonardo. *Medicina Legal e identificação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 105-117, 1934; PEIXOTO, Ascânio. *Estudos de Criminologia Médico-legal*: aplicada à Lei Penal Brasileira. Recife, PE: Imprensa Industrial, 1913.

O fato é que no Brasil as leis dos crimes sexuais foram modificadas com a adoção do primeiro Código Penal republicano em 1890, vigorando até ser adotada a Consolidação das Leis Penais, em 1932. O início do século XX foi marcado por importantes mudanças na política, na economia, na sociedade, em especial, com o processo de industrialização que transformou as relações de trabalho e produção. O processo de modernização se alastrou pelos grandes centros urbanos do país, com reformas urbanas e higiênicas. Obviamente que a capital cuiabana não ficou alheia às transformações que atravessavam os estados brasileiros, apesar de ser considerada uma cidade interiorana e tradicional.

A tessitura de uma Cuiabá pacata[18] prontamente se desfazia com as desavenças familiares cujas soluções eram buscadas através da instauração de processos judiciais. É o que Aldair nos narra ao relatar suas aventuras com Alcides, recheando seu depoimento com elementos de uma linguagem poética que se tornaria o diferencial se comparado a outros processos de crimes sexuais da época recortada, um tanto mais estáticos.

As afirmações de Aldair revelam algo particular dela. Em seu depoimento, conta-nos que há dois anos antes havia se mudado com sua família para uma chácara situada em um lugar conhecido como "Bufante", distante poucos quilômetros da capital mato-grossense. Tratava-se de uma propriedade cedida pela tia Celina França, que morava defronte à nova residência dos França. No ano seguinte, em setembro ou outubro de 1938, Manoel Bodstein, ex-tabelião de notas, comprou a chácara da tia Celina e mudou-se para lá levando em sua companhia o seu filho Alcides.

Devido à proximidade geográfica e às relações pessoais das famílias França e Bodstein, Aldair e Alcides se aproximaram, estreitando os laços de amizade. Durante alguns meses, entretiveram em namoro e não raro eram vistos passeando pelos espaços de sociabilidade[19] da cidade. No dia 11 de dezembro de 1938, Alcides convidou-a para ir à residência de seus pais, tendo ocorrido em seu quarto a primeira relação sexual entre ambos. Definitivamente houve posteriores encontros tanto em seu quarto, quanto nas imediações das residências dos dois.

A essa altura do namoro já era de se esperar o "estado interessante" de Aldair – como chegou a nomear seu estado de gravidez em depoimento –,

> [...] procurando o senhor Alcides iludir-me com as suas promessas; que assim iniciado, era de se esperar o fato acontecido, ou seja, o meu estado interessante; que cheguei logo ao conhecimento do responsável mostrando-me ele a sua satisfação com a comunicação feita, alimentando-me mais com as suas promessas; [...][20].

Seguidamente, Alcides insistia para que Aldair escondesse a gravidez o quanto pudesse enquanto providenciava recursos financeiros para assumi-la. O estado de gestação permaneceu durante alguns meses na tensão constante entre o dizível ou

---

18 Como delineava a literatura da época, cf. ROJCEWICZ, Wanda de. Cuiabá na apreciação de uma escritora polonesa. In: *A Violeta*, Cuiabá, ano 27, n. 317-318, 1946; MESQUITA, José de. Evolução e Aspectos da Criminalidade em Cuiabá. In: *Revista de Direito Penal*, Rio de Janeiro, v. 14, ano 4, p. 2-40, jul. 1936.

19 Como afirmaram as testemunhas em depoimento: Pedro de Castro; Francisco Laraya e Abílio Camilo.

20 Optamos por corrigir a grafia dos documentos.

não-dizível, nítido ou não-nítido. Como se fosse possível manter em expectante silêncio um secreto arfante de tão vivo de vida.

Curiosamente, Alcides continuou tentando esconder a gravidez[21], propondo, inclusive, a "extração da criança a ferro", justificando que se achava no momento sem futuro, desempregado. Contudo, Aldair se negou a sujeitar a esse tipo de "arranjo", retrucando que não era essa a promessa anunciada anteriormente.

O assunto perigoso, sobre o qual ambos evitavam falar, ficava mais difícil de esconder à medida que a barriga crescia, levantando suspeitas cada vez mais evidentes de seus familiares:

> [...] que então ele me revestiu de paciência, alimentando-me com os seus carinhos que ia dar um jeito no nosso caso; que então eu nessa expectativa aguardava esse dia prometido, ocultando o segredo até que os meus irmãos mais velhos começaram a desconfiar dado o meu sintoma de gravidez; que interrogada por eles, negava definitivamente o acontecido, porque o Alcides assim me exigiu, que eu fingisse o mais que pudesse para não levantar suspeitas que, assim, a minha situação prolongava e eu sempre escondendo [...].

Até que, surpreendida por sua madrasta, sentiu-se na obrigação de revelar seu segredo. Afinal, já era impossível negá-lo. Em um primeiro momento, houve a tentativa de amenizar a situação quando a madrasta de Aldair expôs o caso em presença do pai de Alcides, no anseio de celebrar um acordo matrimonial entre os namorados. Contudo, percebendo que Alcides não se casaria com sua filha, o pai de Aldair noticiou o crime na delegacia de polícia de Cuiabá.

E assim teve início o processo criminal movido contra Alcides, na ânsia de reparar o "mal" causado, de forçar o acusado a casar na justiça ou, como disse a própria Aldair, pela necessidade de "minorar esta infelicidade". É bem provável que tinha noção da marginalização e hostilização que uma mãe solteira poderia sofrer, tornando-se alvo de críticas e fofocas na vizinhança.

Na época, a "honra perdida" parecia constituir o centro de disputas na esfera jurídica brasileira, pois os discursos moralizantes reservavam à mulher o papel social de cuidar do lar, do marido e dos filhos. Sendo assim, o casamento era a solução para os casos de "perda" da virgindade feminina e um meio de evitar que a moça se tornasse uma "perdida", restando-lhe apenas o caminho da prostituição – pois uma moça não virgem era preterida para o casamento. Quando o rapaz se recusava a casar, a justiça era acionada.

O que chama atenção nesse processo judicial é justamente o que podemos denominar de política do silêncio, nos termos sugeridos por Eni Puccinelli Orlandi (2007), nos suscitando as seguintes indagações: como produzir uma problematização a partir da averiguação dos silêncios que atravessaram o processo movido pela família França? Quais produções de sentido foram silenciadas durante o processo? Quais as argúcias de seu efeito no discurso jurídico-civil moralizador?

---

21 Em fevereiro de 1939, por exemplo, próxima à reabertura das aulas na referida escola, Aldair, instruída por Alcides, procurou se matricular para que sua família não desconfiasse do seu estado de gestação.

Do ponto de vista de sua localização no campo dos estudos linguísticos, há certa complexidade na proposta que procuramos construir: um cruzamento de diversas instâncias teóricas e discursivas que incluem um deslocamento do trabalho de Orlandi para pensar outras questões recorrentes no processo analisado. Tais desdobramentos são fundamentais para a compreensão política e histórico-social vivida pelos sujeitos envolvidos na trama policial.

Com a finalidade de conseguir esse propósito, procuramos construir uma hipótese de leitura do processo judicial analisado, pensando-o não como uma realidade linguística isolada, mas enquanto produto de um complexo sistema de relações sociais e valores que circularam ideologicamente. Obviamente não se trata de fazer uma análise minuciosa de todas as especificidades que nosso objeto de pesquisa possa oferecer – o que seria um empreendimento bastante audacioso e temerário –, mas de refletir algumas questões sob a ótica teórica proposta por Orlandi (2007).

De modo bastante interessante e original, a autora reflete os sentidos do silêncio, entendendo-o como "fundador" de todo ato de linguagem, isto é, enquanto garantia do movimento de sentidos. Ou, dito de outra maneira, o silêncio fundador não é da ordem do "originário", com sentido absoluto ou independente, tampouco mero complemento da linguagem. Trata-se de algo dotado de significado próprio.

Com a recusa à ausência de sentido depositado no silêncio, Orlandi (2007, p. 13-14) opera uma desconstrução de nossas certezas ao afirmar que,

> O silêncio, como iminência do sentido, tal como expressamos no corpo de nosso trabalho, nos aponta que o fora da linguagem não é o nada mas ainda sentido. Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode ser outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é "fundante".

O silêncio foi relegado para uma posição secundária e Orlandi (2007, p. 12) procura mostrar que o mesmo é fator fundamental como condição do significar, isso porque "todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer", sendo o silêncio uma espécie de base na qual todo dizer se funda, um meio de recuo para que se possa dar sentido, um ponto de sustentação da linguagem. Por isso mesmo, a primeira forma do silêncio é anotada pela autora como "fundador".

Seguindo essa linha de raciocínio, não é difícil perceber pistas no processo judicial estudado sobre o princípio do silêncio fundador. Se pensarmos que havia um silêncio contínuo entre Aldair e Alcides e que este mesmo silêncio foi rompido no momento em que a Madrasta Esmeralda toma a palavra, conseguimos perceber a relação do silêncio com o dizer. Ou, ainda, se pensarmos na denúncia registrada, podemos facilmente averiguar que o silêncio abrandava um crime cometido até o momento em que o verbo "queixar-se" toma corpo na forma discursiva e escriturária.

Obviamente não se trata de dizer que não haja outros sentidos a dizer ou que as palavras foram silenciadas apenas para guardar um ou mais segredos. Isso porque os desdobramentos da aura de silêncio guardam segredos que as palavras não alcançam.

Em todo caso, o que queremos mostrar é que o silêncio-sentido está na linha tênue entre a iminência do não-dito e do indizível:

> Assim, em face do discurso, o sujeito estabelece necessariamente um laço com o silêncio; mesmo que essa relação não se estabeleça em um nível totalmente consciente. Para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstala falando. (ORLANDI, 2007, p. 69).

Compreende-se, com ambos os exemplos, que o espaço da fala institui a inserção do silêncio em um *locus* de fundador. É Orlandi (2007) que nos enfatiza os perigos de reduzir o silêncio a uma mera ausência de sons ou de palavras, vazio de linguagem. Sendo assim, o silêncio deve ser tomado como matéria significante.

O fato é que desmontar essas concepções constitui perceber a dimensão significativa do silêncio. Para dar conta da complexidade envolvida em sua teorização, Orlandi (2007, p. 73) distingue ainda outra forma do silêncio, denominada de "política do silêncio":

> Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo.

No silêncio fundador há uma espécie de base na qual todo o dizer se funda, numa relação necessária com o não-dizer, enquanto na política do silêncio se legitima um sentido em detrimento do outro, conforme condições sócio-históricas, em relação ao que denominamos de "poder-dizer". Esse último raciocínio se subdivide em: a) silêncio constitutivo e b) silêncio local.

O silêncio constitutivo nos leva a concluir que para dizer é necessário não-dizer: uma palavra dita apaga "outras" inumeráveis formas de dizer. Nessa tensa relação entre o dito com os não ditos, explica Orlandi (2007, p. 73-74) que "se diz 'x' para não (deixar) dizer 'y', este sendo o sentido a se descartar do dito", apagando-se outros sentidos possíveis ou que se queira evitar.

A título de exemplificação, vejamos o artigo 267 do Código Penal de 1980. O resultado dessa norma instituída é que, ao tutelar sobre a honra familiar, neutralizava-se a questão da paternidade masculina. O estado gestacional parecia ser a chave de partida para a maioria das ações judiciais movidas, como no caso de Aldair. No entanto, uma leitura mais atenta dos estudos de criminologia, por exemplo, acaba revelando que a gravidez era mencionada a título de solução médico-legal:

> [...] *como prova da copula carnal a presença do esperma na vagina, a existência de lesões venéreas ou sifilíticas e a gravidez*; e, de acordo com o fator observado, isolado ou associado, ou com a sua ausência, lavrar o auto de flagrância médico-legal da cópula carnal ou negar a sua existência (PEIXOTO, 1913, p. 28, grifo do autor).

A citação acima mostra que os três sinais apontados é que forneciam elementos para o perito afirmar se houve cópula carnal ou não, ainda que somente a presença do esperma pudesse se aproximar mais do sentido que a Lei procurava, o que seria de uma determinação pericial extremamente difícil na época. Silencia-se assim a gestação, cujo estado parece ser mencionado apenas a cargo de negação ou comprovação de que uma mulher copulou.

Desse modo, a redação dada pelo referido artigo, com previsão legal na lei, não causa nenhum tipo de estranhamento enquanto circunscrita aos lugares sociais reservados ao masculino e ao feminino: longe do bom comportamento que devia ser praticado para manter-se a honra familiar, as moças "perdidas" eram responsabilizadas, permanecendo em silêncio, sob a capa protetora da justiça, a questão da paternidade.

Entramos, assim, no viés do gênero[22] que muito tem contribuído teoricamente para repensarmos a construção de um modo de ser masculino/feminino circulante na sociedade, impregnada por expectativas em relação aos papéis que socialmente cada um deve exercer diferenciadamente. Principalmente em um período em que vários pressupostos do patriarcado[23] estavam em voga, restringindo a esfera de atuação feminina ao espaço doméstico.

A própria sexualidade feminina era construída nos processos judiciais como confinada ao espaço privado e à propriedade masculina, conforme podemos observar através de termos como "possuída" sexualmente. Sueann Caufield (2000) afirma que "possuir" sexualmente uma mulher virgem simbolizava que o "possuidor" passava a ser seu responsável, subtraindo à autoridade dos pais, o que marcaria uma forma de inscrição da figura da mulher como objeto, restrita ao desejo masculino.

É interessante notar o próprio termo "deflorar"[24], uma inovação do Código Penal de 1890, conforme Caulfield (2000). O verbo quer dizer "tirar a flor", devendo ser entendido como o ato sexual em que a mulher "perdia" sua virgindade. Ao enfatizá-la é projetado um não dito (dentre outros possíveis): a mulher não virgem era tida como desvalorizada e mais propícia a se "oferecer" sexualmente ao desejo masculino, sendo preterida na hora de constituir casamento.

São inegáveis os perigos que a prática sexual fora do casamento parecia supor, podendo ser facilmente verificáveis através dos projetos de higienização e eugenização que circularam na época[25]. Desse modo, a virgindade compulsória colocava em silêncio

---

22 Desde a década de 1970, o termo tem sido usado como uma categoria de análise para rejeitar radicalmente o determinismo natural e biológico, ver SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade.* Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

23 Conforme Cristine Delphy (2009), o feminismo surgido no Ocidente, especialmente a partir dos anos 1970, designa o patriarcado como uma organização social, em que os homens detêm o poder e as mulheres são subordinadas a eles.

24 Havia toda uma discussão sobre o termo mais apropriado para crimes dessa natureza, se "deflorar" ou "desvirginar", causando conflitos interpretativos tanto na seara jurídica quanto no campo da medicina, cf. MOREIRA, 2015, p. 84-89.

25 Ambos os projetos visavam modernizar e civilizar o país, sendo o casamento o meio mais seguro para se alcançar tais objetivos. Para saber mais, ver FLORES, Maria Bernadete R.. A política da beleza: nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização brasílica. *Diálogos Latino-americanos,* Aarhus, DK, p. 88-109, 2000.

tanto o desejo feminino quanto implicava idealizar um feminino para o matrimônio (virgem, recatada e do lar).

Com tais observações, podemos afirmar que o dizer e o silêncio estão estritamente ligados: deixamos de dizer de um modo para poder dizer de outro. Disso resulta uma imposição de limites aos dizeres por parte do silêncio, visto ser impossível dizer tudo e incabível dizer de várias formas ao mesmo tempo.

Já o silêncio local se refere à interdição do dizer em certa conjuntura – política, cultural ou social – para que não seja desautorizado o que está legitimado como aceito ou oficial. O exemplo mais notório é a "censura" que, de acordo com Orlandi (2007), pode ser facilmente percebida do lado da opressão: são proibidos certos dizeres para proibirem-se certos sentidos.

Vejamos um exemplo disso. O Código de Processo Criminal de 1832 (vigente até 1941, quando temos a promulgação do Código de Processo Penal) ordenava que, no registro da notícia de crime, deveria conter o nome dos informantes e testemunhas a serem inqueridas no decorrer do processo. Em 1841, o Código sofreu algumas reformas com a promulgação da Lei nº 261 (com o objetivo de aumentar os poderes de polícia) que, dentre outras coisas, determinava que o depoimento não pudesse ser dado por "qualquer pessoa".

Assim, antes de prestar depoimento, a testemunha deveria informar seu nome completo, idade, profissão, residência, etc. Se havia algum grau de parentesco – com o indiciado ou com a ofendida –, se eram amigos ou inimigos, ou ainda dependente de alguma das partes envolvidas no processo. Resumidamente, os ascendentes, descendentes, maridos ou esposas, parentes até o segundo grau, os menores de quatorze anos não podiam ser testemunhas, a não ser na condição de informantes – se assim fossem designados e intimados pelo Juiz.

O que implica dizer que na censura são proibidas certas "posições" de sujeito. Autorizam-se as pessoas consideradas de comportamento idôneo a testemunhar e, consequentemente, desautorizam-se outros sujeitos de atuarem como testemunhas. O certo é que as testemunhas arroladas no caso Aldair eram homens letrados, majoritariamente casados, ou exercendo cargos importantes no estado, ou na condição de proprietários. As únicas mulheres intimadas a depor foram a tia e a avó de Aldair, respectivamente, como testemunha informante[26] e testemunha referida[27].

A particularidade da censura reside no fato de que, ao se proceder dessa maneira, demarcam-se os territórios possíveis de atuação do sujeito. Isso porque o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo e o funcionamento da censura dá-se pela interdição desse sujeito em *formações discursivas* determinadas – isto é, até que ponto o sujeito pode e deve se pronunciar.

---

26 Refere-se a pessoas que depõem sem prestar compromisso, o que ocorre com os parentes do requerente ou do requerido, com os considerados loucos e com menores de 14 anos.

27 Corresponde a pessoas apontadas por outra testemunha.

Nesse ponto do texto está a impossibilidade de continuar a reflexão do silêncio sem mencionar a *análise de discurso*, impossibilidade esta que se relaciona ao fato de a autora propor compreender a materialidade simbólica específica do silêncio a partir de questões que pensassem o não-dito[28] discursivamente. Desse modo, é fundamental situar a relação do silêncio com as palavras.

Explica Orlandi (2007) que, na análise de discurso, as noções de imaginário, de real e de simbólico se constituem em relação à ideologia e à determinação histórica (diferentemente da psicanálise, que se articulam em relação ao inconsciente). Sendo que o ponto marcante da matriz teórica é considerar que há o "real" (ou melhor dizendo, diferentes reais), mesmo que a condição do significar seja o imaginário (do sujeito e do sentido).

É justamente na relação do imaginário com o real que sua análise sobre o processo de significação e materialização do silêncio se aproxima da perspectiva discursiva. Tomando Michel Pêcheux como referência na análise de discurso empreendida pela escola francesa, assim se pronuncia Orlandi (2007, p. 20) na explicação:

> O funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso que se faz na contradição entre o "um" e o "múltiplo", o mesmo e o diferente, entre paráfrase e polissemia. Esse movimento, por sua vez, mostra o movimento contraditório, tanto do sujeito quanto do sentido, fazendo-se no entremeio entre a ilusão de um sentido só (efeito da relação com o interdiscurso) e o equívoco de todos os sentidos (efeito da relação com a *lalangue*). Embora não trabalhasse, como trabalhamos, com o silêncio.

Explica Orlandi que Pêcheux procura analisar a língua em relação à ideologia, que ele denomina conceitualmente de "interdiscurso" – e não do lado do inconsciente, na relação entre língua e o que se denomina de *lalangue* (Lacan). O que equivale dizer que o teórico considera a "regularidade" e o "equívoco" no jogo dos sentidos, sendo que o discurso se produz no contanto entre língua e ideologia.

E, nesse movimento contraditório – entre o "um" e o "múltiplo" –, o único ponto fixo é que a "unidade" (construída imaginariamente) é necessária para pensar os modos de existência do múltiplo. E a contribuição da teoria de discurso reside em "observar os modos de construção do imaginário necessário na produção dos sentidos", conforme observa Orlandi (2007, p. 18).

A noção de língua (em sua materialidade) nos permite refletir os processos discursivos. Sendo o discurso o ponto em que a ideologia articula a materialidade da língua e a materialidade histórica, como partícipes indispensáveis na construção dos sentidos. Por isso, Orlandi (2007, p. 20) adverte que é importante entender as formações discursivas na análise de discurso, pois,

> Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum, mas se produz nas relações: dos sujeitos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos).

---

28 Isto é, o silêncio significante quando a linguagem implica silêncio.

Então, compreender o conceito de formações discursivas na análise de discurso é apreender o discurso enquanto efeito de sentidos. Em outras palavras, as formações discursivas reportam para diferentes ideologias que as atravessam na constituição do sujeito e do sentido. Assim, é nas formações discursivas, com seus inúmeros sentidos possíveis reunidos "em regiões historicamente determinadas de relação de força e de sentidos" (ORLANDI, 2007, p. 21), que se constituem os diferentes efeitos de sentidos, ao mesmo tempo em que as próprias posições do sujeito.

O ponto interessante de análise da censura é que ela nos faz refletir a relação do sujeito com as formações discursivas, o que nos permite apreender de modo mais nítido os processos de identificação do sujeito ao inscrever-se na ordem do dizível para produzir sentido. E a censura deixa claro o mecanismo de funcionamento da política do silêncio: "se obriga a dizer 'x' para não deixar dizer 'y'" (ORLANDI, 2007, p. 81).

Mesmo instalada a censura, há situações de resistência: o não-dito pode rebelar-se de outro modo, já que não foi eliminado, apenas posto em silêncio. Isso porque a resistência nem sempre é um enfrentamento direto, mas a criação de estratégias possíveis. Tal estratégia evidencia-se na própria instauração do processo judicial, que mostra o rompimento com a norma moralizadora estabelecida, ainda que não se tenha fugido completamente a estas injunções.

De todo modo, a censura é particularmente responsável por afetar a identidade do sujeito, justamente por ser a interdição da circulação do sujeito e, consequentemente, permitir-lhe somente produzir os sentidos que não são proibidos. Isso significa dizer que a fronteira entre sujeito e sentido é móvel justamente porque o silêncio também opera na inscrição do sujeito na formação discursiva.

E como podemos observar no exemplo das testemunhas e em outros momentos da ação judicial, as mulheres eram (continuam?) um grupo silenciado dentro dos processos de crimes sexuais, tanto em termos de linguagem, quanto em termos de poder – esferas estas que não se dissociam. O olhar (jurídico, médico), o dizer (das testemunhas, juiz, advogados, autoridades policiais) é direcionado a Aldair, fala-se sobre e por ela.

O apagamento das vozes femininas se deu, não somente pela questão de gênero, mas pelo funcionamento da máxima "sujeito de direitos" – pois não poderia "qualquer" homem ser autorizado a falar. No fim do processo, Alcides é absolvido justamente por não se conseguir reunir provas morais, restando uma pergunta ainda não elucidada: temos aí mais uma forma de silêncio (quiçá, silêncio constitutivo)?

Ora, a absolvição ocorreu por ausência de elementos morais que se ajustassem à redação dada pelo artigo 267 do Código Penal de 1890, quais sejam: sedução, engano ou fraude. A sentença pronunciada parece anular a honra de Aldair (enquanto moça inocente e de bom comportamento, requisito necessário para a condenação do acusado), inscrevendo suas experiências enquanto desvio de norma, condutas subversivas.

Podemos finalizar afirmando que em vários recortes a teoria do silêncio de Orlandi colocou-se em funcionamento, operando efeitos de sentido no caso Aldair.

O jogo entre o dito e não-dito resultou nos mecanismos do silêncio pulverizado nas várias instâncias do processo judicial, o que não se resume apenas a calar, mas interdita o sujeito a se pronunciar diferente dos sentidos naturalizados e aceitos.

REFERÊNCIAS

CAULFIELD, S. *Em defesa da honra:* moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARQUES, A. M.; MOREIRA, M. L. Claudina: a questão racial de gênero nos processos de crimes de defloramento em Cuiabá (MT) – 1931-1934. *Revista Eletrônica Documento/ Monumento*, v. 18, p. 72-83, 2016.

MOREIRA, M. L. *O poder médico de "penetrar" e o poder jurídico de "infamar"*: um crime de defloramento em Cuiabá (1920-1940). 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio:* no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

PEDRO, J. M. *Mulheres honestas e mulheres faladas:* uma questão de classe. Florianópolis: Editora UFSC, 1994.

PEIXOTO, A. *Estudos de criminologia médico-legal:* aplicada à Lei Penal Brasileira. Recife: Imprensa Industrial, 1913.

SOARES, O. de M. *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil.* Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal; Superior Tribunal de Justiça, 2004.

XAVIER, A. P. da S.; SÁ, N. P. A Escola Normal de Mato Grosso no século XIX. In: *Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, Campo Grande, MT, n. 25, p. 123-132, 2008.

REFERÊNCIA DOCUMENTAL

Processo-crime de Alcides Hermam Bodstein, Cuiabá, Cartório do 6º Ofício, caixa 019, 1939. APMT – Arquivo do Estado de Mato Grosso.

OS EFEITOS DE SENTIDOS EM UM ANÚNCIO PUBLICITÁRIO

Rute Almeida e Silva

INTRODUÇÃO

Sob a perspectiva da Análise de Discurso francesa, este artigo apresenta uma possibilidade de leitura de um gênero discursivo comumente veiculado em livros didáticos de Língua Portuguesa — o anúncio publicitário. Esse gênero constitui-se em uma amostra das variadas manifestações linguístico-discursivas que permeiam a realidade social.

O anúncio apresenta, na constituição dos sentidos, uma série de elementos da situação extraverbal, do contexto sociocultural que enriquece o enunciado. Tais aspectos, todavia, ainda são pouco explorados na sala de aula. Muitas vezes, esse gênero é usado, no ambiente escolar, como proposta de exercícios de compreensão. Contudo, a leitura descontextualizada, sem um olhar mais atento, pode deixar de lado o discurso e seus aspectos social, histórico e ideológico, limitando, assim, a capacidade leitora do aluno.

O teor do anúncio publicitário é a venda de um produto, por excelência. Mas, em meio a esse intuito comercial (capitalista), encontram-se formas de ideologias que perpassam a realidade de um modo contundente. Tais ideias não podem ser desconsideradas, especialmente, na sala, lugar de constituição de sujeitos conscientes e ativos socialmente. Dizemos isso, porque entendemos que estudar a língua é estudar a sociedade à qual nós pertencemos. Além do mais, esse tipo de texto, orientado por diversas formações discursivas, como qualquer outra forma de manifestação enunciativo-discursiva, reflete sempre uma visão de mundo.

Nessa direção, inculcar no aluno-leitor um olhar mais atento sobre o texto pode ser um bom modo de levá-lo à sua criticidade. É isso que propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), que ajudam a orientar o ensino de Língua Portuguesa nos dias de hoje. De acordo com tal documento, um dos objetivos da educação é formar os alunos para que sejam cidadãos críticos e participativos na comunidade em que vivem.

Por isso, no ensino atual, o ato de ler não se circunscreve (somente) à decodificação das palavras e das letras, à compreensão das sentenças em parágrafos e à simples extração de informações. Pelo contrário, hodiernamente, a concepção de ensino de leitura e escrita, a qual se inscreve o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, é de base enunciativo-discursiva. Tal perspectiva permite que o aluno atribua sentidos ao texto, já que estes não estão presos à superfície linguística. Nesse processo, o leitor interage discursivamente com o autor, a partir de sua formação discursiva, de seus conhecimentos de mundo, textual e linguístico.

Desse modo, o texto não é algo que está pronto e acabado, quando escrito, visto que os sentidos, que se constroem no processo, resultam da articulação entre as informações do texto e os conhecimentos ativados pelo leitor. Nas palavras dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 70): “o modo de ler é também um modo de produzir sentidos”.

Logo, tendo em vista que um dos objetivos do ensino-aprendizagem é o de possibilitar ao aluno o domínio das habilidades de uso da língua em situações concretas, é preciso trabalhar a leitura no seu sentido mais amplo, aproximando-a da realidade do estudante e a mantendo viva na interação discursiva, pois só assim ela lhe será significativa.

Nessa direção, o trabalho de leitura, feito na escola, constitui-se em um instrumento fundamental para desenvolver tais aspectos. Ao explorar as dimensões discursivas do texto, o professor estará propiciando variadas reflexões sobre a realidade e conflitos vividos pelo próprio alunado. Portanto, faz-se necessário dar à leitura a importância que ela merece. Isso porque "toda leitura tem sua história" (ORLANDI, 2006, p. 86) e isso deve ser considerado na sala de aula.

BREVES REFLEXÕES SOBRE A TEORIA

No enfoque discursivo da Análise do Discurso, não se pode tratar o texto como uma unidade de sentidos, mas sim constituído de discursos, de ideias, que se relacionam com outras já existentes, implícita ou explicitamente. Trata-se de uma interdiscursividade.

Maingueneau (2005) conceitua o interdiscurso como um conjunto de discursos que mantêm uma relação discursiva entre si. Ligado a esse conceito, encontra-se o de campo discursivo, o qual se remete a um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência. O autor define o campo como um lugar onde ocorre a polêmica entre duas formações discursivas. Todavia, nesse campo, na relação entre discursos antagonistas, pode haver não só o confronto aberto, como também a aliança, a neutralidade aparente, entre os discursos. Já o espaço discursivo refere ao subconjunto do campo discursivo, que liga no mínimo duas formações discursivas que se relacionam e são importantes para o entendimento dos discursos em questão.

A noção de discurso tem sido muito utilizada ultimamente, no que tange ao modo de se conceber a linguagem. Dentre as várias características, Maingueneau (2004) explicita que o discurso é uma organização situada, para além da frase e que é sempre orientado para alguém. Além disso, segundo o autor, o discurso é um modo de ação de um sujeito sobre o outro, uma forma de interação, contextualizada, regida por normas. Essa noção é destacada como o bojo do interdiscurso, ou seja, o discurso só adquire sentido no interior de outros discursos.

Sendo assim, na ótica da Análise do Discurso, o texto deve ser entendido como discurso, como "uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas" (MAINGUENEAU, 2005, p. 15). Sobre tal assunto, Possenti (2002) afirma que o discurso, materializado na língua, remete a um tipo de sentido, uma posição ideológica. Como emerge no texto e através dele, o discurso "produz determinados efeitos de sentidos em correlação com posição e condições de produção específicas" (Ibidem, p. 18).

Por isso, no processo de leitura, na sala de aula, não se pode desprezar os efeitos de sentido que emanam do enunciado, oriundo das relações interdiscursivas. Se fizermos isso, estaremos negligenciando a formação consciente, crítica e reflexiva do aluno.

Não se podem ignorar os aspectos linguístico-discursivos de um texto. É necessário explorá-los à exaustão. Quanto a isso, vale lembrar que, segundo Maingueneau (2005), o discurso é constituído por uma dupla restrição: a do dizível na língua e a do dizível num dado tempo-espaço histórico. Logo, nesse contexto, tais fatores devem ser sempre considerados.

Compreendemos que a língua se concretiza através de enunciados, nos discursos, situados historicamente. Portanto, para Maingueneau (2005), o discurso não existe previamente, sendo depois colocados em relação, de aliança ou de polêmica. Ao contrário, ele nasce exatamente nas brechas da interdiscursividade, ou seja, o interdiscurso é anterior e constitutivo do discurso.

Assim, no artigo em questão, mobilizaremos, a partir da Análise do Discurso, as relações interdiscursivas presentes em um anúncio publicitário, mostrando o funcionamento da memória coletiva acerca da sedimentação ideológica no que tange à imagem do corpo da mulher.

ANÁLISE DO ANÚNCIO PUBLICITÁRIO

Partindo, então, do pressuposto de que todo texto é produzido em condições determinadas, passamos a examinar os efeitos de sentidos provocados pela leitura de um anúncio retirado da internet, tal como segue:

Figura 1

Fonte: <www.bestriders.com.br/propaganda-da-dafra-causa-polemica-em-maceio/>. Acesso em: 12 dez. 2016.

O enunciado acima se refere a uma campanha publicitária da motocicleta Dafra NEXT250, de uma concessionária, em Alagoas, circulado nesse estado em 2012. A imagem do *outdoor* possui um fundo vermelho, uma mulher seminua, de cabelos longos em uma pose sensual, debruçada sobre uma moto. Há também um enunciado que diz: COMPRE QUE EU **DOU** PRA VOCÊ *o emplacamento grátis*.

O *outdoor* é um tipo de painel publicitário de grandes dimensões, geralmente mais largo do que alto. Exposto em locais de muito movimento, ele ocupa posições estratégicas nas cidades. Conforme Nunes (1998, p. 10-11), os *outdoors* ficam em

> [...] lugares de passagem: fronteiras, como nas saídas/entradas de cidades; percursos, como nas vias públicas. Para quem sai da cidade, eles se sobrepõem ao campo; para quem entra, se sobrepõem à própria cidade: fazem sombra ao mesmo tempo em que projetam nela. Cobrem espaços vazios, apagam o lugar da habitação, evocam um alhures.

Portanto, segundo o autor, o *outdoor* enquanto forma simbólica ocupa lugares significativos, sobretudo, no espaço urbano. Além de compor tal cenário, ele se constitui em um suporte material do texto, isto é, concretiza a língua, estabelecendo-se, assim, um lugar de significação.

De tal modo, levando em conta que os sentidos não são da ordem da língua, mas sim das posições discursivas, na leitura do anúncio contido no *outdoor* em questão, observaremos a língua em sua função enunciativa, considerando as formações discursivas em correspondência com as formações ideológicas, dentro do campo, lugar onde as vozes concorrem entre si (MAINGUENEAU, 2005). O campo discursivo do qual se ocupa este artigo se inscreve na categoria da mídia e trata das formações discursivas constituídas sócio-historicamente presentes nele. Consequentemente, vozes existentes no seu interior configuram esse espaço como um lugar polêmico, pois aborda um assunto que é foco de grandes discussões sociais: o machismo.

Entendemos que, muitas vezes, na leitura de um texto, o discurso "se constrói, com efeito, em função de uma finalidade, devendo, supostamente, dirigir-se para algum lugar. Mas ele pode se desviar em curso (digressões...), retomar sua direção inicial, mudar de direção", gerando, por vezes, a polêmica (MAINGUENEAU, 2004, p. 53). É exatamente o que ocorre na publicidade em questão. Como se pode ver nos textos abaixo, há um deslocamento no que diz respeito ao objetivo principal do anunciante (que é promover e vender um produto):

Outdoor de marca de motocicleta causa polêmica em Maceió

> [...] "Achei ridículo do começo ao fim. Desde a 'agência' que bolou até a mulher que se presta a participar de uma propaganda dessa", criticava a internauta [...] "Não existe propaganda mais machista e ofensiva que essa. Quem fez nunca ouviu falar de marketing", reclamava [...] Já o gari Gustavo Ferreira, que passava em frente ao outdoor quando entrevistado pela Gazetaweb, também externou sua opinião sobre a publicidade: "devido à foto da mulher, não vi interesse, como consumidor, em comprar a moto. Para mim, a moto não será comercializada como deveria, já que eu gostaria de ter não apenas a moto, mas também a mulher".

Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=325278&e=13>

Sem limites para o mau gosto

Sempre que a gente pensa que chegou no limite do mau gosto aparece algo para contrariar essa ideia.

Disponível em: <http://machismochatodecadadia.tumblr.com/post/34619178580/sem-limites-para-o-mau-gosto>

Outdoor polêmico será retirado das ruas após reclamação

Disponível em: <http://aquiacontece.com.br/noticia/2012/10/17/outdoor-polemico-sera-retirado-das-ruas-apos-reclamacao>

Trata-se de manifestações contrárias e de piadinhas feitas acerca do anúncio publicitário. Esses textos circularam na internet após divulgação do *outdoor* na cidade. Isso comprova o desvio ocorrido, porque havia interesse, preponderantemente, comercial (promoção e venda da motocicleta). Mas o resultado foi outro: de repúdio - posteriormente, de censura do material publicitário. Essa mídia causou grande polêmica no meio da população alagoana, além de diversas reclamações ao Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON). Por consequência, esse órgão notificou[29] a concessionária e determinou a retirada do comercial por considerá-lo inconveniente e abusivo.

É pertinente pensar que o anunciante não se atentou para algum aspecto importante, no que tange à confecção do *outdoor*: no processo interativo de leitura, há sempre dois tipos de leitores, o leitor virtual, inscrito no texto, aquele imaginário, pensado pelo autor, e o leitor real, aquele que lê o texto e se apropria dele (ORLANDI, 2006). Dizemos isso, porque o anúncio publicitário em questão parece ser chamativo aos olhos masculinos (leitor virtual). No entanto, o relacionamento do anunciante com o leitor real (a população em geral, da cidade onde circulou tal mídia, as mulheres, inclusive), aquele que leu o texto definitivamente, não foi tão produtivo assim. Nesse contexto, há um jogo entre os dois leitores (virtual e real), uma relação de confronto. Estabelece-se aí uma relação social — não entre leitor e texto — mas entre homens, sócio-historicamente constituídos, mediada pelo objeto (texto), reforça a autora. Certamente, tais fatores precisam ser considerados na elaboração de uma mídia como esta.

Como se vê, embora tenha um interesse mercatório, por vezes, o anunciante publicitário aborda em seu espaço comunicativo temas polêmicos presentes na sociedade, de modo inconsequente, como se observa no respectivo *outdoor*. Ao ler o enunciado: "COMPRE QUE EU **DOU** PRA VOCÊ *o emplacamento grátis*" e ver a figura da mulher seminua, em pose sensual sobre a moto, a nossa memória discursiva é ativada. Os discursos contidos aí nos remetem a uma memória que caracteriza as relações machistas existentes na sociedade. É esse ato de recordar que permitirá na infinita

---

29 A empresa responsável pelo anúncio em questão foi notificada pelo Procon de Alagoas, que determinou a retirada dessa publicidade por considerá-la abusiva. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/defesa-do-consumidor/duplo-sentido-leva-proconal-determinar-retirada-de-publicidade-de-motocicleta-6506392#ixzz4M7T0EBmD>. Acesso em: 01 set. 2016.

rede de formulações o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados que pertencem a formações discursivas posicionadas historicamente.

Sabemos que o machismo está presente na história, desde o início da civilização, na Grécia, onde as mulheres eram sujeitas às condições inferiores, subalternas aos homens, alheias aos assuntos políticos da época e sem direitos sociais. Na Idade Média, elas eram vistas como objetos de desejo, que serviam apenas para procriação da espécie (ARANHA, 1989).

A ideologia machista pode estar presente também dentro da bíblia sagrada, em que a mulher é colocada, em boa medida, como astuciosa. Vários trechos dentro dessa escritura maculam a imagem feminina. No livro de Eclesiastes (25-26), por exemplo, a mulher é descrita como perversa, cujas "*mãos são grilhões*". Lá, a maldição recai até sobre o homem que se relaciona com ela: "*quem for bom diante de Deus fugirá dela, mas o pecador virá a ser seu prisioneiro*". A tradição cristã também prega essa figura como pecadora e manipuladora, como se pode ver no livro de Gênesis. Afinal, foi por meio de Eva que se iniciou o pecado no mundo. Eva foi castigada por Deus, depois de ter provado do fruto proibido e oferecido ao seu marido Adão, no Jardim do Éden.

Dessa forma, na perspectiva da Análise do Discurso, apreendemos o texto (do *outdoor*) como uma fonte de dispersão de efeitos de sentidos oriundos das relações interdiscursivas, uma vez que ele retoma o discurso - machista - profundamente arraigado socialmente. Nessa direção, a postura inconsequente do anunciante ajuda a perpetuar uma cultura preconceituosa na sociedade. Isso porque, todo discurso é também uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo (MAINGUENEAU, 2004).

Na publicidade em questão, a oração "COMPRE QUE EU **DOU** PRA VOCÊ *o emplacamento grátis*" confere o caráter negativo do anúncio, ainda mais se observarmos o enunciado "**DOU**" em negrito. Pela tradição gramatical da Língua Portuguesa, o verbo DAR é transitivo direto e indireto, pois pede dois complementos. Embora usado de modo coloquial (já que, formalmente, seria mais adequado dizer: "Compre - a moto - que lhe dou o desconto"), há alguma preocupação linguística do anunciante, no que diz respeito à regência do verbo, o qual traz dois complementos (dois objetos), um deles, inclusive, ligado pelo uso da preposição "para". Afinal quem dá, dá alguma coisa (*o emplacamento*) a alguém (*pra você*).

Dias (2001) ajuda a pensar a utilização desse verbo. Para o autor, o complemento verbal, enquanto fato linguístico, não deve ser analisado somente do ponto de vista de sua relação com o verbo. O verbo "DAR" se inscreve no enunciado trazendo uma memória de complemento, especialmente, no primeiro objeto (*o emplacamento*), o qual aparece explicitamente. Entretanto, segundo Dias (2001), o objeto pode adquirir uma identidade, tendo em vista a sua circulação na memória coletiva de um povo, sobretudo, se relacionado com a imagem da mulher sensual, sob um fundo vermelho. Esta cor, neste contexto, é significativa, pois simboliza a conquista. É uma cor quente e estimulante e que, no imaginário social, evoca paixão e desejo.

Portanto, é possível dizer que, destacado em negrito no comercial, a ênfase no verbo (DAR/**DOU**) desencadeia uma multiplicidade de sentidos, permitindo uma ambiguidade na significação: **DAR** no sentido de fornecer o emplacamento gratuito, ou/e **DAR** no sentido de fornecer o corpo, no sentido sexual.

Ainda acerca desse uso (verbal), o autor complementa que, nesse caso, o que interessa é a identidade do domínio de ocupação do verbo DAR, "isto é, a sua pertinência discursiva e não apenas a sua presença lexicalmente marcada. A responsabilidade pela 'ocupação' do espaço de enunciação advindo do verbo dar está na esfera do discurso e não apenas no linguístico" (DIAS, 2001, p. 34).

Enfim, na construção dos efeitos de sentidos, percebemos a polêmica gerada em torno do machismo, em que o anunciante ajuda a propagar uma ideia preconceituosa e discriminatória contra o sexo feminino. O publicitário se aproveita de uma ideia "libertina" e expõe a mulher, de modo aparentemente sedutor, despretensioso, mas, ao mesmo tempo, inconsequente, porque se trata de uma construção de mau gosto, que vulgariza e banaliza seu papel.

Na publicidade em questão, mesmo que implicitamente, dito e não-dito se encontram atravessados por esse discurso preconceituoso. A figura de uma mulher seminua sobre uma moto, com a escrita "COMPRE QUE EU **DOU** PRA VOCÊ" (dito) se cruza com o não-dito: o discurso machista ainda presente na sociedade. Em uma relação conflituosa, dito (linguístico) e não-dito (imaginário, ideológico) interpelam-se simultaneamente, como bem ressalta Orlandi (2006, p. 11):

> Quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito e que também está significando. E o que está dito pode ser de várias naturezas: o que não está dito mas que, de certa forma, sustenta o que está dito; o que está suposto para que se entenda o que está dito; aquilo a que o que está dito se opõe [...] Os sentidos que podem ser lidos, então, em um texto não estão necessariamente ali, nele. O(s) sentido(s) de um texto passa(m) pela relação dele com outros textos.

Podemos ver ainda o não dito no interdiscurso, no que se refere à associação: mulher + motocicleta. Historicamente, no discurso do cotidiano, tem-se a ideia de que o homem não precisa ser bonito, basta ter um bom carro, uma boa moto, que já é o suficiente para arranjar uma mulher, uma vez que ela é vista como "Maria gasolina".

Assim, as vozes do anunciante se inscrevem em determinada formação discursiva que traz à memória social alguns sentidos constituídos ao longo da história que depreciam a imagem da mulher. No intuito de vender o produto, coloca-se moto e mulher como objetos de desejo, pensamento presente no imaginário popular. Entretanto, ao fazer isso, rebaixa-se a figura feminina, porque o objeto de valor aqui é a moto, a mulher vem de bônus (de graça).

Sabemos que o teor do anúncio é a venda de um produto. Contudo, ultimamente, temos assistido a um movimento diferente no campo comercial. Trata-se de uma nova maneira de o capital (dinheiro) se relacionar com a subjetividade das pessoas, por meio de um capitalismo "mais humano". Nessa lógica, como destaca Baronas (2007), atualmente, o movimento midiático ocidental vem se constituindo como uma espécie de cruzada iluminista "apta a esclarecer sobre o bom uso da língua, pedofilia, machismo, drogas, homossexualismo, violência doméstica, idosos, ecologia, armas, preconceito racial, produzindo e comercializando um imaginário de cidadania".

Nesse aspecto, o respectivo anúncio foge (quiçá, não) a essa lógica, pois ao enunciar dessa forma, (in)discriminada, a empresa contraria a lógica do capitalismo humanizado, perdendo (ou não) algum espaço (cliente). Afinal, a publicidade foi retirada de circulação por intervenção judicial.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Logo, ao proceder a essa leitura, notamos que o discurso publicitário se constitui como uma fonte de dispersão de efeitos de sentidos oriundos de relações interdiscursivas e que o texto em questão é atravessado por vozes, por ideologias. No entanto, os efeitos de sentidos deslizam para uma valoração negativa em relação à mulher. A nosso ver, essa publicidade procede de modo abusivo, depreciativo e inconsequente, porque possui conteúdo nocivo, em que pressupõe a mulher como objeto sexual e instiga a discriminação de gênero.

Esse trabalho de análise só pôde ser feito, porque nos utilizamos de arcabouços teóricos fundamentados na prática da leitura e da interpretação e consideramos um aspecto importante apontado por Orlandi, de que toda leitura é produzida em condições determinadas, em um contexto sócio-histórico que deve ser levado em conta. Por isso, é possível pensar que um anúncio tal como este, se fosse publicado há dez anos, teria maior adesão dos destinatários, da população. Isso porque, hoje em dia, alguns discursos, como inclusão, direitos humanos, defesa da mulher, têm sido implementados na sociedade, por meio das mídias, escolas e movimentos populares.

Enfim, acreditamos que o anúncio publicitário, assim como qualquer outra forma de manifestação enunciativo-discursiva, reflete sempre uma visão de mundo orientada pelas várias formações discursivas, bem como por seu contexto social, histórico e ideológico. Tais aspectos não podem jamais ser desconsiderados no processo de leitura na sala de aula, com vias a oportunizar a reflexão sobre a realidade e seus conflitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. F. de. Trad. *A Bíblia Sagrada* (revista e atualizada no Brasil). 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica Brasileira, 1993.

ARANHA, M. L. de A. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1989.

BARONAS, R. L. Breve ensaio sobre mídia e suavização de práticas linguísticas. *Revista da ANPOLL*, v. 1, p. 195-208, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1998.

DIAS, L. F. Aspectos de uma gramática explicativa: a ocupação do lugar do objeto direto. *Textura*, Canoas, n. 5, p. 29-34, 2001. Disponível em <www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/download/778/603>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005.

_____. *Análise de textos de comunicação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NUNES, J. H. Janelas da Cidade: Outdoors e Efeitos de Sentido. *Escritos*, Campinas, v. 2, 1998. Disponível em <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos2.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

POSSENTI, S. *Os limites do discurso.* São Paulo: Criar Edições, 2002.

DISCURSO CIENTÍFICO *X* DISCURSO BÍBLICO: "OS DEZ MANDAMENTOS – A VERDADEIRA HISTÓRIA DE MOISÉS".

Sandra Leite dos Santos
Elenildes da Silva Santos

A DISPUTA PELO PODER DE VERDADE ENTRE A CIÊNCIA E A RELIGIÃO

Não é de hoje que acontecimentos relatados na Bíblia causam grande interesse à comunidade científica. Muitos cientistas empenham-se em encontrar resposta para as tantas perguntas que orbitam o livro sagrado. A edição de novembro de 2015 da revista *Superinteressante*, especializada em curiosidades e conteúdo para divulgação científica, apresenta como matéria principal o profeta Moisés. Embora a capa se refira aos Dez Mandamentos, o texto está voltado para o líder hebreu. Toda essa movimentação acerca da história de Moisés deu-se em um momento em que uma telenovela brasileira, que recebe o nome de "Os Dez Mandamentos", vem causando enorme furor em todo o país. Embora essa novela não seja citada no artigo da revista, ousamos concluir que a ideia motivadora do texto adveio de sua repercussão. A telenovela é produzida e exibida pela Rede Record de televisão, escrita por Vivian de Oliveira e com direção geral de Alexandre Avancini. A trama é uma adaptação de quatro livros que compõem a Bíblia, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômios, narrando a história de Moisés desde o seu nascimento até sua morte, destacando o encontro com Deus no Monte Sinai, as pragas lançadas sobre o Egito, a sua participação na libertação do povo hebreu escravizado no país, a passagem pelo Mar Vermelho, a revelação dos dez mandamentos, a travessia de quarenta anos no deserto e a chegada do povo à terra prometida.

Neste artigo, buscamos analisar como são estabelecidas as relações de verdade, saber e poder, segundo os conceitos de Foucault (2008, 2012), nos enunciados apresentados pela revista, em que antropólogos e historiadores afirmam que as passagens bíblicas que se referem aos feitos de Moisés não podem ser verdadeiras. Essa análise é válida, ao levarmos em conta que, por muitos e muitos anos, as ações desse líder inspiram grandes multidões de religiosos e agora a revista *Superinteressante* lança mão de um artigo de capa, que põe em xeque fatos a nós apresentados por muitos anos como verdadeiros, e mais, abrindo espaço para questionamentos sobre a existência do hebreu Moisés. Cabe-nos, então, um estudo mais criterioso em relação aos posicionamentos adotados pelo discurso científico em contraposição ao discurso religioso, analisando a disposição dos argumentos apresentados pela revista, em que teóricos lançam mão do discurso do outro para refutá-lo em uma relação de simulacro. Para essa questão, utilizamos o conceito da polêmica como interincompreensão de Maingueneau (2008), buscando observar em que critérios a revista baseia-se para dizer que certos acontecimentos são ou não verdadeiros, e como ela sustenta seu posicionamento. Levando-se em conta que, para muitos, os discursos científicos produzidos e difundidos pela mídia são sempre considerados verdade, devido ao forte poder de convencimento da mesma com base nos saberes científicos. Foucault (2012[1979], p. 13) afirma que "a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; e segue afirmando que ela "é produzida e transmitida sob o controle dominante de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos, como a universidade e os meios de comunicação".

Para entender como ocorre a polêmica nos discursos, faz-se necessário conhecer o Ethos da revista sob a perspectiva de Maingueneau (2008), com vista a apresentar o perfil da *Superinteressante*, seguido por um breve resumo sobre a trajetória de vida de Moisés, a seção teórica, a análise e por fim as palavras finais de nosso estudo.

A REVISTA

A *Superinteressante* é uma revista de curiosidades culturais e científicas, que transita tanto pelos fatos históricos até as últimas tecnologias, que envolvem as nossas vidas. Publicada mensalmente desde setembro de 1987, só a partir de 2007 passou a ocupar espaço também na *web*. Depois de diversos anos publicando apenas artigos na área de ciências exatas e biológicas, passa a publicar também artigos de ciências humanas e sociais. Segundo Marcela Fossey (2006, p. 35), "para o momento, vale a observação de que, de fato, a revista está cada vez mais dedicada a tratar de temas "interessantes", o que não significa que sejam, necessariamente, científicos". Optando por abordar, de fato, assuntos que agucem a curiosidade, provocando debates, e que alcance a meta principal que é a venda de exemplares da revista. Vejamos a seguir uma descrição mais detalhada acerca do perfil da revista apresentado por Fossey (2016, p. 37):

> As seções sofreram algumas mudanças, como ocorre em toda revista, mas nenhuma muito expressiva. Além disso, desde sua "inauguração", a revista sempre utilizou, com abundância, os infográficos – quadros informativos de forte apelo visual que visam resumir, misturando texto e ilustração, alguma informação considerada relevante e essencial da reportagem. "Mostram" a informação e, entre os jornalistas, entende-se que facilitam a compreensão do texto por oferecer noção mais rápida e simplificada dos elementos essenciais da reportagem. E mesmo nas reportagens sem esse recurso, sempre há muitas figuras e muitas fotos, além das cores, sempre fortes e alegres e vivas. Tudo isso propicia um "cenário de fundo" descontraído para as reportagens.

No excerto acima, observamos o perfil traçado pela autora no que tange ao formato da revista e como a mesma é construída em sua estética e em seu conteúdo, e como ela se posiciona discursivamente, ou seja, Fossey evidencia o ethos da *Superinteressante*. Segundo Dominique Maingueneau (2008, p. 17) "o ethos é uma noção discursiva. Ele se constrói através do discurso, não é uma 'imagem' do locutor exterior a sua fala; é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro". Ainda sobre essa perspectiva, o autor acrescenta que "o processo é particularmente evidente quando se trata de discursos como da publicidade, da filosofia, da política, etc." (Ibidem, p. 17). Deste modo, entendemos que o discurso científico é a posição discursiva sustentada e defendida pela revista. Para reforçar essa ideia, Priscila Fiorindo (2012, p. 8) traz a seguinte colocação, "o ethos se constitui em uma dimensão enunciativa que faz parte da identidade de um posicionamento discursivo". Desta forma, a divulgação científica foi o intuito inicial da revista, hoje ela desfila em suas edições os mais variados assuntos, mas sempre mantendo a opinião de alguém ligado à ciência e com autoridade sobre o tema discutido.

O discurso utilizado pela revista é o discurso direto, "como forma de assegurar a veracidade daquilo que relata" (FOSSEY, 2006, p. 80). O enunciador da divulgação científica da revista constrói uma imagem de autoridade para divulgar os saberes da ciência e da tecnologia em forma de notícia sobre a ciência para o grande público. Sendo assim, para Fossey (2006, p. 80), "no contexto da Divulgação Científica, o efeito que se tem é de "quem o diz é um cientista", o que, em princípio, conferiria maior "confiabilidade"

ao que é relatado na reportagem". O que podemos observar é que o *ethos* da revista é constituído de forma a não deixar dúvidas de que o que é enunciado em suas páginas possui valor de saber e verdade. Logo, a matéria é dedicada a desmistificar o mito sobre Os Dez Mandamentos e a história de Moisés é uma das que compõem essa linha de publicações da revista.

MOISÉS

Nesta seção, faremos um breve resumo sobre a trajetória do líder hebreu desde seu nascimento até o episódio do Êxodo. Moisés era hebreu, mas foi criado por uma princesa egípcia, filha do faraó - um homem muito cruel que, na época, mandou que seus soldados atirassem no rio Nilo todos os bebês hebreus que fossem meninos, devido ao aumento da população hebreia no Egito. Moisés era filho de Joquebede que, após o seu nascimento, conseguiu escondê-lo por três meses, e quando já não podia mais, por conta das constantes incursões dos soldados egípcios à vila. Para não ver seu filho morto, a mãe de Moisés colocou o bebê em uma cesta de junco e o soltou no rio, com sua irmã por perto, a vigiar. O menino foi encontrado pela princesa, devolvido à mãe para que o amamentasse por ideia de Miriã, a irmã de Moisés, e assim foi feito. Quando já estava crescido, o menino foi devolvido à princesa e criado como um príncipe egípcio.

Já adulto, o príncipe teve de abandonar o Egito, ao ver um egípcio agredindo um hebreu e já tendo conhecimento de que não era filho da princesa, Moisés revoltou-se e agrediu o soldado, o que resultou na morte do mesmo. Consequentemente, o Faraó voltou-se contra Moisés que, para não ser morto, acabou fugindo. E foi nesse período que Deus começou a falar com ele, e ordenou que voltasse ao Egito e convencesse o faraó para que libertasse o povo hebreu. E assim o fez, mas o faraó não aceitou e o líder insistiu, mas o soberano não consentiu. Assim, Deus enviou dez pragas para forçar o faraó a libertar o seu povo, mas foi só na décima, com a morte de seu primogênito, que o rei cedeu. E os hebreus puderam finalmente deixar o Egito, e Moisés foi aquele que os guiou rumo à Canaã, a terra prometida. E é no decorrer dessa travessia que se dão os episódios da abertura do mar vermelho, do maná vindo do céu e também o que foi considerado um dos mais importantes, quando o hebreu recebeu das mãos do próprio Deus as tábuas dos dez mandamentos. Essas leis regeram por muito tempo a nação de Israel e ainda hoje influenciam as religiões cristãs.

A VERDADE ESTÁ COM QUEM TEM O PODER DE ENUNCIÁ-LA

Em nossa sociedade, todos os dias somos atravessados por inúmeros discursos, que para uns resulta em verdades absolutas, enquanto para outros é algo que requer uma análise mais criteriosa. Somos constantemente expostos a diversas informações, mídias impressas, faladas, televisivas, e agora também as virtuais que nos fornecem notícias com uma velocidade incrível. Mas até que ponto o que nos é apresentado tem veracidade?

De início, vamos então observar os conceitos de poder e de verdade enunciados por Foucault, na obra *Microfísica do poder* (2012 [1979]). À luz de Foucault (2012 [1979], p. 8), o "poder" é entendido como aquele que "produz coisas, induz ao prazer, forma

saber, produz discurso". Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2012 [1979]). Ou seja, a revista utiliza seu poder de veicular as informações científicas para assim consolidar a sua verdade. Passemos então à definição de "verdade". Para Foucault (2012 [1979], p. 14), entende-se por verdade "um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados". Assim, entendemos que o discurso produzido pela revista tem por intuito formar um saber científico, reforçado por enunciados produzidos por historiadores e arqueólogos de instituições renomadas, que garantem ao discurso científico legitimidade, consolidando o poder de verdade objetivado pela revista. E, como dito anteriormente, para muitos, tudo que é difundido nesses veículos de comunicação soa como verdade. Foucault (2012 [1979], p. 13) afirma que a verdade

> [...] é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidades, exército, escrituras, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas").

Entendemos, então, que a "verdade", segundo o pensamento do autor, anda de mãos dadas com o "poder", e todas as instâncias, acima citadas, exercem algum tipo de influência sobre nossa sociedade. Consequentemente, o discurso produzido por esses elementos são difundidos e assimilados como verdadeiros. "Para Foucault a verdade não existe fora do poder ou sem poder, haja vista que toda sociedade possui seu "regime de verdade" (ZOLIN-VESZ, 2013, p. 247). E essas mídias possuem esse poder, assim, quando aceitamos algo como verdade, nos filiamos a uma formação discursiva, no caso o discurso do meio de comunicação. Todas as conexões que estabelecemos em sociedade estão construídas nas relações de poder e verdade. O poder é algo que utilizamos para exercer e produzir sentido para assim construirmos nossas práticas diárias. Ele perpassa todas as nossas relações. "O que interessava para Foucault não era a construção de um novo conceito, mas sim a análise do poder como prática social, historicamente constituída, e as múltiplas formas de exercício do mesmo na sociedade". (MARQUES, 2006, p. 3). O interessante era, assim, perceber e entender as relações estabelecidas com base nesses poderes.

Em casa, na escola, na universidade, no trabalho, nos quartéis, nos presídios, em hospitais e em todos os meios de comunicação o poder é estabelecido e quando se é detentor do poder também se é detentor da verdade. Estamos em constante troca de poderes e de verdades, em todas as nossas relações. Mas é importante ressaltar ainda que para o autor "a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem" (FOUCAULT, 2012 [1979], p. 13). Assim, o discurso aqui é entendido como uma construção discursiva que dá à ciência o valor de verdade, colocando em questão o discurso religioso, ou seja, cada qual filiado a sua formação discursiva. Segundo Foucault (2008, p. 82), a Formação Discursiva "prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação". É partindo dessa ideia que observamos a presença do intelectual percebido por Foucault não como "portador de valores universais', mas "alguém que ocupa uma posição específica", cuja particularidade está ligada principalmente à política de verdade nas sociedades contemporâneas" (ZOLIN-VESZ, 2013, p. 248). E o papel desse sujeito é a valorização daquilo que Foucault

(1996, p. 17) chama de vontade de verdade: "a vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre o suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia [...]". Desta forma, o enunciador da revista busca negar e silenciar o discurso do outro, no caso, o religioso. É nesse espaço discursivo que observamos que a *Superinteressante* sustenta seu discurso com base em enunciados de antropólogos e historiadores que utilizam textos bíblicos como fontes de suas pesquisas, o que Maingueneau (1997) chama de primado do interdiscurso. Para o autor, o interdiscurso é um "sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com o seu Outro" (MAINGUENEAU, 1997, p. 38). Isto é, a interação que se estabelece entre diferentes formações discursivas, e como o sujeito se posiciona no espaço em que ocorrem as trocas de discursos.

> [...] sustentar que o espaço pertinente para as regras é o da ordem interdiscursiva consiste em propor ao analista o interdiscurso como objeto e fazê-lo apreender, de imediato, não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas. Isto implica que a identidade discursiva está construída na relação com o Outro. (MAINGUENEAU, 1997, p. 119-120).

Formações discursivas diferentes tendem a causar embates, e isso é o que observamos no decorrer da matéria da *Superinteressante*. O discurso científico busca, por meio de enunciados retirados da Bíblia, colocar em xeque a veracidade do discurso religioso, dando lugar assim à interincompreensão. Segundo Maingueneau (2008, p. 99-100), "a cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro, traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema", ou seja, em forma de simulacros em que enunciados do discurso religioso serão utilizados negativamente. Assim a posição discursiva adotada pelo enunciador da revista sacrifica o discurso religioso para fazer prevalecer a sua formação discursiva. Sendo assim, observemos como foram dispostos os enunciados na revista para convencer o leitor de que o que se fala no artigo é de fato a verdade.

MOISÉS: DE UM GRANDE LÍDER RELIGIOSO A UM MITO INVENTADO

Figura 1

Fonte: Revista Superinteressante, edição n. 353, novembro de 2015

Foi com a capa acima que a revista *Superinteressante* chegou às bancas em sua edição de n. 353, em novembro de 2015. O artigo, escrito por Alexandre Versignassi e Reinaldo José Lopes, tinha por intuito contar a "verdadeira" história de Moisés, já que, segundo estudos realizados por antropólogos e historiadores, aquela contada pela Bíblia não procederia. A capa é o enunciado principal, utilizado com intuito de chamar a atenção do leitor, acionando a memória discursiva, aguçando a sua curiosidade. "Os Dez mandamentos" é um tema em alta, e utilizar esse título como capa da revista aliado ao enunciado "a verdadeira história de Moisés", reforçando a ideia de verdade, despertaria no leitor o interesse em conhecer o conteúdo dessa matéria. Portanto, qual é de fato a verdade, se a história bíblica, antes conhecida, agora é dada como falsa?

Nessa perspectiva, os enunciadores endossam o discurso com uma descrição um tanto debochada. "Como um rei megalomaníaco, muita geopolítica e uma farsa de proporções bíblicas criaram a saga de Moisés, o herói que foi sem nunca ter sido". (subtítulo da reportagem).

O enunciado acima funciona como uma espécie de subtítulo e de antemão já inicia a desconstrução da imagem de Moisés e também de Josias. As palavras: "megalomaníaco" e "farsa", aliadas à expressão "o herói que foi sem nunca ter sido", já denotam o intuito do artigo, uma farsa será desmontada. E o leitor descobre que aquele notório líder religioso e herói, antes exaltado por tantos, pode nem sequer haver existido. E que o rei Josias era alguém com um ego gigante que pode ter cometido alguns equívocos ou exageros. E *a priori* observamos que o propósito dessas expressões é deslegitimar o discurso religioso, mostrando-o como algo exagerado e falso.

A construção discursiva enunciada aqui é reforçada no excerto seguinte: *Diz a Bíblia:* "E em Israel nunca mais surgiu um profeta como Moisés, a quem o Senhor conhecia face a face". Ao analisarmos o enunciado acima, observamos o uso do verbo "diz", que nos remete a um sentido de informalidade, ou seja, caracterizando o discurso religioso como algo duvidoso, ao levarmos em conta que a expressão "diz" é característica da oralidade e que não oferece à citação uma característica de algo comprovado, uma verdade. A expressão é utilizada em muitas das passagens, introduzindo o discurso da Bíblia. Observemos mais alguns exemplos: "*diz o texto bíblico,* acaba escravizada pelos egípcios [...]"; "*diz a Bíblia*, Josias ficou transtornado por perceber [...]"; "É o contrário do que *diz a Bíblia*, já que ali o monoteísmo [...]"; "A Bíblia diz que o Templo de Jerusalém foi inspirado nele [...]". Salvo dois casos em que foram utilizadas as expressões "*segundo*" e "*de acordo*", observemos: "Apesar de, *segundo a Bíblia*, todos eles serem israelitas [...]"; *"De acordo com a Bíblia*, essa obra seria a compilação [...]". Atribuindo à formação discursiva religiosa o tom de "diz que me diz", ou seja, algo que não está fundamentado em informações comprovadas com autoridade científica.

Enquanto o discurso científico é produzido com enunciados com argumento de autoridade, por exemplo: "*destaca* o teólogo Leonardo Agostini [...]"; "Mario Liverani, arqueólogo da Universidade La Sapienza, em Roma, é um dos pesquisadores que *defendem* essa tese."; "Seu *ponto de vista* é o seguinte: [...]"; "Quase todos os especialistas *concordam* hoje [...]"; "*De acordo* com a maior parte dos pesquisadores, [...]"; "Mas a *verdade histórica* sobre ele, ao que tudo indica, é outra [...]"; "Outro episódio marcante que a historiografia ajuda a *descortinar* é [...]"; "outra história bíblica *desmentida* pela arqueologia [...]". Todos esses enunciados procedem de informações apresentadas por

pesquisadores e estudiosos com base na formação discursiva científica, o que lhes garante legitimidade, ou seja, os enunciadores são historiadores e arqueólogos com nome e sobrenome, representantes de grandes e renomadas instituições. De modo que não há como o leitor duvidar dessas informações.

Ao discurso bíblico resta a dúvida, carecendo sempre de referencial. Essa não é a primeira vez que o discurso religioso *versus* o discurso científico é tema de discussão para *Superinteressante*, e que o primeiro é posto à prova pela mesma. Na edição de número 178, de julho de 2002, a revista trouxe como matéria de capa o seguinte enunciado: "Bíblia, o que é verdade e o que é lenda", seguido pelo título da matéria: "Bíblia passada a limpo", e reforçado ainda por mais um enunciado: "Descobertas recentes da arqueologia indicam que a maior parte das escrituras sagradas não passa de lenda". Nesse viés, o enunciador Vinícius Romanini (*Superinteressante*, n. 178, 2002) inicia o seu discurso:

> A disputa entre ciência e religião pela posse da verdade é antiga. No Ocidente, começou no século XVI, quando Galileu defendeu a tese de que a Terra não era o centro do Universo. Essa primeira batalha foi vencida pela Igreja, que obrigou Galileu a negar suas idéias para não ser queimado vivo. Mas o futuro dessa disputa seria diferente: pouco a pouco, a religião perdeu a autoridade para explicar o mundo. Quando, no século XIX, Darwin lançou sua teoria sobre a evolução das espécies, contra a idéia da criação divina, o fosso entre ciência e religião já era intransponível".

O jornalista inicia sua fala situando o seu leitor de que a batalha pela posse da verdade entre a religião e a ciência vem de longa data. E que com o passar desses anos a igreja perdeu a autoridade, depois que a ciência passou a explicar os fatos baseando-se em estudos e, quando possível, até mesmo apresentando provas de suas pesquisas. Assim, ao adotar o discurso científico, a revista produz os seus enunciados com autoridade e como detentora do poder de verdade, legitimidade essa conquistada com base em pesquisas científicas e simulacros, enquanto ao discurso bíblico cabe o lugar do "não dizível", ou seja, nada comprovado cientificamente, portanto, não podendo oferecer credibilidade. E como podemos observar anteriormente em Foucault (2012, p. 13), essa ideia ganha força, já que, segundo o autor "a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem". Portanto, o discurso religioso não pode ser considerado verdade, porque não possui fundamentos históricos. Dessa forma, para conquistar o seu poder em relação ao saber, a revista apoia-se na ciência, para assim, possivelmente, tornar-se detentora do poder de verdade. Como podemos observar em mais um excerto a seguir:

> Nas últimas décadas, a Bíblia passou a ser alvo de ciências como a filologia (o estudo da língua e dos documentos escritos), a arqueologia e a história. E o que os cientistas estão provando é que o livro mais importante da história é, em sua maior parte, uma coleção de mitos, lendas e propaganda religiosa. (*Superinteressante*, nº 178, 2002).

Deslegitimar os enunciados e criar simulacros tem sido posicionamentos adotados pelo discurso científico no embate pelo direito de enunciar a verdade. Em nenhum momento ao longo da matéria, percebemos a presença de alguma autoridade religiosa

que pudesse defender a sua formação discursiva. A revista pautou o seu objetivo na conquista da legitimidade, valendo-se do poder de mídia. Poder esse sempre alicerçado pelo discurso científico. Recuperando mais um enunciado da matéria da edição 178, podemos observar que a arqueologia é a fonte de pesquisa da revista, pois é nela que a *Superinteressante* busca seu aporte teórico.

> Das três ciências que estudam a Bíblia, a arqueologia tem se mostrado a mais promissora. "Ela é a única que fornece dados novos", diz o arqueólogo israelense Israel Finkelstein, diretor do Instituto de Arqueologia da Universidade de Tel Aviv e autor do livro *The Bible Unearthed* (A Bíblia desenterrada, inédito no Brasil), publicado no ano passado. A obra causou um choque em estudiosos de arqueologia bíblica, porque reduz os relatos do Antigo Testamento a uma coleção de lendas inventadas a partir do século VII a.C. (*Superinteressante*, nº 178, 2002).

À luz de Foucault (1996), a "vontade de verdade" é tão intensa que leva a revista a sugerir que Moisés tenha sido só mais uma lenda, ou seja, "uma figura tão mitológica quanto Daenerys Targaryen", uma das principais personagens da série Guerra dos Tronos. E ainda que a Bíblia seja só mais "uma coleção de lendas inventadas a partir do século VII a.C.". Assim o discurso religioso é sacrificado frente à posição do discurso científico. Este posicionamento encontra-se claro em todos os excertos aqui apresentados como exemplo, sendo perceptível que o intuito da revista é estabelecer-se como a única detentora da verdade, propagando essa ideia mesmo que para isso seja necessário negar ao outro o espaço do dizível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, intentamos analisar como se estabelecem as relações de verdade poder e de interincompreensão enunciadas pelo discurso científico da revista *Superinteressante* em oposição ao discurso religioso presente nos textos da Bíblia, todas essas segundo os conceitos de Foucault e Maingueneau.

No decorrer da análise, pudemos observar que essas relações sempre foram de sacrifício, ou seja, os meios discursivos utilizados pela revista tiveram o intuito de resguardar a sua posição de detentora do saber científico, com a intenção de pôr a prova o discurso religioso com base em pesquisas históricas e arqueológicas sustentadas por famosos cientistas, instituições renomadas, por meio de simulacros, que para Maingueneau (1997, p. 120), "dito de outra forma, o sentido aqui é um mal-entendido sistemático e constitutivo do espaço discursivo".

Travando uma batalha polêmica e já bem conhecida entre discurso religioso e discurso científico, pelo direito de sustentar o poder de enunciador da verdade, e levando em consideração que a matéria sobre Moisés e Os Dez Mandamentos não seja a primeira em que a revista levanta questionamentos acerca da religião - já que em outras oportunidades discutiu a veracidade dos textos bíblicos -, entendemos que a revista não se encontra motivada apenas pelo papel de enunciadora da verdade.

Ela também visa lucros e matérias como essas causam grande comoção e curiosidade, levando o leitor a adquirir o exemplar para entender o que de fato está por trás da capa. Assim, como entendido por Foucault (2012, p. 13), "a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem", a relação de poder cá estabelecida é a do discurso científico produzido pela *Superinteressante,* buscando deslegitimar o discurso bíblico, por meio de simulacros, no âmbito da polêmica da interincompreensão, assim a revista passa a ser aquela que adquire com base teórica o valor de verdade, buscando reduzir a Bíblia a uma simples questão de fé, ou seja, nada de fato comprovado para que possa ser enunciado como verdade.

REFERÊNCIAS

ABRIL. A História da Bíblia passada a limpo. Disponível em: <http://super.abril.com.br/historia/biblia-passada-a-limpo>. Acesso em: 23 out. 2016.

AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso:* a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2008.

FOSSEY, M. F. A Semântica global em duas revistas de divulgação científica: pesquisa Fapesp e Superinteressante. *Sínteses* – Revista dos Cursos de Pós-Graduação, v. 12, p. 129-143, 2007.

FIORINDO, P. P. O ethos nos estudos discursivos da ciência da linguagem. *Revista Pandora Brasil*, n. 47, p. 1-8, out. 2012.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber.* Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do Poder.* Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. *Michel Foucault*: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MAINGUENEAU, D. Novas tendências *em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes/Ed. UNICAMP, 1997.

_____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUES, A. A. M. O Conceito de Poder em Foucault: algumas implicações para a teoria das organizações. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. *III CONVIBRA* – 24 a 26 de novembro de 2006. p. 3.

O FAROL. A história de Moisés. Disponível em: <http://www.ofarol.org.br/posts/a-historia-de-moises>. Acesso em: 23 out. 2016.

SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Editora Abril. Edição 353, novembro de 2015. Disponível em: <http://www.superinteressante.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=132&Itemid=139>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ZOLIN-VESZ, F. O discurso científico/colonialista norte-americano sobre Xuxa. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 13, n. 1, p. 245-257, 2013.

WIKIPEDIA. Os Dez Mandamentos. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Os_Dez_Mandamentos_(telenovela)>. Acesso em: 23 out. 2016.

_____. Superinteressante. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Superinteressante>. Acesso em: 23 out. 2016.

#SURDOSEXISTEM

Jubileia Mendes de Matos Coelho

INTRODUÇÃO

A materialidade repetível, nos termos de Foucault (2008), possibilita o aparecimento do enunciado em outros campos, em outros meios enunciativos. Dessa forma, caracteriza a função enunciativa, sua *reinscrição* e *transcrição* como "constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data" (FOUCAULT, 2008, p. 116). Na contemporaneidade, essa transitividade enunciativa se reinscreve em outras configurações textuais e pode oportunizar significação adicional ao novo enunciado, pelo acréscimo ao *lócus* de enunciação original. Essa possibilidade, ao menos num primeiro momento, se evidencia nas redes sociais, nas coletividades via internet, em que ferramentas de plataformas *on-line* podem ser apropriadas em novas textualizações e, com isso, transitar por entre práticas sociais *on-line* , tradicionais ou *off-line*. Diante desse mote é que pretendo analisar o uso da #hashtag em uma postagem no Facebook e sua direcionalidade na campanha *#SurdosExistem*.

Esse recorte ocorreu em 2016, quando uma jovem surda oralizada[30] utilizou uma textualização híbrida como suporte para reivindicar acessibilidade aos surdos em uma prática social: assistir filme no cinema nacional. Esse objetivo foi alcançado através do uso de cartazes mais tradicionais (cartolina, caneta), contendo novas textualizações (fotografia com *emoticons*, *hashtag*) e posterior inscrição em plataformas *on-line* para indicar uma direcionalidade ao enunciado.

Primeiro, apresentarei a materialidade repetível para observar como ocorre essa direcionalidade enunciativa em #SurdosExistem. Em seguida, abordo brevemente a memória discursiva de exclusão da pessoa surda das práticas sociais. Posteriormente, descrevo a utilização das novas textualizações em textualizações mais tradicionais e a sua reinserção nas redes sociais via internet. Com vistas à análise dos excertos acerca de uma situação de discriminação, originada pela falta de acessibilidade e de acesso aos direitos da pessoa surda.

A finalidade deste trabalho é problematizar como ferramentas relacionadas às plataformas de redes sociais *on-line* e suas textualizações são tomadas como forma de engajamento em uma prática ativista local e, posteriormente, redirecionadas ao mesmo espaço discursivo global, gerando, possivelmente, uma transitividade enunciativa e acréscimos significativos ao enunciado primeiro, do qual origina e emerge por meio de uma memória discursiva.

MATERIALIDADE REPETÍVEL

O enunciado estabelece referência a outros enunciados, a outros já ditos (FOUCAULT, 2008). Daí, a *materialidade repetível* e a função enunciativa. A função enunciativa se dá em condições estritas e permite a manipulação, utilização, transformação, combinação, decomposição e recomposição dos enunciados (FOUCAULT,

---

30 Pessoa surda que faz uso do método de oralização, leitura e escrita em Língua Portuguesa e não utiliza a Libras.

2008). Desse modo, o enunciado pode ser repetido em sua materialidade, pois "circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade" (FOUCAULT, 2008, p. 119).

Segundo o autor referido acima, o enunciado não é estrutura, mas sim função enunciativa, pois depende de outros enunciados que já foram ditos ou que serão, na relação com os quais estabelece sentidos. Não se constitui simplesmente em fala, proposição ou frase, mas põe em jogo o que Foucault (2008) denomina de "unidades diversas", que podem coincidir, ainda nos termos de Foucault, de frases, proposições, fragmentos ou pequenas frases, imagens, signos, dentre outros. Nesse sentido, constitui-se uma "modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado em outras *performances* verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível (FOUCAULT, 2008, p. 120-122). É esse conjunto de enunciados que se relacionam entre si que constitui o que autor identifica como discurso.

No livro *A ordem do Discurso*, Foucault (2008) traz que os discursos podem ser repetidos, desde que em condições específicas. Descreve os fatores externos que o delimitam, também propõe a rarefação do discurso e dos sujeitos, através de procedimentos internos, tais como: Comentário, Autor e Disciplina.

Apesar de o termo comentário ser considerado por Foucault (1996, p. 25) como reatualização do discurso, possibilidade aberta de falar que permite construir novos discursos, o texto primeiro, segundo o autor, ainda paira

> [...] acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro.* Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito.

Foucault (1996) explica que Comentário, Autor e Disciplina são procedimentos internos de produção de discursos que funcionam como regras internas. Nesse direcionamento, o comentário limitaria "o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que teria a forma da repetição e do mesmo" (FOUCAULT, 1996, p. 29). E, assim, seria preciso reconhecer também a *disciplina* como outro princípio de limitação.

Ainda segundo o autor, o termo disciplina se refere ao campo de validação e distribuição dos discursos, quem está autorizado a dizer em determinado contexto social, procedimento esse de controle dos discursos que regulam quem deve ter acesso ou não a sua condição de produção. Sendo que, por sua vez, a condição de seu funcionamento é mediada pela imposição.

> Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para Fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala. (FOUCAULT, 1996, p. 37).

De acordo com o trecho acima, em que a disciplina e a rarefação dos sujeitos denotam um conjunto de regras que autoriza, ou não, "aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados. Para que haja disciplina é preciso, pois, que haja "possibilidade de formular, e de formular indefinidamente proposições novas" (FOUCAULT, 1996, p. 30). Assim, para o autor, "disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras" (Ibidem, p. 36). Essas ponderações evidenciam que os enunciados, decorrentes dos discursos sócio-historicamente construídos, são atravessados por relações de poder e disciplinamento.

Pode-se compreender que o comentário, na proposição feita por Foucault, ocorre a partir da repetição do discurso ou de enunciados já consolidados historicamente. Diante disso, o deslocamento se dá na repetição do enunciado, trazendo, assim, uma memória discursiva. Apesar do deslocamento, proveniente do comentário, a repetição é nova, em virtude do acontecimento que a precede, mas contudo, sem escapar do texto primeiro, enunciado que a antecede. Destaca-se que o "novo não está no que é dito, mas no acontecimento a sua volta" (Ibidem, p. 26).

Partindo das asserções acima, pretende-se, neste trabalho, verificar como a materialidade repetível e a limitação interna dos discursos, presentes nas respectivas obras – *A arqueologia do saber* (1970) e *A ordem do Discurso* (1996), podem possibilitar o aparecimento do enunciado em outros campos, em outros meios enunciativos de forma híbrida, mestiça. Sendo assim, não proponho aqui um estudo pormenorizado dessas conceituações, o que exigiria um conhecimento muito mais aprofundado e uma problematização das referidas obras. Contudo, os conceitos aqui mobilizados permitem refletir que o enunciado *Surdos Existem* emerge não só de uma memória já constituída socialmente sobre o ser surdo, mas também de uma memória em construção.

Ao entender o discurso como um processo de construção de significações, problematizo que o enunciado #SurdosExistem se insere como uma linha possível de acréscimo na limitação interna do discurso e do sujeito que ocupa a posição enunciativa, por entender que este discurso pode caminhar por outras possibilidades de significação, além da primeira – enunciar a existência da pessoa surda e reivindicar a sua inserção nas práticas sociais. O acréscimo ocorre na ressignificação, por meio da possibilidade de uma direcionalidade enunciativa. E com isso, promove um movimento de interação, transitividade advindo do próprio movimento enunciativo de saídas, entradas e retornos nos espaços *on-line* e *off-line* (PAVEAU, 2013; HUSSON, 2015), que vislumbra, em certa medida, uma adicionalidade à significação do discurso. Fato esse que pode ser observado no enunciado #surdosexistem.

HASHTAG EM #SURDOSEXISTEM

Segundo Paveau (2013), *hashtag* é uma forma linguística que vem precedida pelo sinal #, exercendo uma função social, proveniente dos usuários das redes sociais *on-line*, pelo uso de *tags* cliváveis em discussões e em práticas de indexação pessoal. Envolve também um amplo uso em hipertexto, humor, lista de discussão, índice de organização, filtragem de conteúdo, ativismo e protestos. Mesmo sendo uma prática dirigida, vinculada a sujeitos determinados, também abarca sujeitos não totalmente identificados ou mesmo identificáveis na sua individualidade (PAVEAU, 2013), ao se voltar a aspectos da coletividade desses sujeitos no espaço *on-line* .

Para Husson (2015), o uso de fotografias contendo cartazes ou placas já é amplamente difundido na internet. Contudo, essa prática tem se expandido com o uso de outras ferramentas *on-line* como imagens que integram mensagens precedidas por sinais gráficos. Nessa direção, Paveau (2016) considera que o uso de cartazes veiculados na internet, em redes sociais como em *#NotInInMyName,* pode ser "concebido como um tecnogênero da *web*" (PAVEAU, 2016, p. 67). Mas também entende que o discurso vinculado é um "deslizamento em relação a outra memória discursiva" (PAVEAU, 2016, p. 79), com vistas à dimensão material de circulação dessa frase. Dessa forma, #SurdosExistem constitui-se um enunciado que têm sua materialidade repetível deslocada de espaços públicos (*off-line*) para postagens em redes sociais *on-line* .

Diante disso, Husson (2015) considera que o uso da *hashtag* pode ir além do binarismo *on-line* e *off-line*. Portanto, a sua circulação e direcionalidade não se limita a um espaço, mas ocorre a partir de uma possível interação entre esses campos (espaço) de forma interligada.

Na rede social *on-line*, o uso da *hashtag* direciona-se a outras *tags*, palavras-chave indexadas. Já no espaço *off-line* pode ocorrer uma diferenciação em relação à característica própria da modalidade escrita, quanto a sua direcionalidade. Nesse sentido, *#SurdosExistem* não busca estabelecer *tags* ou *links*, mas atualiza-se na própria função enunciativa, na contestação da invisibilidade e privação dos direitos das pessoas surdas. Relaciona-se a uma memória construída historicamente, ao acionar o seu *lócus* específico de enunciação: surda oralizada que faz leitura labial, proveniente, possivelmente, de classe social elevada.

Pode-se estabelecer um correlato ao que Foucault (1996, p. 26) exemplifica como *o autor*, concernente não à identidade da pessoa que empunhou os cartazes de protesto em um cinema local, mas da produção e construção enunciativa. Por isso, o apelo à memória coletiva da pessoa surda é acionado, ao relatar a invisibilidade e negação desses direitos.

DO APELO À MEMÓRIA A UMA MEMÓRIA EM CONSTRUÇÃO

As pesquisas sobre a pessoa surda e a surdez (MAZZOTTA, 2011; GOLDFELD, 2002; QUADROS, 2008/2010; REZENDE, 2010; STROBEL, 2009; SKLIAR, 2005), dentre outros, abordam aspectos históricos sobre a educação e os direitos dos surdos. Sabe-se que o surdo na antiguidade e idade média não tinha direito à propriedade, era muitas vezes

tido como um ser destituído de razão, anormal, inferior ao ouvinte. Na antiguidade, segundo Strobel (2009), os surdos não eram educados e também não participavam da sociedade da época, pois, acreditava-se que, como não dominavam a língua oral, não podiam se expressar ou se comunicar. Essa percepção do surdo perdurou até meados da idade média, quando começou-se a pensar na educação dos surdos.

Esse contexto de exclusão social da pessoa surda é acionado na reivindicação pelo direito à acessibilidade, de ir ao cinema e assistir um filme. Direito esse que no episódio relatado lhe é negado, daí a necessidade de enunciar: "pessoas surdas existem" e a Lei 13.146 garante essa acessibilidade através do inciso 6º que assevera que as salas de cinema devem oferecer, em todas as sessões, recursos de acessibilidade para a pessoa com deficiência.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no seu Art. 1° institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Especificamente o Capítulo IX aborda o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer e define, no art. 42, que a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso a: bens culturais em formato acessível; programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas e monumentos e locais de importância cultural, bem com espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos. Portanto, é vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.

ANÁLISE: #SURDOSEXISTEM

O enunciado como forma de reivindicação foi veiculado primeiro em um suporte mais tradicional: um cartaz manuscrito e, posteriormente, inscrito, através de registro fotográfico, nas plataformas *on-line* Facebook e Twitter, conforme já mencionado, gerando três campanhas: #LegendaEmFilmeNacionalPorfavor, #NetflixPraSurdoVer e #SurdosExistem, em agosto de 2016.

A postagem #SurdosExistem recebeu mais de 39 mil compartilhamentos, 44 mil curtidas e 70 comentários. O descumprimento ao direito à acessibilidade propiciou o surgimento desse novo enunciado *#SurdosExistem*, em resposta a um acontecimento – protesto de uma jovem surda oralizada, a partir do qual emerge um comentário/ um novo enunciado que, segundo Foucault (1996), é gerado de um texto primeiro – Surdos Existem. Esse enunciado remete a outros enunciados, como em *Pessoas com deficiência existem!* E, assim, resgata e atualiza uma memória discursiva da exclusão social dos sujeitos surdos, imposta sócio-historicamente pela negação e invisibilidade da pessoa surda. Destaco neste novo enunciado a possibilidade de construção de outros sentidos ao adicionar o uso da #hashtag como acréscimo linguístico. Conforme os excertos a seguir:

Figura 1 – Excerto 1

Figura 2 – Excerto 2

Figura 3 – Excerto 3

A surdez da jovem é motivo de exclusão social, pela qual se percebe silenciada e invisível, e por isso reivindica: “Surdos Existem”. Também marca a não utilização da modalidade oral-auditiva da língua, pois se comunica na modalidade oral, através da leitura labial e oralização. Portanto, é necessária, no seu caso, a exibição de filmes legendados nos cinemas, logo, a pergunta: “Cadê A Legenda?”.

Na Figura 1, o direito da pessoa surda é declarado no enunciado “#SurdosExistem”, pelo texto escrito, uso de sinais gráficos de adição e negação (+ e -) e *hashtag* (#). O sinal gráfico “**+**” (mais), em fonte maior e cor preta, representa inclusão e estabelece-se em oposição ao sinal “-” (menos), em fonte maior e cor vermelha, que caracteriza exclusão. Logo, a relação entre a palavra “legenda”, em vermelho e a palavra “exclusão”, em fonte menor e cor preta, pode ser lida como “mais legenda e menos exclusão”. Desse modo, se a ausência de legendas para surdos nos cinemas exclui, a sua presença inclui. Apesar da palavra inclusão não ser enunciada, pode-se inferir a sua ocorrência na antítese da exclusão que emerge do enunciado.

Reforça-se o sentido de inclusão da pessoa surda na enunciabilidade de seus direitos, conforme as Figuras 1 e 2. Na Figura 2, o destaque está em “Pessoas com deficiência existem!”, marcando o questionamento, no canto inferior, “#Cadê A Legenda?”. Na Figura 3, conclui-se o questionamento, com o informativo de que a legenda é “Lei 13146” e a “Acessibilidade é um direito!”, logo, reivindicá-lo também é seu direito.

A memória discursiva de exclusão de pessoas com deficiência se reinscreve em um “novo dito” (FOUCAULT, 1996): #SurdosExistem. Há uma relação de poder e (re) significação no enunciado, pois é preciso não só afirmar a existência desse sujeito surdo, mas também direcionar à coletividade, aos outros “eus” (surdos ou não surdos). Assim, a significação do enunciado *Surdos Existem* aciona uma memória discursiva de exclusão e invisibilidade do surdo, que é (re)significada em *#SurdosExistem.* Nesse direcionamento, há um acréscimo à memória discursiva já construída histórica e socialmente (PAVEAU, 2016).

Essa nova significação mobiliza textualizações mais tradicionais: cartaz, escrita manual e novas textualizações: fotografia, *emoticons*, *hashtags*. Estabelece-se na intersecção de diferentes textualidades e *lócus* de enunciação, ou seja, constrói a sua significação e direcionalidade na transitividade entre espaços mais tradicionais: espaço público, cinema (*off-line*) e em plataformas *on-line*: Twitter, *blogs*, Facebook.

Depreende-se, embasado nas proposições (FOUCAULT, 1996, 2008; PAVEAU, 2013, 2016) que o enunciado *#SurdosExistem* constitui-se a partir de um enunciado primeiro (*Surdos Existem)*. Nesse ponto, há uma permanência na sua configuração enquanto enunciado que se remete ao discurso de invisibilidade e negação da pessoa surda, contudo, não apenas mantendo relação de significação com o enunciado primeiro, mas além disso, ampliando essa significação internamente com a inserção de *emoticons* e #hashtags, podendo, desse modo, proporcionar uma direcionalidade a determinado grupo de indivíduos que assume o mesmo discurso. Não há apenas uma reatualização ou comentário, pois se o primeiro enunciado declara que surdos existem e remete a uma memória histórica de negação desse direito, o segundo acrescenta que é preciso, além de enunciar esse direito, mobilizar e evidenciar essa existência.

Observe que o protesto aciona não só o cinema (produtora, distribuidora dos filmes e gerente das salas de cinema), mas, igualmente, quem detém os meios para uma possível efetivação do direito de existir, de participar das mesmas práticas sociais, que outros sujeitos ditos "normais" poderiam participar, fato esse exemplificado a seguir, no Excerto 4:

> 4. Excerto
> "Se esse filme não tem legenda é só ver outro, ué, que frescura, quer ver todos os filmes, igual **todo mundo**."
> **Deu pra notar a discriminação ??**
> Obs.: Já tentei assistir dublado. Mal entendi 3 frases.
> Não adianta **eu** querer fingir que não tenho deficiência auditiva.[31]

Neste trecho, é retomado pelo enunciador um suposto enunciado do outro, em que o discurso preconceituoso emerge na proposição de que é o surdo que precisa se adequar ao padrão normativo ouvintista, pois esse "todo mundo" se refere à maioria ouvinte que frequenta os cinemas. A pergunta: "Deu pra notar a discriminação??" conclama o interlocutor a se posicionar sobre esse fato. Ademais, parece haver a necessidade de explicar o porquê do protesto, "já tentei assistir dublado" e "Mal entendi três frases", por isso "Essa luta é por todas as pessoas com deficiência". Conforme excerto a seguir:

> Excerto 5
> Depois de esperar um tempão pelo **gerente**, **ele** vem e só fica falando
> "Você que procure seus direitos então, eu não posso fazer nada, quem decide se é legendado ou dublado é a **distribuidora**." [...]
> Ok, **ele** "não pode fazer nada ", mas **eu posso**.
> Vai ter processo, vai ter exposição e por mim teria boicote também.
> Vai ter resistência.

31 Disponível em: <www.facebook.com/danielle.machado>, postado em 24 de julho de 2016. Grifo meu.

Vai ter cartaz.
Vai ter denúncia.
Vai ter luta.
Semana que vem tem mais,
quem conhecer alguém que tenha interesse em ir junto,
só avisar.
(Será em outros cinemas que também não cumprem a lei)
Essa luta é por todas as pessoas com deficiência[32]

Quando a manifestante afirma que "essa luta é por todas as pessoas com deficiência", traz para o ato enunciativo todos os surdos que tiveram e têm seus direitos negados. Logo, enuncia à coletividade.

O posicionamento dos sujeitos, nos Excertos 4 e 5, se evidencia no uso de pronomes e verbos: "Eu" e "posso", indicando o local ocupado pelo sujeito enunciador (indivíduo). Ele, "o gerente", "que só fica falando", Também "a distribuidora" (responsável pela distribuição dos filmes no cinema).

A reivindicação é pela legenda, pelo direito à acessibilidade garantida pela Lei nº 13.146, mas não se fala do direito ao uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras, conforme assegura a Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002, em seu parágrafo único que a define como forma de comunicação e expressão com estrutura gramatical própria das pessoas surdas do Brasil.

A reivindicação é pela legenda nos filmes, por isso, a identidade surda no excerto 4 é definida como pessoa surda oralizada que faz leitura labial, de uma classe social determinada, pois se comunica no padrão culto da língua portuguesa. Essa marcação identitária do autor do enunciado constrói uma identidade possível, mas não única, pois há outras identidades surdas. "Também fazem parte dessa configuração que denominamos 'surdos' os surdos das classes populares, os surdos que não sabem que são surdos, as mulheres surdas, os surdos negros, os surdos meninos de rua, entre outros" (SKLIAR, 2005, p. 14). Esse fato é relevante para apontar que se a reivindicação fosse feita por um surdo que utilizasse a modalidade visual-gestual (Libras), sem ou com poucos insumos linguísticos na modalidade escrita da Língua Portuguesa, só a legenda não iria atender as suas especificidades, pois para esse outro sujeito surdo, além do *closed claption* (legenda) seria necessário dispor de janela com intérprete para tradução em Libras nos filmes exibidos no cinema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao utilizar as *hashtags* como acréscimo linguístico em textualizações mais convencionais, apropria-se de um dispositivo amplamente utilizado nas redes sociais, principalmente no Twitter, para agregar informações importantes, criar significados. Ao usar #hashtag em #surdosexistem reforça-se essa marcação simbólica direcionada aos sujeitos que, como ela, se inserem nessa posição discursiva. Sendo assim, posso inferir que os enunciados se filiam a uma formação discursiva de contestação da surdez

32 Disponível em: <www.facebook.com/danielle.machado>, postado em 24 de julho de 2016. (Grifo meu).

como forma de exclusão social da pessoa surda, também que esse discurso denuncia o silenciamento e a invisibilidade das pessoas surdas oralizadas em práticas sociais. Por isso, a necessidade (de) enunciar: #surdosexistem.

Esse enunciado viralizou nas redes sociais *on-line*, gerando movimentos de protestos e ações que se inseriram e repercutiram em outras ações, fomentando campanhas de reivindicação e efetivação do direito à acessibilidade, em campanhas na plataforma do Twitter e outras que mobilizaram alguns assinantes da Netflix Brasil. Tal como a ação #NetflixPraSurdoVer que solicitou à plataforma *on-line* a liberação de legendas em português nos filmes nacionais, com o objetivo de permitir que surdos oralizados, que dominam a modalidade escrita da língua portuguesa, acompanhassem os programas disponibilizados pela emissora de TV. Esse fato foi registrado em *sites* jornalísticos *on-line*, conforme exemplo:

> "Muita gente não sabe, mas pessoas surdas não estão assistindo aos filmes nacionais na Netflix pois não tem legenda disponível", diz o pôster que viralizou no Twitter e no Facebook. Dentro e fora do Brasil, parte das emissoras de TV aberta e fechada disponibilizam legendas para surdos, a chamada *closed caption*. (O POVO online)[33]

Nessa mesma direção, o Ministério Público Federal do Estado de São Paulo

> [...] apresentou ação civil pública contra a Agência Nacional de Cinema (Ancine) e dez distribuidoras de filmes que atuam no país para que todos os filmes nacionais e estrangeiros tenham legendas e janela com intérprete de língua brasileira de sinais (Libras). As distribuidoras não poderão fornecer apenas cópias dubladas, e a Ancine deverá fiscalizar o cumprimento da ordem.[34]

Dessa forma, a direcionalidade enunciativa proposta em #SurdosExistem efetivou-se. Nesse quadro, as mídias sociais e redes sociais *on-line* podem se configurar em um campo de lutas e visibilidade para os sujeitos destituídos desses direitos.

Pode-se inferir que, além de um protesto, o enunciado "#SurdosExistem" marca a possibilidade de uma transitividade enunciativa, que circula entre diversos espaços sociais. Num primeiro momento, acionado por meio de uma memória histórica de exclusão da pessoa surda, das práticas sociais. Para, em seguida, propor uma direcionalidade enunciativa, via redes sociais *on-line*, como forma de resistência em prol da inclusão social da pessoa surda em uma prática local e situada.

---

33 Disponível em: <http://www.opovo.com.br>. Acesso em: 21 jan. 2016.

34 Camila Boehm – Repórter da Agência Brasil publicado em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/> em 15 de janeiro de 2016.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969].

_____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996 [1970].

GOLDFELD, M. *A criança surda:* linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. São Paulo: Plexus, 2002.

HUSSON, A. C. *Hashtag et militantisme, entre existence en ligne et hors-ligne. (Dis)cursives.* 2015. [Carnet de recherche]. Disponível em: <https://cursives.hypotheses.org/143>. Acesso em: 16 dez. 2016.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil:* histórias e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011.

NAVARRO, P. Por uma análise arqueológica do discurso. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Estudos discursivos à brasileira:* uma introdução. Campinas: Pontes, 2015.

PAVEAU, M.-A. *"Hashtag", Technologies discursives*. 2013. [Carnet de recherche]. Disponível em: <http://technodiscours.hypotheses.org/488>. Acesso em: 16 dez. 2016.

_____. #NotinMyname: genealogias de um slogan polêmico Vernotinmyname. In: BARONAS, L. R.; LIMA, R. R.; MORAES, G. A.; OLIVEIRA, H. (Orgs.). *Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica:* abordagens discursivas. Campinas: Pontes, 2016. p. 67-80.

PERLIN, G.; STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. *Educar em Revista*, n. 2, p. 17-31, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/37011>. Acesso em: 17 fev. 2016.

QUADROS, R. M. de (Org.). *Estudos surdos III.* Petrópolis: Arara Azul, 2008.

QUADROS, R. M. de; CRUZ, C.; PIZZIO, A. L. (Org.). *Língua brasileira de sinais IV.* Petrópolis: Arara Azul, 2008.

REZENDE, P. L. F. *Implante Coclear na Constituição dos Sujeitos Surdos.* 2010. 164 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

STROBEL, K. *História de educação dos surdos.* Texto-base de curso de Licenciatura de Letras/Libras, UFSC, Florianópolis, 2009.

SKLIAR, C. Os Estudos Surdos em Educação. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez:* um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 07-32.

“SURDO-MUDO, APAGUE ESTA IDEIA!”: PROCESSOS DE DESIGNAÇÃO DE PESSOAS SURDAS

Marta Maria Covezzi ✉
Márcia de Moura Gonçalves-Penna ✉

INTRODUÇÃO

A epígrafe que nos inspirou na tessitura deste estudo é uma propaganda do *site* <www.libras.com.br> que tem como objetivo divulgar o idioma Libras – Língua Brasileira de Sinais para a comunidade surda e ouvintes interessados e, também, promover a inclusão social dos surdos. Ao contrário do que ocorreria no Brasil há 30 anos, nos dias atuais esse cartaz não nos causa estranheza ao compor uma campanha em favor do surdo e atualiza uma memória discursiva que por séculos o posicionou como pessoa incapacitada.

Tomando o cartaz como espaço de enunciação, a construção simbólica em um fundo preto, remetendo a um passado sombrio e sem perspectiva para a pessoa surda relegada à margem da sociedade, o sujeito leitor é interpelado a "apagar a ideia" de um surdo sem "voz" social, mudo, não sujeito social. O sinal de "correto" sobre a palavra "surdo" aponta a designação temporalizada em documentos oficiais brasileiros (2002, 2005, 2015) e sua semântica está vinculada às lutas dos movimentos sociais iniciados no fim do século XX.

Como para Guimarães (2005) enunciar é entrar em litígio, a designação *surdo* disputa espaços de enunciação com outras designações além de *surdo-mudo* tais como *surdinho, mudinho* e *deficiente auditivo*. Nesse cartaz, não é somente o ponto de vista do locutor que é instaurado no enunciado, mas a relação dele, o seu posicionamento sobre uma memória. Esse espaço de enunciação dividido por línguas e por falantes mobiliza a reescritura de *surdo-mudo* para *surdo* em relação à memória de um novo fato que são os documentos oficiais sobre a pessoa surda e a sua língua.

Neste estudo, tomaremos o conceito de designação na perspectiva da Semântica do Acontecimento, segundo Guimarães (2005), a fim de analisarmos os processos de construção histórico social desses termos e seus sentidos no domínio dos estudos da enunciação. Para tanto, faremos uma breve discussão sobre a história dos termos *surdo-mudo*, *mudo*, *mudinho*, *surdo*, *surdinho* e *deficiente auditivo*. Por fim, faremos uma análise das designações da pessoa com surdez tendo como objeto os documentos que estabelecem e regulamentam a Libras como a língua dos surdos no Brasil.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste estudo, nos apoiaremos na hipótese teórica da Semântica do Acontecimento conforme proposto por Guimarães (2005), a fim de discutirmos os processos de *designação* de palavras em um contexto em que a enunciação é um *acontecimento* de linguagem.

Posicionando-se no âmbito dos estudos argumentativos, para ele, “as expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam” (GUIMARÃES, 2005, p. 5).

Segundo o autor, a designação de um nome é a sua significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (Ibid., p. 9). Nesse sentido, a semântica de uma palavra está ligada ao seu significado linguístico e ao seu sentido em um acontecimento.

A designação de palavras está vinculada à enunciação, ao acontecimento do dizer. Guimarães (2005) toma a enunciação como um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua. Esse sujeito não é o sujeito empírico, mas um sujeito que vive em um mundo simbólico, uma vez que o mundo só existe porque o sujeito é simbólico. Assim sendo, o acontecimento é resultado do posicionamento do sujeito em um interdiscurso. Não é somente o ponto de vista do sujeito instaurado no enunciado, é a relação dele, o posicionamento do autor sobre uma *memória*.

Esse acontecimento é, portanto, memorável, uma vez que, para Guimarães (2005), todo discurso trabalha no sentido de atualização de uma memória, seja para litígio ou para retomá-la, buscando, nesse processo, o pertencimento do enunciado e o despertencimento da outra memória. Cada (re)atualização de uma memória, de uma palavra na linguagem é uma *temporalização*. Da mesma forma, a (re)escritura é sempre uma tomada de posição em relação à memória de um outro fato.

A temporalidade se dá na disputa por sentidos, em que um sentido se sobrepõe a outros. Falar é estar na memória de sentidos, portanto, essa memória não está diretamente relacionada ao tempo cronológico (dimensão empírica). O acontecimento instaura a sua própria temporalidade, uma vez que todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. O presente e o futuro que o acontecimento representa são resultado de um passado que o faz significar.

A questão do político está relacionada à assunção da palavra na cena enunciativa e nos espaços de enunciação. Para Guimarães (2005, p. 23) é na cena enunciativa, no acontecimento que se constituem lugares de agenciamentos sociais trazidos para o enunciado e é nela que existe a divisão social do papel do locutor. Nesse sentido, não são pessoas que falam no enunciado, “são lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas do seu dizer” (Ibid., p. 23). É o Locutor (com maiúscula) quem enuncia,

> L é então o lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer. E desta maneira representa o tempo do dizer como contemporâneo deste mesmo L, e assim representa o dizer como o que está no presente constituído por L. (Ibid., p. 24).

Por se dar nos espaços de enunciação, o acontecimento de linguagem é um acontecimento político (Ibid., p. 17), pois somente existem falantes porque existem línguas e vice-versa. Por falantes entendem-se sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes denominados no espaço de enunciação (Ibid., p. 18). Esse espaço, portanto, que é político, se caracteriza por ser uma categoria

linguística e enunciativa na qual o homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada (Ibid., p. 16). Assim, o espaço de enunciação é palco de uma disputa constante em que os desiguais ou excluídos buscam afirmar o seu pertencimento, entrando em conflito com o estabelecido, o oficial que é desigual e, por isso, os exclui.

Assim como enunciar é entrar em litígio e todo discurso é uma luta em que não há um hegemônico (no sentido em que não há um imbatível), a Semântica do Acontecimento possibilita uma reflexão enunciativa para os problemas da designação. A operação de análise do *sentido* de um enunciado em um texto procura observar como dada forma tem sentido nesse enunciado e é constitutiva desse texto. Nessa perspectiva, Guimarães (2005) propõe estudar a designação como sendo constitutiva do sentido dos nomes, pensado historicamente.

Neste estudo, traçaremos um breve histórico das designações de pessoas com surdez em todo o mundo, desde a antiguidade clássica até o século XX. Em seguida, analisaremos as designações no Brasil de *surdo-mudo* e, mais tarde, atualizadas como *surdo,* ambas temporalizadas por documentos oficiais. Nosso objeto de estudo toma esses textos como espaço de enunciação, resultado do processo de reconhecimento da pessoa com surdez, e conquistas de direitos no Brasil.

UMA NOITE ESCURA, MAS NÃO SEM ESTRELAS: UMA BREVE HISTÓRIA DAS DESIGNAÇÕES DE PESSOAS COM SURDEZ

Na noite dos milênios, o direito de afirmar a diferença em suas diversas especificidades ainda não era conquista nas lutas travadas por hegemonia e poder. A noite escura da ignorância sobre a surdez pairou sobre essa comunidade de pessoas que em todo o mundo foram privadas de alfabetização e instrução e forçadas a fazer "os trabalhos mais desprezíveis na sociedade, a viver sozinhas, à beira da miséria, consideradas pela sociedade como pouco mais que imbecis" (SACKS, 2010, p. 24). Entretanto, essa noite escura também tem tido estrelas: surdos e ouvintes que, seja no âmbito da ciência ou da religião, da política e dos movimentos sociais, têm sido e nos oferecido luzes de esclarecimento sobre a surdez, a pessoa e a cultura surda, sendo a língua de sinais o maior reconhecimento da sua singularidade linguística e de interação social.

Os estudos linguísticos e da cognição não somente trazem à luz conhecimentos sobre a relação da linguagem com o pensamento e a realização de capacidades intelectuais, mas também contribuem para a (re)significação da surdez e o ser surdo. Nesse sentido, e podemos afirmar como consequência deles, novos discursos passam a promover a (re)atualização de designações de termos como *surdinho*, *mudinho*, *surdo-mudo* e *deficiente auditivo* para sujeito *surdo* e sujeito *visual*, imprimindo-lhes sentidos outros que não os da exclusão e da indiferença. Seremos breves na contação dessa história.

A primazia da voz relacionada às capacidades da fala e da audição já era tema de debate e reflexão pelos grandes filósofos da antiguidade clássica. Sócrates (399 a.C) em seu diálogo com Hermógenes no *Crátilo* de Platão (386 a.C.) designa *mudo* aquele

que, em não tendo voz nem língua usa as mãos, a cabeça e outras partes do corpo para transmitir o que desejam[35]. Se, por um lado, ressalta a relevância do uso da linguagem gestual, ele não reconhece esse gesto como uma *voz*, *uma língua*, por não ser oralizada.

Aristóteles (384a.C. a 322a.C.) afirmou que "dentre as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento [...], portanto, os nascidos surdo-mudo se tornam insensatos e naturalmente incapazes" (STROBEL, 2008, p. XX). No pensamento Aristotélico, acrescenta-se à falta de audição a ideia de *incapacidade mental*, estabelecendo um paradigma no âmbito da filosofia da linguagem que influenciaria todo o pensamento ocidental e posicionaria o surdo como um *deficiente* de audição e oralidade e, por conseguinte, cognitivamente incapaz.

Além dessas concepções dos pensadores da antiguidade, Sacks (2010, p. 25) acredita que existe uma exaltação bíblica da voz e do ouvido como o único e verdadeiro modo como o homem e Deus podiam falar no Prólogo do Evangelho de João (1:1) em que se narra "No princípio havia o Verbo". No Novo Testamento, conforme tradução de Haroldo Dutra Dias em nota de rodapé, ele explica que o termo *Verbo* (*logos*- palavra, verbo, discurso, narrativa; razão, raciocínio, inteligência) deriva do verbo *légo*- narrar, dizer; contar, e apresenta ampla gama de significados tanto na literatura clássica (grega), quanto nos escritos do Novo Testamento (BÍBLIA, 2010, p. 391). Assim, tomar *Verbo* como *palavra* falada ou oralizada, é uma interpretação equivocada do texto bíblico, uma vez que também é possível *dizer, narrar* e *contar* pela escrita (nas línguas oralizadas) e pela sinalização e escrita (nas línguas de sinais).

Ainda no Novo Testamento, Duarte (2016) ressalta o seguinte trecho de Mateus (9:32-33): "Ao saírem, eis que lhe trouxeram um homem mudo, que estava endaimoniado, e expulso o daimon, o mudo falou" (BÍBLIA, 2010, p. 69). Em sua tradução, Haroldo Dutra Dias esclarece que optou pela transliteração do termo grego em que por *endaimoniado* traduz-se *sob a ação dos daimon*, ou espíritos malévolos, sem esclarecimentos. Essa associação entre mudez e loucura no texto bíblico e, também, o fato de a cura de pessoas *surdas, mudas, surdas-mudas* serem citadas 16 vezes no Novo Testamento e 26 no Antigo Testamento, atrelaram, no curso da História, "o surdo à falta de algo, ou à doença, demônio, pecado, culpa" (DUARTE, 2016, p. 251). É assim que, no correr dos séculos, os natissurdos ou pessoas com surdez pré-linguística, foram julgados incapazes ou estúpidos, não podendo herdar bens, contrair matrimônio, receber instrução (SACKS, 2010, p. 20).

No século XVI, a declaração do médico-filósofo Girolamo Cardano (1501-1576) de que "os caracteres escritos e ideias podem ser conectados sem a intervenção dos sons verdadeiros" (SACKS, 2010, p. 25), influenciaria mais tarde, no século XVIII, o abade francês De l´Epée que, amparado nesse conhecimento, fundaria a primeira escola para *surdos-mudos* do mundo. Nessa escola foi criada uma metodologia essencialmente visual e a língua de sinais foi usada como língua de instrução. Assim, nela os primeiros surdos aprenderam a ler e escrever e dali saíram os primeiros professores surdos do mundo, rumo a outros países com o objetivo de criar escolas de educação para surdos.

---

35 O filósofo grego Sócrates perguntou ao seu discípulo Hermógenes: "Se não tivéssemos voz nem língua e ainda assim quiséssemos expressar coisas uns aos outros, não deveríamos, como aqueles que ora são mudos, esforçar-nos para transmitir o que desejássemos dizer com as mãos, a cabeça e outras partes do corpo?" (SACKS,2010, p. 25)

Entretanto, no século XIX, a situação dos surdos a partir do Congresso de Milão em 1880 sofreu grande retrocesso. Se, por um lado, associando sinais a figuras e palavras escritas, o abade De l´Epée ensinou os surdos pobres de Paris a ler e escrever em francês e permitiu que adquirissem educação (Ibid.), por outro lado, a partir desse Congresso, todas as pessoas surdas foram proibidas de usar o código visual e obrigadas a usar as línguas oralizadas e a servirem de cobaia para experimentos médicos (DUARTE, 2016).

As designações que se referem às pessoas com surdez por milênios estiveram atreladas não somente à sua incapacidade linguística, mas também em seu sentido amplo, à doença. Daí serem considerados *deficientes* auditivos e no Brasil, até o ano 2002 com a promulgação da Lei n. 10.436/02 que reconhece a Língua de Sinais Brasileira (Libras) como a língua dos surdos, esses podiam estudar somente nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs).

A promulgação dessa Lei constitui marco histórico brasileiro pelo reconhecimento do potencial linguístico do surdo, o direito ao reconhecimento da cultura surda e ao de passar pelo processo de escolarização tendo a Libras como língua de instrução em sala de aula. Essa Lei, acima de tudo, reconhece o direito da pessoa com surdez ao afirmar sua *diferença* e não sua *deficiência*. Candau (2012, p. 240) discute a questão do papel das lutas como referência fundamental da igualdade. Segundo ela, existe uma articulação de modo que a afirmação da igualdade de direitos implica na afirmação das diferenças em suas diversas especificidades.

Assim sendo, designar a pessoa como *surda-muda*, *muda* ou *deficiente* implica hoje no Brasil o não reconhecimento do direito a ser diferente conquistado pelos surdos. Os termos *surdinho* e *mudinho* remetem à memória do preconceito em um contexto em que a linguagem e as lutas ideológicas nela travadas trazem à tona os conflitos, as identidades e as relações de poder. Por outro lado, a designação *surdo* para o sujeito social marca as suas conquistas. Esse é o termo usado no Decreto nº 5.626/05 que regulamenta a Lei nº 10.436/02 e que conta com o apoio das comunidades surdas Brasileiras, conforme consta no documento *A Educação que nós Surdos queremos!*, elaborado pela comunidade surda a partir do Pré-Congresso ao V Congresso Latino-Americano de educação bilíngue para Surdos em 1999 (FENEIS, 1999).

No âmbito dos estudos linguísticos, Duarte (2016) propõe o termo *sujeito visual* para designar pessoas surdas. Para ele, o termo *ouvinte* é usado para designar pessoas que ouvem e falam e que usam a língua oral-auditiva, ressaltando sua capacidade auditiva. Por outro lado, o termo *surdo,* além de ressaltar uma incapacidade, não remete à língua espaço-visual usada pelas pessoas surdas. Segundo Duarte (2016, p. 258),

> A concepção *visual* é a que melhor espelha o sujeito às características de sua língua visuo-espacial e não as marcas históricas, nem tampouco uma marca clínica de deficiência. Este é o primeiro passo rumo a uma autonomia social nos primeiros contatos sociais escolares – a alfabetização.

A proposta de Duarte (2016) vem ao encontro do reconhecimento do potencial linguístico do sujeito visual no uso de um termo que aponta para a normalidade do uso da visão para aprender e apreender o mundo. Ressaltamos, entretanto, que a designação *surdo* teve papel fundamental para conquista de igualdade de direitos frente ao respeito

à diferença linguística dessa comunidade e o que ela implica nas diversas esferas da sociedade. Sendo assim, tomando como ponto de partida os documentos oficiais relacionados à pessoa com surdez, nós os tomaremos como memoráveis (GUIMARÃES, 2005) para fins de análise discursiva.

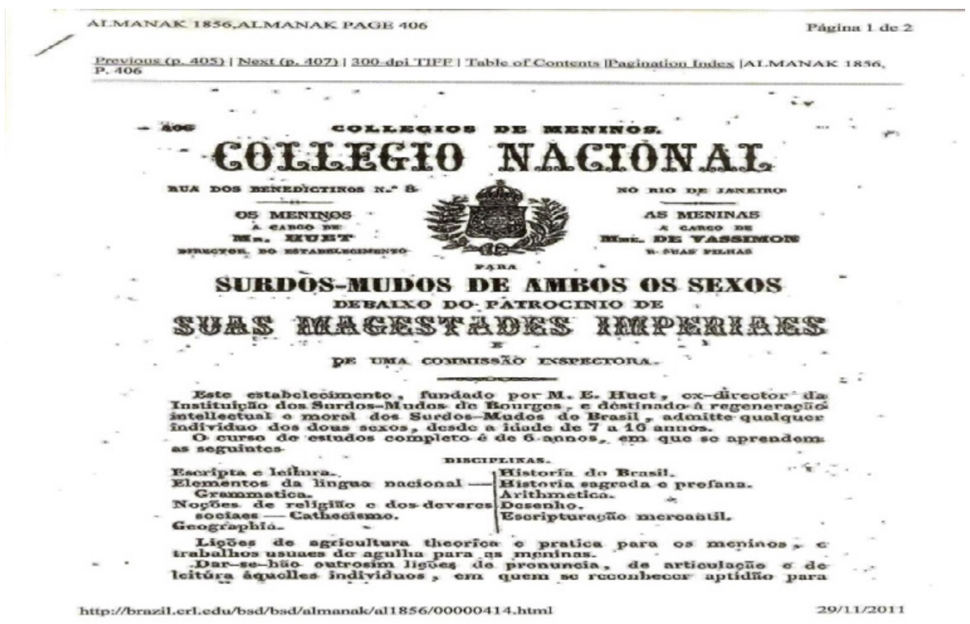
DESIGNAÇÕES DE PESSOAS COM SURDEZ NO BRASIL

Antes de analisarmos os aspectos específicos do funcionamento semântico-enunciativo das designações *surdo-mudo* e *surdo*, é preciso ressaltar que essa nomeação das pessoas com surdez se dá no espaço de enunciação da Língua Oficial do Estado Brasileiro, o Português como Língua Nacional. Foram as autoridades nacionais D. Pedro II, Imperador do Brasil em 1857, e o presidente Juscelino Kubitschek, Presidente da República Federativa do Brasil, em 1957, os responsáveis pelo registro da nomeação *surdo-mudo*, primeiramente, e sua reescritura como *surdo* já no século XX. Mais tarde, o termo *surdo* adquire outro sentido com a Lei nº 10.436/02 promulgada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. É tomando esse espaço de enunciação que discutiremos como essa nomeação passou a designar pessoas com surdez.

Assim, analisaremos essas nomeações nas leis promulgadas em 1857, 1957 e 2002 enquanto textos que constituirão *corpus* deste estudo, tomando-os como um acontecimento de linguagem, de sentido. Para fins de análise, nessa perspectiva enunciativa entendemos que os nomes nas leis configuram uma unidade textual do Locutor que, segundo Guimarães (2005, p. 44), está aí dividida em um locutor-oficial, do Império e da República, enquanto lugar social que enuncia, e um enunciador-universal, que coloca a enunciação dos nomes nas leis para todos e para sempre. Nesse sentido, o objetivo da análise é compreender o funcionamento desses termos em "acontecimentos de linguagem afetados pela posição de sujeito jurídico-administrativo, enquanto posição do interdiscurso que afeta a língua nesse acontecimento" (Ibid., p. 44).

Nossa análise abraçará dois aspectos: primeiramente, consideraremos as relações do funcionamento designativo dos nomes comuns *surdo-mudo* e *surdo*, nos colocando diante dos casos em que existe uma relação nome/conjunto de pessoas, na qual essas pessoas compartilham uma característica. Em segundo lugar, nos textos objetos do nosso olhar, consideraremos o funcionamento semântico-enunciativo de determinação desses nomes.

Desse modo, a fim de refletir sobre essas questões tomamos, primeiramente, o funcionamento designativo dos nomes. Segundo informações históricas que obtivemos pelo atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), a criação desse instituto no Rio de Janeiro em 1856 tornou-se o marco inicial do processo de reconhecimento da pessoa surda e de sua capacidade para *o desenvolvimento intelecto-moral*. Segundo a revista Almanak (1856, anexo), o Collegio Nacional para *surdos-mudos* de ambos os sexos, fundado por M. E. Huet, era "destinado à regeneração intelectual e moral dos Surdos-Mudos no Brasil, admite qualquer indivíduo dos dous sexos, desde a idade de 7 a 16 anos". Huet, ex-diretor do Instituto dos Surdos-Mudos de Bourges, na França, solicitou ao então Imperador Dom Pedro II a criação dessa escola para *surdos-mudos* no Brasil.



ALMANAK 1856,ALMANAK PAGE 406 Página 1 de 2

Previous (p. 405) | Next (p. 407) | 300 dpi TIFF | Table of Contents |Pagination Index |ALMANAK 1856, P. 406

— 406 —

COLLEGIOS DE MENINOS.

COLLEGIO NACIONAL

RUA DOS BENEDICTINOS N.º 8. NO RIO DE JANEIRO

OS MENINOS A CARGO DE Mr. HUET DIRECTOR DO ESTABELECIMENTO

AS MENINAS A CARGO DE Mme. DE VASSIMON E SUAS FILHAS

PARA

SURDOS-MUDOS DE AMBOS OS SEXOS

DEBAIXO DO PATROCINIO DE

SUAS MAGESTADES IMPERIAES

E

DE UMA COMMISSÃO INSPECTORA.

Este estabelecimento, fundado por M. E. Huet, ex-director da Instituição dos Surdos-Mudos de Bourges, e destinado á regeneração intellectual e moral dos Surdos-Mudos do Brasil, admitte qualquer individuo dos dous sexos, desde a idade de 7 a 10 annos.

O curso de estudos completo é de 6 annos, em que se aprendem as seguintes

DISCIPLINAS.

Escripta e leitura.	Historia do Brasil.
Elementos da lingua nacional — Grammatica.	Historia sagrada e profana.
Noções de religião e dos deveres sociaes — Catheciemo.	Arithmetica.
Geographia.	Desenho.
	Escripturação mercantil.

Lições de agricultura theorica e pratica para os meninos, e trabalhos usuaes de agulha para as meninas.

Dar-se-hão outrosim lições de pronuncia, de articulação e de leitura áquelles individuos, em quem se reconhecer aptidão para

http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1856/00000414.html 29/11/2011

Foi somente em 1857, um ano depois, que pela Lei nº 939 o Instituto passa a ser reconhecido e a ele são destinados subsídios do Governo, conforme segue:

> LEI Nº 939 - DE 26 DE SETEMBRO DE 1857
> Fixando a Despeza e orçando a Receita para o exercicio de 1858 - 1859.
> Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós queremos a Lei seguinte:
> **Art.** 16. He o Governo autorisado para:
> § 10º Conceder, desde já ao Instituto dos surdos-mudos a subvenção annual de 5.000$000, e mais dez pensões, tambem annuaes, de 500$000 cada huma, a favor de outros tantos surdos-mudos pobres, que nos termos do Regulamento interno do mesmo Instituto, forem aceitos pelo Director e Commissão approvados pelo Governo.

Observamos que o nome *surdo-mudo* era comumente usado para designar pessoas que não ouvem nem falam, daí o uso do hífen formando palavra composta por justaposição e constituindo uma unidade sintagmática e semântica. No texto da Lei, o então *Collegio* foi designado *Instituto*, passando a ser mantido pelo Governo Imperial. Dar nome, identificar um instituto enquanto instituição para o Estado e para a sociedade é colocá-lo na sociedade com uma identificação. O Locutor, um locutor-oficial, se representa como um enunciador-contemporâneo, cuja "escolha" do nome na enunciação se dá segundo um agenciamento enunciativo específico. Esse acontecimento de nomear o Instituto Imperial para Surdos-Mudos recorta como memorável o nome disponível, próprio de sua época.

O processo de enunciação desse Instituto como sendo para *surdo-mudo* envolve lugares de dizer diferentes e outras enunciações. Nesse sentido, tomamos o fato de que a escola do abade francês De l´Epée, fundada em 1755 se transformou na Institution Nationale des Sourds-Muets em Paris, em 1791. Da França saíram para o mundo os primeiros professores surdos e as nomeações do Governo Imperial citam as enunciações que nomearam o colégio parisiense por um acontecimento que recorta a memorialidade de nomes do espaço da contemporaneidade.

No caso do funcionamento semântico-enunciativo, levamos em conta que as cenas enunciativas da nomeação do *Instituto dos Surdos-Mudos* podem ser compreendidas levando em conta que "os nomes caracterizados como sintagmas preposicionados funcionam como nomes que se enunciam a partir de enunciações de descrições definidas" (GUIMARÃES, 2005, p. 48). Dessa forma, o *Instituto dos Surdos-Mudos* se dá como um nome fundamentado no fato de que, pela enunciação, se descreve que existe um instituto *de surdos-mudos*. Guimarães (2005) esclarece que, mesmo sem conhecer a história, este tipo de nomeação não é uma descrição, mas funciona como se fosse. Neste caso, o sintagma preposicionado funciona como uma determinação para o Instituto.

Somente no século XX seria feita uma (re)escritura da designação dada ao Instituto e que se mantém até os dias atuais. A Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957, em seu artigo primeiro, decreta que "O Instituto Nacional de Surdos-Mudos, do Ministério da Educação e Cultura, passa a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos". Nesse caso também podemos observar o uso do termo *surdo*, que já aparece como nome de instituições em outros países. Institutos como o American Asylum for the Deaf (Asilo Americano para Surdos), fundado em Hartford, USA, por Thomas Gallaudet e Laurent Clerc em 1817; assim como o Institut National des Jeunes Sourds de Paris que, podemos deduzir, assumiu essa designação por volta de 1958, a exemplo da Institution des Sourdes-muettes de Bordeaux.

Na configuração da temporalidade do acontecimento, podemos tomar outras enunciações determinando a constituição das designações. Nesse sentido, tomamos a enunciação da nomeação dos Primeiros Jogos Mundiais para os Surdos (The First World Games for the Deaf) ocorridos em Paris em 1924, que também pode ser considerada, a nosso ver, um acontecimento de linguagem que recortou como memorável uma Olimpíada específica para pessoas com surdez.

Podemos observar que, nos textos das leis de 1857 e 1957, os enunciados são designativos de nomes de Institutos. Os seus nomes recortaram, como memoráveis, nomes dados a outros Institutos para pessoas com surdez tanto na França como nos Estados Unidos da América, países cujas culturas têm influenciado as culturas de outros povos desde a idade moderna. Podemos observar que na configuração desses enunciados (as Leis) o Locutor, que é o Estado brasileiro, usa os termos *surdo-mudo* e *surdo* para identificação de um instituto enquanto instituição para o Estado e para a sociedade. Entretanto, não há nessas enunciações nenhum recorte como memorável na história da luta política dos surdos brasileiros, havendo um silenciamento do sujeito social *surdo*.

Somente no século XXI, com a criação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, a Língua de Sinais Brasileira (Libras) é reconhecida "como meio legal de comunicação e expressão" "oriunda das comunidades surdas do Brasil". Além disso, as instituições de saúde públicas devem "garantir tratamento adequado às pessoas portadoras de deficiência auditiva" e o sistema educacional deve incluir o ensino da Libras como parte integrante dos parâmetros Curriculares Nacionais". O nome *surdo* nesta Lei designa a pessoa levando em conta seus direitos frente a uma sociedade de ouvintes Brasileiros que usam a Língua Portuguesa como meio de expressão. Nesse contexto, os acontecimentos de linguagem que constituem este enunciado formulam a cidadania do surdo brasileiro.

Tomando o uso dos nomes *surdo-mudo* e *surdo* para nomear as Instituições nas Leis de 1857 e 1957 e na Lei de 2002, fica claro que o Locutor-oficial, a cada nova nomeação, mudou o sentido desses textos. Segundo Guimarães (2005, p. 65), "o que faz o sentido no texto não é que ele está no tempo, mas que ele é temporalizado pelo acontecimento, põe o acontecimento na história". O memorável nesta enunciação é o fato de que a designação *surdo* nomeia as pessoas com surdez como um conjunto de cidadãos brasileiros com os mesmos direitos dos cidadãos ouvintes, constituindo uma temporalidade em que não se rememoram pessoas sem voz, mudas, incapazes e doentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das designações da pessoa com surdez como *surdo-mudo e surdo*, assim como das designações das instituições de ensino para surdos, com base teórica na *Semântica do Acontecimento* proposta por Eduardo Guimarães (2005), teve como objetivo demonstrar como essas designações significam enquanto acontecimentos enunciativos e enquanto parte de um processo sócio-histórico.

Pensar nessas designações nos fez refletir tanto sobre a invisibilidade social na qual os surdos viveram por séculos, como também sobre o processo de emergência dessa comunidade enquanto sujeitos sociais e históricos. A nomeação do *Instituto dos surdos-mudos* em 1857 e, mais tarde, (re)escrito *Instituto de educação do Surdos* em 1957, recortam memoráveis e o agenciamento do Locutor frente aos discursos de sua época referentes às pessoas com surdez.

No nosso ponto de vista, a análise nos mostrou o quão relevantes foram esses acontecimentos de linguagem no processo de emergência da comunidade surda até o reconhecimento, em 2002, da Língua de Sinais e dos seus direitos. Como os textos analisados são Leis, do lugar social do Imperador e dos presidentes da República como Locutores desses textos, sua voz é apresentada como universal e, tornando-se sujeitos, falam da região do interdiscurso e (re)atualizam memórias discursivas.

Como para Guimarães (2005) todo discurso é uma luta, neste estudo a proposta teórica da Semântica do Acontecimento lançou luz sobre os processos de designação da pessoa com surdez, levando em conta que a significação de cada forma estava relacionada à constituição do seu sentido no enunciado de cada texto. Assim, em cada temporalização dessas palavras, observamos que novos sentidos inscreveram (...e têm inscrito) o sujeito surdo numa nova memória, cada uma com maior reconhecimento e conquistas sociais.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA, N. T. *Português. Novo Testamento.* Tradução de Haroldo Dutra Dias; Revisão de Cleber Varandas de Lima. – Brasília (DF), Brasil: Conselho Espírita Internacional, 2010.

BRASIL. *Lei nº 10.436*, de 24 de abril de 2002. Reconhece a Língua brasileira de Sinais (Libras). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. *Decreto nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta o acesso de pessoas surdas à educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CANDAU, V. M. F. Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos. *Educação & Sociedade,* Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan./mar. 2012.

DUARTE, A. S. Alteridade: o sujeito na educação contemporânea forjado com os fragmentos medievais. In: EUGÊNIO, B. G.; SANTANA, C. DE C.; COSTA, J. S. (Orgs.). *Políticas Educacionais e Formação de professores. Experiências e práticas Pedagógicas.* Curitiba: Appris Editora, 2016.

FENEIS. *A Educação que nós surdos queremos!* Porto Alegre, 1999.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento:* um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

SACKS, O. W. *Vendo vozes:* uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STROBEL, K. *História da Educação dos Surdos*. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://cinararklibras.webnode.com.br/news/historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20surdos/>. Acesso em: 10 ago. 2017.

NÓS *X* ELES: O DISCURSO PRODUZIDO PELOS MORADORES DO LADO DE *LÁ* DA BR 163 DO MUNICÍPIO DE SORRISO

Terezinha Ferreira de Almeida
Andréia Melo
Roberto Leiser Baronas

INTRODUÇÃO

Os discursos produzidos ao findar a campanha política das eleições presidenciais de 2014, quando Dilma Rousseff foi reeleita ao cargo de presidente do Brasil, propunham uma nova divisão geográfica do país, na qual o norte e o nordeste seriam isolados das demais regiões. Uma enxurrada de postagens nas mídias sociais por parte de eleitores contrariados atacam nordestinos para criticar a vitória de Dilma. Segundo esses internautas, a vitória da candidata eleita foi alcançada graças a um nordeste ignorante e atrasado, que mantém um determinado partido político no poder para que lhe sejam garantidos os programas sociais do governo, cujos custos são arcados pelas demais regiões do país, que por serem produtivas e não serem, supostamente, o público-alvo de tais programas, carregam o fardo de bancar a sobrevivência dos nordestinos improdutivos.

A cidade de Sorriso, situada no norte do estado de Mato Grosso, condecorada com o título de "Capital nacional do Agronegócio", produz discurso segregador semelhante a esse exposto desde sua colonização. O discurso colonizador ecoado nas narrativas que detêm o *status* de oficial destaca o protagonismo sulista em detrimento da passividade nordestina. A exemplo das postagens que sugeriam um muro que separasse o norte e o nordeste das regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste, a cidade de Sorriso tem a presença da BR 163 que significa esse muro na configuração do espaço urbano. De um lado, o colonizador progressista, sulista, que carrega o mérito de ter desbravado o interior do país e do nada, em terras "desabitadas", fazer brotar um município próspero que se tornou um importante celeiro do país. De outro, o inquilino inoportuno, nordestino, que, ao chegar em condição inferior ao primeiro, não tem o mesmo prestígio, e ainda é responsabilizado pelo que fugiu do controle do que havia sido planejado para o município.

O discurso produzido pelos primeiros colonizadores, contido nas narrativas consideradas oficiais sobre a constituição do município de Sorriso, encontra eco nas vozes dos que residem no lado de "cá", segregando os habitantes do outro lado da BR 163. Tais discursos já constituíram objeto de estudo que resultou na dissertação "A BR 163 no município de Sorriso: *apartheid* do corpo social urbano", defendida no ano de 2016, no qual se constatou que o funcionamento da memória discursiva local classifica os lados da cidade tendo a BR 163 como ponto de referência.

Dividida em lado de "cá" e lado de "lá", Sorriso é uma metáfora da divisão sugerida pelos eleitores insatisfeitos em 2014. O lado de "cá" da BR 163, a saber, a região cuja ocupação ocorreu de maneira planejada pelos pioneiros sulistas, é concebido como o lado da ordem, do progresso, do trabalho, da seriedade, da honestidade, do belo; ao

passo que o lado de lá, resultado de invasão por parte dos migrantes[36] nordestinos, é tido como o lado da desordem, do atraso, da preguiça, da violência, da contravenção, do feio. Esses sentidos foram desnudados ao analisar o *corpus* constituído a partir dos discursos produzidos pelo lado de cá, que constrói a imagem do outro como também sua autoimagem. Contudo, o que ainda não fora explorado, como objeto de estudo, é o discurso produzido pelos habitantes do lado de lá.

A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO: O INÍCIO DA SEGREGAÇÃO

A constituição histórica do município de Sorriso, hoje reconhecida oficialmente como a Capital Mundial do Agronegócio, é marcada pelas contribuições de migrantes do sul e nordeste. A colonização do município de Sorriso ocorreu por meio de projetos particulares de colonização, assim como ocorreu com outros locais que também apresentavam grande potencial agrícola. Essas imobiliárias comercializavam lotes rurais e promoviam a formação de pequenos núcleos urbanos, os quais dispunham de serviços básicos para a população. Situada às margens da BR 163, a cidade de Sorriso recebeu dois grandes fluxos migratórios em momentos distintos de sua formação. Por volta dos anos 70, os sulistas, sobretudo oriundos do Rio Grande do Sul, conhecidos como "gaúchos", começaram a chegar à região com a intenção de adquirir terras para práticas agrícolas a preços mais baixos do que em sua região de origem, para, assim, se tornarem grandes fazendeiros e, consequentemente, ricos.

De acordo com Almeida (2013), o planejamento urbanístico para a cidade de Sorriso privilegiava a ocupação de umas das margens da BR 163, reservando a outra margem à construção de armazéns e silos. Sorriso é uma cidade que já nasceu planejada, com uma configuração moderna segundo moldes de cidades da região sul, que prevê, dentre vários fatores, Áreas de Preservação Permanente (APPs), conhecidas com "áreas verdes", as quais proporcionam lazer e conforto a seus habitantes, avenidas largas e arborizadas.

Na década de 1980, esse planejamento foi observado, com a ocupação da área urbana prevista principalmente por famílias sulistas, muitas delas com uma residência na fazenda e outra na cidade. Contudo, na década de 1990, em meio ao fracasso das atividades de garimpagem em outras regiões do estado, sobretudo em Peixoto de Azevedo, Sorriso atrai um segundo grande fluxo migratório, momento em que entram em cena os migrantes nordestinos, majoritariamente maranhenses, que chegam com a

---

36 Nesta proposta, acompanhando Mohsim Hamid, será usado o termo "migrante", ao invés de "imigrante". O autor argumenta que o termo "imigrante" parece privilegiar o lugar (país, estado, etc.) de chegada, ocultando que todo "**i**migrante" é também um "**e**migrante". O termo "migrante" cobre as duas condições: a **i**migração e a **e**migração. Ademais, para o autor, a migração é um direito humano fundamental, tal como a liberdade de expressão e a não discriminação de gênero, raça, sexualidade e religião. Enfaticamente firma Hamid que "If we do not recognise their right to move, we will be attempting to build an apartheid planet where our passports will be our castes, and where obedience will be enforceable only through ever-increasing uses of force. There is another way. We can recognise the human right to migration.[...] Only in doing so can we hope to build a world in accordance with the values we claim to believe in – liberty, equality, democracy – and wash clean the taste of hypocrisy that burns so bitter in so many of our mouths (HAMID, Mohsim. *Why migration is a fundamental human right.* Disponível em: <http://www.theguardian.com/books/2014/nov/21/mohsin-hamid-why-migration-is-a-fundamental-human-right>. Acesso em: 18 dez. 2015.

intenção de se empregarem como mão de obra nas lavouras já existentes para garantir sua sobrevivência e de sua família.

Nesse momento de sua história, Sorriso não possuía infraestrutura adequada para acomodar tantos recém-chegados. Os poucos imóveis disponíveis para locação tiveram seus preços inflacionados, dessa forma, a margem oposta, aquela destinada para a criação de um setor industrial, começa a ser ocupada, mediante invasão de lotes pertencentes à imobiliária, posteriormente regularizados pela prefeitura (PRESTES, 2010).

Esse processo de ocupação desordenada fez com que a outra margem da BR também se tornasse área residencial, porém destoando totalmente do padrão arquitetônico proposto inicialmente e atendido pelo lado de "cá". Em vez de avenidas largas, há ruas irregulares que são verdadeiros becos, nas quais o tráfego de veículos automotores é impraticável; não há áreas verdes ou arborização nas vias públicas; as construções residenciais não obedecem a nenhum padrão proposto, pois foram erguidas conforme a possibilidade de cada proprietário.

De acordo com Orlandi (2012, p. 199), "o modo como se dispõe o espaço é uma maneira de configurar sujeitos em suas relações, em suma, de significá-los". Nesse sentido, a forma como o espaço urbano do município de Sorriso é habitado, isto é, repartido entre "lá" e "cá" revela como nele se dão e são significadas as relações sociais.

Consoante Almeida (2013, p. 42), "essa distribuição da população conferiu a Sorriso o aspecto de uma cidade dividida pela BR 163, considerando o contraste flagrante entre os bairros situados nos dois lados da rodovia". Sorriso passa a ter seu espaço social urbano composto pelo lado de "cá", ocupado por "gaúchos", como são chamados indistintamente todos migrantes provenientes do sul; e pelo lado de "lá", ocupado pelos "maranhenses", termo que abarca todo aquele originário da região Nordeste. O lado de "cá" é reconhecidamente o lado da pujança econômica, do progresso, ao passo que o lado de "lá" simboliza o atraso, a pobreza e a ineficiência da iniciativa pública. Em torno deles se avoluma um discurso segregacionista, metaforizado pela dêixis espacial "lá" e "cá", funcionando discursivamente como um cronotopo: o "lá" (= a periferia, o lugar dos migrantes nordestinos, reduzidos a "maranhenses") e o "cá" (= o centro da cidade, o lugar dos migrantes colonizadores sulistas, chamados de "gaúchos"), que promove uma espécie de divisão do corpo urbano.

Embora essas correntes migratórias tenham ocorrido por motivações diferentes, ambas contribuíram para a constituição e consolidação do município como um importante polo agrícola. No entanto, o que se observa não é uma relação de aliança, mas uma sobreposição de um povo sobre o outro. O discurso colonizador continua fortemente arraigado nas práticas linguageiras em todos os âmbitos da vida pública e privada da cidade de Sorriso. O funcionamento da memória discursiva local classifica o lado oposto da BR 163, o "lá", como o lado maldito da cidade, de onde brotam todos os problemas sociais que afligem o lado progressista da cidade; e os seus habitantes como ociosos, imorais, ignorantes, dentre outras qualificações pejorativas.

O discurso da segregação está bem vivo e produtivo no corpo social urbano de Sorriso, como uma forma de existência prática da ideologia da colonização que veio com os primeiros migrantes do sul. Entretanto, como o discurso colonizador é um

discurso hegemônico em Sorriso, pouco se conhece dos discursos produzidos pelos moradores do lado de "lá" da BR 163, sobre como estes classificam aqueles que moram no outro lado e a si mesmos enquanto identidade coletiva. Há um "apagamento dos sujeitos", o qual desconsidera o que o outro, no caso, o migrante nordestino, pensa e diz. Destarte, esse estudo pretende analisar os discursos produzidos pelos moradores do lado de "lá" sobre a percepção que este tem do "outro sulista" e de si em relação a esse outro em que a divisão do corpo social urbano de Sorriso atue como mote para a produção e circulação de discursos que reforçam a segregação.

CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

O *corpus* discursivo foi constituído por uma pesquisa experimental. Embora tenham sido realizadas três entrevistas com moradores da zona leste do município de Sorriso e também coletados textos jornalísticos da mídia local e regional, nos quais está presente o discurso destes sobre os moradores do lado de cá e sobre si mesmos, selecionamos apenas uma entrevista para análise neste trabalho.

É importante ressaltar que a Análise de Discurso não se interessa pelo estudo do texto em si e sim como exemplar de discursos, dessa forma, não se considera o texto como objeto de análise, mas os discursos nele inscritos. O arquivo é formado por documentos pertinentes, conservados e disponíveis sobre uma questão, produzidos independentemente do vir a se tornar um objeto de estudo. Na formulação de Foucault (REVEL, 2005, p. 18), a noção de arquivo é definida como "o conjunto de discursos efetivamente pronunciados numa época dada e que continuam a existir através da história".

Mediante entrevistas, busca-se elicitar sentidos que já existem no imaginário de cidadãos de Sorriso, mas que ainda não foram textualizados. Embora os estudos em Análise de Discurso preferencialmente constituam seus *corpora* com base em pesquisa de arquivo, não é vetada a possibilidade de formá-los a partir de procedimentos empregados em pesquisas experimentais, a exemplo da entrevista. Porém, segundo Rocha et alii. (2004, p. 162), em Análise de Discurso, a entrevista deve ser tratada como "um dispositivo de produção de textos a partir de uma ótica discursiva".

Por esse viés, a entrevista não se apresenta como um instrumento que permite extrair a realidade ou a verdade dos sujeitos entrevistados, mas como uma forma de captar uma "massa de textos" que o pesquisador supõe já existir, mas que não estão imediatamente disponíveis no arquivo. É como se o arquivo estivesse guardado na memória de sujeitos que precisam ser estimulados para colocá-lo em palavras, dar-lhe uma materialidade linguageira, a fim de que possa se constituir em objeto de estudo. "Em outras palavras, só se entrevista quem já sabe algo a respeito de determinado tópico (isto é, quem é capaz – ou quem vem sendo capaz – de produzir texto(s) a respeito do que se deseja saber)" (ROCHA et al., 2004, p. 173).

Para isso, é preciso que o pesquisador crie estratégias de interlocução que estimulem os entrevistados a produzirem textos interpelados por discursos que já haviam gerado uma massa de textos anteriormente. O procedimento da "entrevista" torna possível retomar/atualizar/condensar esses discursos. Todavia, não se pode perder de

vista que os textos gerados – retomados/condensados – por esse dispositivo resultam de uma cenografia que põe em interação entrevistado e entrevistador, singularizando-se, assim, em relação aos textos tomados diretamente do arquivo, pela inscrição dos rastros dessas condições de produção. Revisitando, pois, a entrevista qualitativa na perspectiva da Análise de Discurso, Rocha et al. (2004, p. 177) recomendam a articulação de três momentos:

> 1. o momento da preparação da entrevista: momento em que, lançando mão dos saberes que possuímos acerca do outro e com base em objetivos determinados, produzimos uma espécie de roteiro condutor de algo que se poderia considerar uma "interação antecipada" com o outro que se pretende entrevistar;
> 2. o momento da realização da entrevista: situação que estará assentada nas bases definidas por um roteiro, responsável por atualizar, sob o signo da interação entrevistador-entrevistado, textos já produzidos anteriormente em diferentes situações de enunciação;
> 3. o momento que se segue à entrevista: situação na qual o pesquisador estará em condições de finalmente decidir sobre um corpus sobre o qual trabalhará, a partir do conjunto de textos produzidos.

Dessa forma, consoante Pêcheux e Fuchs (1993), a análise envolve três níveis: 1) *superfície linguística* (sequência oral ou escrita, dado empírico, discurso concreto, afetado pelos esquecimentos 1 e 2, ou seja, pela dupla ilusão); 2) *objeto discursivo* (resultante da transformação da superfície linguística em objeto teórico, pela de-superficialização que visa a anular o esquecimento 2); 3) *processo discursivo* (resultante da de-sintagmatização que rompe a conexidade própria a cada objeto discursivo e começa a anular o efeito do esquecimento 1). Assim, vai-se da *superfície linguística* para o *objeto discursivo* e desse para o *processo discursivo*.

Sob a perspectiva qualitativa, esta análise prevê três fases para sua execução: constituição do *corpus*, levantamento do referencial teórico e análise desse *corpus* à luz da AD de vertente francesa, mobilizando os dispositivos teóricos, tais como condições de produção e memória discursiva.

"SÓ PORQUE AS PESSOAS DO CENTRO ACHAM QUE SOU RUIM, NÃO VOU AGIR ASSIM, EXATAMENTE *PRA* NÃO CONFIRMAR O QUE ELES PENSAM"

Na entrevista realizada como Wagner[37], 17 anos, sorrisense, estudante, morador da região leste, conhecida como lado de lá, buscou-se textualizar os discursos produzidos pelos moradores do lado de lá a respeito de si mesmos e do outro, no caso, o morador do lado de cá, os gaúchos. No início da entrevista, ao ser questionado sobre a composição da população do seu bairro e arredores, o entrevistado atesta a diversidade de povos, oriundos de várias regiões que convivem no lado de lá da BR 163, contrariando a generalização vigente que caracteriza todos como maranhenses.

---

37 Para que seja preservada a identidade do entrevistado, adotaremos o pseudônimo "Wagner".

> F1[38]: As pessoas que moram lá são diversificadas, não tem só um tipo de uma região como todo mundo diz. Minha mãe é paraense, meu pai é maranhense, tenho vizinhos mineiros, e até gaúchos.

O emprego da preposição "até" para incluir gaúchos no rol de habitantes do lado de lá deixa entrever o estranhamento de se encontrar gaúchos vivendo no espaço que supostamente é habitado por maranhenses, apesar de a intenção ser a de demonstrar naturalidade em relação à mistura de povos. Ao não atribuir uma única adjetivação aos moradores, mas várias, como paraenses, maranhenses, mineiros e gaúchos, o entrevistado nega a identidade grupal coletiva atribuída genericamente a todos os moradores da região leste: a de maranhense. A negação da identidade revela o desejo de não se associar ao que remete ser maranhense em Sorriso, o que semelhantemente ocorre com as práticas de autopreconceito. Quando um negro nega sua negritude, não é a si que ele nega, mas a toda a carga negativa que é atrelada à sua raça. Embora não seja esse o caso do entrevistado, visto que já é mato-grossense, cidadão sorrisense, ele não generaliza, não reduz todos ao adjetivo maranhense.

Em F2, ao ser questionado em relação ao tratamento dado aos gaúchos quando estes cruzam a BR 163 e adentram a região leste, geralmente a procura de trabalhadores para suas lavouras, o entrevistado exalta a receptividade e a normalidade com que os recebem. Na mesma formulação, o entrevistado deixa aparecer o discurso do sulista em relação a si ao relatar a maneira que sua mãe se porta ao receber os visitantes. Nesses dizeres, o entrevistado demonstra ter ciência em relação à maneira como é visto pelo outro, no caso, o gaúcho.

> F2: As pessoas tratam bem, é bem receptivo com as pessoas novas no geral. Chamam pra entrar, tomar café. Não tem problema com a diferença. A maioria dos haitianos mora do lado de lá. Não teve nenhum problema. Minha mãe aceita bem, é muito receptiva, chama pessoas pra visitar. Ela diz que "só porque as pessoas do centro acham que sou ruim, não vou agir assim, exatamente pra não confirmar o que eles pensam".

Ainda em F2, nos dizeres do filho, a mãe precisa se portar de forma que contrarie o que ela acredita ser a expectativa do outro a seu respeito. Para ela, agindo diferente do esperado, ela tira a razão do outro em menosprezá-la, desconstruindo a imagem negativa que o outro apregoa sobre ela. Ao passo que o outro não a admite em seu espaço, ela o convida para partilhar do seu para assinalar a diferença, imprimindo a si própria uma impressão superior àquela que tem do outro. Charaudeau (2016, p. 30-31), ressalta que:

> Diante de um grupo dominante, o que se sente ameaçado em sua identidade reage isolando-se em si mesmo. Esse grupo reivindica especificidades, apaga as semelhanças possíveis com o outro grupo, marca as diferenças, realça os próprios valores que julga diferentes daqueles do outro grupo e tenta deslegitimar as pretensões deste a absorvê-lo. A exacerbação das diferenças, o isolamento do grupo em si, a exaltação dos valores próprios ao grupo se fazem por vezes em nome da preservação ou da conquista de um território, da pureza de uma etnia, da sacralidade de uma religião, da reivindicação de uma categoria social.

---

38 Abreviamos o termo "formulação" pela letra **F**.

Ainda de acordo com Charaudeau (2016, p. 25), "É nessa contradição de 'ter necessidade do outro' e ao mesmo tempo 'sentir a necessidade de se diferenciar do outro' que se constrói nossa consciência identitária, ao mesmo tempo individual e coletiva". Essa necessidade de pertencer a um grupo para se diferenciar do outro pode ser constatada no uso metonímico dos adjetivos gentílicos "gaúcho" e "maranhense" na cidade de Sorriso. Tanto um como o outro são usados para caracterizar os indivíduos de forma genérica, tendo como base a região e não o estado de origem. Dessa forma, para não ser maranhense, é necessário ser gaúcho, ainda que seja proveniente do estado do Paraná ou de Santa Catarina. Da mesma sorte, se o indivíduo não possui o biótipo característico dos colonizadores sulistas, é generalizado maranhense, mesmo que seja do estado do Ceará ou Alagoas.

Ao ser indagado sobre o que pensa a respeito do outro, no caso do morador do lado de cá, o entrevistado começa negando que tenha um conceito generalizador, como supõe que os moradores do lado de cá fazem a respeito dele e dos seus vizinhos. No entanto, logo em seguida, todos recebem os mesmos adjetivos que os qualificam, como se pode constatar em F3:

> F3: Eu não criei uma ideia para não fazer o mesmo erro que eles. Mas, analisando assim, são esnobes por ter situação financeira melhor. Porque têm dinheiro se acham no direito de falar dos outros que têm menos condições financeiras. Os que saem do cá abusam, se acham no direito de reclamar de certas coisas de lá. Estacionam as caminhonetas em qualquer local, trancando o trânsito. Reclamam da estrutura, que as ruas não são boas. Eu acho que não têm esse direito. Não é culpa das pessoas de lá.

O entrevistado caracteriza como erro o hábito de generalizar as pessoas criando estereótipos, no entanto, mesmo não desejando, ele incorre na mesma situação que inicialmente condena. A censura feita pelo entrevistado aos gaúchos devido a seu comportamento inadequado quando estes estão do lado de lá possui um fator gerador: poder econômico. Na ótica do entrevistado, o gaúcho se dá ao direito de ser "esnobe", "abusado", "crítico" e "infrator" das regras de boa convivência porque detém uma situação econômica superior à dos moradores do local. Domínio econômico (domínio dos meios de produção) e domínio político andam de mãos dadas. Quem chegou depois à região, e não como colonizador, estava predestinado a ocupar o lugar de um *inquilino* incômodo; esses seriam os maranhenses/nordestinos, enfim, os não-sulistas. Como afirma Bosi (1992, p. 62), "o olho do colonizador não perdoou, ou mal tolerou, a constituição do diferente e sua sobrevivência. [...] Sempre uma cultura vale-se de sua posição dominante para julgar a cultura do outro".

Charaudeau (2016, p. 25) trata de dois conceitos inerentes a esse encontro de grupos: diferenciação e assimilação. Para o autor, ao se confrontarem, os grupos estabelecem relações de forças entre si, as quais podem resultar em exclusões, misturas ou fusões. Em outras palavras, há a possibilidade de um grupo assimilar as características do outro como também de reforçar as diferenças qualificando o outro negativamente:

> [...] a percepção da diferença é acompanhada, geralmente, de um julgamento negativo, pois ameaça a sobrevivência de si mesmo. É como se não fosse suportável aceitar que outros valores, outras normas, outros hábitos diferentes dos seus sejam melhores ou, simplesmente, existam. E quando

> esse julgamento endurece e se generaliza, torna-se o que se chama estereótipo, clichê, preconceito. É preciso compreender que, ao julgar o outro negativamente, protegemos nossa identidade, caricaturamos a do outro e nos persuadimos de que temos razão contra o outro. [...] persuadido de que sou racional, seguro, direto e franco, o julgarei anárquico, extrovertido, pouco confiável.

O entrevistado, tanto em F2 como em F3, atribui o erro ao outro, guardando para si o acerto. Concordar com os julgamentos do outro a seu respeito ou proceder semelhantemente a ele assinala sua inferioridade. Para que isso não ocorra, é necessário que se ressalte as diferenças.

Em F4 a seguir, o sujeito evoca o discurso da segregação que ele e seus pares sofrem para então refutá-lo. Ao dizer que todos do lado de cá os acham preguiçosos fazendo referência aos discursos dos moradores do centro, é possível partir da premissa de que esses discursos funcionam nos enunciados produzidos por estes. Primeiro o entrevistado diz o que não são para então poder dizer o que são sob o próprio ponto de vista. O discurso do outro a respeito de si aparece em primeiro plano, o entrevistado só emite o seu discurso após adjetivar o discurso do outro como mentiroso.

> F4: As pessoas do lado de cá acham que quem mora lá são todos pobres, maranhenses, preguiçosos. É tudo mentira, não são preguiçosos. São trabalhadores. O que mais vejo de manhã é pessoas saindo pra trabalhar. E vão a distâncias longas, meu pai mesmo é um desses.

Sobre essa tônica que envolve os discursos produzidos pelos dois maiores grupos de migrantes de Sorriso, podemos somar o que diz Charaudeau (2016, p. 29): “Os grupos, ao se confrontarem, estabelecem entre si relações de forças ao fim das quais acontecem dominações, exclusões, misturas ou fusões”. Para o autor, a tomada de consciência em relação à própria existência está condicionada à existência de um outro diferente.

O entrevistado relata a rotina diária dos trabalhadores que moram do lado de lá. Para ele, são pessoas esforçadas que atravessam bairros para chegar ao seu trabalho logo pela manhã. A necessidade de afirmar que são trabalhadores deixa transparecer de fato a existência de outro discurso, anterior a esse, produzido em uma outra formação discursiva, que supostamente diz o contrário. Para Foucault (1986 [1969]), a análise de uma formação discursiva se faz com base na identificação de duas características: a regularidade e a dispersão:

> Tal análise não tentaria isolar, para descrever sua estrutura interna, pequenas ilhas de coerência; não se disporia a suspeitar e trazer à luz os conflitos latentes; mas estudaria formas de repartição [...] descreveria sistemas de dispersão.
>
> No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos,

> transformações), diremos, por convenção, que se trata de formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade". (FOUCAULT, 1986 [1969], p. 42-43).

Se não houvesse uma formação discursiva na qual é apoiado o discurso que atribui ao maranhense a preguiça, a bebedeira e o desinteresse, não haveria a necessidade de negar tal discurso. Simplesmente não haveria referência a o que os moradores do lado de cá dizem sobre os do lado de lá. Dessa forma, o entrevistado reconhece que há uma outra formação discursiva vigente diferente da sua.

Abandonando a noção de discurso como máquina estrutural fechada (PÊCHEUX, 1993 [1969]), adotada na *AAD69*, Pêcheux (1975) inspira-se em Foucault (1986 [1969], p. 132), para quem o discurso é "um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva". Dessa forma, a Análise do Discurso não visa analisar os textos em si, mas os discursos contidos nos textos, os quais são escolhidos pelo analista que supor que os discursos que deseja analisar estejam presentes. Partindo dessa premissa, Pêcheux (1988 [1975], p. 160-161) aproveita a noção *althusseriana* de formação discursiva, concebendo-a como:

> [...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões e proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seus sentidos em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas, isto é, às formações discursivas nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos então *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).
>
> Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidos: diremos que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam "na linguagem" as formações ideológicas correspondentes.

Ao ser questionado sobre as formas de lazer praticadas pelos moradores do lado de lá, que por sinal difere do que é concebido como diversão pelos gaúchos de Sorriso, o entrevistado relata em F5 que realmente as pessoas têm o hábito de ir a festas regularmente, contudo, conseguem conciliar com as suas obrigações. Sob a ótica do colonizador gaúcho que reside do outro lado da BR 163, as festas do lado de lá são sempre regadas a muito álcool e promiscuidade, além de serem totalmente incoerentes com a situação econômica dos maranhenses. Sob essa perspectiva, o lazer,

o “gozo dionisíaco” só é legítimo para aqueles que já alcançaram uma estabilidade econômica, no caso, os gaúchos. O fato de os maranhenses serem menos favorecidos economicamente não lhes dá o direito de gastar suas posses com bebidas em festas. Ao dizer que a vida não é só trabalho, o entrevistado remete ao modelo de vida praticado pelos gaúchos, cujo objetivo na vida é trabalhar sem cessar e acumular riquezas a fim de enriquecer, privando-se de lazer. O fato de os maranhenses apresentarem uma forma diferente de lidar com trabalho e não se encaixarem na lógica de produção proposta pelos colonizadores sulistas faz deles, sob a ótica dos moradores do lado de cá, pessoas preguiçosas e desinteressadas.

> F5: As pessoas saem muito pra se divertir. As pessoas gostam muito. Curtem muito os programas que surgem lá. Tudo quanto é festa diferente que levam *pra* lá dá certo. A Festrilha mesmo, a cada ano tem mais gente.
>
> A questão é assim: boa parte mantém seu trabalho, mas sempre que podem se divertem. Os que trabalham longe pedem licença *pra* ficar em casa um dia na semana ou final de semana, um tempo *pra* se divertir. A vida não é só trabalho.

Sendo a formação discursiva o lugar da constituição do sentido, uma mesma palavra pode significar diferentemente quando passa de uma formação discursiva para outra *(efeito de antonímia/polissemia),* ao passo que palavras diferentes podem ter sentido semelhante quando ocorrem na mesma formação discursiva *(efeito de sinonímia/paráfrase).* É o que ocorre em F5: o sentido de diversão para a formação discursiva dos moradores do lado de lá difere do sentido de diversão para a formação discursiva dos moradores do lado de cá. O lazer praticado pelos maranhenses é reprovado pelos gaúchos, pois está associado ao senso de responsabilidade e seriedade que este deve ter com sua família, emprego, dentre outros; ao passo que para os maranhenses, as práticas de lazer do fim de semana soam natural ao trabalhador depois de uma semana exaustiva.

Ao ser indagado sobre a fama que a região leste tem por seus inúmeros bares, supostamente sempre lotados mesmo em dias de semana, o entrevistado relata uma outra situação que difere totalmente do discurso hegemônico do colonizador:

> F6: Os bares estão diminuindo, as pessoas bebem mais em casa. Quando eu tinha uns seis, sete anos, na rua Passo Fundo, no pedaço entre a Panambi e Tangará eu contei: tinha doze bares. Agora, esses dias eu contei de novo, uns dez anos depois, tem cinco. Dois estavam fechados, e três com pouco movimento.
>
> F7: Antes a maioria dos moradores era de solteiros, sem família, final de semana aproveitava a vida nos bares. Agora a maioria é casada, encontraram alguém aqui, ou trouxeram a família. O número de pessoas solteiras diminuiu. A maioria tem responsabilidade. Estão tentando economizar pra pensar no futuro. Eles acumulam dinheiro pra melhorar a casa ou comprar um móvel novo. A maioria está no processo de se estabilizar, sempre que podem, compram alguma coisa pra casa. Quem mora em local precário, tenta melhorar. A questão de guardar dinheiro é mais pra quem tem estabilidade.

É importante ressaltar que a forma como o espaço urbano é organizado e distribuído indicia modos de significar as relações entre os sujeitos que nele vivem. Nos discursos presentes em F6 e F7, observa-se a modificação/transformação da memória discursiva local. A mudança na configuração do espaço urbano por meio da redução do número de bares em um pequeno território reflete a mudança natural ocorrida no *modus vivendi* dos habitantes.

Consoante Orlandi (2012, p. 205),

> [...] a cidade é um espaço significante, investido de sentidos e sujeitos, produzidos em uma memória. Quando se fazem certos gestos em relação a essa memória – são gestos de interpretação dela – se está transformando, modificando, ou não esta memória. E isto traz consequências para o espaço e para seus habitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferenças culturais e socioeconômicas entre gaúchos e maranhenses não foram assimiladas, o que se seguiu foi o reforço da diferenciação. O isolamento social é inerente dessa prática de diferenciação reforçada pela manutenção da segregação praticada contra o grupo mais frágil. Esse fenômeno não é único e exclusivo do município de Sorriso, mas trata-se do discurso colonizador, para o qual, a fim de legitimar seu poder, tende a aprisionar o outro a fim de que este lhe seja subalterno. Os primeiros migrantes sulistas, os pioneiros, que viriam na condição de colonizadores não apenas para *morar* e *cultivar* a terra, mas também para *mandar*, afinal a produtividade econômica demanda o domínio do homem sobre a natureza e sobre os outros homens.

Assim, na memória de quem vive na cidade, ruas são espaços públicos, espaços interpretados como livres à circulação de quem quer que seja, espaços potencialmente heteretópicos[39]. Contudo, a colonização pretendida inicialmente em Sorriso concedia o direito de viver na cidade apenas àqueles que dispunham de condições financeiras para adquirirem terras para lavoura, aos quais os terrenos urbanos eram condicionalmente cedidos, vetando a possibilidade de o diferente se estabelecer nesse espaço, pois não era praticada a venda de lotes urbanos. Tal prática foge à heterotopia propícia dos centros urbanos, tolhendo o direito à migração, proposto por Hamid (2014) como um direito humano fundamental.

O sujeito nordestino/maranhense que primeiramente chegou a Sorriso encontrou as portas da migração fechadas, visto que, apesar de sua mão de obra ser necessária para as práticas agrícolas daquele momento, sua permanência não era bem tolerada. Essa situação de litígio gerada pela invasão do lado oposto da BR 163 no perímetro urbano do município para fixação de residências alimentou o discurso segregacionista por parte dos sulistas/gaúchos, bem como colaborou para o discurso de resistência e de autoafirmação do nordestino/maranhense.

---

39 Para Lefebvre (1999, p. 42-48 e 115-124), o conceito de heterotopia se refere à ordem distante, àquilo que faz de um lugar (-*topia*) um lugar do *outro* (*hetero*-), ao mesmo tempo excluído e incluído. Quando se pensa no espaço urbano de modo global, é impossível não vê-lo como uma acumulação de heterotopias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. *Gaúchos, festas e negócios:* o agronegócio da soja no Meio-norte Matogrossense. 2013. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ALMEIDA, T. F. de. *A BR 163 no município de Sorriso: apartheid* do corpo social urbano, 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1970].

BOSI, A. *Dialética da colonização.* São Paulo: Cia das Letras, 1992.

COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político:* o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EdUFSCAR, 2009.

CHARAUDEAU, P. *A conquista da opinião pública:* como o discurso manipula as escolhas políticas. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986 [1969].

HAMID, M. *Why migration is a fundamental human right*. Disponível em: <http://www.theguardian.com/books/2014/nov/21/mohsin-hamid-why-migration-is-a-fundamental-human-right>. Acesso em: 18 dez. 2015.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.

_____. *Foucault:* conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

ORLANDI, E. P. *Discurso em análise:* sujeito, sentido e ideologia. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 [1969].

_____. *Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988 [1975].

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 [1975].

PRESTES, C. A. *Os trabalhadores e a formação de uma cidade do Mato Grosso:* família, vizinhança e compadrio em Sorriso. 2010. 219 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

REVEL, J. *Michel Foucault:* conceitos essenciais. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROCHA, D. et alii. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. *Revista Polifonia*, Cuiabá, n. 8, p. 161-180, 2004.

ESTEREÓTIPOS: MENORES INFRATORES, ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE

Jussivania Pereira

INTRODUÇÃO

Na história cultural da sociedade, temos vários estereótipos que foram construídos ao longo dos anos sobre: os nordestinos, os caipiras, os gaúchos, a mulher, o homem, o rico, o pobre, o americano, o argentino, enfim, vários. E com os adolescentes que cometem atos infracionais não poderia ser diferente; os estereótipos acerca deles vão desde menores delinquentes até pobres, pretos e periféricos. Existem leis que protegem ou deveriam proteger esses adolescentes, desde o Código de Menores de 1927, reformulado tempos depois em 1979 e hoje com um caráter altamente diferente temos o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dito isto, o objetivo desse texto é analisar as mudanças ocorridas na nomenclatura "menores infratores" para "adolescentes privados de liberdade", bem como verificar se essas mudanças apagaram da memória discursiva das pessoas os estereótipos direcionados a adolescentes que cometem atos infracionais. Os dados foram coletados a partir de uma análise documental do Código dos Menores, do Estatuto da Criança e do Adolescente e de jornais *on-line*. No Código dos Menores, verificarei porque os adolescentes eram chamados de jovens infratores e, no Estatuto da Criança e do Adolescente, analisarei o objetivo do uso da nomenclatura "adolescente privado de liberdade". Nos jornais *on-line*, farei uma análise de como as manchetes são noticiadas quando um jovem comete um ato infracional. Para tanto, farei uso da teoria dos estereótipos definida por Possenti (2010), Maingueneau (1996/2005) para análise do discurso e Paveau (2015) para compreender se houve ou não o apagamento da memória discursiva das pessoas acerca de quem eram os menores infratores de 1927 e quem são os adolescentes privados de liberdade de 2017.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A Análise do Discurso – AD, tal como conhecemos hoje, é advinda da França nos anos 60, que explica o texto como exibição extra discursiva, baseando-se no contexto da hegemonia do estruturalismo e com a premissa de analisar textos a partir da sua materialidade discursiva, ou seja, levando em conta seus aspectos linguísticos, ideológicos, subjetivos, históricos e sociais.

Maingueneau (1996), um dos precursores da AD, diferencia *discurso* de *enunciado* da seguinte maneira: o enunciado refere-se ao caráter de unidade linguística e o discurso refere-se à unidade de comunicação associada a condições de produção devidas. Discurso está relacionado a um gênero discursivo: romance, jornal impresso, artigo de opinião, etc. Seguindo essa linha, Pêcheux (1993) pontua que um discurso é entendido como um efeito de sentido dentro da relação entre linguagem e ideologia e sempre será pronunciado a partir de condições de produção dadas.

Com a AD, a língua, de acordo com Orlandi (1999), materializada nos textos não é apenas estrutura, mas sim acontecimentos revelados por um sujeito afetado pela história. Ainda conforme Orlandi (2010), os enunciados produzidos por sujeitos histórico-sociais fazem parte de processos discursivos, são carregados de memórias, evocam sentidos os mais variados possíveis. Maingueneau (2005) ressalta que os sujeitos enunciadores, seus presumíveis destinatários e os gêneros discursivos formam

um todo inseparável, imerso em instituições das mais variadas ordens, constituindo o tom ideológico dos discursos.

Possenti (1996) tem defendido sempre que a língua é o material mais relevante do discurso e que, portanto, uma AD deve ter uma boa e adequada teoria da língua, para extrair dela o máximo de proveito que puder. Segundo Possenti (1996), os estereótipos ocorrem baseando-se em um traço que é assumido por uma pessoa ou um grupo (o estereótipo básico) para veicularem o seu oposto mais rebaixado possível (o estereótipo oposto ou simulacro).

Em *Gênese do Discurso,* Maingueneau (2005) define o conceito de simulacro como uma tradução depreciativa em antagonismo a um valor de um discurso oponente, não acontece de modo aleatório, mas sim uma semântica global do discurso agente para ler as práticas do discurso-paciente. O discurso só é capaz de compreender o outro através de "simulacros", isto é, de traduções dos valores do outro em suas próprias categorias de análise. Maingueneau (2005, p. 103) esclarece que "cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco". Diante desse funcionamento, o discurso garante (constitui e preserva) sua identidade em uma relação na qual "não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele"

Para Simon (1976, p. 33),

> O estereótipo pode ser definido como o resultado da imaginação coletiva e não de uma pesquisa, estudo ou conhecimento verdadeiro. Ele é, frequentemente, mais pessimista do que otimista e, muitas vezes, reflete uma hostilidade, uma vontade de oposição: O estereótipo é uma espécie de clichê mental coletivo, carregado de tradições, de saudosismo, de aspirações insatisfeitas que creem exprimir-se racionalmente em um julgamento de conjunto. Trata-se, contudo, de um julgamento irracional que não se funda sobre a totalidade dos fatos que podemos observar.

Para a AD, o estereótipo é conceituado como uma representação cristalizada e está ligado ao dialogismo. Todo enunciado retoma e responde necessariamente à palavra do outro, que está inscrito nele; ele se constrói sobre o já-dito e o já-pensado que ele modula e, eventualmente, transforma. Mais ainda, o locutor não pode se comunicar com os seus alocutários, e agir sobre eles, sem se apoiar em estereótipos, representações coletivas familiares e crenças partilhadas (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 216).

Paveau (2015, p. 237) explica que "desmemória discursiva" é um "conjunto de fenômenos de discurso que possibilitam a revisão das linhagens discursivas, ou seja, das transmissões semânticas cultural e socialmente realizadas pelos instrumentos de tecnologia discursiva". A autora explica que revisão, aí, distingue desmemória de uma outra relação com a memória que ela chama de *amemória*, que designa um apagamento, consciente ou inconsciente, de um passado ou de um legado discursivo. A autora elenca duas razões que a levam a apresentar a categoria de amemória: a primeira delas seria o desejo de fazer, em linguística, um deslocamento do fenômeno da denegação (psicanálise), não no sentido de transportá-lo, já que isso não seria possível em razão das

duas disciplinas terem bases teóricas distintas, mas no sentido de fazer da denegação um conceito em funcionamento com os aparatos próprios à linguística. A segunda razão são os "numerosos fenômenos de apagamento da memória discursiva, que se baseiam em algo de particular que não é do âmbito do esquecimento, no sentido corrente do termo" (Ibid., p. 238).

Para Paveau (2015), as noções de memória discursiva, desmemória discursiva e amemória contemplam a dimensão ética e podem ser mobilizadas nas análises de discurso que desejem incorporar essa dimensão. A autora explica que se o discurso virtuoso se define, entre outras coisas, por um ajuste às memórias discursivas em ação no tecido das sociedades, é preciso definir as formas de desajuste avaliando precisamente a relação entre os discursos e a memória: um fenômeno de amemória ou de desmemória não é obrigatoriamente uma ruptura no ajuste, mas, ao contrário, pode ser um fator dele.

DE 1927 A 2017

Para chegar aos problemas de adolescentes em situação de vulnerabilidade social é preciso relembrar que os dilemas com adolescentes cometendo atos infracionais surgiu em meados do século XIX, com o termo menores delinquentes e abandonados. O Código de Menores de 1927, reformulado em 1979, foi uma das primeiras leis de proteção aos menores de 18 anos de idade, promulgado em um momento histórico culturalmente autoritário.

O grande alvo dessa legislação eram crianças e adolescentes, em sua maioria pobres, negras, de baixa ou sem escolaridade. Esse código tratava especificamente de menores em situação irregular com a lei e tinha um caráter meramente punitivo.

Datado de 13 de junho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em consonância com a Constituição do Brasil de 1988, foi sancionado pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello por meio da lei nº 8.069. Anteriormente ao ECA, existia apenas o Código de Menores, promulgado por meio do decreto nº 17943-A de 12 de outubro de 1927, era uma lei que atendia apenas os menores de 18 anos, onde o estado mantinha sob tutela o menor irregular.

O objetivo do ECA é a proteção de menores de 18 anos, garantindo a eles um desenvolvimento físico, mental, moral e social condizente com os paradigmas constitucionais da dignidade e do privilégio da liberdade, encaminhando para a vivência adulta em sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal no artigo 103. No artigo 110 do ECA, nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo e ao adolescente é garantido o direito de ser ouvido pessoalmente por uma autoridade competente, defesa técnica de um advogado etc. O ECA nomeia seis medidas socioeducativas a adolescentes que praticam atos infracionais, pontuadas no artigo 112: I Advertência; II Obrigação de reparar o dano; III Prestação de serviços à comunidade; IV Liberdade assistida; V Inserção em regime de semiliberdade; VI Internação em estabelecimento educacional.

Da promulgação do ECA veio a mudança do termo “menor infrator” para “adolescente privado de liberdade”, pois o termo “menor” denotava a ideia de alguém desprovido de direitos. Algumas normativas ao redor do mundo aconteceram e culminaram com a consolidação do ECA, dentre elas, cabe destacar: Declaração de Genebra (1924) – Adotada pela “Liga das Nações”; Declaração Universal dos Direitos do Homem – Adotada e proclamada pela Resolução n. 217-a (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 10-12-1948; Declaração Universal dos Direitos da Criança – Aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10-11-1959, por meio da Resolução n. 1.386 (XIV) da qual o Brasil é signatário; Regras de Beijing ou Regras mínimas da ONU para a administração da Justiça da Infância e Juventude (1985) - Resolução n. 40/33, de 29-11-1985; Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) da ONU - Resolução 44/25 da ONU, de 20-11-1989, ratificada no Brasil pelo Decreto n. 99.710, de 21-09-1990; Diretrizes de Ryad para a prevenção da delinquência juvenil – ONU (1990); Resolução n. 45/112, de 14-12-1990; Regras mínimas das Nações Unidas para a proteção de jovens privados de liberdade – ONU (1990); Resolução nº 45/113, de 14-12-1990; Convenção Interamericana de Direitos Humanos (OEA 1969), ratificado pelo Brasil em 06-11-1992, Decreto n. 678 (MIRANDA, 2014, p. 60-61).

O ECA estruturou ou procurou estruturar o sistema socioeducativo com o objetivo de superar o período coercitivo que tratava o Código dos Menores, mas não obstante ainda carrega consigo a herança da prática de internação.

METODOLOGIA

Os dados para este artigo foram gerados por meio de uma avaliação documental do Código dos Menores de 1927 e revisado em 1979, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e de jornais *on-line*. No Código dos Menores, verei porque os adolescentes eram chamados de menores infratores, no Estatuto da Criança e do Adolescente analisarei o objetivo do uso da nomenclatura “adolescente privado de liberdade”. E, nos jornais *on-line*, farei uma análise de como as manchetes são noticiadas quando um jovem comete um ato infracional.

Os jornais *on-line* são de circulação no estado de Mato Grosso – Circuito Mato Grosso e outro no estado do Pará – G1 Rede Liberal. Ambos noticiam atos sobre adolescentes. A primeira notícia é sobre um ato infracional cometido por adolescente e a segunda é acerca de um projeto de recreação destinado a adolescentes que cometeram ato infracional.

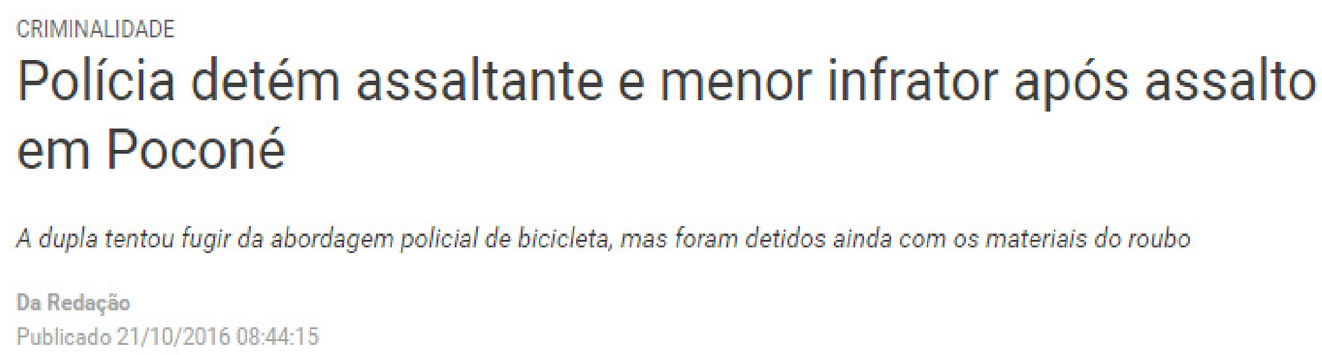
ALGUNS APONTAMENTOS

Como mencionei acima, em dois momentos diferentes os adolescentes que cometeram e cometem atos infracionais contra as leis vigentes no Brasil tiveram e têm tratamento diferenciado. O primeiro – Código de Menores – tinha um cunho apenas punitivo, já o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que adolescentes privados de liberdade cumpram medidas socioeducativas de caráter altamente pedagógico, promovendo a ressocialização íntegra desse adolescente ao convívio da sociedade.

A mudança da nomenclatura “menor infrator” para “adolescente privado de liberdade” ocorreu devido ao termo “menor” significar “não ter dezoito anos” e, portanto, não ter capacidades, não ter atingido um estágio de plenitude e não ter, inclusive, direitos (VOLPI, 2000). Visão essa derrubada pelo ECA que, desde o artigo 103, discorre sobre os direitos e os deveres dos adolescentes que cometem práticas infracionais. No art. 106, temos: “nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante do ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente”, diferente do Código dos menores, no qual os adolescentes eram sujeitos manipulados e punidos por policiais sem qualquer amparo.

A seguir, apresento a manchete de um jornal *on-line* de Mato Grosso – Circuito Mato Grosso, do dia 21 de outubro de 2016. A manchete retrata um “menor infrator” que cometeu um assalto na cidade de Poconé (103 quilômetros de Cuiabá). Gostaria de ressaltar que, mesmo em pleno século XXI, com mudanças nas legislações sobre adolescentes que cometem atos infracionais, os estereótipos acerca desses adolescentes ultrapassam fronteiras discursivas das pessoas e, em especial, da mídia, que usa o termo “menor infrator” para enfatizar e manter os estereótipos do Código de Menores aceso e vivo na memória de quem ler esse tipo de jornal.

Imagem 1


CRIMINALIDADE

Polícia detém assaltante e menor infrator após assalto em Poconé

A dupla tentou fugir da abordagem policial de bicicleta, mas foram detidos ainda com os materiais do roubo

Da Redação
Publicado 21/10/2016 08:44:15

Fonte: <http://circuitomt.com.br/editorias/policia/94660-polacia-detam-assaltante-e-menor-infrator-apas-assalto-em-pocona-.html>

A manchete aparece na seção de criminalidade (situada na parte esquerda superior da tela), a posição ocupada pela manchete na página do jornal classificada de “Criminalidade” enfatiza ainda mais o simulacro, ou seja, uma descrição depreciativa de que os adolescentes que cometem atos infracionais são criminosos e não são capazes de ressocializar e voltar a conviver em sociedade. O impacto social dos estereótipos que aparece de tempo em tempo em relação aos adolescentes parece estar levando esses adolescentes para uma exclusão social. Na manchete a seguir, publicada na página *on-line* do G1 Pará no mês de julho do ano de 2016, temos o uso da nomenclatura “adolescentes privados de liberdade”, termo esse estabelecido pelo ECA desde 1990 e que melhor coaduna com as medidas socioeducativas cumpridas por adolescentes que cometem atos infracionais.

Imagem 2

03/07/2016 15h38 - Atualizado em 03/07/2016 15h38

Projeto leva recreação a adolescentes privados de liberdade, no Pará

Mais de 250 adolescentes e jovens serão atendidos.
Atividades envolvem esportes, artes e ações socioambientais.

Fonte: <http://g1.globo.com/pa/para/minha-praia/noticia/2016/07/projeto-leva-recreacao-adolescentes-privados-de-liberdade-no-para.html>

Maingueneau (2005) assevera que os sujeitos enunciadores seguem um percurso linear, por exemplo, o enunciado proferido pela mídia acerca de adolescentes privados de liberdade tem um grande alcance por parte de toda sociedade e nas mais diversas ordens discursivas. O receptor desse enunciado engloba o tom ideológico dos discursos. Como estou trabalhando com a ideia de estereótipos, o enunciado acima ora apresenta um tom depreciativo da imagem dos adolescentes, fazendo-nos relembrar quem eram os adolescentes da legislação do Código de Menores (pobres, pretos, periféricos), ora revisitamos nossa memória discursiva do adolescente privado de liberdade instaurado no ECA, aquele adolescente que cumpre medidas socioeducativas independentemente de cor, raça ou condição social. Como pontua Orlandi (2010), os enunciados são proferidos por sujeitos em dados momentos históricos e sociais, enunciados estes que fazem parte de processos discursivos, são repletos de lembranças, rememorando sentidos das mais variadas formas possíveis.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O que este artigo mostrou é que os jovens que passam pelo sistema socioeducativo estão estereotipados desde o Código de Menores até os dias atuais, por falta de políticas públicas que consigam abranger toda a sociedade, em especial, periferias, de onde advém a maior parte dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

O que é capaz de desvelar das manchetes apresentadas é que o termo “menor infrator”, herança do Código de Menores, apesar de ter sido excluído do ramo da legislação brasileira, ainda é empregado abundantemente, tanto pela sociedade como em grande escala pela mídia impressa e também em programas televisivos voltados para ocorrências policiais. Quando adolescentes estão envolvidos em crimes, são chamados de menores infratores, delinquentes, “bandidos”, incapazes de ressocialização.

A história sempre é exteriorizada a partir da visão do dominador, silenciando assim a voz dos dominados; estes, por sua vez, esperam brechas no sistema para que seus discursos sejam ouvidos, são segregados, excluídos por motivos como: desigualdade social, política, ideológica e, no caso analisado, por um dia ter cumprido medida socioeducativa.

Há, o tempo todo, um litígio, uma disputa/briga para manter aceso na memória discursiva das pessoas quem são os adolescentes que cometem atos infracionais. O próprio estado ajuda esse processo, ao não aplicar recursos adequados para a ressocialização de adolescentes privados de liberdade. Pelo contrário, ao se tornar reincidente, o adolescente é tachado ainda mais como "menor infrator/delinquente".

Bem como pontuou Paveau (2015) sobre *amemória* e *desmemória discursiva* em relação aos adolescentes que cometem ato infracional, até agora não houve um apagamento nos discursos da mídia e da sociedade em geral, ou seja, as mudanças nas legislações do termo "menor infrator" por "adolescente privado de liberdade" aconteceram apenas no papel, porque na visão das pessoas o adolescente que cometia ato infracional em 1927 é o mesmo que comete ato infracional em 2017.

Gostaria de ressaltar que, apesar dos estereótipos destinados a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, como pretos, pobres e periféricos, hoje não são apenas esses adolescentes que fazem parte das infrações contra a lei; já é possível ver brancos, ricos e de classe alta cumprindo medidas socioeducativas[40].

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. *Estatuto da Criança e do Adolescente*: Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

_____. *Constituição Federal*, 1988.

_____. República Federativa. *Código de Menores.* Decreto nº. 6.697, de 10 de outubro de 1979.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH). *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)*. Brasília, DF: SEDH / Presidência da República, 2009.

_____. Lei Complementar 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: CONANDA, 2010.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 215-221.

ORLANDI, E. P. *Análise do Discurso*: princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas: Pontes, 2010.

_____. *Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1999.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos Discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

40 Esses dados fazem parte da minha pesquisa de mestrado que está em andamento.

MIRANDA, K. A. *Adolescentes e Jovens em vulnerabilidade social*: um estudo crítico das representações de atores sociais. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

PAVEAU, M.-A. *Linguagem e moral*: uma ética das virtudes discursivas. Tradução de Ivone Benedetti. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.

SIMON, S. *O caráter feminino*. Tradução de Lígia Silava. São Paulo: Ed. Loyola, 1976.

VOLPI, M. (UNICEF) *I Encontro Estadual de Educação Social na rua*. São Paulo, jul. 2000 (Palestra).

SIMULACROS PRODUZIDOS ACERCA DA SURDEZ

Fábio Vieira de Souza Junior ✉
Rodney Mendes de Arruda ✉

INTRODUÇÃO

A história da Educação brasileira é perpassada por seletividades, silenciamentos e opressões, em grande parte de natureza linguística, a partir do ensino, privilegiando os saberes e as leituras clássicas, prescritividade e produções que imitavam esses modelos.

A partir da democratização da escola, esse universo tem experimentado as lutas sociais e a pressão da elite por tentar manter privilégios e conter o avanço de direitos e demandas da classe trabalhadora. Ideologicamente, a escola é um espaço de embates e a Educação tem abraçado programas e políticas variadas, para atender excluídos oriundos das classes populares e de grupos culturais colonizados, a exemplo de negros, indígenas, mulheres, ciganos, surdos etc. (LOPES, 2013).

Na perspectiva da Inclusão, da escola dita regular – bastante controverso e polêmico por sua proposição, questão conceitual e aplicabilidade – inserem-se os sujeitos surdos, em graus variados de surdez, com direito a intérprete em sala de aula e acompanhamento escolar em sala de recursos multifuncionais no contraturno.

O movimento surdo e alguns pensadores da educação brasileira e internacional questionam essa prática, acusando-a de excludente, talvez integradora – porém nunca inclusiva – por não garantir ao surdo um aprendizado eficaz, uma vez que há somente a Língua Portuguesa, majoritária, e pouco há de interação real com professores e colegas. A luta do povo surdo é por escola bilíngue, defendida nas discussões do período de elaboração do Plano Nacional de Educação, publicado em 2014.

VOZES E SILÊNCIOS ACERCA DA SURDEZ

Silva e Machado (2015, p. 91) enxergam o viés político como veículo de distribuição da normatividade para línguas, sendo que algumas são tratadas como mais importantes do que outras. Porém, evidencia que leis precisam ser modificadas para que "se desbloqueie a lei de enunciação à qual pertencem".

No século XIX, as línguas de sinais gozavam de liberdade para uso entre surdos, com resultados satisfatórios. Entretanto, em 1880, em Milão, ocorreu o II Congresso Internacional de Educação de Surdos, e estabeleceu-se que sua comunicação se daria somente na língua oral de seu país, conferindo à língua de sinais o estatuto de língua inferior, incapaz de expressar conceitos abstratos, considerada superficial e com conteúdo limitado (SACKS, 1998).

Assim, um século de silenciamento da língua natural da comunidade surda gerou uma enorme lacuna em sua educação, cuja língua diferencia-se da modalidade dos ouvintes. De acordo como Quadros e Karnopp (2004, p. 47), "as línguas de sinais são denominadas línguas de modalidade gestual-visual (ou espaço-visual), pois a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos". Por consequência, as trocas discursivas na comunidade surda devem ser necessariamente em Libras para uma compreensão satisfatória do discurso.

Logo, os conhecimentos deixaram de ser aprendidos por esta comunidade. Muitos surdos foram expostos à metodologia focada na oralização, preponderante até a década de 70 do século XX. Esta demonstrou insucesso e, nem sempre, é satisfatória no diálogo entre surdos e ouvintes.

De acordo com Goldefeld (2002, p. 14),

> [...] apesar de todos os esforços de profissionais e dos avanços tecnológicos, a língua oral até o presente momento não pode ser adquirida pela criança surda espontaneamente, ou seja, mediante diálogos. Faz-se necessário que a criança se submeta a um longo e intensivo atendimento fonoaudiólogo que, apesar de essencial para seu convívio com a comunidade ouvinte, não pode ser comparado à aquisição natural e espontânea de uma língua.

A medicina e a psicologia desempenharam importante papel no fortalecimento do entendimento acerca da surdez, tendo contribuído com o estabelecimento dos padrões de normalidade e referências. No campo da medicina, especificamente, há o modelo clínico-terapêutico de surdez (SKLIAR, 1998), cuja lógica é apresentar a surdez como deficiência.

Esse autor cunhou o termo Ouvintismo, caracterizando-o como o conjunto de representações estereotipadas dos ouvintes sobre os surdos a partir do qual o próprio surdo "está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte" (SKLIAR, 1998, p. 15). Além disso, a noção de estereotipia é definida por Ávila e Baronas (2015, p. 95) como: "[...] estereotipia, baseando-se em um traço que é assumido por uma pessoa ou um grupo (o estereótipo básico) para veicularem o seu oposto mais rebaixado possível (o estereótipo oposto ou simulacro)".

Consequência do modelo clínico, os discursos de profissionais da saúde direcionam os pais para a ênfase na reabilitação, o que é preferido, uma vez que esses não recebem outra natureza de informação acerca da surdez e, certamente, conhecem a memória discursiva construída sobre surdos, cujas imagens remetem à debilidade mental, fracasso, insuficiência, dependência (um simulacro, como veremos adiante). Tenta-se a cura do problema auditivo/da deficiência por meio de aparelhos auditivos (próteses), implante coclear, tratamento com fonoaudiólogo e a insistência na aprendizagem da língua oral (SKLIAR, 2013).

Na década de 1970, começou a emergir um novo paradigma – o modelo cultural de surdez, também conhecido como modelo socioantropológico. Nasceu a partir dos Estudos Surdos de base americana, atualmente com representantes brasileiros, sendo surdos com título de mestrado e doutorado, e ainda com a contribuição de ouvintes favoráveis à causa, como Ronice Quadros, Sueli Fernandes e Carlos Skliar (argentino).

Nesse contexto, a terminologia adotada é Surdo (com "S" maiúsculo), em vez de "surdo-mudo", "surdinho" ou outros termos com conotação depreciativa. Assim, reconhecem-se identitariamente como usuários de uma língua minoritária, porém linguística e culturalmente forte (GESSER, 2009).

Perlin (2006, p. 10) manifesta-se, legitimamente, como surda:

> Continuamos a ser diferentes em nossas formas. Continuamos a nos identificar como surdos. Continuamos a dizer que somos normais com nossa língua de sinais, com o nosso jeito de ser surdos, um grupo cultural à parte. Um grupo que realmente investe na decisão de ser diferente. De transformar o anormal em normal no cotidiano da vida.

Strobel (2009) esclarece que, apesar de um século de proibição do uso de língua de sinais nas escolas, bem como o preconceito e marginalização por parte da sociedade como um todo, as línguas de sinais resistiram, demonstrando a necessidade essencial de sua utilização pelos povos surdos.

O ÂMBITO DISCURSIVO

O discurso é polêmico por natureza, uma vez que algo dito/enunciado silencia outras possibilidades. Sendo heterogêneo, o discurso possui um avesso, havendo o "um" e "o outro" (MAINGUENEAU, 1983). As escolhas lexicais refletirão a inscrição discursiva em determinada formação discursiva, com adjetivações, expressões, modalizações, que explicitam um posicionamento e, ao mesmo tempo, apagam/silenciam o outro.

Em 1991, Maingueneau tratou de discursos que rivalizam, ou que se delimitam reciprocamente, num processo de "tradução generalizada", evidenciando formações discursivas diferentes, que simbolizam zonas diferentes da mesma língua. Compreende que um arquivo pode ser lido em seu verso e anverso; numa mesma situação é possível ver o pertencimento a dois discursos diferentes, com uma distância discursiva e ideológica. A prática discursiva determina a interincompreensão constitutiva entre os discursos que estão em relação em um mesmo espaço discursivo.

Na obra *Gênese dos Discursos*, Maingueneau (2005) apresenta a hipótese "A polêmica como interincompreensão", na qual analisa a relação entre discursos antagonistas. Nesse processo, aparece o conceito de *simulacro*, que se caracteriza como uma tradução negativa, depreciativa do oponente, uma tradução dos valores do outro a partir das próprias categorias de análise.

A atividade de tradução ocorre no processo da interincompreensão e é algo mútuo, em que cada sujeito, no espaço discursivo, ocupa os papéis de discurso-agente (tradutor) e o de discurso-paciente (traduzido). Sob essa perspectiva, o discurso só é capaz de compreender o outro através de simulacros.

Reconhecer o simulacro significa apreender a identidade de um discurso, por sabermos tratar de uma leitura distorcida, a partir de um agente para o outro, com base em suas próprias categorias. Deleuze (1974) explica simulacro a partir da filosofia platônica, caracterizando-o como uma espécie de imagem refletida num "espelho torto", uma imagem sem semelhança, construída sobre uma disparidade, uma diferença. A contribuição de Platão para simulacro deriva do conceito de mimésis como imitação.

Apesar de referir-se à imitação da natureza, no nível linguístico, pode-se entender como um desvio em relação à essência, uma mentira, que aponta para o mero simulacro (MUCCI, 2007). Para o autor, o mundo é um grande simulacro, uma vez que, levado por aparências, o ser humano não consegue atingir a essência.

Strobel (2008) remete a Hall (1997) para argumentar que, nas teorias do campo dos Estudos Culturais, a cultura que temos determina uma forma de ver, de interpelar, de ser, de explicar e de compreender o mundo. Também podemos mobilizar o conceito de interdiscurso (MAINGUENEAU, 2005, p. 22), pois encontraremos "a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução, de interincompreensão regrada".

METODOLOGIA

Nosso *corpus* para análise se constitui de um acontecimento discursivo principal (a), que desencadeou as produções (b) e (c):

a) Vídeo de 10m35s, transcrito na sequência: acessado em https://www.facebook.com/linguasinais/, publicado em 26/07/2016. 6ª audiência para instruir o Projeto de lei 103/2012, que aprova o Plano Nacional de Educação – imagens gravadas da TV Senado;

b) *gif* animado, encontrado em http://giphy.com/gifs/patricia-rezende-na-audincia-pblica-no-senado-federal-l0MYL4QfyIAkQgNB6;

c) Charge:

Figura 1

Fonte: Feneis (2016)

O(S) SIMULACRO(S) ACERCA DA SURDEZ

A análise de discurso, em seu nascedouro, servia aos discursos políticos, tendo seus conceitos migrados para outras análises. Neste trabalho temos também um discurso político, não partidário, que demonstra ideologia a partir da politização do povo surdo.

Em relação ao conceito de interdiscurso, identificamos no espaço discursivo, circunscrito ao vídeo (a), e retomado em (b) e (c), a coexistência de um Mesmo e de um Outro que se opõem, constituem-se, delimitam-se, replicam-se, de forma polêmica. Ambas as professoras, lado a lado, enunciam de perspectivas discursivas antagônicas.

O vídeo começa com parte final do discurso de Rosângela Machado, no qual percebemos um simulacro dos surdos. Sua fala é em defesa das pessoas com deficiência, termo politicamente correto e mais recente nessa seara. Na oportunidade, a professora e pesquisadora demarca seu *ethos* e campo de atuação, principalmente quando percebe estar sendo alvo de críticas, e notando estar ao lado da representante do povo surdo, igualmente professora e pesquisadora.

Em defesa de sua argumentação, usa o termo *pessoa com deficiência*, com o qual inclui os surdos, com o qual estes não se identificam, uma vez que apresenta a visão clínica, enfatizando a falta, a necessidade e a incapacidade. Em seu discurso, reconhece-se um arquivo acerca dos surdos e de sua capacidade.

A professora Rosângela foi também repreendida pelo presidente da mesa, para depois sê-lo pela professora que representa os surdos, o que demonstra sua não propriedade da realidade que expunha, mais direcionada à Florianópolis, onde atua.

Instaurada a polêmica, o debate prossegue com a segunda pessoa, que se sente interpelada, e começa seu discurso refutando o anterior, afirmando a ilegitimidade da falante em relação ao povo surdo. Em sua defesa, apresenta seu *ethos,* dados de sua experiência em Florianópolis e também o *slogan* "*Nada sobre nós sem nós*", da Convenção da ONU. A argumentação de Patrícia Rezende também revela um simulacro dos surdos acerca da posição de Rosângela e do que ela representa.

Tendo sido fomentada a polêmica por Rosângela, Patrícia formulou sua comunicação refutando e desconstruindo os argumentos da antecessora, de modo a apagar esses enunciados da cena, e elevando seu contradiscurso a um patamar de aceitabilidade, o que não ocorreu com o primeiro pronunciamento.

Evocando Maingueneau (2005, p. 103), analisamos que o que Patrícia repudia (discurso-agente) não são as afirmações empíricas produzidas por Rosângela (discurso-paciente), mas sim uma tradução, um simulacro do discurso que lhe é contrário, uma vez que "para construir e preservar a sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele".

Há, ainda, a presença de um contradiscurso, questões levantadas na comunicação de Patrícia que não foram enunciadas no discurso anterior mais imediato, mas que sempre rivalizam, historicamente, e, portanto, servem de contraponto, endossando sua argumentação.

Nas redes sociais, o *gif* animado (material b) tem sido utilizado para representar a síntese de algumas situações que se deseja enunciar. Com esse recorte de cena, mesmo pessoas que desconheçam o contexto conseguem entender a força simbólica de afastar o microfone de alguém, levando-o para o lado oposto.

No material (c), a caricatura consegue captar e articular os elementos da comunicação por sinais: os movimentos das mãos e a direção do olhar. A cena expressa no *gif* foi fielmente representada pelo desenho, e ainda conta com trechos da comunicação de Patrícia Rezende. Apresenta, ainda, a logo da Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), órgão a que Patrícia representava. Ao produzirem a charge, confirmam sua legitimidade.

Em relação à tradução, também precisamos considerar esse componente em seu sentido comum, uma vez que, em se tratando de duas línguas, precisou da presença de uma intérprete. Como comentado na transcrição, o teor do texto traduzido não condiz com o que foi enunciado em sinais, o que certamente contribui para outra interpretação dos presentes no debate, bem como de quem assiste ao vídeo, sem conhecimento da língua de sinais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, procuramos trazer à tona uma questão linguística que gera embates em relação à forma como é analisada por diferentes grupos, gerando simulacro da pessoa surda, do seu grupo e de suas possibilidades.

A polêmica instaurada é histórica e atualizada em vários momentos, a exemplo da esfera acadêmica, pela existência de cursos de Letras Libras no Brasil. No material analisado, percebe-se a militância, por parte do *ethos* do surdo e sua legitimidade.

Se se pode considerar que a identidade discursiva se constrói na interação com o outro, com o *corpus* deste trabalho, vimos que ela se manifesta e atualiza, revigorando-se.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, F. G. O.; BARONAS, R. L. Teoria dos estereótipos básicos e dos estereótipos opostos: a piada levada a sério. In: BARONAS, R. L. *Estudos discursivos à brasileira*: uma introdução. São Paulo: Pontes, 2015.

DELEUZE, G. *A lógica do sentido*. São Paulo: Editora da USP, 1974.

GESSER. A. *Libras:* que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GOLDFELD, M. *A criança surda.* São Paulo: Plexus Editora, 2002.

LOPES, M. C. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos. In: SKLIAR, C. *A surdez:* um olhar para as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013. p. 103-119.

MAINGUENEAU, D. *Sémantique de la polémique:* discours religieux et ruptures idéologiques au XVIIe siècle. Lausanne: L'Âge d'Homme, 1983.

_____. *L'analyse du discours*: Introduction aux lectures de l'archive. Paris: Hachette, 1991.

_____. *Gênese dos Discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MUCCI, L. I. Nascemos todos e vivemos sob o signo do simulacro. In: *Espéculo.* Revista de estudios literarios. Universidad Complutense de Madrid. Disponível em: <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero35/nascemos.html>. Acesso em: 28 out. 16.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. *Língua brasileira de sinais:* estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, O. *Vendo Vozes.* Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, S. M. S.; MACHADO, C. de P. Semântica do acontecimento: princípios teóricos, metodológicos e análises. In: BARONAS, R. L. *Estudos discursivos à brasileira:* uma introdução. São Paulo: Pontes Editores, 2015.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez:* um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda.* Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

TRANSCRIÇÃO [GRIFOS NOSSOS]:

- [...] (Rosângela) Se esta casa tem dificuldade de colocar um intérprete, de barrar um deficiente, de falta de acessibilidade, é por falta de convivência com pessoas com deficiência (palmas) por falta dessa convivência. (Palmas) Me desculpe a professora Patrícia, o ensino de Libras é fundamental pra quem opta por esse meio de comunicação. Os surdos que estão aqui não representam os surdos de todo o Brasil. A oralização... (vaias, tumulto ao fundo)... não representam!! Eu tenho pais, eu tenho alunos que optam pela oralização, e na educação inclusiva a oralização também é um meio de comunicação.

- Para terminar, secretária Rosângela...

- Não é admissível...!

- Para concluir, secretária...

*... **nós vamos chegar no Brasil, e disso eu tenho certeza, onde a escola será de todos, onde a escolarização vai ser feita nos espaços comuns, mesmo os casos ditos mais comprometidos.** Essa é a minha luta! **Sou pesquisadora, defendo questões conceituais, mas tenho a experiência, o direito à educação.** Os pais que estão aqui também não representam todos os pais! Falem dos exemplos! A inclusão começou com pais de países nórdicos, que defenderam o direito à educação. **Não falem mal da escola regular!** Nós estamos encerrando... vou encerrar, senhor presidente... aqui última frase, com uma frase vou encerrar: Queremos quitar... por favor, senhor.. queremos quitar... por favor, encerrando, senhor presidente... queremos quitar, saldar a dívida social para com quem nasceu dentro de uma família, de uma nação e nós colocamos fora. **A escola regular está aberta, independente do grau de comprometimento.***

- Obrigado, muito obrigado. (Palmas) Antes de... (Patrícia se levanta e sinaliza que quer se pronunciar) (palmas) Antes de passar para Patrícia, eu quero reforçar o que aqui já foi dito: ninguém está contra a inclusão. Acho, acho que a secretária não entendeu uma palavra (Rosângela fala ao fundo, incompreensível) ... uma palavra do que foi dito aqui. Todos foram a favor da inclusão. (Palmas). Todos. Acho, acho que deveria prestar um pouquinho mais de atenção (palmas) na fala de todos. Em segundo lugar, deveria conhecer um pouquinho mais a realidade brasileira. A senhora deve viver circunscrita à Santa Catarina (aplausos e gritos). A senhora deve viver circunscrita à Santa Catarina. A senhora não conhece a realidade do Norte e Nordeste. (Rosângela começa a falar, se defendendo, mas é silenciada) A senhora precisa conhecer essas realidades. Está encerrado seu tempo. Passo a palavra para a senhora Patrícia Rezende, com muito prazer.

*- (Patrícia, sinalizando e tendo seu discurso traduzido[41]) (emocionada, balançando a cabeça) ... Você me responde que o surdo não pode representar sobre, você está de fato desprezando a Libras, a ONU (**Rosângela dirige-se ao microfone para falar e Patrícia o move para a direção contrária**[42]). O público aplaude. Rosângela tenta pegar o microfone e Patrícia segura sua mão, detendo-a, e com a outra mão segura a ponta do microfone. (Gritos e aplausos).*

- (alguém) Cuidado com o radicalismo aqui, senhor presidente!

*- (Patrícia Rezende) **Eu estou no meu momento, que é meu... espera, eu já respeitei o seu momento. Respeite o meu momento, por favor.** (Toca no braço de Rosângela). Eu estou nervosa, certo, porque esta pessoa, por exemplo, uma gestora pública... não se despreza o surdo. Eu sou da FENEIS/CBDS. Não é representante do surdo? Ah... por favor. É, é verdade que se menospreza o direito da ONU, e que falta com respeito, realmente. Eu fico admirada como VOCÊ pode? **Eu não dei o direito de você falar sobre nós surdos, não. Você não usa a língua de sinais, você oraliza, você é ouvintista. Essa linguística é forte. Você vota no rebaixar do direito linguístico.** Está bem. Eu morei em Florianópolis três anos: dois anos estudando no doutorado e três anos trabalhando como professora na UFSC. Um dia eu vi no jornal lá em Florianópolis. No jornal dizia que uma creche da cidade, municipal, como você disse (aponta para a*

---

41 Entendemos que a tradução realizada no momento não condizia com o discurso sinalizado por Patrícia, de modo que a tradução utilizada neste trabalho foi feita pelo autor Souza Júnior, profissional na área, como professor no curso de Letras Libras e Tradutor/Intérprete certificado com Prolibras.

42 Cena ilustrada na charge (b) e que foi recortada para o *gif* (c).

Rosana), o título dizia, que essa escola tinha ganhado um prêmio porque tem o ensino de língua de sinais ali para crianças e bebês, bebês surdos, e que esse lugar havia ganhado um prêmio, porque era um prêmio do MEC, que é um prêmio conquistado porque é de inclusão e respeito. Eu vi o título, eu pensei: - parece ser bom. Eu fui até lá, visitar esta escola. É uma creche municipal... (filmou-se apenas a intérprete). Perguntei: - cadê o surdo? Ah! O bebê surdo está ali, ele tem 2 anos. Eu fiquei olhando. E vi que todos oralizavam a sua volta. Melhor a língua de sinais?! Cadê? Eu perguntei à professora: Você ensina língua de sinais, você é ouvinte? O quê? É ensinado sinal por sinal, ou seja, isolado? Só isso? E a comunicação fluente em Libras para a aquisição da sinalização? Eu vi aquilo, isto é de fato a inclusão? Eu vi o surdo perdendo com a oralização à sua volta e ouvintes, mas e o surdo bebê com idade de 2 anos perdendo a expressão em Libras, que desprezo! Dito que o prêmio foi conquistado pela inclusão, o qual o próprio MEC deu o prêmio... o que é isto? Isto é realmente é aquisição em LS, tem? Não, isto é um exemplo mal. Eu vi aquilo e nossa...! e o que havia me dito nossa...! Escola de surdo? Não é não. Eu vendo isto, nossa...! Essa escola dentro de Florianópolis, eu vi... só por causa do prêmio que o MEC deu por conseguir inclusão? Ah! Por favor. Vejo um problema como esse, imagina o Brasil todo. E ela (aponta) fala que Florianópolis tem boa representação, desculpa, mas não é. Desculpa não é. Tenho contato com professores surdos dentro da inclusão que reclamam, reclamam dos problemas com o AEE. Isto realmente não é a Língua de sinais, porque de fato a aquisição de LS e a cultura não são assim. Me desculpe. Ela (aponta) ... mudando de assunto, a sua opinião que falta de respeito com nós surdos, mas eu respeito, mas você já é uma gestora pública que nos despreza de fato os surdos, faltou com o respeito, esta é a prova do ouvintismo, nossa...! Representante da FENEIS de surdos, da CDBS? Não você não é esse representante, isto é pesado. Você de fato menospreza os surdos. Você precisa abandonar seu cargo público, é isso. Desculpa! Outra coisa... espera! Ela disse antes, explicado resumidamente, é rápido. A Macaé falou que escolas americanas em comparação às escolas bilíngues surdas, mas as escolas americanas aqui do Brasil aprendem inglês e assim por diante. Aqui não se pode fazer esta comparação das escolas bilíngues dos Estados Unidos no Brasil com as escolas bilíngues de surdos, são diferentes. Não pode comparar igualmente, não pode. Sabe por quê? Porque os alunos das escolas bilíngues dentro da escola americana, eles já adquiriram o português, são de família, como pai e mãe usam o português, pois o Brasil já tem essa oralidade, mas a vaga na escola americana aprende-se como L2, o inglês. Porém, nós surdos somos diferentes, a escola de surdos adquire a LS como L1, porque 95% dos pais são ouvintes... como adquirir a LS naturalmente? É na escola bilíngue que se adquire e sinaliza, e depois, no momento de leitura e escrita, mas não são ouvintes, é muito diferente os jeitos, não pode comparar. Nós surdos queremos direitos iguais à educação do campo, direitos indígenas também tem direito à educação bilíngue, que são os do campo, indígena, quilombola que tem direitos diversos, e o surdo também quer direitos diversos, a educação separada, por que não pode? Cobra-se que sejam inclusos em um grupo, já são 95% em que a família são ouvintes já são segregados socialmente em que dentro de ainda tem mais a inclusão. Por que não pode? ***Foi o MEC quem a indicou? Foi o MEC para vir? Eu te pergunto foi o MEC quem a indicou? Foi o MEC que indicou o nome dela? Você pode falar da Síndrome de Down, deles lá, pois cada um está separado em categoria, mas falar sobre o surdo você não pode, respeite o surdo.***

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DE LEITURA DOS ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE CUIABÁ

Edsônia de Souza Oliveira Melo

INTRODUÇÃO

É comum ouvir dos alunos no cotidiano escolar expressão desta natureza: "Li, mas não compreendi". A leitura é muitas vezes vista como algo inatingível e talvez por isso desinteressante nas aulas de Língua Portuguesa.

Sabemos que o homem tem intensificado cada vez mais a sua comunicação nos últimos anos por vários meios, desde os jornais, revistas, televisão, *Internet, outdoor*... e, quanto mais avança, mais ele se encontra envolvido em um universo simbólico que exige interpretações. Como o homem consegue interpretar, construir sentidos, diante dos símbolos que o rodeia? Quais são as pistas que podem levá-lo aos significados propostos nos recursos linguísticos expressos em diversos gêneros discursivos?

Partindo desse contexto em que estamos vivendo e levando em consideração as lamentações e reclamações feitas por muitos alunos acerca da dificuldade de compreender e/ou interpretar textos, resolvi, então, observar, analisar e refletir a prática de leitura de um grupo de alunos de uma escola pública de Cuiabá. Sendo assim, o meu objetivo principal foi investigar os porquês de os alunos, durante o processo de leitura de um determinado texto, não conseguirem compreendê-lo e como eles concebem o texto.

Tendo definido o tema deste trabalho, estabeleci para os meus estudos as seguintes perguntas: Você considera um texto o que acabou de ler? Qual é sua interpretação desse texto? O que auxiliou você nessa interpretação? Qual foi a dificuldade que encontrou para compreendê-lo?

CONCEPÇÕES DE LEITURA

Neste trabalho, a leitura será abordada como processo discursivo. Para isso, utilizarei a vertente francesa da Análise de Discurso (doravante AD) que propõe pensar a leitura como produção de sentidos entre interlocutores em situações reais de comunicação, um ato significativo mediante condições de produção. Assim, ela se contextualiza num processo histórico e ideologicamente determinado.

> A leitura é o momento crítico da produção da unidade textual, da sua realidade significante. É nesse momento que os interlocutores se identificam como interlocutores e, ao fazê-lo, desencadeiam o processo de significação do texto. Leitura e sentidos, ou melhor, sujeitos e sentidos se constituem simultaneamente num mesmo processo. Processo que se configura de formas muito diferentes dependendo da relação que se estabelece entre o leitor real e o virtual. (ORLANDI, 1988, p. 10).

Na perspectiva discursiva, o texto se constitui num processo de interação entre o leitor e o autor, considerando as condições de produção. Essa inter-relação é o encontro entre o leitor real e o virtual, este imaginado pelo autor no momento em que o texto foi construído. O significado não está no texto em si, nem no interlocutor especificamente, mas no diálogo estabelecido entre o leitor e o escritor. Essa relação determina a legibilidade do texto.

HISTÓRIA DE LEITURA DO LEITOR E HISTORICIDADE DO TEXTO: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Em um mesmo texto, um sentido não acessível a um determinado leitor poderá ser a outros, isto é, um texto pode ser compreendido de diferentes maneiras, dependendo das condições de produção mobilizadas pelo leitor. Desta forma, pode-se afirmar que nenhum texto possui um único sentido e nem existe isoladamente, mas é um tecido. A historicidade do texto é fator determinante para a produção de sentido. Não há, portanto, uma leitura única para o texto, pois prevê-la seria ignorar a dimensão histórico-social. Há apenas leituras previstas, confirmadas ou não, pelas leituras efetivas.

> A inclusão da história nas condições de produção da leitura aparece, assim, caracterizando um dos seus aspectos: as leituras já feitas de um texto e as leituras já feitas por um leitor compõem a história de leitura quanto ao seu aspecto previsível. (ORLANDI, 2001, p. 87).

Outro aspecto que contribui para a interpretação de um texto é história de leitura do leitor. "Todo leitor tem sua história de leitura". (ORLANDI, 2001, p. 41). Durante toda a vida, o leitor vai construindo sentidos sobre diferentes situações e todas essas experiências serão necessárias para a compreensão de novos textos. Essa história inclui também a prática de leitura não escolar (verbal e não verbal). Em determinadas situações, um texto poderá ser complexo para um leitor *x*, mas não para um leitor *y*, ou seja, de acordo com as leituras já feitas pelo leitor, os sentidos serão mais ou menos acessíveis. Todas as experiências que o sujeito constrói em seu meio histórico-cultural são suscetíveis de leitura.

TEXTO E DISCURSO

Segundo a AD, o texto é compreendido como uma unidade linguística concreta (verbal e não verbal), determinado pela história e pela ideologia. Ele não é marcado pela sua extensão. Uma palavra, um sinal, um gesto, um romance, um filme ou uma piada, pode se caracterizar como texto, desde que seja interpretado pelos usuários da língua em uma situação de interação comunicativa. O que importa não é a organização linguística do texto, mas como ele se organiza e como ele significa.

Para o linguista Dominique Maingueneau (2004, p. 61), gêneros do discurso "são dispositivos e comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes". Segundo este autor, os gêneros de discurso pertencem a vários tipos de discurso, como o científico, filosófico, religioso. Maingueneau apresenta cinco condições para que um gênero seja considerado como tal: uma finalidade reconhecida, o estatuto de parceiros legítimos, o lugar e o momento legítimos, um suporte material e uma organização textual.

Cabe aqui a relação do texto com a formação discursiva. A formação discursiva é o lugar da constituição do sentido do texto e da identificação do sujeito. É nela que todo sujeito se reconhece em relação consigo mesmo e com os outros.

Nesta vertente, o fenômeno da linguagem não é mais visto de forma passiva – um emissor utiliza-se de um código que é automaticamente compreendido por um receptor e a comunicação se realiza –, mas de forma ativa. Os interlocutores desempenham papel fundamental na constituição do sentido, ligados pelas condições históricas e ideológicas. A linguagem na AD é interação, é prática social, é trabalho, é confronto ideológico, é o lugar que liga o homem à sua realidade sócio-histórica. O discurso não se refere apenas à comunicação popularmente conhecida, mas, como afirma (FOUCAULT, 1969), discurso é um conjunto de enunciados possíveis numa dada formação discursiva, em que os sujeitos determinam as condições de exercícios da função enunciativa. Nessa abordagem, podemos afirmar que o texto é a forma material e singular de existência do discurso.

INTERPRETAÇÃO

Considerando os propósitos deste artigo, cabe, ainda, pensar um pouco sobre o que significa interpretar em AD. A interpretação não é uma atitude esperada, previamente estabelecida, diante de um texto a ser lido. Não se espera um leitor ideal, padrão, capaz de determinar precisamente o que o autor quis significar ao enunciar. O ato de interpretar implica agir com e pela linguagem.

> A prática de leitura é vista como um ato interpretativo. Ela só acontece no espaço do sujeito e não da língua. É isso que permite várias leituras, várias interpretações que ocorrem porque, dentre outros fatores, cada leitor tem a sua história de leitura. A esse respeito, Orlandi (1996, p. 21) esclarece: "partimos do principio de que há sempre interpretação. Não há sentido sem interpretação. Estabilizada ou não, mas sempre interpretação".

A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO

A prática de leitura na abordagem discursiva é um processo complexo, pois não se baseia somente na decifração de códigos linguísticos ou reconhecimento de parágrafos. O bom leitor não lê linearmente, sua leitura constrói os sentidos. Assim, o objetivo principal na formação de um leitor crítico é criar condições para que ele, através da reflexão sobre o funcionamento da língua nos textos, seja capaz de desenvolver sua competência comunicativa de forma a interagir em diferentes situações. De acordo com Brandão (2001, p. 21), o leitor crítico:

> - não é apenas um decifrador de sinais, um decodificador da palavra. A palavra, para ele, é signo e não sinal (no sentido bakhtiniano). Busca uma compreensão do texto, dialogando com ele, recriando sentidos implícitos nele, fazendo inferências, estabelecendo relações e mobilizando seus conhecimentos para dar coerência às possibilidades significativas do texto;
> -é cooperativo, na medida em que deve ser capaz de construir o universo textual a partir das indicações que lhe são fornecidas;
> -é produtivo, na medida em que, refazendo o percurso do autor, trabalha o texto e se institui em um co-enunciador;
> -é, enfim, sujeito do processo de ler e não objeto, receptáculo de informações.

Cada um, com sua história de leitura, envolve-se e interage de modo singular em um dado texto. Os textos interagem em um conjunto de conhecimentos que o leitor já possui, entre eles o seu conhecimento de mundo e o linguístico. É essa interação que faz gerar a compreensão do texto lido. É nesse sentido que podemos afirmar que cada leitor tem a sua história. A interação leitor-texto marca a incompletude do texto que só se completa no ato da leitura. Dessa forma, a compreensão e a interpretação de um texto nunca poderão ser entendidas como atos passivos, pois se quem escreve sempre pressupõe o outro, em outras palavras, quem lê co-enuncia. O texto é, portanto, reescrito em cada processo de leitura. Seu processo de escritura nunca se encerra, nunca o texto está acabado.

OS PASSOS PERCORRIDOS

Os dados foram coletados em uma turma de alunos do 8º ano de uma escola pública do centro urbano da cidade de Cuiabá. Utilizei protocolo de leitura, entrevista em áudio e notas feitas por meio de observações e conversas informais no período em que estive na escola. O trabalho foi realizado com o gênero discursivo propaganda impressa. É importante ressaltar que os dados aqui analisados são apenas de dois informantes[43], devido às limitações deste artigo. Primeiramente, serão analisadas as entrevistas que foram gravadas em áudio e em seguida a interpretação escrita realizada em sala de aula. Para a realização desta pesquisa, utilizei uma propaganda do instituto ECOAR. A propaganda apresenta como objetivo central informar e conscientizar as pessoas sobre as causas do efeito estufa no meio ambiente e como combater esse problema. Ela é um gênero híbrido, isto é, composta por uma parte verbal e outra não verbal e que, portanto, lança ao leitor todas as informações ao mesmo tempo.

Figura 1

43 A coleta de dados foi realizada com cinco informantes.

Logo em princípio, pude notar que o texto foi bem aceito pelos alunos e que de maneira geral eles demonstraram interesse pela pesquisa. É importante ressaltar que a primeira pergunta da pesquisa era: Qual é a sua interpretação deste texto? Mas ao perceber o estranhamento do primeiro aluno entrevistado, *Mas isso aqui é um texto?,* senti a necessidade de mudar um pouco o foco, e então decidi perguntar, inicialmente:

Você considera um texto o que acabou de ler?

Informante 1: n*ão sei se é um texto/pode ser que é um texto/(pausa) não acha? Mas um texto diferente/porque parece que está incompleto/Não há assim/como que eu posso dizer...hum/ah não sei professora.*

Informante 2: *Eu acho que isso aqui é uma parte.../assim professora/igual no jornal que vem avisando as pessoas/Ah eu acho que pra ser um texto mesmo/pra mim teria que ser maior/com um título/aqui tá sim meio estranho.*

Pode-se notar que, para os alunos, texto é o linguístico e como a propaganda é formada por uma parte verbal e a outra não verbal, ela não foi concebida como tal por não seguir um padrão com o qual eles estavam acostumados. A interpretação de que há uma redução do texto ao verbal é corroborada também pelos procedimentos sistemáticos dos alunos de não recorrer às ilustrações do texto na construção do sentido. Durante a entrevista, a falta de atenção às ilustrações foi quase geral. Tal comportamento reforça a interpretação de que o aluno se sente esmagado pelo linguístico, o qual gera o único poder de significar, qualquer outro componente ou dimensão de significação são apagados.

É interessante também ressaltar que, na concepção dos informantes, para ser texto não é necessário apenas o linguístico, é preciso ser grande, ter título. O texto se resume, enfim, em um amontoado de palavras, seguindo um padrão fechado. Outro aspecto observado foi em relação à resposta do informante 1. Percebi a busca de apoio na pesquisadora, o aluno não sabia o que dizer, ao mesmo tempo que afirmava ser um texto, olhava-o novamente e achava que estava enganado, *Não sei se é um texto/ pode ser que é um texto/(pausa) não acha?* O olhar fixado buscava a confirmação. Essa situação revela a crença que o aluno geralmente tem da figura do professor, isto é, o professor tem a competência linguística para fazer a boa leitura e o aluno acredita que ele é o provedor de toda e qualquer autoridade para significar, definir.

A segunda pergunta da entrevista foi em relação à compreensão do texto e foi feita da seguinte forma: Qual é a sua interpretação deste texto?

Durante a entrevista, os alunos demonstraram pouca familiaridade com o gênero em questão. Eles não observaram componentes essenciais para o processo de interpretação: quem escreveu o texto, quando foi escrito, como foi escrito, as marcas linguísticas presentes nele. O olhar deles se prendia simplesmente ao verbal (que é apenas uma parte). Embora tivesse sido solicitado aos alunos que observassem com atenção todo o texto, pode-se constatar que, a partir da interpretação destes informantes, eles se limitaram apenas ao verbal, não foi mencionada em nenhum momento a imagem usada na propaganda como elemento significativo que está materializada na figura de uma mulher com um nariz verde e uma camiseta estampada. Com o uso da palavra *acho*

(informante 1) o aluno demonstrou uma superficialidade acerca do assunto e não deu coerência a sua interpretação. Há marcas do conhecimento de mundo, de sua vivência quando ele afirma *Para as pessoas terem união.* Isso relembra o ditado popular *A união faz a força.*

Informante 1: *Acho que eles estão pedindo algum tipo de ajuda/para as pessoas terem união/o que eu vejo aqui é uma campanha/o homem produz muito gás carbônico/ não só o homem/mas os animais, os bichos.*

Retomando a concepção de leitura que é a de ultrapassar o verbal e o não verbal, nesse caso, o aluno não realizou uma leitura satisfatória deste texto, uma vez que ele não levou em consideração o contexto de sua produção. Por outro lado, não podemos afirmar que ele não tenha feito uma leitura, ao contrário, ele atribuiu um sentido que é próprio de sua subjetividade. Como afirma (ORLANDI, 1996, p. 21), "Não há sentido sem interpretação. Estabilizada ou não, mas sempre há interpretação".

Informante 2: *É uma mensagem para as pessoas cuidar da natureza/Porque as coisas estão acabando e quem sofre com isso/Somos nós os humanos/é o homem que provoca tudo/Isso que está acontecendo*

Com relação ao informante 2, notamos que ele identificou o problema, *é o homem que provoca tudo isso que está acontecendo*, e reproduziu os símbolos gráficos presentes no texto, preocupando-se em relatar aquilo que lhe parece explicitamente. Não conseguiu, portanto, fazer relações com o interdiscurso que contribui com o sentido desse texto. Na frase *"porque as coisas estão acabando e quem sofre com isso somos nós os humanos"* é usada sua subjetividade e, nesse momento, notamos que é emitida a sua opinião sobre o que vê no texto. Mais uma vez, as informações do não verbal não foram percebidas ou pelo menos não foram consideradas importantes para o processo de compreensão.

CARACTERIZANDO O GÊNERO PROPAGANDA

Essa etapa da pesquisa foi realizada na sala de aula. Primeiramente, fiz uma breve explanação sobre o gênero discursivo e, em seguida, os alunos desenvolveram a atividade escrita sobre o texto (o mesmo trabalhado em áudio). As perguntas foram enfatizadas a respeito da parte não verbal do texto e da caracterização do gênero em questão.

Não pretendo aqui analisar, nas respostas escritas pelos alunos, ortografia, pontuação, espaçamento, enfim, tudo que caracteriza formalmente uma boa produção textual. O que me interessa é a escrita deles enquanto expressão de compreensão que tiveram do texto. Por essa razão, os textos dos alunos são transcritos na forma original.

Em relação à primeira pergunta: Como você realiza a leitura da imagem? Estabeleça uma relação entre a imagem apresentada e a frase "Sou dono do meu nariz". Os alunos apresentaram muita dificuldade no vocabulário *"leitura da imagem professora? Como assim*?" e, após meus esclarecimentos, eles começaram a responder. Apesar de ter sido utilizada a mesma propaganda da entrevista, os alunos desconsideraram a imagem:

Ela com a frase "Sou dona do meu nariz" ela ajuda as pessoas terem interesse em ajudar a cuidar no meio ambiente (informante 1) e respondeu diretamente a segunda parte da pergunta. Outro aspecto observado é que a atenção foi voltada para o linguístico "Sou dono do meu nariz" e as cores predominantes, por exemplo, permaneceram apagadas.

Para o segundo informante, o que chamou mais atenção foi a fisionomia da mulher, *Ela é feliz e pura. "Sou dono do meu nariz", ela é livre.* Os adjetivos utilizados dizem respeito apenas à figura da mulher, isto é, o aluno não observou a imagem como um todo. Pode-se perceber que a pergunta não foi totalmente compreendida pelos alunos, pois nela há dois aspectos que devem ser levados em conta. O primeiro é a interpretação da imagem e o segundo é a relação da frase "Sou dono do meu nariz" com a imagem. Foi visível mais uma vez a falta de prática dos alunos de trabalhar com o texto não verbal. Isso se confirma nas respostas da pergunta seguinte: "Mudando a cor do não verbal há mudança de sentido?".

Informante 1: *Não. Só muda as cores mais a frase continua mesma.*

Informante 2: *Não, expressa a mesma coisa.*

Para estes informantes, ficou evidente que o não verbal, de fato, não significou nada na propaganda. A alternância de cores foi simplesmente uma brincadeira com o jogo de imagens, ou seja, para eles qualquer cor que estivesse na imagem não faria diferença e não remeteria a nenhum sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos investigar os porquês de os alunos, durante o processo de leitura de um determinado texto, não conseguirem compreendê-lo e como eles concebem o texto. A análise dos dados coletados possibilitou algumas considerações a este respeito.

Os alunos apresentaram uma visão estreita a respeito do gênero textual trabalhado. Durante as duas etapas da pesquisa, houve total desconsideração com a parte não verbal do texto. Desta forma, percebe-se que a falta de familiaridade dos alunos com o texto em questão resultou numa interpretação fragmentada, isto é, o texto não foi interpretado em sua totalidade. Embora tenha sido feita uma breve explanação sobre o gênero propaganda na segunda etapa da pesquisa não foi o suficiente para que os alunos pudessem esclarecer todas as suas dúvidas.

Há uma prática ainda na escola, com ênfase dada à decodificação do texto enquanto depositário de informações e a palavra enquanto unidade mínima reveladora de significado, que continua maçante nas condições de produção de parte de leitura dos alunos. Da palavra passa-se à frase, da frase ao parágrafo e do parágrafo ao texto. Ao final da tarefa, com a somatória dos significados, desvendam-se as intenções do autor. É preciso proporcionar aos alunos leitura de diferentes gêneros, inclusive os que mais circulam em seu cotidiano, para que eles possam concebê-los numa dimensão discursiva de significação. Mesmo que discussões a esse respeito já façam parte da formação dos professores nas universidades há alguns anos, na prática da sala de aula, ainda refletem uma concepção ultrapassada na abordagem do texto.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H. L. *Introdução à análise de discurso*. Campinas: EdUNICAMP, 1991.

CHIAPPINI, L. *Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. (Org.). *Leitura e construção do real.* 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CORACINI, M. J. R. F. (Org.). *O jogo discursivo na aula de leitura*. Campinas: Pontes, 1995.

KOCH, I. V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

MAINGUENEAU, D. *Análise de Textos de Comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Os termos-chave da análise do discurso*. Lisboa: Gradiva, 1997.

_____. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: f*ormulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001a.

_____. *Discurso e leitura.* 6. ed. Campinas: Cortez, 2001b.

_____. *Interpretação:* autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM): CHARGE, CARTUM, TIRAS, TIRINHAS OU QUADRINHOS?

Marlene Machado da Cruz ✉

O gênero história em quadrinhos, apesar de ter sua eficácia enquanto recurso didático questionada por educadores durante muito tempo, atualmente, tem importância reconhecida no sistema de ensino e sua utilização atende a diferentes objetivos. A inclusão dos quadrinhos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a inserção de obras quadrinísticas no Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) para o ensino fundamental fizeram com que a linguagem dos quadrinhos entrasse definitivamente na escola e na realidade pedagógica do professor. O uso dos quadrinhos nos materiais didáticos tem sido cada vez mais frequente por parte das editoras. Além disso, eles têm presença garantida na maioria dos exames vestibulares e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como forma de enunciado. No entanto, percebe-se que há falta de clareza no que concerne à nomeação dos textos que partilham da linguagem e das características do gênero quadrinhos nas provas do ENEM. Na perspectiva da análise do discurso, de viés francês, mais especificamente nos trabalhos de Maingueneau (2008, 2015), Bakhtin (2010), Ramos e Vergueiro (2009) e Ramos (2014), buscamos identificar e analisar as terminologias usadas nos textos que compõem o gênero quadrinhos que aparecem como forma de enunciados nas questões das avaliações do ENEM. Para proceder a esta pesquisa, tomamos como *corpus* as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) a partir de 1998, data da primeira aplicação, à sua última edição (2016) no contexto de todas as áreas de conhecimento que compõem a avaliação.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi aplicado pela primeira vez em 1998 e, desde então, os quadrinhos são utilizados nas provas para introduzir um enunciado, seja nas questões objetivas, ou como texto motivador nas propostas de redação. No entanto, observa-se a presença de textos similares, inclusive no formato, mas com nomenclaturas diferentes. Essas ocorrências demonstram que ainda há no universo dos quadrinhos certa confusão quanto à terminologia a ser utilizada. Nessa esteira, Ramos e Vergueiro (2009, p. 356) faz um questionamento sobre o que é charge, cartum e tira. Seriam todos quadrinhos? E acrescenta: “E os quadrinhos, então, o que seriam?”. O autor entende que a dificuldade em perceber as características de cada um dos textos tem levado a uma classificação desordenada e pouco criteriosa quanto aos termos utilizados. Para ele, isso pode criar expectativas diferentes de leitura e dificultar o processo de compreensão do texto. No entanto, para Mendonça (2010), a distinção desses gêneros não é tarefa simples, até mesmo para aqueles que trabalham na área. A autora lembra ainda que os quadrinhos se apresentam como um gênero tão complexo quanto aos demais no que se refere a seu funcionamento discursivo. Na compreensão de Ramos e Vergueiro (2009), há um campo maior, denominado por ele de hipergênero chamado quadrinhos, que acomoda diferentes tipos textuais autônomos, ligados por elementos comuns, ideia já trazida por Maingueneau (2015) quando o assunto é gênero. São esses diversos tipos textuais envolvendo diferentes nomenclaturas, mas que se assemelham na linguagem e nas características, conhecidos como gênero Quadrinhos presentes nas questões das provas do ENEM, que procuramos analisar.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo identificar os quadrinhos nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), buscando compreender a grosso modo[44] como se dá a categorização desse gênero denominado Quadrinhos, utilizado nos enunciados das questões da prova, principalmente, no que concerne à terminologia

44 Compreendemos que o tema quadrinhos requer um estudo mais aprofundado quanto às terminologias utilizadas nos diversos materiais.

empregada (quadrinhos, tiras, tirinhas, charge etc.) e em que frequência cada um deles aparece. Para o estudo, tomamos como recorte os quadrinhos presentes nas provas do ENEM realizadas a partir de 1998, data em que o exame foi aplicado pela primeira vez no país, até a sua última edição (2016), incluindo neste estudo as quatro áreas de conhecimento, mais a redação. Para dar sustentação teórica ao que propomos analisar, baseamo-nos em alguns postulados de Maingueneau (2008, 2012, 2015) por entendermos que suas contribuições serão fundamentais na reflexão sobre as noções de discurso, gêneros do discurso, hipergênero, enunciado e texto. Utilizamos também nesta reflexão o conceito de gênero definido por Bakhtin (2010), como tipos relativamente estáveis de enunciados usados em situação comunicativa, na interação entre sujeitos em determinado contexto sócio-histórico. Além disso, entendemos que para analisar o uso dos quadrinhos nas provas do ENEM, faz-se necessário compreender principalmente o que é uma história em quadrinhos e o que ela não é, bem como as denominações empregadas nos textos que compartilham da linguagem dos quadrinhos. Para isso, pautamo-nos no aporte teórico dos estudos sobre gêneros e o uso dos quadrinhos na perspectiva de Ramos e Vergueiro (2009) e Ramos (2014), dentre outros.

UM OLHAR SOBRE O ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado em 1998, pelo governo federal, através da Portaria nº 438 do Ministério da Educação e Cultura (MEC), como um sistema para avaliar o desempenho dos estudantes, ao término da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. Inicialmente, o ENEM tinha como objetivo principal avaliar, ao longo da escolaridade básica, as competências e habilidades fundamentais para o exercício pleno da cidadania, conforme mostra o primeiro objetivo inicial do documento básico: "conferir ao cidadão o parâmetro para auto-avaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho" (BRASIL, 1998).

Durante vários anos, o ENEM era voltado única e exclusivamente para avaliar o desempenho dos alunos concluintes da educação básica no país, sem o objetivo de selecionar para o ingresso no ensino superior. No entanto, ao longo dos anos, o Exame Nacional do Ensino Médio sofreu algumas mudanças, articulando-se a outras políticas federais. A nota do exame passou a ser usada como forma de acesso ao ensino superior, principalmente nas universidades particulares.

Em 2005, através da Lei nº 11.096/2005, o governo federal criou o Programa Universidade para Todos, o ProUni, vinculando a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais para cursos de graduação, em instituições privadas de ensino superior à nota obtida pelo aluno no ENEM. Dessa forma deu-se visibilidade aos objetivos iniciais do documento básico que previa "fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior" (BRASIL, 1998).

Embora algumas instituições de ensino superior já utilizassem a nota do ENEM como parte do processo seletivo para o ingresso do aluno na Universidade, foi a partir de 2009 que o Exame Nacional do Ensino Médio se consolidou como uma espécie de vestibular nacional, possibilitando aos egressos do ensino médio das diferentes

modalidades concorrerem às vagas na grande maioria das universidades federais, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU).[45]

É importante ressaltar que a história do ENEM se divide em dois momentos distintos, tanto no que concerne à estrutura das provas quanto aos objetivos do exame. No primeiro momento, compreendido entre 1998 a 2008, as provas eram formatadas a partir de uma matriz de 21 habilidades, articuladas a cinco competências gerais. A avaliação era composta de um único caderno com 63 questões de múltipla escolha, de caráter interdisciplinar e uma proposta de redação. A organização do exame se dava de forma que cada habilidade seria avaliada por três itens ao longo da prova, sendo um de nível fácil, um médio e um difícil (BRASIL, 2002).

As mudanças implementadas para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) a partir de 2009, através da portaria do MEC nº 462/2009 e da Portaria nº 109/2009 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) redesenharam a estrutura das provas do ENEM e constituíram outros novos objetivos, como a certificação de conclusão do ensino médio para aqueles que não concluíram esse nível de ensino, garantia aos jovens e adultos maiores de 18 anos a oportunidade de obter o certificado do ensino médio através do ENEM e a avaliação do desempenho do ensino médio e desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes nos cursos de Ensino Superior (BRASIL, 2009).

Com a reestruturação da prova do ENEM no ano de 2009 e um conjunto de mudanças implementadas, o exame transforma-se, então, em um processo de seleção unificado. Com a instituição do Sistema de Seleção Unificada – SISU, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação – MEC, através da Portaria Normativa nº 2 de 26 de janeiro de 2010, "por meio do qual são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior participantes" (BRASIL, 2010), o ENEM deixa de ser uma referência individual de avaliação e ganha *status* de seleção, de forma a cumprir o seu objetivo inicial previsto no artigo 1º inciso III da Portaria 438/98 que é "fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior" (BRASIL, 1998, p. 178).

Com a unificação da seleção às vagas das universidades públicas federais por meio de uma única prova, houve uma reestruturação da avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio, implementando um novo modelo de prova para o ENEM. Na primeira década de aplicação da prova, o exame contava com um caderno único de prova contendo 63 questões objetivas de múltipla escolha, distribuídas de forma interdisciplinar e uma redação. Com as mudanças implementadas a partir de 2009, a avaliação passou a contar com dois cadernos de provas, aplicada em dois dias. As disciplinas foram agrupadas em quatro grandes áreas do conhecimento, a saber: Linguagem, Códigos; Matemática; Ciências da Natureza e Ciências Humanas e suas respectivas Tecnologias. Cada área do conhecimento conta com 45 questões objetivas de múltipla escolha, perfazendo um total de 180 questões mais a prova de redação.

---

45 SISU é uma plataforma virtual criada pelo Ministério da Educação que possibilita às instituições de ensino superior de todo o país ofertarem vagas a estudantes participantes do ENEM.

Além disso, a nova formatação do ENEM possibilitou ao aluno ingressante no ensino superior substituir a prova do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, cuja avaliação é submetida aos alunos matriculados em cursos superiores no Brasil, que tem por objetivo verificar a qualidade de ensino dessa modalidade, pela nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio de acordo com a Portaria Normativa nº 40/2007 em seu artigo 33-F, parágrafo terceiro:

> §3º os alunos ingressantes que tiverem realizado o ENEM, aplicado com metodologia que permita comparação de resultados entre edições do exame, poderão ser dispensados de realizar a prova geral do ENADE, mediante apresentação do resultado válido (BRASIL, 2007, p. 27).

A possibilidade de o aluno ingressante nos cursos de graduação isentar-se da obrigatoriedade da realização da avaliação do ENADE através da nota obtida no ENEM consolida os objetivos iniciais propostos pelo Exame de "promover avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes nas Instituições de Educação Superior" (BRASIL, 2009), reforçando as reformas implementadas pelo Exame Nacional do Ensino Médio a partir de 2009.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNEROS E HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Historicamente, o termo *gêneros* sempre esteve associado à retórica e à literatura com sentido especificamente literário, era utilizado para classificar os gêneros clássicos e os gêneros modernos. No entanto, Bakhtin, pensador russo que, no início do século XX, se dedicou aos estudos da linguagem e da literatura, foi um dos primeiros a abordar a palavra *gêneros* com sentido mais amplo, reportando-se também aos textos usados nas situações cotidianas de comunicação.

Para Maingueneau (2005, p. 59), "todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um *gênero de discurso*". De acordo com o autor, há uma infinidade de termos à disposição dos locutores para classificar a série de textos produzidos em uma sociedade e os critérios de denominação desses gêneros são bastante heterogêneos. Além disso, o autor elabora a noção de *hipergênero*, como sendo categorizações que possibilitam a formatação textual de vários gêneros que compartilhariam diversos elementos. Um dos exemplos citados pelo autor é o caso do diálogo presente em vários gêneros.

De acordo com Bakhtin (2010, p. 262), todos os textos que produzimos, orais ou escritos, fazem parte de um determinado gênero de discurso que são "tipos relativamente estáveis de enunciados" determinados sócio-historicamente. Esses enunciados utilizados em situação de comunicação pertencem a um grande repertório de gêneros de discurso que são selecionados de acordo com a situação discursiva. Para o autor, os gêneros do discurso podem ser caracterizados por três aspectos básicos coexistentes: o conteúdo temático (assunto), o modo composicional (estrutura formal) e o estilo (usos específicos da língua).

Segundo o mesmo estudioso, sempre que nos comunicamos lançamos mão de um determinado gênero e "se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de

construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível" (BAKHTIN, 2010, p. 283). Esses gêneros do discurso nos são dados, de acordo com o teórico (Ibid., p. 282), "quase da mesma forma que nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo teórico da gramática". Vale ressaltar que a existência de tais gêneros precede os mais diferentes gêneros da comunicação oral do cotidiano, até mesmo do mais familiar e mais particular. Desse modo, até mesmo em situação informal de comunicação, o nosso discurso é moldado em formas de gênero em uso. O autor salienta que possuímos um imenso repertório de gêneros orais e escritos, embora muitas vezes desconhecemos a sua existência.

Sob essa ótica, compreendemos que os gêneros são usados nas atividades humanas para desenvolver diferentes práticas discursivas. Para Bakhtin (2010, p. 285), "quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos" e, com isso, descobrimos com mais clareza as nossas especificidades, ou seja, produzimos de forma mais completa o nosso discurso. Dessa forma, entende-se que para cada situação de comunicação, há um gênero adequado para que haja a compreensão entre os interlocutores, ou seja, o gênero muda de acordo com a situação discursiva. No entanto, Schneuwly e Dolz (2013) lembram que, mesmo sujeitos a mudanças, os gêneros possuem uma certa estabilidade, pois eles determinam o que é dizível e, inversamente, o que é dito define o gênero a ser empregado.

Assim sendo, conclui-se que para cada lugar e situação há um determinado tipo de gênero que é mais comum e adequado, além das variedades da linguagem. Schneuwly e Dolz (2013) compreendem o gênero como uma ferramenta de ensino, isto é, um instrumento que possibilita exercer uma ação linguística sobre a realidade. Para os autores, o uso de uma ferramenta apresenta dois efeitos distintos de aprendizagem: de um lado, aumenta as capacidades individuais do usuário; por outro, aumenta seu conhecimento acerca do objeto sobre o qual a ferramenta é utilizada.

Os estudos de Schneuwly e Dolz (2013) apontam para a relação entre os gêneros e ensino e destacam que os alunos, conhecendo os gêneros, são capazes de produzir textos orais e escritos com autonomia e diferenciar o tipo de linguagem empregada em cada um deles. Nesse sentido, compreendemos que os gêneros são usados nas atividades humanas para desenvolver diferentes práticas discursivas.

Estudos mais recentes mostram que Maingueneau (2015), além da noção de gênero de discurso, tem trazido para o campo das discussões a noção de hipergênero. Para o autor, constituiriam esse hipergênero os gêneros considerados autônomos e que partilhassem das mesmas características. Nas palavras do teórico:

> Um 'hipergênero' não é um gênero de discurso, mas uma formatação com restrições fracas que pode recobrir gêneros muito diferentes. Alguns hipergêneros, como o diálogo, o jornal ou a carta são, antes de tudo, modos de apresentação formal, de organização dos enunciados: eles restringem frouxamente a enunciação [...] (MAINGUENEAU, 2015, p. 130).

Na concepção de Ramos e Vergueiro (2009, p. 357), as histórias em quadrinhos possuem uma linguagem autônoma e por isso entende que há "um campo maior, um hipergênero chamado quadrinhos, que abriga diferentes gêneros autônomos, unidos por

elementos comuns". Do ponto de vista do pesquisador fariam parte desse hipergênero todas as formas de produção das histórias em quadrinhos (cartuns, charges, tiras, tiras cômicas etc.).

Apesar de terem sido negligenciados por muito tempo, os quadrinhos sempre foram bem-vindos entre os leitores de todas as idades. Estudos apontam que há uma preferência, quando o assunto é leitura, pelas histórias em quadrinhos, especialmente entre as crianças e adolescentes:

> É fato incontestável que jovens leitores (e não tão jovens assim) deleitam-se com as tramas narrativas de personagens diversos, heróis ou anti-heróis, montadas através de recurso da quadrinização. Entrevistas realizadas com alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas demonstram que sua preferência em termos de materiais de leitura recai sobre as histórias em quadrinhos (HQs) (MENDONÇA, 2010, p. 209).

No entanto, a convivência com os quadrinhos nem sempre se deu de forma harmoniosa. Nem mesmo a grande aceitação junto ao público leitor, especialmente entre os jovens e adolescentes, e a alta tiragem das revistas fizeram com que as histórias em quadrinhos escapassem das críticas das camadas ditas "pensantes" da sociedade. De acordo com Vergueiro (2009, p. 16),

> Tinha-se como certo que sua leitura afastava as crianças de 'objetivos mais nobres' – como o conhecimento do 'mundo dos livros' e o estudo de 'assuntos sérios' -, que causava prejuízos ao rendimento escolar e poderia, inclusive, gerar consequências ainda mais aterradoras, como o embotamento do raciocínio lógico, a dificuldade para a apreensão de ideias abstratas e o mergulho em um ambiente imaginativo prejudicial ao relacionamento social e efetivo de seus leitores.

Dessa forma, a responsabilidade pelo modo como questões colocadas como desordem familiar, escolar ou social era atribuída às histórias em quadrinhos, desde a falta de interesse para os assuntos mais sérios, o baixo desempenho do raciocínio lógico até o fracasso escolar das crianças era conferido aos quadrinhos. Ou seja, as histórias em quadrinhos eram vistas como inimigas do processo de ensino aprendizagem. "Portanto, qualquer ideia de aproveitamento da linguagem dos quadrinhos em ambiente escolar seria, à época, considerada uma insanidade" (VERGUEIRO, 2009, p. 16). As histórias em quadrinhos eram vistas como adversárias na educação das crianças e adolescentes, consideradas "[...] verdadeiras vilãs da leitura e alfabetização, pois provocavam, segundo um dossiê organizado em 1944, por profissionais do Instituto Nacional de Estudo Pedagógico (INEP), "preguiça mental na criança", afastando-as do contato com os livros" (LOTUFO; SMARRA, 2012, p. 112).

Porém, "a ideia preconcebida de que as histórias em quadrinhos colaboravam para afastar as crianças e jovens da leitura de outros materiais foram refutadas por diversos estudos científicos" (LOTUFO; SMARRA, 2012, p. 120). Hoje em dia, percebe-se, em geral, que os leitores de histórias em quadrinhos são também praticantes de outras leituras, independentemente de seu conteúdo.

Mesmo que o uso dos quadrinhos na escola tenha sido visto no início com certa desconfiança pela sociedade, principalmente por aqueles que conheceram o período em que a leitura dos quadrinhos era considerada pela maioria como algo maléfico às crianças e aos jovens, "[...] a evolução dos tempos funcionou favoravelmente à linguagem das HQs, evidenciando seus benefícios para o ensino e garantindo sua presença no ambiente escolar formal" (VERGUEIRO, 2009, p. 21). O ensino e os quadrinhos atualmente convivem harmoniosamente bem, havendo até mesmo incentivo governamental para o seu uso como recurso didático:

> Ao selecionar recursos didáticos para o trabalho pedagógico na área de Língua Portuguesa, [...] é necessário que sejam colocados à disposição dos alunos **textos dos mais variados gêneros,** respeitados os seus portadores: livros de contos, romances, poesia, enciclopédias, dicionários, jornais, **revistas** (infantis, **em quadrinhos**, de palavras cruzadas e outros jogos) livros de consulta das diversas áreas do conhecimento, almanaques, revistas de literatura de cordel, textos gravados em áudio e em vídeo, entre outros (BRASIL, 1997, p. 92, grifo nosso).

Assim, os órgãos oficiais da educação reconhecem a importância de inserir os quadrinhos nos programas escolares e a sua utilização como recurso didático no ensino aprendizagem em qualquer área do conhecimento, especialmente na área de linguagem, deixando para trás um período longo e nebuloso em que as HQ eram vistas como prejudiciais aos nossos jovens e adolescentes. Assim, esses materiais passaram a ser usados na maioria das disciplinas como meio de trabalhar os conteúdos do programa de ensino:

> Atualmente, é muito comum a publicação de livros didáticos, em praticamente todas as áreas que fazem farta utilização das Histórias em Quadrinhos para transmissão de seu conteúdo. No Brasil, principalmente após a avaliação realizada pelo Ministério da Educação a partir de meados dos anos de 1990, muitos autores de livros didáticos passaram a diversificar a linguagem no que diz respeito aos textos informativos e às atividades apresentadas como complementares para os alunos, incorporando a linguagem dos quadrinhos em suas produções (VERGUEIRO, 2009, p. 20).

Com isso, estava-se acenando para que os últimos obstáculos contra o uso dos quadrinhos de forma pedagógica pudessem ser derrubados e fossem inclusas de vez no ambiente escolar, de maneira que alunos e professores pudessem utilizá-las livremente no processo de ensino aprendizagem. Por essa razão, os quadrinhos passaram a ter presença constante nas questões de vestibulares e outras avaliações de cunho nacional. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a Prova Brasil são exemplos de avaliações nacionais que abordam constantemente os quadrinhos em seus enunciados.

As histórias em quadrinhos ainda são tidas por algumas pessoas como uma forma de literatura, haja vista as várias adaptações de clássicos literários em forma de quadrinhos que estão em circulação, principalmente no ambiente de ensino. Ramos (2014, p. 17) lembra que classificar as histórias em quadrinhos em literatura é uma maneira de utilizar "rótulos socialmente aceitos" como pretexto para explicar os quadrinhos,

"historicamente vistos de maneira pejorativa, inclusive no meio universitário". De acordo com o autor, os quadrinhos possuem uma linguagem autônoma e utiliza-se de recursos próprios para representar os elementos narrativos. Os quadrinhos compartilham de características comuns com a literatura, sem dúvida, da mesma forma que o cinema, o teatro e várias outras linguagens. No entanto, o autor destaca que quadrinhos e literatura são linguagens distintas, que abrigam uma série de gêneros diferentes.

Alguns pesquisadores reconhecem a complexidade que envolve o gênero história em quadrinhos, quando se trata de seu funcionamento discursivo. Ramos e Vergueiro (2009) ressalta que falta clareza quanto à nomeação das produções quadrinísticas, além de uma certa confusão acerca de seus conceitos. Para o autor, todas as produções que comungam da linguagem das histórias em quadrinhos são rotuladas como "quadrinhos".

Diante disso, entre os vários gêneros que aparecem nas provas do ENEM, procuramos neste estudo analisar o gênero quadrinhos, a fim de demonstrar como são categorizados os diferentes textos que compartilham da linguagem e das características das histórias em quadrinhos e a regularidade em que aparecem nas avaliações.

O GÊNERO QUADRINHOS NO ENEM

Através de uma análise cuidadosa, constatamos que em quase todas as edições do Exame Nacional do Ensino Médio, da sua criação em 1998, quando a prova foi aplicada no país pela primeira vez à sua última edição (2016), os quadrinhos têm sido utilizados como recursos para a elaboração das questões objetivas. Além disso, observamos que os quadrinhos também são usados em várias provas do Exame como textos motivadores nas propostas de redação.

No período de 1998 a 2016, foram realizadas 19 (dezenove) edições regulares da prova do ENEM. No ano de 2009, o Exame foi reaplicado, por motivo de vazamento de seu conteúdo e cancelamento da prova anterior. Vale ressaltar ainda que, em 2016, a prova foi aplicada em dois momentos distintos no país, em função da ocupação de algumas escolas pelo movimento dos estudantes que protestavam contra a reforma do Ensino Médio, o que impossibilitou a realização do Exame em uma única data.

De 1998 a 2008, a prova do ENEM era composta de um único caderno com 63 questões, aplicada em um único dia, mais a prova de redação. A partir de 2009, quando o Exame tornou-se um processo de seleção unificado, a prova passou a ser estruturada em dois cadernos com 90 questões objetivas cada, mais a redação, em dois dias de aplicação.

Os estudos realizados estão materializados nos dados que compõem os quadros (1 e 2), resultado da análise de mais de 30 (trinta) provas, contextualizadas em todas as áreas de conhecimento. O Quadro 1 relaciona as ocorrências do gênero Quadrinhos em todo o contexto do ENEM[46], enquanto o Quadro 2 registra os termos usados para referir aos textos que partilham as características das histórias em quadrinhos e o número das ocorrências encontradas nas avaliações.

---

46 Nesta pesquisa, não foram incluídas as provas do ENEM do PPL (Pessoas Privadas de Liberdade), o que merece um estudo à parte.

Registro do gênero Quadrinhos no contexto do ENEM

Quadro 1

ANO	
1998	2008
1999	2009
2000	2010
2001	2011
2002	2012
2003	2013
2004	2014
2005	2015
2006	2016
2007	

NÃO SIM

Quadro 2

NOME	Nº DE OCORRÊNCIAS
Quadrinhos	10
Narrativa	01
Charge	09
Historinha	01
Quadrinho/Charge	01
Histórias em quadrinhos	02
Tirinha	11
Tira	06
Diálogo	01
Texto	06
Cartum	01
Imagem	01
Sem denominação	03

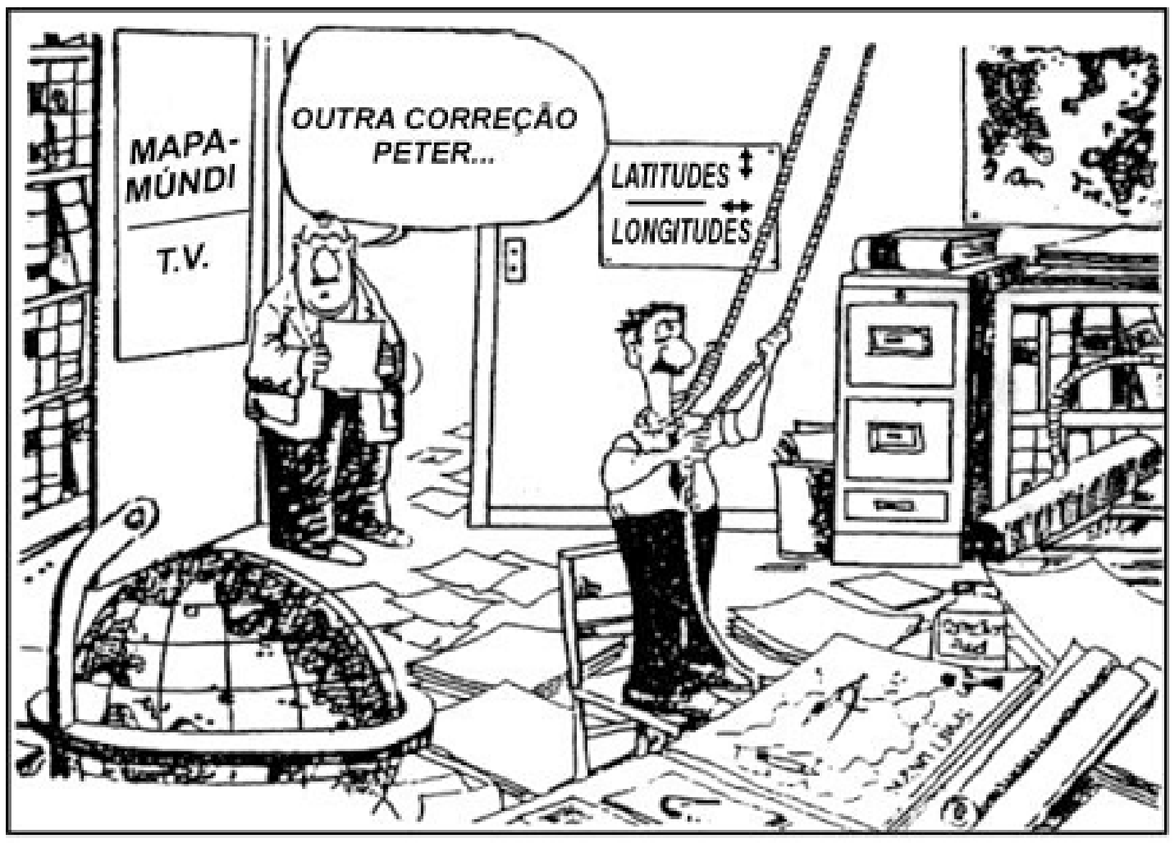
De acordo com o quadro acima, podemos observar que, no histórico do ENEM, somente em duas das edições, os quadrinhos não aparecem nas avaliações. Sendo que, na segunda prova do Exame, os quadrinhos já são utilizados tanto nas questões objetivas quanto nos textos motivadores da proposta de redação.

A pesquisa demonstra a variedade de termos usados para nomear os textos quadrinísticos que figuram nas provas do ENEM. Também revela a ausência de nomes em alguns textos com características dos quadrinhos, referindo-se apenas como “texto”, “diálogo” e “imagem”. No entanto, podemos observar que, em alguns casos, aparece mais de um termo para referir a um mesmo texto (Fig. 1). Ramos (2014, p. 15) chama a atenção para a “dificuldade que envolve os gêneros ligados às histórias em quadrinhos” quanto à atribuição de nomes. O autor atribui o excesso de nomes usados à falta de conhecimento das características das histórias em quadrinhos e da variedade de seus gêneros. Além disso, o pesquisador pontua que a falta de clareza sobre a denominação desses textos que compõem o gênero Quadrinhos pode dificultar a compreensão do conteúdo pelo aluno. Observamos nos enunciados de uma das questões objetivas do Exame a utilização de dois termos diferentes para referir-se ao mesmo texto: quadrinho e charge.

Figura 1

O quadrinho publicado na revista *Newsweek* (23/9/1991) ilustra o desespero dos cartógrafos para desenhar o novo mapa-múndi diante das constantes mudanças de fronteiras.

Levando em consideração o contexto da época em que a charge foi publicada,



A duplicidade de terminologias utilizadas em determinados textos que envolvem a linguagem dos quadrinhos pode criar no leitor uma falsa expectativa sobre o conteúdo e gerar uma interpretação equivocada. Para Maingueneau (2012, p. 238-239), "quando se atribui esse ou aquele rótulo a uma obra, indica-se como se pretende que o texto seja recebido, instaura-se - de maneira não negociada - um quadro para a atividade discursiva desse texto". A nomenclatura utilizada tende a interferir na maneira como o leitor interpreta o gênero. Os estudiosos do gênero quadrinhos, como Ramos (2014) e Ramos e Vergueiro (2009), compreendem a charge como um texto de humor que aborda algum tema do noticiário e seus personagens são figuras reais representadas de forma caricata. Percebe-se que o texto apresenta algumas características próprias da charge, texto curto, personagens representados através de figuras caricatas, provavelmente de um apresentador de TV, porém o humor, que é marca forte da charge, fica comprometido no texto. Faz-se necessário ter conhecimentos em geografia e história para se chegar ao humor da narrativa.

Vale ressaltar que os resultados da pesquisa revelam que, dentre as produções do gênero quadrinhos presentes nas provas do ENEM, a "tirinha" apresentou maior incidência em todo material analisado (11 vezes), acompanhada dos "quadrinhos" que apareceram no Exame em um total de dez (10) vezes. A charge também aparece de forma expressiva nas avaliações: (10) vezes. Vê-se que os textos com nomes mais usados, como "tirinha" e "quadrinhos", são os mais utilizados nas provas. Uma explicação possível é a popularidade que as "tirinhas" e os "quadrinhos" possuem junto ao público leitor. Quando o assunto é histórias em quadrinhos, os primeiros nomes que vêm à mente dos leitores, geralmente, são "tirinha" e "quadrinhos". Ainda, entre os textos motivadores

da proposta de redação do ENEM, sai na frente também com maior incidência os "quadrinhos". Isso comprova aquilo que os estudiosos do gênero já afirmaram em seus estudos. A falta de conhecimento sobre as características do gênero quadrinhos possibilita o uso desse material de forma pouco criteriosa, por vezes desordenada, sem levar em consideração o conceito de cada um desses materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se analisar o gênero quadrinhos nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), desde a sua criação (1998) a sua última edição (2016), a fim de demonstrar como são nomeados os diferentes textos que compartilham das características das histórias em quadrinhos e a regularidade em que cada um figura nas avaliações.

O estudo evidenciou que, apesar de os quadrinhos serem inseridos no material de ensino de forma oficial somente a partir da criação da Lei nº 9394/96 (LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) criados em 1998, desde as primeiras edições do ENEM, o gênero quadrinhos é utilizado nas provas objetivas, e com certa frequência no conjunto de textos motivadores da proposta de redação, coincidindo o seu uso oficial nos materiais didáticos com a sua utilização na primeira edição do ENEM.

Isso talvez justifique algumas questões levantadas no decorrer desta pesquisa, tais como: a variedade de nomes utilizados para designar o gênero quadrinhos; a falta de clareza na nomeação dos textos que comungam da linguagem dos quadrinhos; a nomeação do gênero quadrinhos como "texto", "imagem", "diálogo"; o uso de nomes diferentes para se referir a uma história semelhante; ou mesmo a ausência de uma terminologia para referir-se às histórias em quadrinhos. Isso nos leva a comungar do pensamento de Ramos e Vergueiro (2009), quando diz que a falta de conhecimento provoca o uso desordenado do gênero quadrinhos e de forma pouco criteriosa.

O resultado desta pesquisa mostra ainda que, apesar de os gêneros serem "tipos relativamente estáveis de enunciados" de acordo com Bakhtin (2010), o gênero quadrinhos se apresenta nas provas do ENEM "com nomes relativamente instáveis", como afirma Ramos (2013).

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1998.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

CRE – Centro de Referência em Educação. Portaria MEC Nº 438, de 28 de maio de 1998. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

DIÁRIO Oficial da União. MEC - Portaria Normativa Nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16763-port-norm-040-2007-seres&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. Portaria N. 462, de 27 de maio de 2009. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=28/05/2009&jornal=1&pagina=54&totalArquivos=152>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=74&data=23/02/2001>. Acesso em: 15 jan. 2017.

DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais & ensino.* São Paulo: Parábola, 2010.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Provas e Gabaritos*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/provas-e-gabaritos>. Acesso em: 02 set. 2016.

_____. Conheça o Inep. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep>. Acesso em: 07 nov. 2016.

JUSBRASIL. Página 80 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 27 de Janeiro de 2010. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1574834/pg-80-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-27-01-2010>. Acesso em: 10 mar. 2017.

LOTUFO, C.; SMARRA, A. L. S. A eterna luta do bem contra o mal. Os quadrinhos pela educação. In: GOMES, N. dos S. (Org.). *Quadrinhos e Transdisciplinaridade*. Curitiba: Appris, 2012. p. 109-133.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.

_____. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEC – Ministério da Educação. *Programa Nacional Biblioteca da Escola*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 21 set. 2016.

MENDONÇA, M. R. S. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. 2010. In: DIONÍZIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 209-234.

RAMA, A. (Org.). *Como usar as HQ na sala de Aula*. 3. ed. São Paulo. Contexto, 2009.

RAMOS, P. *A leitura dos quadrinhos*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Tira ou tirinha? Um gênero com nome relativamente instável. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 42(3), p. 1267-1277, set./dez. 2013.

RAMOS, P.; VERGUEIRO, W . Os quadrinhos (oficialmente) na escola: dos PCN ao PNBE. In: RAMOS, P.; VERGUEIRO, W. (Org.). *Quadrinhos na Educação* - da rejeição à prática. São Paulo: Contexto, 2009.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

VERGUEIRO, W.; RAMOS, P. (Org.). *Quadrinhos na educação*. São Paulo: Contexto, 2009.

RACISMO E REPRESENT(AÇÃO) SÓCIO-DISCURSIVA: DIÁLOGO(S) EM UM CONTEXTO DE EDUCAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES(AS) DE LÍNGUA INGLESA

Marta Gresechen Paiter Luzia de Souza ✉

INTRODUÇÃO

Este texto está fundamentado em uma noção de educação como meio para a "construção de uma nação *democrática*, em que todos, *igualmente*, tenham seus direitos garantidos e sua *identidade valorizada*" (BRASIL, 2013, p. 133, grifo meu). Dessa forma, entendo constituir o papel da educação, em qualquer nível de ensino, a problematização das questões étnico-raciais brasileiras e a (re)criação de práticas, educacionais e cotidianas, de valorização da(s) diferença(s), sustentadas pela ontologia de ser *com* o outro e por uma ideologia de igualdade e justiça social.

A ontologia de ser *com* o outro sobre a qual me refiro, isto é, a natureza do ser e da(s) realidade(s), está embasada na concepção de ser humano: a) como um ser social/histórico, conforme afirma Vygotsky (1930, *online*, grifo e tradução meus[47]): "um sujeito só existe como um ser *social*, como membro de algum *grupo social*", da mesma forma que "a composição da sua *personalidade* e a estrutura de seu *comportamento* acabam por ser uma *dimensão* dependente da *evolução social*, cujos principais elementos são determinados por esta última"; b) constituído pelo diferente, pois "não há um *eu* que se constitua sem um *não-eu*. Por sua vez o *não-eu* constituinte do *eu* se constitui na constituição do *eu* constituído" (FREIRE, 1970, p. 72, grifo do autor); c) e cujo *excedente de visão*, segundo Bakhtin (1997, p. 44, grifo meu), "com relação *ao outro*, instaura uma esfera particular [...], isto é, um conjunto de atos internos ou externos que [...] o completam justamente onde ele *não pode completar-se*".

Ressalto que não é objetivo deste trabalho aprofundar as discussões conceituais em torno de raça e etnia ou discorrer acerca das distinções entre os termos *preconceito(s)/estereótipo(s)/discriminação(ões) racial(is)* e *racismo(s)*. Todavia, julgo substancial mencionar que o termo étnico-racial está embasado na definição presente nas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão* (2013), tendo em vista a relevância e necessidade de se articular os diferentes níveis educacionais quanto às suas políticas e diretrizes; neste caso, a educação básica à educação inicial. Para tanto, raça consiste em uma "construção *social* forjada nas *tensas relações* entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII" (BRASIL, 2013, p. 135, grifo meu) e "o termo étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar que essas *relações tensas* devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos o são também devido à raiz *cultural*" (Ibidem, p. 153, grifo meu). Desse modo, "é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma *escolha política*. Por isso, o é quem assim se *define*" (BRASIL, 2013, p. 137, grifo meu).

O presente estudo está inserido no campo do desenvolvimento profissional de educadores/as-educandos/as de línguas, sob perspectiva teórica da Análise de Discurso Crítica (ADC) em interface com a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), e seu enfoque analítico é tecer reflexões sobre ações sócio-discursivas (unidades de análise), enunciadas por sujeitos participantes de uma dada situação empírica socioeducacional,

---

47 "As an individual only exists as a social being, as a member of some social group within whose context he follows the road of his historical development, the composition of his personality and the structure of his behaviour turn out to be a quantity which is dependent on social evolution and whose main aspects are determined by the latter".

a ser descrita em momento posterior, a respeito de práticas racistas *na vida social/cotidiana;* a fim de evidenciar aspectos das (redes de) relações de poder que subjazem as referidas ações e questionar práticas naturalizadas, continuamente (re)produzidas, constituídas por mecanismos, muitas vezes invisíveis, estruturantes de *nossa* formação sócio-histórico-cultural. Neste sentido, a justificativa desta investigação está nas evidências diárias de que "o racismo é um dos principais fatores estruturantes das injustiças sociais que acometem a sociedade brasileira" (CICONELLO, 2008, p. 2) e traz implicações, por exemplo, no que se refere aos "acessos desiguais a bens e serviços, ao mercado de trabalho, ao ensino superior bem como ao gozo de direitos civis, sociais e econômicos" (Ibidem, p. 2).

A Geledés, Instituto da Mulher Negra, divulga sucessivos atos racistas que se manifesta(ra)m em diferentes instâncias sociais no contexto nacional e internacional. No Brasil, as mais recentes demonstrações racistas, veiculadas por essa organização política não governamental, são os casos de Manoel Soares, repórter da RBS TV, vítima de insulto racista por internauta que se referiu a seu cabelo como "Bombril hein", em 4 de janeiro de 2017; Franciele Fernanda, participante do *The Voice Kids*, que foi chamada de "neguinha" nas redes sociais, em 9 de janeiro de 2017; e Bryce Caniçali, rainha de bateria da *Imperatriz do Forte*, chamada de "macaca", em 12 de janeiro de 2017. Além dessas manifestações racistas, uma infinidade de outras acontece(ra)m, similarmente, em estádios de futebol. Em 2010, na Copa do Brasil, Manoel, zagueiro do Atlético-PR à época, foi chamado de "macaco" por Danilo, naquele momento, zagueiro do Palmeiras, e, em 2014, a mesma ofensa racista foi direcionada a Mario Lúcio Duarte Costa, o goleiro Aranha, por torcedores(as) do grêmio, sendo um(a) deles(as) Patrícia Moreira.[48]

Tendo em vista o exposto, as perguntas que orientam o(s) processo(s) analítico(s) deste estudo são:

(1) Que crença(s) partilhada(s) sobre racismo é/são materializada(s) no/pelo grupo?;

(2) Que espaço(s) social(is) legitima(m) práticas de racismo?;

(3) Que representação(s) é/são expressa(s) acerca do/a(s) ator(es)/atriz(es) social(is) mencionado/a(s) no/pelo grupo?

Este texto está estruturado em 4 seções. Primeiramente, apresento os referenciais teórico-metodológicos que servem de base para o desenvolvimento do processo de análise. Em seguida, relato, de maneira sucinta, aspectos contextuais e metodológicos da situação e condições de produção sócio-discursiva dos/as participantes. Posteriormente, descrevo o processo analítico-interpretativo com ênfase nos efeitos sócio-discursivos dos processos representativos/identificativos, orientada pelas perguntas de pesquisa delineadas. Por fim, exponho minhas reflexões finais acerca das relações de sentido(s) estabelecidas por meio de categorias linguístico-discursivas correlacionadas a estudos que tratam das relações étnico-raciais no Brasil e possíveis desdobramentos futuros para o campo do ensinar-aprender.

---

48 Para leitura das referidas notícias, acesse o *link* disponível em: <http://www.geledes.org.br/questao-racial/casos-de-racismo/#gs.PeOuZa4>. Acesso em: 12 ago. 2017.

REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A análise linguístico-discursiva que proponho está embasada em conceitos da Análise de Discurso Crítica (ADC), sobretudo nas propostas *interdisciplinares críticas* voltadas para o estudo da *linguagem como prática social* de Fairclough, que por sua vez articula "Linguística Sistêmica Funcional e Sociologia", e van Dijk, o qual "estabelece diálogo entre Linguística Textual e Psicologia Social" (RESENDE, 2009, p. 12), por tratar de um *problema político/social/discursivo complexo*: o *racismo* no contexto brasileiro contemporâneo. Tendo como base o pressuposto de que "os textos apresentam *efeitos causais* sobre, e contribuem para mudanças em pessoas (crenças, atitudes, etc.), ações, relações sociais, e no mundo material" (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8, grifo meu)[49], viso, por meio de uma análise situada de minha *(re)textualização de um texto oral*[50] acerca da materialização sócio-discursiva do racismo, à crítica para a transform(ação) sócio-histórico-cultural, ou seja, possibilitar mudanças nas relações sociais de poder e dominação[51].

Tendo em vista a base teórico-metodológica em ADC, as noções de *discurso* e *estrutura social* (realidade pré-construída) são, neste estudo, definidas em sua relação *dialética*, em que a primeira consiste em "uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91) e a segunda é um componente abstrato da(s) realidade(s) que pode ser *(re)produzido* ou *(trans)formado*[52], "dependendo do estado das relações, do equilíbrio de *poder*, entre os que estão *em luta*" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 84-85, grifo meu). Nesse entendimento, o *poder* é caracterizado pelo aspecto da "instabilidade" relacionado ao conceito de *hegemonia* para Antonio Gramsci (1988, p. 423), que a define como algo "dinâmico (um processo contínuo de formação e superação de equilíbrios instáveis)"[53]. Ademais, nessa mesma perspectiva, "o *poder* depende da obtenção do *consentimento* ou, pelo menos, da *aquiescência*, ao invés de apenas se ter os recursos para o uso da *força*" (FAIRCLOUGH, 2003, p. 45)[54].

Um dos meios para se garantir o *poder* e a *hegemonia* envolve a *mobilização* de *sentidos ideológicos* (RESENDE, 2009) consoante à noção de *ideologia* (re)formulada por Thompson (2011, p. 96, grifo meu), a qual perpassa a ADC de vertente britânica, apresentada na asserção: "o *sentido* é construído e transmitido pelas *formas simbólicas* e serve, em circunstâncias particulares, para *estabelecer* e *sustentar* relações sociais

---

49 "[...] texts have causal effects upon, and contribute to changes in people (beliefs, attitudes, etc.), actions, social relations, and the material world".

50 "[...] a transcrição necessariamente impõe uma interpretação da fala" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 280).

51 "Quando as relações de poder estabelecidas são *sistematicamente assimétricas,* então a situação pode ser descrita como de *dominação*" (THOMPSON, 2011, p. 199, grifo do autor).

52 "A reprodução social requer não apenas a reprodução das condições materiais da vida social, mas também a reprodução dos valores e crenças socialmente partilhados – isto é, ela exige a provisão contínua e a renovação das formas simbólicas que são, até certo ponto, socialmente partilhadas e que servem, até certo ponto, para moldar as ações e as atitudes dos indivíduos" (THOMPSON, 2011, p. 118).

53 "[...] hegemony is dynamic (a 'continuous process of formation and superseding of unstable equilibria')".

54 "[...] power depends upon achieving consent or at least acquiescence rather than just having the resources to use force".

estruturadas das quais alguns indivíduos e grupos se beneficiam mais do que outros e [...] têm um *interesse em preservar*". Quanto a isso, o estudioso van Dijk, ao tratar da *reprodução discursiva do poder*, o conceitualiza "em termos de *controle*". Para ele, "se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de *abuso* de poder" (DIJK, 2010, p. 17, grifo do autor).

O termo s*entido/significado/significação,* por meio do qual *efeitos ideológicos* podem ser constituídos, é caracterizado por Fairclough (2003, p. 28) em 3 principais *tipos*: (1) '**Ação**': "geralmente, associa-se às relações com o outro, mas também 'ações sobre o outro', e ao poder." ('gêneros/modos de agir'); (2) '**Representação**': relaciona-se ao conhecimento e, dessa forma, ao 'controle sobre as coisas'" ('discursos/modos de representar'); (3) '**Identificação**': "liga-se às relações do sujeito consigo mesmo, à ética, à 'questão moral'" ('estilos/modos de ser')[55].

Por compartilhar da visão multifuncional de lingu(agem), para a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), em que essa última consiste em "um recurso para *significação*, e o sentido reside em *padrões sistêmicos de escolhas*"[56], sendo o *texto*, portanto, "o produto de uma *seleção contínua* dentro de uma extensa *rede de sistemas*"[57] (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 23, grifo meu) e, similarmente, "o produto de 2 processos combinados: a instanciação e a realização" (Ibidem, p. 33),[58] Fairclough articula os conceitos por ele estabelecidos, acima descritos, em referência à abordagem da LSF, especificamente, às *macrofunções* da lingua(gem): 'Ideacional'/'Experiencial', 'Interpessoal' e 'Textual'.

Para Halliday e Matthiessen (2004, p. 31, grifo do autor), "a análise sistêmica demonstra que a funcionalidade é *intríseca* à linguagem",[59] de modo que, o componente "Ideacional"/"Experiencial" remete ao sentido de *representação* tanto de fenômenos/acontecimentos do mundo material/físico quanto mental, realizados por meio de processos (Materiais, Mentais, Relacionais, Verbais, Comportamentais, Existenciais) [sistema de Transitividade]; o "Interpessoal" está relacionado à *troca/inter(ação)* entre os/as interlocutores/as e ao papel que os/as participantes (atores/atrizes sociais) desempenham [sistema de Modo]; e o "Textual" consiste na *mensagem* organizada e estruturada pela/na *oração* em sequências sócio-discursivas para finalidades comunicativas específicas [sistema de Tema e Rema]. A *oração*, portanto, é elucidada pelos linguistas sistêmico-funcionais como "um *construto multifuncional* na gramática que realiza 3 *unidades semânticas* distintas, uma para cada metafunção: textual – mensagem, interpessoal – proposição ou proposta, e experiencial – matriz semiótica" (Ibidem, p. 588, grifo meu).[60]

---

55 "Action is to do generally with relations with others, but also 'action on others'; "Representation is to do with knowledge but also thereby 'control over things'"; Identification is to do with relations with oneself, ethics, and the 'moral subject'".

56 "[...] a resource for making meaning, and meaning resides in systemic patterns of choice".

57 "A text is the product of ongoing selection in a very large network of systems".

58 "A text is the product of two processes combined: instantiation and realization".

59 "[...] the systemic analysis shows that functionality in **intrinsic** to language".

60 "[...] a multifunctional construct in the grammar, one that realizes three different semantic units, one for each metafunction: textual – message (Chapter 3), interpersonal – proposition or proposal (Chapter 4), and experiential – figure (Chapter 5)".

ASPECTOS CONTEXTUAIS E METODOLÓGICOS

O contexto deste estudo está situado no curso de graduação em Letras/Inglês da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Nessa instituição, no papel de educadora-colaboradora, assumi, dentre outras, a disciplina de *compreensão e produção oral em língua inglesa* dos turnos vespertino e noturno. É significativo destacar que, devido ao recorte necessário para este artigo, optei por analisar as práticas sócio-discursivas desenvolvidas *com* os/as educandos/as de *um/a* dos/as turnos/turmas.

A disciplina citada, cujo programa foi elaborado por uma educadora-formadora da UEL, está voltada para o desenvolvimento de *estratégias* tanto de compreensão quanto de produção oral em língua inglesa em relação à *fluência*, *precisão*, *adequação*, *criticidade, heterogeneidade linguística,* atrelada a aspectos *léxico-gramaticais* e *fonológicos*. É relevante dizer que, na reunião de professores/as da semana pedagógica que antecedeu o ano letivo de 2016, participei do processo de (re)elaboração desse programa, sendo que cada educador(a) reformulou conteúdos concernentes às *formas e critérios de avaliação* de suas disciplinas, que exponho na seção seguinte.

A aula transcrita, objeto de análise deste artigo, consiste na 2ª aula do 1º bimestre/2016. Na aula anterior, no primeiro dia de aula, discutimos o programa da disciplina, no qual constava a afirmação de que todas as práticas de produção oral (discussão, palestra, fórum deliberativo e comunicação oral), por se tratarem de atividades avaliativas, seriam gravadas em áudio e/ou vídeo. Nessa ocasião, solicitei a permissão dos(as) educandos(as) para que pudesse, por intermédio da análise dessas gravações, desenvolver pesquisa acerca das *nossas* práticas em sala de aula. A aceitação dos(as) educandos(as) em participar deste estudo se deu por meio de um consentimento verbal de forma que minha responsabilidade com questões éticas está fundamentada "no sentido de ética como prática social do cuidado com o outro" (MATEUS, 2011, p. 190), o qual se liga à ontolologia de ser e tornar-se *com* o outro. Acrescento que, como acordado pelo grupo, faço uso de pseudônimos, descritos em anexo, como um dos meios de preservar as identidades dos(as) educandos(as) e garantir anonimidade.

A aula seguinte, realizada no dia 12 de maio de 2016, estava centrada no tema *racismo* e estruturada em 5 partes, a saber, apresentação do tema por meio de um trecho do filme *Do the right thing/Faça a coisa certa* de 1989 [Parte I]; desenvolvimento de uma atividade de compreensão de ideias gerais e específicas dos 10 minutos iniciais da palestra (gênero oral) *Race: the floating signifier/Raça: o significante flutuante* por Stuart Hall (1995) [Parte II]; leitura da transcrição da mencionada palestra (HALL, 1995/1997, p. 1-3) [Parte III]; reapresentação dos critérios de avaliação que propus ao longo da semana pedagógica acima explicitada [Parte IV]; realização de uma atividade de discussão em grupo relativa ao tema em questão [Parte V]. Com base no programa da disciplina, em linhas gerais, o foco das Partes I, II e III está na *compreensão* e das Partes IV e V na *produção oral*. Em anexo, apresento as convenções para a transcrição, as sequências interacionais da Parte V e a tradução dos enunciados presentes nos Quadros 1, 2 e 3.

O PROCESSO ANALÍTICO-INTERPRETATIVO DOS DADOS

Nesta seção, abordo o processo de análise direcionado às sequências interacionais da Parte V, haja vista que meu propósito geral, definido quando do planejamento dessa aula, foi o de conhecer as perspectivas e represent(ações) dos(as) educandos(as) no que diz respeito ao tema (situado no contexto brasileiro), materializados na atividade de discussão proposta, para, *subsequentemente*, projetar práticas futuras de continuidade do processo de ensino-aprendizagem do grupo como um todo (educandos(as) e educadora), mediante *expansão, problematização* e *aprofundamento* da temática étnico-racial *a partir* das ideias/questões emergentes dos diálogos vivenciados nesse contexto socioeducativo. Entendo, pois, que minha participação, nesse evento sócio-discursivo específico, se configurou, sobretudo, em um papel *organizacional* pela apresentação das regras e procedimentos das atividades de compreensão e produção oral, e *social*, por buscar encorajar a *participação*, *interação* e *atitude fundamentada nos direitos humanos* de todos/as envolvidos.

Tais papéis se inter-relacionam aos seguintes critérios de avaliação, que foram por mim definidos e apresentados aos/às educandos/as: *participação* [Entrega as atividades prévias às práticas de produção oral, no prazo estipulado, e de acordo com as instruções fornecidas. É assíduo e pontual nas atividades propostas]; *interação* [Interage com o grupo por meio de diálogos, tomadas de turno, exposição de opiniões e pontos de vista]; e *atitude fundamentada nos direitos humanos* [Não domina o turno, repensa seu ponto de vista a partir das diferentes opiniões, resolve conflitos de forma conciliatória, busca o entendimento mútuo dos conceitos, faz perguntas aos colegas, responde as perguntas dos colegas]. Embora considere importante, dado o *objeto deste estudo*, não investigo ou pormenorizo questões relativas ao meu papel de educadora, aos procedimentos de ensino, e ao desenvolvimento da criticidade no grupo pelo processo de ensinar-aprender *com* o outro.

Após a apresentação desses critérios, esclareço a dinâmica da atividade de discussão aos(às) educandos(as), que se subdividem em 2 grupos - Grupos A e B, para, alternadamente, assumirem o turno de fala. Com base em excertos de *Race: the floating signifier/Raça: o significante flutuante*, selecionados por mim, o Grupo A, inicialmente, é responsável por direcionar perguntas ao Grupo B, o qual as responde e, em seguida, o Grupo A apresenta comentários sobre a(s) resposta(s). Logo após o primeiro ciclo, intercalamos os papéis dos grupos.

Como exposto anteriormente, o foco de análise está nos processos de instanciação da(o) lingua(gem)/discurso, especificamente, em momentos nos quais se fala sobre *racismo*, *espaços sociais* que o (re)produzem e legitimam, e *participantes* das dinâmicas *representacionais/identificativas* dos enunciados. Logo, no Quadro 1, destaco algumas das ocorrências linguístico-discursivas que, tanto explicitamente quanto de modo tácito, parecem definir *racismo* ao longo da discussão. Nesses discursos, evidencia-se o uso do processo relacional dos tipos “intensivo” e “circunstancial”, por meio dos quais *racismo* apresenta-se como uma *entidade portadora* e *participante*, caracterizada e identificada por determinadas entidades sócio-discursivas, sobre as quais discorro a seguir.

Quadro 1 – Processos relacionais em enunciados sobre racismo(s)

T31-T34	that	is	not	acceptable
	portador	*processo relacional* ***intensivo atributivo***	partícula negativa	atributo (adjetivo) (desiderato/obrigação)
T69	**this**	**is**	x	**cultural**
	portador	*processo relacional* ***intensivo atributivo***	x	atributo (adjetivo)
T73	**racism**	**is**	x	**a behavior... a social behavior**
	portador	*processo relacional* ***intensivo atributivo***	x	atributo (grupo nominal)
T74	**it**	´s	x	**a cultural thing**
	portador	*processo relacional* ***intensivo atributivo***	x	atributo (grupo nominal)
T82	**it**	´s	x	**part of our culture...**
	portador	*processo relacional* ***intensivo atributivo***	x	atributo (grupo nominal)
T87	**it**	**is**	x	**there**
	portador	*processo relacional* ***circunstancial atributivo***	x	atributo (circunstância de lugar)
T103	**any kind of prejudice**	**is**	x	**in the same group**
	portador	*processo relacional* ***circunstancial atributivo***	x	atributo (frase preposicional)
T106	**racism**	**is**	x	**a very specific prejudice**
	portador	*processo relacional* ***intensivo atributivo***	x	atributo (grupo nominal)
T107	**the most important**	**is**	x	**the economic question... the power**
	participante identificado/ valor	*processo relacional* ***intensivo identificativo***	x	participante identificador/signo
T107	**racism**	**involves**	x	**money**
	portador	*processo relacional* ***circunstancial atributivo***	x	atributo (substantivo comum)
T118	**it**	**´s**	x	**kind of natural hearing**
	portador	*processo relacional* ***intensivo atributivo***	x	atributo (grupo nominal)
T127	it	´s	not	a social problem
	portador	*processo relacional* ***intensivo atributivo***	partícula negativa	atributo (grupo nominal)
T129	**it**	´s	x	**historical**
	portador	*processo relacional* ***intensivo atributivo***	x	atributo (adjetivo)

Fonte: Elaboração própria

O primeiro momento de caracterização do *racismo* parece indicar o *posicionamento* do grupo frente a práticas racistas. Na circunstância, Joana expõe a experiência de Taís Araújo como protagonista de uma telenovela brasileira e inicia sua apreciação de como a atriz é retratada[61] em seu papel, por meio do segmento de texto: (T31) "isso não é...", o qual é complementado por Gael e Bianca com o *adjetivo*: (T32-33) "aceitável". Para Halliday e Matthiessen (2004), esse *atributo*, precedido pela partícula de negação, expressa um fenômeno semiótico ou criação subjetiva que, neste caso, reflete um sentido simultâneo de aspiração/desiderato e obrigação. Dessa forma, é possível concluir que a superação de práticas racistas significa um desejo/anseio e uma exigência legal e/ou moral/ética. Além disso, pela não exposição de opiniões contrárias, pode-se supor aquiescência do grupo como um todo a esse pensamento.

Logo após a apresentação do segundo excerto, pronunciado por Sut Jhally (HALL, 1997, p. 1),[62] Gael elabora a seguinte pergunta ao Grupo A: (T64) "nós somos ensinados a ser racistas ou o racismo está dentro de nós [(T68) "(...) é inato"]?". Observo uma incorporação de aspectos da concepção de Hall nos enunciados subsequentes que caracterizam *racismo* pelo uso de *atributos* como: (T69) "cultural", (T74) "algo cultural", (T82), "parte da *nossa* cultura", (T129) "histórico". A definição de *racismo* como (T73) "um comportamento social" parece estar atrelado à concepção de discurso como prática social (FAIRCLOUGH, 2001, 2003), pois é exemplificada e validada por meio de 3 eventos *sócio-discursivos*: (T77) "serviço de preto", (T77) "tinha que ser preto", (T79) "oh... um negro ali... vamos para... vamos por outro caminho". Entendo que o uso da língua portuguesa nos dois primeiros enunciados pode estar relacionado à forma e ao sentido social naturalizados que tais frases elucidam, o que as constitui como típicas manifestações ou expressões cristalizadas do contexto brasileiro, cujo entendimento depende da apreensão de *nossas* experiências.

O *racismo* é descrito como pertencente (T103) "ao mesmo grupo" em relação a outros tipos de preconceitos devido ao aspecto *cultural* que os define, conforme afirma Bianca: (T103) "baseia-se na cultura"; e considerado por Gael (T106) "um preconceito *muito* específico porque baseia-se na aparência e SOMENTE NISSO... seu cabelo... o tom de sua pele... porque quanto mais escuro você é... mais preconceito você sofre...". Tanto a presença do *advérbio modificador* "muito" como o *tom de voz elevado*, na expressão em maiúsculas, parece enfatizar o fenótipo como elemento determinante do racismo étnico-racial no Brasil.

Essas duas perspectivas se complementam e corroboram a conceitualização denominada "*preconceito racial de marca*'" o qual explica a singularidade da dinâmica e ideologia que se manifesta nas relações étnico-raciais no Brasil, desenvolvido na década de 50 pelo sociólogo brasileiro Oracy Nogueira. Seu estudo foi republicado pelo próprio autor em 1985, reeditado por Cavalcanti, gestora do fundo Oracy Nogueira, em 1998, e pela revista de sociologia da USP, *Tempo Social*, em 2006. Para Nogueira (2006, p. 304, grifo do autor), o preconceito étnico-racial "é visto como um elemento cultural intimamente relacionado com o *ethos* social, isto é, com o modo de ser, culturalmente condicionado" e, no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, esse preconceito "se exerce em relação à aparência", ou seja, "toma por pretexto para as suas manifestações

---

61 Abordo a representação de atores/atrizes sociais no Quadro 2.

62 (T61) Hall "quer compreender como o racismo é cultivado em nosso imaginário, como ele funciona em nossas mentes, para que possamos melhor combatê-lo nas ruas".

os traços físicos do indivíduo" (Ibidem, p. 292). Ademais, "a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos traços negróides" (Ibidem, p. 296).

Imediatamente após a fala de Gael no tocante a *grau de mestiçagem* (NOGUEIRA, 2006), Ceres identifica *racismo* por meio do *signo* (T107) "a questão econômica... o poder" e o carateriza pelo uso do *atributo* "dinheiro". O processo de *identificação* é "reversível", ou seja, ambas entidades, *racismo* e *poder,* "podem ser usadas para identificar uma a outra" (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 228).[63] Com base na asserção de Ceres, Gael faz uso de uma *narrativa* que busca validar o conteúdo do enunciado de Ceres, especialmente, por servir-se do *discurso reportado direto* em: (T112) "ela [embaixadora francesa] [...] disse 'eu [identificada/signo] sou [processo relacional intensivo identificativo] a embaixadora [identificador/valor]'". Essa estratégia torna a narrativa mais viva e envolvente e seu efeito constitutivo está relacionado diretamente ao desfecho desse relato em: (T112) "eles/as [agentes sociais] mudaram [processo material] seu comportamento [meta] em relação a ela [frase preposicional]".

Em vista disso, o revelar da *identidade* por meio da posição social/econômica representada pelo termo "embaixadora" e, logo em seguida, caraterizada pelos *atributos* "importante" e "poderosa", parece demonstrar o *modo de atuar*, que, no *preconceito de marca* "determina uma preterição", conforme explica Oracy Nogueira (2006, p. 293): "um clube recreativo, no Brasil, pode opor mais resistência à admissão de um indivíduo de cor que à de um branco; porém, se o indivíduo de cor contrabalancear *a desvantagem da cor* por uma *superioridade inegável*, em [...] profissão e *condição econômica*", por exemplo, "poderá levar o clube a lhe dar acesso, 'abrindo-lhe uma exceção', sem se obrigar a proceder da mesma forma com outras pessoas com traços raciais equivalentes ou, mesmo, mais leves".

Sobre esse assunto, considero relevante destacar a fala de Joana no momento em que trata de racismo midiático: (T34) "mesmo:: quando eles ascendem socialmente... eles são SEMPRE tratados como... como...", a qual é interrompida e concluída por Bianca (T35) "de forma diferente". Oracy Nogueira (2006, p. 303, grifo do autor) argumenta a esse respeito em: "Quanto à *estrutura social*: quando o preconceito é de marca, a probabilidade de ascensão social está na razão inversa da intensidade das marcas de que o indivíduo é portador, ficando o preconceito de raça disfarçado sob o de classe, com o qual tende a coincidir".

O discurso de Bianca acerca da caracterização de *racismo* compreende a atribuição da circunstância de lugar (T87) "lá". Esse *atributo* é antecedido por (T87) "como ela [Joana] disse... ainda que não seja *explícito*... ele [racismo] está lá". Bianca parece retomar as manifestações cristalizadas descritas por Joana, no T77, para (1) sinalizar o aspecto *encoberto* do racismo no Brasil onde "as manifestações ostensivas e intencionais de preconceito assumem o caráter de atentado contra um valor social que conta com o consenso de quase toda a sociedade brasileira" (NOGUEIRA, 2006, p. 298), para (2) demarcar sua origem a partir da infância quando (T87) "elas [as crianças] têm contato com pessoas adultas e mais velhas", e para (3) resgatar a pergunta de Gael, no T4, descartando a pressuposição de que o *racismo* seja inato e validando o argumento de que (T71) "o racismo é *ensinado*".

---

63 "[...] either can be used to identify the other".

Nesse processo de *ensinar*-aprender, há menção a outro atributo em referência a *racismo* que alude a um sentido de *inconsciência* no transcurso de seu funcionamento e reprodução, em que, após escutar comentários racistas, o que é descrito como algo (T118) "*meio comum* de se ouvir", (T79) "o *seu* cérebro começa a fazer conexões (...) [(T81) até que *eu*... às vezes [adjunto modal de habitualidade] *eu*... materialize [processo material] esses preconceitos"]. As partículas discursivas modalizadoras "meio" e "às vezes" têm função de atenuar a significação, ao mesmo tempo em que não desconstroem o valor de verdade da proposição, de que Joana se coloca como possível reprodutora do *racismo* pelo uso da primeira pessoa "eu'" a qual se estende *ao outro* em "*seu* cérebro» (relação eu/nós). Essa perspectiva é confirmada por Oracy Nogueira (2006, p. 296, grifo meu) quando diz: "incute-se [...] no *espírito* tanto das crianças brancas como das de cor, a noção de 'inferioridade' do negro", "embora a própria pessoa que faça a brincadeira não tenha consciência do *efeito* para o qual esteja contribuindo e, portanto, seja, neste sentido, *inconsciente*, sua atuação".

A sequência discursiva "é *meio comum* de se ouvir", a qual remete a um sentido de naturalização do discurso racista no Brasil, é imediatamente seguida por "*mas nós* sabemos [processo mental de cognição] que não é verdade". É importante notar que o uso do pronome 'nós' implica *o outro*, o qual, neste caso, parece se referir aos membros do grupo de discussão, inseridos(as) em um contexto de educação no ensino superior, que é contraposto a um grupo de pessoas (relação nós - eles) em: (T116) "há algumas pessoas que acreditam [processo mental de cognição] *nisso* ["as pessoas negras são menos inteligentes ou menos capazes de fazer coisas"] sem comprovação... ou sem fatos científicos". Essa afirmação está embasada nas palavras de Sut Jhally: "O argumento base de Hall é que todas as tentativas para demonstrar isso cientificamente, que os negros não são tão inteligentes quanto os brancos, fracassaram" (HALL, 1995/1997, p. 1, tradução nossa)[64]. Dessa forma, o processo mental de cognição, realizado pelos verbos "acreditar" e "saber", denota as representações do mundo da *consciência*, do pensamento e da cognição, que, por sua vez, está atrelado ao espaço socioeducacional ao qual esse grupo pertence, o qual pressupõe analisar correspondências entre pensamentos e realidades objetivas de modo científico, ou seja, não orientado pelo senso comum e ideologias naturalizadas.

A última instância enunciativa sob análise caracteriza *racismo* como (T127) "*não* é um problema *social*... porque se é social... você precisa de cotas sociais... não raciais... eu concordo com as cotas sociais... mas somente porque você é NEGRO?". Esse discurso denota um sentido de dissociabilidade entre os atributos "cultural" e "social", além da não associação entre *racismo* e seus *efeitos* nocivos para *nossa sociedade*, e está fundamentado na *ideologia da democracia étnico-racial*. Ele é contestado em: (T128) "não é SOMENTE porque você é negro"; (T129) "é histórico". Com relação ao enfrentamento do *racismo*, para Ciconello (2008, p. 8, grifo meu), "o *problema* do preconceito racial, invisível para muitas pessoas, principalmente para quem não sofre com ele, deveria ser tratado pela *sociedade brasileira* como um todo – e não apenas por negros e suas organizações".

---

64 "Hall´s basic argument is that all attempts to show this scientifically, that blacks are not as intelligent as whites, have failed".

No Quadro 2, apresento os espaços sociais, mencionados ao longo da discussão, atrelados à reprodução e legitimação de práticas racistas no Brasil, e os represento nos domínios dos discursos *públicos* e *privados*, sendo *aqueles* relacionados ao conceito de *elites simbólicas*, que exercem seu poder simbólico sobre "os que lhe estão sujeitos" por um processo hegemônico de imposição e inculcação cultural/econômica (BOURDIEU, 1989, p. 14), e *esses* últimos à *agência individual* (van DIJK, 2010). Essa relação é definida por van Dijk (2010, p. 25) como "muito complexa e indireta, como o é, também, para a reprodução discursiva do poder".

Ressalto uma das instâncias sociais do Quadro 2 por se referir a uma possível localização do racismo no tempo *passado*, e, portanto, distante da realidade *atual*, no que tange ao papel da mídia na representação de negros/as, materializada em: (T30) "especialmente nas *telenovelas antigas*... não *tão antigas*... *sabe*... *mas não as recentes*", que é questionada em (T31): "eu discordo que sejam *apenas* as telenovelas antigas". Nesse enunciado, o marcador discursivo "*you know"* (*sabe)* parece abrir a possibilidade de um entendimento mútuo do sentido expresso, o qual é contestado por meio da menção a uma telenovela *contemporânea*, tendo sido a primeira protagonizada por uma atriz negra há (T31) "5 anos atrás", em que "mesmo assim... ela [Taís Araújo] foi JULGADA porque uh:: ela... assim... ela estava namorando um cara branco". Joana parece, em seu questionamento, abordar os reflexos da construção identitária de negros(as) em todo seu percurso histórico sobre a *atualidade*, enfatizando o sentido de que o *racismo* permeia *nossa* sociedade.

Quadro 2

	ESPAÇOS SOCIAIS PÚBLICOS	PRIVADOS	X
T7	media		
T11	in media / in techno-media		
T14	in magazines / on TV		
T15	in movies		
T18	in media		
T19	in soap operas		
T30	especially in ancient soap operas... not so ancient... you know... but not recent ones		
T31	I don't agree that is only the ancient ones		
T38	in the Oscar		
T87	the media / and at school	at home	and other places
T112		in a party	
T120	Heráclito de Éfeso [Nome da escola]		
T126	in school		

Fonte: Elaboração própria

Segundo van Dijk (2010, p. 23, grifo meu),

> Controle do discurso público é controle da *mente* do público e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e faz. Não há necessidade de coerção, persuadir, seduzir, doutrinar ou *manipular* as pessoas. Nesses termos, então, as *elites simbólicas* hoje, tais como políticos, jornalistas, escritores, *professores*, advogados, burocratas e todos os outros que *têm acesso especial ao discurso público*, ou os diretores empresariais que indiretamente *controlam tal acesso*, por exemplo, como donos de impérios da mídia, são os que devem ser definidos como *poderosos* segundo esse critério.

No Quadro 3, destaco os momentos enunciativos em que o grupo de discussão faz referência à representação de negros(as) no imaginário coletivo da sociedade brasileira. Nas instâncias representativas/identificativas, a identidade negra é apresentada como *apassivada* por meio *dos* processos principais (*material*, *mental*, *relacional*), nas esferas da experiência concreta (*ações*), da consciência (*afeição*, *cognição*) e do estabelecimento de relações (*caracterização*, *identificação*), e *de* 2 secundários (*existencial*, *verbal*), nos domínios da existência e da materialização da fala; e, nas instâncias em que é manifestada como *ativada*, aparece circunscrita a um campo semântico negativo.

No primeiro enunciado estruturado pela *passivação*, aos(às) negros(as) brasileiros(as) é atribuído o papel de beneficiários(as) (recebedores/as) do processo material "dar" que não está associado aos sentidos de *benéfico* ou *favorável*. Há, portanto, a materialização da transferência de um "bem", neste caso, de papéis subalternos, ou *posições de subordinação* (CICONELLO, 2008, p. 3) em telenovelas brasileiras, pelo grupo que o detém (grupo dominante/elite simbólica) ao grupo que a ele está sujeito (grupo dominado/assujeitado): (T19-T24) "*geralmente*... eles/as dão (...) o papel da pessoa menos instruída *para uma pessoa negra*", exemplificados em: (T20) "a empregada doméstica", (T22) "a pessoa pobre", (T24) "o ladrão:::", (T30) "a cozinheira". Destaco o uso do adjunto modal "geralmente" e sua posição *temática*, que indica a atitude, "a expressão da *opinião* do falante" (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 147, grifo e tradução meus),[65] em relação ao conteúdo e relevância de sua sequência enunciativa. Acerca desse tema, saliento a recorrência de adjuntos modais, nos turnos seguintes, com valor médio "geralmente" e alto "sempre" e "nunca", os quais servem para argumentar a *regularidade*, nos âmbitos do passado e presente, dos sentidos representacionais das proposições: (T25) "*geralmente* suas roupas não são de qualidade... e eles/as estão *sempre servindo*"; (T26) "n*unca* lhes são confiados nada"; (T30) "você *sempre* costumava ver isso (...) a empregada doméstica ou a cozinheira... que era *sempre* uma mulher negra"; (T34-T36) "eles/as *são SEMPRE tratados/as* de forma diferente".

As instâncias discursivas realizadas pela *ativação*, igualmente, compõem uma esfera semântica de significações *negativas*, realizadas pelos processos: *relacional* (T79-T80) "as pessoas negras (...) *são* perigosas"; *material* (T81) "eles/as *fazem* o que é errado" (...) eles/as *roubam*"; (T124) "se você diz... "ah... neguinho"... eles vão *socar* você" [Risos]"; *mental* (T120) "eles/as *acham* que esse preconceito é *mais ou menos* bom", (T122) "eles/as se *sentem* orgulhosos de serem vistos como maus"... tipo... "eu sou perigoso"; e *verbal* (T120) "eles/as *dizem* que é bom ir para a prisão e ficar lá por um tempo".

---

65 "[...] expression of the speaker´s opinion".

Em meio ao falar sobre a representação do(a) negro(a) brasileiro(a), veiculada pela mídia televisiva, entre os T19-T36, e reproduzidas pelas/nas práticas individuais cotidianas, entre os T79-T81, são expressas representações no/pelo grupo de discussão nos T20, T122 e T124. Assim como nas anteriores, essas últimas representações também se caracterizam pelos sentidos *negativos* e pela predominância da modalidade epistêmica alta, que exprime um forte grau de certeza, adesão e comprometimento do falante acerca do *valor de verdade* de sua proposição polar, além de um juízo de valor que é validado, por exemplo, pelo discurso direto "eu sou perigoso". Esses sentidos são questionados no (T125) "eu não acho que eles/as estejam orgulhosos disso... é uma forma de eles/as se sentirem empoderados".

Quadro 3 – Processos discursivos sobre agentes sociais (passivação)

T19-T24	usually	they	give (...)	the role of the less uneducated person	to a black person
	adjunto modal de frequência (usualidade, habitualidade)	agente	*processo material*	meta	beneficiário - 'recebedor/a'
T26	x	**they**	**are never trusted**	x	x
	x	fenômeno	*processo mental de afeição (voz passiva)*	x	x
T31	even like that	she	**was JUDGED**	**because (...)**	x
	adjunto conjuntivo (concessão)	fenômeno	*processo mental de cognição (voz passiva)*	conjunção subordinativa causal	x
T34-T36	x	**they**	**are ALWAYS (...) treated (...)**	**differently**	x
	x	meta	*processo material (voz passiva)*	elemento circunstancial de modo (comparação)	x
T40	**a lot of black guys (...)**	**they**	**should be [have been] nominated**	[[...]	x
	participante identificado/ valor	participante identificado/ valor	*processo relacional* ***intensivo identificativo*** *(voz passiva)*	participante identificador/signo	x
T42	there was NO	black person	who was nominated	**for 2 years in a roll**	x
	processo existencial	existente	*expansão encaixada/ pós-modificador (voz passiva)*	circunstância de extensão temporal (duração)	x
T42	**Ava DuVernay**	**she**	**should have been nominated**	**for best director**	x
	participante identificado/ valor	participante identificado/ valor	*processo relacional* ***intensivo identificativo*** *(voz passiva)*	participante identificador/signo	x
T42	x	**her movie**	**was neglected**	x	x
	x	meta	*processo material (voz passiva)*	x	x

(continua)

T112	x	**people**	**not acknowledging**	**her presence**	**because (...)**
	x	dizente	processo verbal	verbiagem	conjunção subordinativa causal
T113	x	**the people**	**look**	**at him**	**in a different way**
	x	experienciador	*processo mental de cognição*	fenômeno	circunstância de modo (comparação)
T114	x	**he**	**was arrested**	x	x
	x	meta	*processo material (voz passiva)*	x	x
T114	x	**they**	**took**	**him**	**to jail**
	x	agente	*processo material*	meta	elemento circunstancial de localização (movimento)

Fonte: Elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise que apresento não está *acabada*, pois "não há uma palavra que seja a primeira ou a última e não há limites para o contexto dialógico" (BAKHTIN, 1997, p. 413). Logo, em resumo, orientada pelas perguntas norteadoras dessa investigação, concluo que as significações tecidas ao longo da atividade de discussão sob análise buscam definir as relações étnico-raciais brasileiras pelas suas condições sócio-histórico-culturais excludentes/desiguais, ao mesmo tempo em que esse discurso não implique, necessariamente, um compromisso ou um responsabilizar-se *com o outro* no combate de todas as formas de *racismo*(s), talvez pela compreensão de que não se trata de um problema da *sociedade* como um todo, mesmo que sejamos participantes do(s) processo(s) de sua *reprodução* e *legitimação,* seja de modo inconsciente ou não, nos espaços *sociais* das práticas cotidianas, ao caracterizarmos e identificarmos *o outro*, o que envolve um processo de ressignificação de sua(s) posição(s) social(s), por meio de sentidos *negativos*.

Parto do pressuposto de que práxis pedagógicas fundamentadas no diálogo *com* o outro sobre questões étnico-raciais, ou seja, que envolva a disposição em conceber o outro, o *não-eu*, como aquele que me constitui, uma vez que *nossa* identidade se constitui a partir de diferentes grupos étnico-raciais, são capazes de gerar conhecimentos significativos, mudanças de pensamento/atitudes, e possibilitar a superação de quaisquer formas de *preconceito(s)/estereótipo(s)/discriminação(s) racial*(s) e *racismo*(s). Para isso, é fundamental (re)criar e articular espaços democráticos e participativos que trazem à memória/consciência e à problematização *nossas* relações étnico-raciais, assim como o *racismo*, "que tem historicamente mediado essas relações" (LIMA, 2008, p. 33).

Em vista disso, faz-se imprescindível a vivência de processos *contínuos* de ensinar-aprender *com o outro*, que não se restrinjam a projetos isolados, mas sejam orientados a uma *consistência* pedagógica de combate ao *racismo*, e "o diálogo com estudiosos que analisam, criticam estas realidades e fazem propostas, bem como com grupos do Movimento Negro" (BRASIL, 2013, p. 136), como instrumentos para (re)pensar a realidade brasileira no que tange às *nossas* atitudes sócio-discursivas *para/sobre o outro,* especialmente, às relações étnico-histórico-culturais, com vistas à constituição, fortalecimento e consolidação de práticas sociais impregnadas do sentido ontológico de *ser com o outro*, já que, conforme aponta Ciconello (2008, p. 1, grifo meu), "o racismo no Brasil, embora perceptível, se localiza sempre *no outro*, nunca nas práticas cotidianas de seus *agentes*, o que torna ainda mais difícil sua superação".

Segundo Lima (2008, p. 35, grifo meu): "a compreensão do racismo no contexto de *concepção* e *prática ideológica* o coloca como algo cujos mecanismos atingem a todos os grupos e pessoas, já que, como *ideologia*, apregoa a crença na *superioridade* de um sobre o outro e esta crença é reproduzida para todos os brancos(as) e negros(as)". Por conseguinte, a superação do racismo significa a emancipação da *humanidade*, pois os efeitos sociais *negativos*, nos aspectos social, econômico, identitário, psicológico, que o racismo promove, não se restringem a um determinado grupo étnico-racial, mas trazem implicações à nossa *com*-vivência (MATEUS, 2011) e, portanto, à *nossa* identidade nacional.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*: diversidade e inclusão. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013.

CICONELLO, A. O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. In: *From Poverty to Power:* How Active Citizens and Effective States Can Change the World. USA: Oxfam International, 2008.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. da UNB, 2001.

_____. *Analysing discourse*: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1970/1987.

GRAMSCI, A. A. *Gramsci Reader*: Selected Writings 1916-1935. David Forgacs (Org.). London: Lawrence and Wishart, 1988.

HALL, S. Race, the floating signifier. (Lecture transcript) Lecture at Goldsmiths College New Cross London (1995). Media Education Foundation, 1997. Disponível em: <http://www.mediaed.org/transcripts/Stuart-Hall-Race-the-Floating-Signifier-Transcript.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An Introduction to functional grammar.* 3. ed. London: Hodder Arnold, 2004.

LIMA, M. B. Identidade étnico/racial no Brasil: uma reflexão teórico-metodológica. *Revista Fórum Identidades*, v. 3, p. 33-46, 2008.

MATEUS, E. Ética como prática social de cuidado com o outro: implicações para o trabalho colaborativo. In: MAGALHÃES, M. C. C.; FIDALGO, S. (Org.). *Questões de método e de linguagem na formação docente*. São Paulo: Pontes, 2011. p. 187-209.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil". *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 19, p. 287-308, 2006.

RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica e realismo crítico*. São Paulo: Pontes, 2009.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

VYGOTSKY, L. S. *The socialist alteration of man*. 1930. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/vygotsky/works/1930/socialism.htm>. Acesso em: 14 out. 2016.

ANEXO 1 - Convenções para a transcrição[66]

Convenção	Situação
T [...]	Turno Sequência de fala inaudível
[ ]	Meus esclarecimentos e/ou comentários
Maiúsculas	Tom de voz elevado
:::	Prolongamento de som
...	Pausa
“ ”	Citações diretas/literais de textos
---	Corte na sequência de turno(s)
Negrito	Segmentos de texto enfatizados por mim
{	Interrupção
[=	Sobreposição de vozes
Uhum (...)	Afirmação positiva Corte na fala de um(a) participante

ANEXO 2 - Transcrição das sequências interacionais (Parte V)

Data: 12 de maio de 2016

Horário: 21:15 – 22:30

Local: Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH – UEL)

Participantes: Amora, Bianca, Ceres, Dante, Davi, Gael, Joana, Lorena, Marta e Poliana.

---

66 Essas convenções foram (re)criadas em: SOUZA, M. G. P. L. *Aprendizagem(ns) para mudar totalidade(s):* uma experiência de Formação Colaborativa de Professores(as) de Língua Inglesa. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

T1 – (0:53:00 – 0:53:22) Marta: so... the first point is this... "*More and more, it seems, the dividing lines within our society are being drawn along how we are physically different from one another*"... based on this quotation... you will come up with a question... related to that... if you want to make a cir::cle...

T2 – (0:53:27) Bianca: sure... [Disposição dos/as educandos/as em círculo]

T3 – (0:53:36) Gael: [...] como é que é? {

T4 – (0:53:38) Bianca: they will have to make a question...

T5 – (0:53:41) Gael: all right...

T6 – (0:53:45) Educandos/as: **[=**

T7 – (0:54:05) Marta: make a question... for example... uh::: the::: afternoon group came up with a question like this... how do you relate **media** to uh::: this way of classifying people physically?

T8 – (0:54:07) Joana: ah::: sacanagem... era a nossa question... [Risos]

T9 – (0:54:14) Marta: ok... no problem.... but rephrase the question... then you [Grupo B] can answer...

T10 – (0:54:20) Educandos/as: **[=**

T11 – (0:54:35) Joana: uh::: ok... so::: how can you identify this uh:: dividing... when you divide people by its appearance **in media**... **in techno-media**? Where can you identify that?

T12 – (0:54:38) Bianca: where?

T13 – (0:54:41) Joana: yeah... in which... HOW... like... {

T14 – (0:55:04) Bianca: [...] for example... **in magazines or in... on TV**... like... when they have the models... the perfect beauty... what is [...] what is GOOD and what is not... and people who doesn´t follow that kind of standard... they are not good ENOUGH to be part of the group... I don't know.... help me out...

T15 – (0:55:18) Lorena: [Risos] it could be seen in movies... for example... uh::: the directors choose a person uh:: to represent a country like... a person who will represent how Russia is... like... the physical...

T16 – (0:55:19) Marta: characteristics

T17 – (0:55:20) Amora: ah::: ah... because... {

T18 – (0:55:32) Joana: but... how can you identify **prejudgment or racism in media**... but in a way that is sealed and most people don't understand... they don't recognize that?

T19 – (0:55:35) Gael: **in soap operas**... **usually**... **they give** {

T20 – (0:55:36) Amora: **the maid** [Risos]

T21 – (0:55:46) Gael: yes... **the**... **the**... **the**... **less uneducated person**... **the role of the less uneducated person to a black person**...

T22 – (0:55:47) Lorena: **the poor person**...

T23 – (0:55:50) Educandos/as: **[=**

T24 – (0:55:55) Gael: [...] **yes**... **the thie::f**... **the mai::d**...

T25 – (0:56:04) Bianca: they don't... they don´t WEAR well... like... **usually their clothes are not good quality... and they are always serving**... [[...]

T26 – (0:56:04) Gael: = **they are never trusted**...

T27 – (0:56:08) Bianca: usually with like a [...] idea... right? [Silêncio]

T28 – (0:56:13 - 0:56:14) Amora: now they [Grupo B] make a question [Risos]

T29 – (0:56:16) Marta: now you [Grupo A] comment on their answers.. do you agree with what they said? would you add something else?

T30 – (0:56:39) Amora: **especially in ancient soap operas**... **not so ancient**... **you know**... **but not recent ones**... **you would always see this**... like... **the maid** or **the cook**... **that is always a black woman** or something like this...

T31 – (0:57:10) Joana: **I don't agree**... **I don't agree that is only the ancient ones because** if you think about it... even when we have a... a main character that is black... **for example**... **Taís Araújo**... some years ago... like **5 years ago**... not that long... **she was a main the main character**... she was one of the Helenas... and **even like that**... **she was JUDGED because** uh:: she... like... **she was dating a white guy**... **that is not**... {

T32 – (0:57:10) Gael: **acceptable**...

T33 – (0:57:11) Bianca: **acceptable**...

T34 – (0:57:22) Joana: **yeah**... or **even:: when they ascend society**... **they are ALWAYS like treated**... like... {

T35 – (0:57:22) Bianca: **differently**

T36 – (0:57:24) Joana: **treated differently**... yeah... [and::: [...]

T37 – (0:57:27) Gael: **=** [...]

T38 – (0:57:30) Poliana: the same happened **in the Oscar**... this year... because they...

T39 – (0:57:30) Joana: exactly...

T40 – (0:57:35) Poliana: yeah... **a lot of black guys**... right? **they should be nominated** [[...]

T41 – (0:57:37) Joana: = [...]

T42 – (0:57:56) Joana: he was by far one of the best supporting actors last year... but he wasn't nominated... and::: there was **NO black person** who was nominated for 2 years in a roll... and 2 years ago... Ava DuVernay... she should have been nominated for best director... she WASN´T... you know... **her movie was neglected**...

T43 – (0:58:04) Poliana: and some of the actors... like they rioted... like... Will Smith didn't go to the ceremony...

T44 – (0:58:04) Joana: yeah...

T45 – (0:58:05) Gael: they boycotted...

T46 – (0:58:05) Joana and Poliana: yeah

T47 – (0:58:06) Joana: yes... they boycotted...

T48 – (0:58:11) Dante: [...]

T49 – (0:58:41) Joana and Dante: [= [...]

T50 – (0:58:46) Marta: right... not dominating the turn... anybody else?

T51 – (0:58:49) [Risos]

T52 – (0:59:08) Davi: uh:: for example... when it has a TV program about a musical competition... in Brazil... for example... it is necessary to sing well and to be a beautiful appearance... {

T53 – (0:59:09) Gael: and lucky...

T54 – (0:59:13) Davi: it is very difficult a winner uh:::

T55 – (0:59:14) Gael: no be...

T56 – (0:59:17) Davi: isso... not be a...

T57 – (0:59:18) Marta: so it´s very biased? do you all agree?

T58 – (0:59:25) Gael: yes...

T59 – (0:59:32) Marta: Ceres... would you like to add something to this point? no?

T60 – (0:59:33) Amora: a próxima pergunta [...] [Risos]

T61 – (0:59:49) Marta: now... they [Grupo B] are gonna come up with a question related to this statement... "*Hall wants to understand how racism is cultivated in our imaginations, of how it works in our heads, so that we can better combat it on the streets*"... [Silêncio]

T62 – (0:59:58) Gael: can we start?

T63 – (0:59:59) Marta: yes...

T64 – (1:00:07) Gael: **are we taught to be racist or racism is inside of us?** like {

T65 – (1:00:07) Marta: for Ceres...

T66 – (1:00:11) Gael: like... como fala? it´s...

T67 – (1:00:12) Marta: innate...

T68 – (1:00:13) Gael: yeah... **it´s innate**... [Silêncio]

T69 – (1:00:23 - 1:00:51) Ceres: uh::: **this is cultural**... for example... if there are 2 different kinds of people... for example... 2 different tribes... is it correct? tribos de índio?

T70 – (1:00:51) Marta: uhum...

T71 – (1:01:27) Ceres: when they have contact... there are a process of::: knowledge and **racism is taught**... this process of knowledge é::: doesn´t imply racism... which is taught...

T72 – (1:01:28) Marta: would you [Grupo A] add something to the group?

T73 – (1:01:42) Joana: I think that **racism is a behavior**... **a social behavior** and... for me... **social behaviors are taught**... {

T74 – (1:01:42) Gael: **it´s a cultural thing**...

T75 – (1:01:56) Joana: yeah... even though I don´t come to say... "I don´t like people who are black"... you don´t need to come to do this... small things like...

T76 – (1:01:56) Bianca: **jokes**

T77 – (1:01:56) Joana: **yeah**... you know jokes like they say "**serviço de preto**"... or when they say... "ah look at that... **tinha que ser preto**"... or things like that... {

T78 – (1:02:07) Bianca: minha avó [...]

T79 – (1:02:30) Joana: or "**oh**... **a black guy there**... **let´s go to**... **let´s go another way**"... so that... as time goes by... **all this information is being stored inside your brain**... you know... and then **your brain starts making connections**... so like... "ok so... ah::: **black people** [does

T80 – (1:02:30) Gael: = **are dangerous**

T81 – (1:02:46) Joana: **they do what it´s wrong**... **they are dangerous**... **they steal things**... and then everything goes... you know... **until I**... **sometimes I... actualize these prejudgments**...

T82 – (1:02:57) Marta: uhum... by analyzing the discourse we can understand that racism exists and **it´s part of our culture**...

T83 – (1:02:57) Educandos/as: uhum

T84 – (1:03:00) Marta: now... can you [Grupo A] comment? Who is going to comment?

T85 – (1:03:28) Bianca: we [Grupo B]... I agree because uh:: we can take as a reference... **children**... usually the ones that... they are very young and they are kind of naive... they don't distinguish other **children**... other people by the color of the skin... or by the race the person has... and:::

T86 – (1:03:28) Marta: they are pure... right?

T87 – (1:04:07) Bianca: YES... so as they grow... **and they have contact with adult people and older people**... **they start being mean sometimes**... usually talking about racism... because as she said... **even though it is not explicit**... **it´s there**... because **all the jokes**... **all the standards**... **all the patterns that the media gives and the role models at home and at school and other places** that they are... human beings are... are in contact with... it helps...

T88 – (1:04:10) Joana: Can I make a comment? like... when we {

T89 – (1:04:10) Gael: [Risos]

T90 – (1:04:14) Marta: not dominating the turn right? [Risos] 30 seconds...

T91 – (1:04:26) Joana: ok... so... when you see a picture of a beautiful model... you say... "oh what a beautiful woman"... when you see a picture of a BLACK woman... you say "oh... [what a beautiful black woman...

T92 – (1:04:26) Poliana: = what a beautiful black woman...

T93 – (1:04:28) Amora = like... so the other... {

T94 – (1:04:29) Joana: why?

T95 – (1:04:36) Bianca: or she is a woman or she is a black woman...

T96 – (1:04:36) Joana: for a black woman {

T97 – (1:04:37) Bianca: you need to establish the difference...

T98 – (1:04:43) Joana: it´s not only with black people... it´s with every kind of person... which is not white and look European... {

T99 – (1:04:43) Bianca: the standard...

T100 – (1:04:54) Joana: Japanese... Chinese... everyone that... you say... "ah::: what a Japanese... she is Japanese but she is beautiful"... {

T101 – (1:04:58) Bianca: it means you are not supposed to be beautiful...

T102 – (1:05:03) Marta: so... do you think that we could compare racism to other types of prejudice {

T103 – (1:05:35) Bianca: yeah! **I think that any kind of prejudice is in the same group**... **they are** [...] for example... as she said... the Japanese... **based on the culture**... [...]

T104 – (1:05:36) Joana: I didn´t understand the question...

T105 – (1:06:04) Marta: for example... some people say "why we should talk about being black... if you suffer by being black... by having a black skin.... and other people suffer by being poor... or having a disease or other things... there are other types of segregation... you know... social and economic segregation... should we compare?

T106 – (1:06:26) Gael: I think **racism is a very specific prejudice because it is based on the appearance and ONLY THAT**... **your hair**... **the tone of your skin**... **because as darker you are**... **you are going to suffer more prejudice**...

T107 – (1:06:43) Ceres: **the most important is the economic question**... **the power**... **racism involves money**... é::: machismo... how can I say that?

T108 – (1:06:44) Marta: sexism...

T109 – (1:07:08) Ceres: for example... prejudice against fat people [...] this type of prejudice is... I don't know é pior...

T110 – (1:07:08) Marta: it is worse? Which one is worse? I didn't get it...

T111 – (1:07:20) Ceres: this prejudice that involves color and economic questions...

T112 – (1:08:35) Gael: for example... a woman was talking in... at a show program once and she was **the French ambassador**... right? and like... she was receiving people... **she was in a party**... and **people not acknowledging her presence because she is black**... and she went to the stage and said "I am the ambassador" and people changed the way they looked at her... the way she was treated... so... she was... she suffered prejudice because of her appearance and when people learned that **she was important and powerful**... and she was the owner of the party... **they changed their behavior towards her**...

T113 – (1:09:17) Davi: I agree with Gael... because when a white man drives an expensive car... for example... a Camaro... the people look at him in a normal situation... but **if a black man drives the same car**... **the people look at him in a different way**...

T114 – (1:10:40) Joana: a youtuber... he made a video... like him and his friend... he is black and his friend is white... they were all in the same street... and they were trying to open a car... it was the guy´s car... but they didn´t have the key... so they were trying to break into the car... and when the white one was trying to open the car... and people asked "what are you doing?"... "it´s my car... I forgot the key inside... now it´s locked and I´m trying to open it"... and then "ok... we´re gonna help you"... they helped him break into the car... with the black guy... they were wearing the SAME clothing... EXACTLY the same... the same cap... the same T-shirt... everything the same... and they were trying to open the SAME car... and then he "no... it's my car"... and they called the police... he was arrested... he had to prove... even though he said "open the door... my documents are inside... you can see that it´s my car"... they took him to jail... so why? what was the difference? why was he arrested for trying to open his OWN car? and the police just could have opened and see it...

T115 – (1:11:18) Marta: Does anyone agree or disagree with this point of view? Any comments? The last one is... "*What racism, as a philosophy, contends is that there is a natural connection between the way people look, the differences of color, hair, and bone, and what they think and do*." so... you [Grupo A] can come up with a question for the other group... [Silêncio]

T116 – (1:11:29 - 1:11:57) Joana: so... do you think that... how do you identify the fact that same people say that **black people are less intelligent or less able to do things**... because **there are some people who believe that**... **without proof**... **or without scientific facts**... **still some people say that**.... how do you identify that some people say racism doesn´t exist {

T117 – (1:11:57) Marta: Have you listened to some people saying that? I mean.. **is it common in your** {

T118 – (1:12:16) Joana: **FAMILY**... yeah... what are the comments that you have already heard that for us **it´s kind of natural hearing**... **but we know it is not true**... [Silêncio]

T119 – (1:12:27) Marta: Lorena... can you say something about this?

T120 – (1:12:28) Lorena: I was thinking about the context that I work... **Heráclito de Éfeso** [Nome da escola]... where the majority is black... **they think that this prejudice is kind of good** [...] **they say it is good to go to jail and be there for a while and then**... [...]

T121 – (1:13:00) Marta: How old are they?

T122 – (1:13:17) Amora: eleven... twelve... **they feel proud of being looked as bad**... like... "**I am dangerous**"...

T123 – (1:13:18) Marta: I see... are they proud of racism? Because you said they like this...

T124 – (1:13:28) Amora: no... **if you say**... "**ah... neguinho**"... **they will punch you** [Risos]

T125 – (1:13:45) Joana: **I don't think they are proud of that**... **it is a way of them to feel empowered**... you know... not that they are proud of suffering racism... they don't know they suffer...

T126 – (1:14:05) Lorena: I think they know that they suffer... because there are some situations **in school between students and teachers** [...] **they know what is happening**....

T127 – (1:15:35) Gael: [...] the example that I can say that... society thinks that black people are less intelligent is the racial quotas because there is a difference between social quotas... where people that are poor have this opportunity to get into university... and then ok... you are poor.... and you are poor and black... then you need racial quotas because you are black... it´s not a social problem... because **if it´s social**... **you need social quotas**... **not racial**... **I agree with the social quotas**... **but only because you´re BLACK?**

T128 – (1:15:37) Amora: **it´s not ONLY because you´re black**...

T129 – (1:15:38) Joana: **it´s historical**...

T130 – (1:15:39) Amora: tchau Lorena... [Risos]

T131 – (1:15:39) Educandos/as: [Risos]

T132 – (1:15: 50) Marta: all right... would you like to add something to this statement? No? So... for homework... I´ll send you the whole transcript... and the lecture for next class... [Raça: o significante flutuante – 1995]

T133 – (1:16:00) Amora: do you have the video? We have to read it... of course... but then we can follow... you know... it´s faster...

T134 – (1:16:05) Marta: I do... I´ll send you by e-mail... any questions? Thank you...

ANEXO 3 - Tradução dos enunciados provenientes das sequências interacionais (Parte V)

Quadro 1

(T31-T34) Isso [o racismo] *não é aceitável*.

(T69) Isso [o racismo] é *cultural*.

(T73) O racismo é um comportamento, um *comportamento social*.

(T74) Ele [o racismo] é algo *cultural*.

(T82) Ele [o racismo] é parte da *nossa cultura*.

(T87) Ele [o racismo] está *lá*.

(T103) Qualquer tipo de preconceito está *no mesmo grupo*.

(T106) O racismo é um tipo de preconceito *muito específico*.

(T107) O mais importante é a questão econômica, *o poder*.

(T107) O racismo envolve *dinheiro*.

(T118) [o discurso racista] É meio *comum* de se ouvir.

(T127) Ele [o racismo] *não* é um *problema social*.

(T129) Ele [o racismo] é *histórico*.

Quadro 2

(T7) A mídia.

(T11) Na mídia / Na tecnomídia.

(T14) Em revistas/na TV.

(T15) Em filmes.

(T18) Na mídia.

(T19) Em telenovelas.

(T30) Especialmente nas telenovelas antigas, não tão antigas, sabe, mas não as recentes.

(T31) Eu discordo que sejam apenas as telenovelas antigas.

(T38) No Oscar.

(T87) A mídia/Em casa/Na escola/Em outros lugares.

(T112) Em uma festa.

(T120) Heráclito de Éfeso [Nome da escola].

(T126) Na escola.

Quadro 3

(T19-T24) Geralmente, eles/as dão o papel da pessoa menos instruída *para uma pessoa negra*.

(T26) Nunca lhes *são confiados* nada.

(T31) Mesmo assim, ela *foi JULGADA* porque (...)

(T34-36) Eles/as *são SEMPRE tratados/as* de forma diferente.

(T40) Muitos negros/as, eles/as *deveriam (ter sido) nomeados/as* [ao Oscar].

(T42) Não houve NENHUMA pessoa negra *nomeada* [ao Oscar] por 2 anos seguidos.

(T42) Ava DuVernay, ela *deveria ter sido indicada* como melhor diretora.

(T42) Seu filme *foi negligenciado*.

(T112) As pessoas *não reconhecendo* sua presença porque (...)

(T113) As pessoas olham *para ele* de uma maneira diferente.

(T114) Ele *foi preso*.

(T114) Eles/as [agentes de autoridade policial] *o levaram* para a prisão.

O FUNCIONAMENTO DO SILÊNCIO NO EMBATE ENTRE DISCURSO GRAMATICAL E DISCURSO LINGUÍSTICO EM MATERIAIS DIDÁTICOS: UM CASO EXEMPLAR

Sonia Renata Rodrigues

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da produção dos chamados materiais didáticos destinados ao ensino de língua materna na escola, o discurso gramatical hegemônico de que a língua é única, homogênea e invariável dominou absoluto no campo das letras. Entretanto, a partir do advento da sociolinguística variacionista nos anos sessenta, o discurso científico de que toda língua é plural entra em cena criando, com o discurso gramatical, um verdadeiro espaço de disputas.

É justamente nos materiais didáticos que o embate entre o saber purista e o saber científico se apresenta intenso, já que, para compor esse tipo de material, os autores precisam seguir as direções governamentais através de leis, diretrizes e orientações do Ministério da Educação. Ocorre que esses documentos oficiais que vêm sendo produzidos desde a década de 1990 se posicionam favoravelmente à ideia da pluralidade linguística e orientam que a língua deve ser entendida como um conjunto de variedades que devem ser respeitadas, restando à norma culta o posto de variedade de prestígio social e não mais a única forma considerada "correta" da língua.

Nossa pesquisa tem como *corpus* enunciados linguísticos em circulação em materiais didáticos apostilados, elaborados e publicados pelo Sistema Positivo, destinados ao ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II, utilizados em escolas da rede particular.

Com o intento de verificar que tipos de posicionamentos discursivos são tomados e difundidos pelas apostilas analisadas no sentido de compreender qual educação linguística elas proporcionam aos alunos – uma educação que alimenta o preconceito e a discriminação linguística ou uma educação que acolhe a diversidade linguística como um traço próprio do devir histórico das línguas naturais – nos valeremos de duas das hipóteses propostas por Dominique Maingueneau (2008): a primeira (que afirma o primado do interdiscurso sobre o discurso) e a segunda (que trata do interdiscurso como polêmica e da polêmica como interincompreensão). Procuraremos compreender o que é um espaço discursivo e mais especificamente um espaço discursivo em que duas FDs convivem em situação de disputa por um mesmo lugar.

Levando em consideração a leitura de Orlandi (2002), ensaiamos nos aproximar da ação do silêncio no espaço discursivo, tornando-o observável, ainda que indiretamente. O silêncio está na categoria dos elementos constitutivos do discurso e constituindo, juntamente com os enunciados materializados linguisticamente, os sentidos no espaço aberto de trocas reguladas nas formações discursivas.

Geralmente relegado a um segundo plano na linguagem ou reduzido a um gesto de não dizer, ao contrário do que muitos imaginam, o silêncio, como fundante, segundo Orlandi (2002) é considerado um pilar para a significação. Sua apreensão não é explícita aos aparelhos linguísticos e seu funcionamento assemelha-se à heterogeneidade constitutiva, em que a relação intrínseca entre um Mesmo e seu Outro poderia ser metaforizada como a frente e o avesso de uma roupa.

A RELAÇÃO ENTRE SILÊNCIO E SENTIDO NA PERSPECTIVA TEÓRICA DE ORLANDI

Analisar o modo de o silêncio significar no fio do discurso utilizando uma metodologia própria da Análise de Discurso francesa (AD) não é uma tarefa simples, pois, *a priori*, esse domínio de saber tem por princípio analisar a materialidade linguística. O silêncio nem sempre é evidente como é o caso do dito, porém ele está lá, agindo de forma constitutiva.

Nas palavras de Orlandi (2002, p. 23), "se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É silêncio significante". A autora admite ser complexa a relação entre silêncio e linguagem, contudo admite também ser uma relação fundante de "caráter necessário e próprio".

Em seus estudos, Orlandi (2002) distingue as formas do silêncio como: o *silêncio fundador*, compreensível como categoria basilar/fundante da significação; a *política do silêncio* subdividida em: silêncio constitutivo, estritamente relacionado ao não dizer que, por não dizer, anula o que poderia ser dito, silêncio local, entendido como censura, a clara proibição de não dizer algo.

Por conta da especificidade do *corpus* que pretendemos analisar, vamos nos deter na forma de silêncio constitutivo por considerar que é uma forma velada de significar. Para identificar sua forma de constituir o sentido, a nosso ver, é preciso observar sua constituição no espaço interdiscursivo, captá-la na interação do Mesmo e seu Outro, ver que, para constituir-se como tal, o Mesmo precisa apagar o discurso Outro, não lhe dar oportunidade de dizer, mas realizar isso de forma dissimulada, sem censura, pouco nítida no nível da materialidade linguística. Se o silêncio é fundante da significação[67], ele participa da constituição dos sentidos, e se os sentidos são constituídos nas formações discursivas que, por sua vez, são constituídas no interdiscurso, o silêncio permeia todas essas categorias.

Conforme a autora, é impossível observar diretamente ou organizar o silêncio, dado que não é transparente, mas é possível compreender sua forma de constituir a significação. Para Orlandi (2002, p. 47, grifos da autora),

> O silêncio não é diretamente observável e no entanto ele não é o vazio, mesmo do ponto de vista da percepção: nós o sentimos, ele está "lá" (no sorriso da Gioconda, no amarelo de Van Gogh, nas grandes extensões, nas pausas). Para torná-lo visível, é preciso observá-lo *indiretamente* por métodos (discursivos) históricos, críticos, des-construtivistas. É preciso aqui lembrar que pensamos a relação indireta entre o produto e sua "origem", sua "causa". Sem considerar a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos de sentidos, é impossível compreender o silêncio.

Essas palavras de Orlandi (2002) são muito significativas, pois a autora declara que, embora não seja diretamente observável, o silêncio pode ser tornado visível e indiretamente observável quando trabalhado com métodos discursivos. Isso nos conduz

67 Nas palavras de Orlandi (2002, p, 31), "um continuum significante".

a buscar, na análise de discurso, ferramentas teórico-metodológicas para analisar as formulações que nos servirão de *corpus*.

O método de análise do discurso a fim de observar a ação constitutiva das FDs pelo silenciamento não se dá pela lógica construtivista do texto, mas sim pela desconstrução deste, fugindo daquilo que salta às vistas e investindo em observar o menos óbvio[68].

Na AD encontramos, pois, respaldo metodológico para considerar o discurso como resultado de processos sócio-histórico-ideológicos, bem como a construção dos efeitos de sentido como resultante da interação entre um elemento A e um elemento B[69] também historicamente constituídos. Em nossa análise, os elementos A e B serão, respectivamente, o sujeito interpelado pelo discurso gramatical e o sujeito interpelado pelo discurso da sociolinguística, ambos participando de um mesmo espaço discursivo, constituído por formações discursivas em situação de embate.

O ESPAÇO DISCURSIVO: UMA POSSIBILIDADE DE OBSERVAÇÃO DO SILÊNCIO

Ao postular a hipótese do primado do interdiscurso, Maingueneau (2008) viabiliza um método coerente para destacar do todo discursivo as FDs que interessam ao analista pôr em relação a fim de observar suas formas de constituição tanto apreensíveis no nível da superfície linguística quanto dissimuladas e verificáveis apenas no nível da constituição.

Dada a impossibilidade de analisar o interdiscurso devido sua dimensão, é preciso considerá-lo como um *universo discursivo* em que todas FDs subsistem de forma generalizada. Do universo discursivo retira-se o *campo discursivo*, que encerra em seu interior várias FDs em convívio harmônico ou não, e por sua vez, do campo discursivo o analista forma um *espaço discursivo*, composto por FDs que ele julga relevante analisar.

Sobre a noção de campo, tal como explicado por Maingueneau (2008, p. 34), compreende-se como "um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência", no universo discursivo, coexistindo tanto em relações harmônicas, quanto conflituosas. O autor adverte que não é tarefa fácil delimitar o *corpus* que deriva de um discurso. Assim, nossa escolha é pela possibilidade de recortar dentro desse campo o espaço discursivo que nos interessa, a saber, discurso gramatical *versus* discurso linguístico com foco principal na forma como eles polemizam e disputam o lugar de

---

68 Seguindo os passos de Foucault (2015, p. 134), consideramos que não existe entrelinhas, mas sim que tudo está dito, "esse não dito que se encontra dito". Contudo o trabalho para localizar o dito que não está óbvio ou mesmo o dito existente e silenciado é complexo.

69 Nos embasamos em Pêcheux (1969), segundo o qual os elementos A e B simbolizam posicionamentos discursivos em situação de interação. Quando A enuncia a B, e quando B enuncia a A, ambos se valem de formações imaginárias que fazem de si mesmos, de seu lugar e do lugar do outro. Os sentidos seriam produzidos por um certo imaginário, que é social e é, por sua vez, resultado das relações entre poder e sentidos. O sujeito do discurso agora entendido como uma posição discursiva é interpelado pelas formações imaginárias de forma que ele enunciará lançando mão do já dito, do já ouvido, do sempre-já-lá. A permanência do já dito tem como sustentação a ideologia que, por sua vez, é alimentada pelas práticas sociais historicamente estabelecidas.

dominância dentro do campo das letras, mais especificamente os posicionamentos tanto da gramática normativa quanto da ciência linguística a respeito do ensino de língua institucionalizado pela escola e regulado pelo estado de direito através de leis e documentos oficiais.

Seguindo o princípio do dialogismo, uma FD não é posta em relação consigo mesma, mas sim com outros discursos, já que "no nível das possibilidades semânticas, haveria, pois, apenas um espaço de trocas e jamais de identidade fechada" (MAINGUENEAU, 2008, p. 36). Uma FD pode interagir com várias outras dentro de um campo, mas é com seu Outro que manterá relação de polêmica, e é em oposição ao seu Outro que se constituirá.

Segundo Orlandi (2002, p. 49), "pensar o silêncio é colocar questões a propósito dos limites da dialogia. Pensar o silêncio nos limites da dialogia é pensar a relação com o Outro como sendo uma relação contraditória". A relação do Mesmo e seu Outro ocorre dentro de um espaço aberto de trocas. É nesse espaço de trocas que os sentidos vão sendo constituídos e dispersos.

O sentido é da ordem das FDs[70], não enquanto espaço fechado, mas de trocas reguladas. O sentido é também constituído pelo silenciamento que uma FD mantém em relação com a outra, já que "a significação não se desenvolve sobre uma linha reta, mensurável, calculável, segmentável. Os sentidos são dispersos, eles se desenvolvem em todas as direções e se fazem por diferentes matérias, entre as quais se encontra o silêncio" (ORLANDI, 2002, p. 48). Assim o silêncio pode ser considerado como uma das possibilidades do sentido.

Ao tratar sobre a rede de interação semântica que regula o espaço discursivo, Maingueneau (2008) procura demonstrar que FDs oponentes tendem a criar simulacros umas das outras – espécies de imagens negativas – através de um processo de mútua tradução. Nas palavras do autor (2008, p. 100), "o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que dele constrói".

O simulacro é um tipo de sentido criado no processo de interação – negativa – entre FDs que disputam um mesmo lugar. Ele é apreensível na superfície linguística. Contudo, sua manifestação na superfície decorre de um processo de interincompreensão constitutiva.

O sentido é forjado no interior de uma FD que, por ser aberta a trocas, pode se desenvolver em várias direções, manifestando-se na materialidade linguística na forma de um simulacro, mas também na forma do silenciamento. Segundo Maingueneau (2008, p. 36-37),

---

70 Muitos são os movimentos percorridos pelo sentido, mas um consenso sobre sua ordem primeira é dado por Pêcheux (1995, p. 160-161) ao teorizar que "o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe (em si mesmo) [...] Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas".

> No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade externa; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. [...]. Ele é aquele que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite encerrar-se em um todo. É aquela parte de sentido que foi necessário o discurso sacrificar para constituir a própria identidade.

Os sentidos que o silêncio estabelece em um espaço discursivo estão mais próximos daquilo que não pode ser facilmente localizável, é uma parte de sentido necessariamente omitida, sacrificada em prol da constituição da identidade do Mesmo.

DO ESPAÇO DISCURSIVO EM ANÁLISE

O campo discursivo aqui focalizado é o campo das letras, do qual recortamos um subconjunto, ou seja, um espaço formado pela formação discursiva gramatical (DG) e pela formação discursiva linguística (DL), tal como se configura na esfera educacional, especificamente no ensino de Língua Portuguesa na escola de nível fundamental. Para sermos mais precisos, vamos analisar materiais didáticos apostilados[71], especialmente elaborados para uso na rede particular. Nossa pergunta de pesquisa é: como a Língua Portuguesa é significada neste material?

O discurso gramatical tem sua origem na tradição greco-romana que remete à ideologia de uma língua pura, homogênea, repleta de regras de bem dizer e bem escrever. Esse discurso produz um conjunto de enunciados historicamente constituídos que interpretam, prescritivamente, a língua pelo viés do certo e do errado, recusando-se a ver regularidade e gramaticalidade nos usos que não coincidem com a norma padrão. Seus principais enunciadores/defensores são os gramáticos e profissionais da mídia em geral e seu principal suporte de difusão são as gramáticas, os livros didáticos e os comandos paragramaticais (CP)[72].

Ignorando os documentos oficiais emitidos pelo Ministério da Educação, os quais defendem um ensino da língua padrão enquanto uma variedade prestigiada do português, devendo-se aos falantes de outras variedades ditas não padrão o respeito, aqueles que falam interpelados pelo DG defendem explicitamente ideias em torno de uma Língua Portuguesa una e pura como símbolo da pátria, bem como riem do "falar e escrever errado" e apontam-no como prática comum de pessoas com pouco ou nenhum nível de escolaridade. A internet é o melhor exemplo de espaço em que esse tipo de liberdade ocorre, desde comentários polidos a verdadeiros xingamentos contra a forma de falar ou escrever considerada errada pelos defensores da língua culta.

---

71 Trata-se da coleção *Língua Portuguesa*, coleção de apostilas encadernadas destinadas aos alunos matriculados em escolas particulares que adotam o Sistema de Ensino Positivo. Justificamos a escolha desse material apostilado pelo fato de não ser analisado pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), além de, a nosso ver, ser adequado aos pressupostos que levantamos em nossa pesquisa de doutorado que tem como objetivo central analisar o discurso polêmico em materiais didáticos voltados ao ensino fundamental.

72 Conforme Bagno (2000, p. 97), entre os comandos paragramaticais estão livros, manuais de redação e outros materiais impressos e/ou digitais destinados ao público em geral. Segundo o autor, contemporaneamente, "[...] os CP servem-se tanto dos meios de comunicação mais difundidos ao longo de século XX – jornal, revista, rádio, televisão, telefone – quanto das inovações mais recentes no campo da produção e difusão de informações – o CD-ROM e a internet.

Nem todo espaço, contudo, encoraja a defesa incisiva do discurso gramatical e fornece a liberdade total para ser defendido. Em um material didático, por exemplo, há muito mais cerceamento do que pode ser dito a respeito da norma privilegiada e demais variedades. Entretanto, o silenciamento de um discurso não significa que ele não esteja lá, afinal de contas somente o que já foi dito pode ser silenciado.

Bagno[73] (2003, p. 122-123), ao tratar sobre a questão da variedade linguística como fator imanente a todas as línguas, apresenta um estudo sobre os dois tipos de força que agem sobre o fator de variação: a força centrífuga e a força centrípeta. A primeira é inerente às línguas, ocorre como forças que as impulsionam à mudança natural ao longo do tempo e de acordo com o uso pelos falantes, já a segunda opera por meio de forças institucionalizadas e age no sentido inverso, no sentido de manter o padrão, cerceando o máximo possível a variação. Segundo o autor (BAGNO, 2003, p. 122-123, grifos do autor),

> No que diz respeito ao ambiente social, podemos notar que é comum existir, na sociedade, forças *centrípetas* que agem sobre a língua, isto é, forças que puxam a língua para o centro, que refreiam a língua, que tentam conter seu impulso de mudança. Essas forças são exercidas pelas *instituições sociais* que, de maneira explícita ou não, oficial ou não, tenta impor algum controle sobre os destinos do idioma. Que instituições são essas? A mais importante de todas, evidentemente, é a *escola,* o sistema formal de ensino que, em todos os seus níveis, tenta dar aos cidadãos (ou a alguns deles, no caso de sociedades marcadamente desiguais como a brasileira) uma educação sistematizada, programada de acordo com currículos definidos pelas instâncias oficiais.

O campo do ensino de língua materna, antes do advento da sociolinguística, era dominado pela ideia do certo e errado e não havia nos livros didáticos menção às demais variedades de uso da língua a não ser como exemplos do que não se deveria falar. Os ares renovadores da sociolinguística, aos poucos, chegam ao campo do ensino de língua materna, abrindo uma ruidosa polêmica com os espíritos reacionários que persistem na crença de que a língua é homogênea e estática, fazendo o papel de guardiões da boa norma contra seus corruptores. A despeito da resistência dos filiados à posição gramatical, a concepção de que toda língua é plural é assumida pelos documentos oficiais contemporâneos que orientam o ensino de língua portuguesa.

Embora a rede particular de ensino brasileira pareça funcionar como um continente à parte, os ecos mudanças curriculares encetadas pelo ME chegam a esse território. Como lidam com a concepção de que o português é várias línguas, os profissionais que produzem material didático – as chamadas apostilas – para alunos do sexto ao oitavo ano da rede particular?

ANÁLISE DO *CORPUS*

Vamos examinar exemplos extraídos do 4º volume da apostila de língua portuguesa destinada ao sétimo ano do ensino fundamental. No livro do professor, encontram-se orientações metodológicas da autora. Nelas há um aparato de conceitos,

---

73 Embora não se inscreva na AD, o seu objeto reclama os postulados da sociolinguística.

direcionamentos, explicações, orientações didáticas, sugestões ao professor, sempre em diálogo com as atividades do livro do aluno. O interessante é que no livro do professor há um diálogo exclusivo entre a autora e o professor, ou seja, não deixa de ser uma espécie de ensinamento a quem ensinará.

A partir da página 7 no manual do professor, a autora trabalha com as orientações metodológicas referentes à unidade 8 da apostila a ser trabalhada com os alunos. O título da unidade é "Rir é o melhor remédio!" e tem o propósito de realizar um estudo sobre dois gêneros textuais – o causo e a piada – ambos com viés humorístico e comumente típico da oralidade.

O causo é um gênero textual oral, cuja origem está na tradição popular de se contar histórias – verdadeiras ou não com finalidade lúdica – em que geralmente se emprega sotaque e expressões interioranas durante a narração ou nas falas das personagens, sendo as figuras do matuto/roceiro/caipira bastante exploradas, ora mostradas como pessoas simplórias ou ressaltando sua esperteza.

Na orientação que faz ao professor (2012, p. 8), a autora da apostila declara como objetivo: "possibilitar aos alunos familiarizarem-se com esses textos pode cumprir vários papéis, entre eles, promover a reflexão sobre o uso das variedades linguísticas visando combater preconceitos relacionados ao comportamento e à linguagem humana [...]".

A proposta de combate ao preconceito linguístico está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (1998, p. 31). Vejamos:

> Contudo, não se pode mais insistir na ideia de que o modelo de correção estabelecido pela gramática tradicional seja o nível padrão de língua ou que corresponda à variedade linguística de prestígio. Há, isso sim, muito preconceito decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e, quando são, não são objeto de avaliação negativa.

O discurso gramatical tem a tendência de inferiorizar, não reconhecer, considerar errada ou no mínimo se abster de avaliar positivamente as variedades não padrão.

A proposta da autora na apostila "de promover a reflexão sobre o uso das variedades linguísticas visando combater preconceitos relacionados ao comportamento e à linguagem humana" nitidamente se coloca em posição de combate ao preconceito linguístico, ou seja, é o discurso Outro (discurso linguístico) emergindo no DG. A pergunta é: como se deve combater o preconceito linguístico? De acordo com o enunciado extraído dos PCNs, o fator que fomenta o preconceito é a supervalorização da norma padrão paralelamente ao estigma atribuído às demais variedades.

Comecemos realizando uma leitura do causo recortado para análise. Segue-se a ele uma sequência de 13 exercícios, na forma de questionamentos dirigidos aos alunos (Vide anexo).

Figura 1 – Causo

Falta de assunto

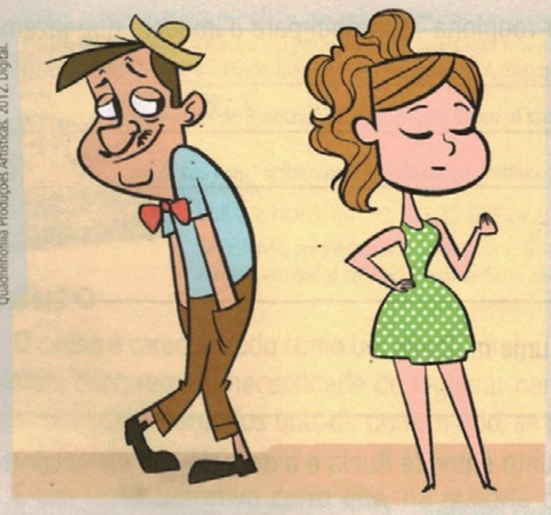
Um dia Zé Ruela arrumou namorada em Tabuí. O rapaz era da roça, mas não perdia festa na cidade, doido pra arrumar uma doida e se ajeitar na vida. Só que Zé Ruela era fraco de inteligência e muito tímido. Ficava sem assunto em presença de **rabo de saia**. Mas sabia que, com moça da cidade, tinha que ser conversador, tinha que passar a **lábia**, senão a pretendida desistia.

Primeira vez que foi à casa da moça. Um sufoco. Vestiu sua melhor roupinha, colocou **botina gomeira** e botou perfume no **cangote**. Andou bem mais de uma légua até Tabuí. Chegando à casa da distinta, foi apresentado aos pais, pôs as mãos no bolso e não sabia mais o que fazer. Ainda bem que ela pegou cadeiras e foram os dois para a porta da rua, para ficarem mais à vontade. Zé Ruela, doidinho para agradar, caça assunto em tudo quanto é cantinho da cuca e não acha. Cérebro **embotado**. Até que surge uma ideia que ele, sem nem pensar muito, casca na namorada.

– Cê já viu onça?

– Eu não!

– Se ocê vê [...]!



Quadrinhofilia Produções Artísticas. 2012. Digital.

A moça deu um sorriso amarelo e começou a achar que entrara numa canoa furada. O Zé, sem desconfiômetro, acreditou que estava agradando. Mastiga outra ideia na cuca e solta:

– Cê já foi mordida de cobra?

– Eu não! Credo!...

– Dói!...

A namorada, agora com certeza de ter entrado em canoa furada, começa a pensar numa maneira de descartar o Zé Ruela. Mas ele ataca de novo:

– Lua bonita, né?

– É...

– Boa pra gente andá no cavalo do vizinho, né?

Nessa hora ela não resistiu e deu uma risada. Teve dó do desajeitamento do rapaz. E ele, pensando que estava por cima da carne seca, comete um atrevimento. Pega no dedinho mindinho dela e fica balançando pra lá e pra cá. A moça, querendo ver no que ia dar, deixou. E Zé Ruela fica lá, balançando o mindinho da moça enquanto assunto não aparecia. Finalmente, cúmulo da intimidade, olhando pro dedinho dela, fala:

– Benhê!... Eu te quebro o dedo!...

A moça, que não esperava por um papo desse tipo, desafia:

– Então quebra!

E ele:

–Trac!!!...

Quebrou o dedo da donzela e o namoro acabou ali mesmo.

Quadrinhofilia Produções Artísticas. 2012. Digital.

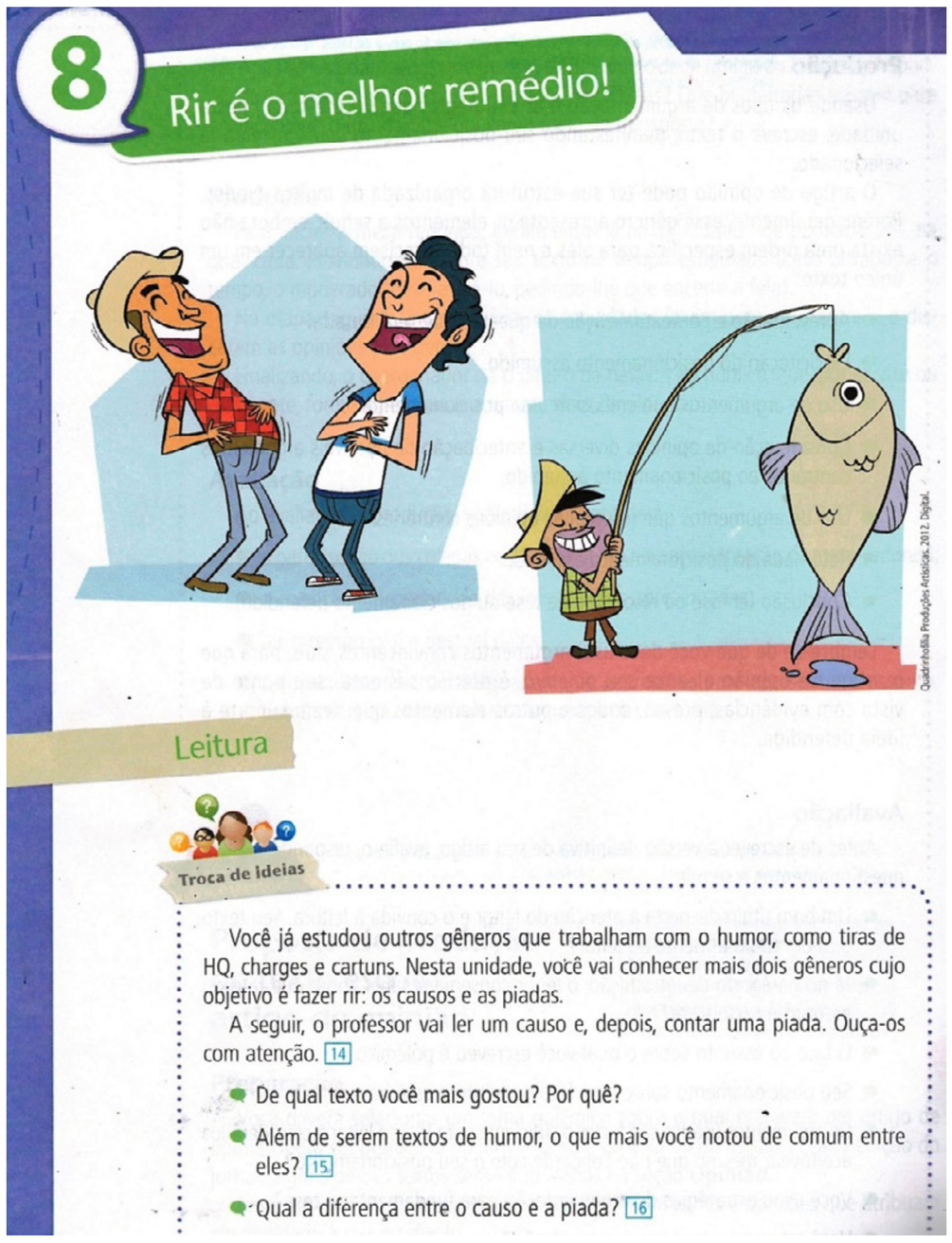
ANDRADE, Eurico de. **Tabuí e seus contos**. Disponível em: <http://tabui.blogspot.com/>. Acesso em: 24 fev. 2012.

Fonte: Soares (2012, p. 33-34)

As questões elaboradas pela autora (vide anexo) exploram aspectos gerais do texto que vão desde a caracterização da personagem Zé Ruela a perguntas sobre o significado de certas expressões utilizadas no texto como “entrar numa furada”, “desconfiômetro”, a onomatopeia “trac”. Na questão número 13, quando pergunta a respeito das características do texto, a autora apresenta no livro do professor sua sugestão de resposta esperada, sendo que sobre o aspecto da linguagem ela declara que “a linguagem usada é predominantemente coloquial e os textos apresentam marcas do texto oral”.

Na página de abertura da unidade “Rir é o melhor remédio”, antes da apresentação do causo “de Zé Ruela”, a autora realiza uma espécie de introdução à unidade em que faz alguns questionamentos aos alunos. Vejamos:

Figura 2 – Unidade de estudo



8 Rir é o melhor remédio!

Leitura

Troca de ideias

Você já estudou outros gêneros que trabalham com o humor, como tiras de HQ, charges e cartuns. Nesta unidade, você vai conhecer mais dois gêneros cujo objetivo é fazer rir: os causos e as piadas.

A seguir, o professor vai ler um causo e, depois, contar uma piada. Ouça-os com atenção. 14

- De qual texto você mais gostou? Por quê?
- Além de serem textos de humor, o que mais você notou de comum entre eles? 15
- Qual a diferença entre o causo e a piada? 16

Fonte: Soares (2012, p. 32)

Nas orientações didáticas (SOARES, 2012, p. 15), para a pergunta “Qual a diferença entre o causo e a piada?”, a autora apresenta o seguinte comentário ao professor: “É provável que os alunos citem o uso da variante caipira e também o fato de o causo ser uma narrativa mais longa”. Na língua, a expressão “é provável” não indica uma certeza, tem o significado de admitir uma possibilidade de algo ocorrer, sinônimo de “esperável”, quer dizer, a menção direta à presença da modalidade caipira no texto poderá ser citada pelos alunos, mas não há uma orientação direta ao professor para que a faça ou inicie a discussão, caso os alunos não percebam esse aspecto linguístico presente no texto.

Ou seja, a resposta da autora não desautoriza uma discussão, mas também não a encoraja, apenas prevê a possibilidade de que haja uma menção pelos alunos. Caso os alunos mencionem a variedade caipira, poderia ser com ênfase apenas no aspecto humorístico. Rir do caipira não é a melhor forma de lidar com o preconceito, mas sim um reforço do preconceito. Essa espécie de enunciado em que não se (des)autoriza um

posicionamento positivo em torno da variante poderia ser entendida como uma forma sutil de silenciamento do discurso linguístico, pois, por conta do espaço discursivo polêmico, a tendência é que ele sofra consequências pelo DG, o qual procurará formas de combater, enfraquecer, dissimular ou até mesmo silenciar o oponente.

Todo espaço discursivo encerra uma disputa que pode emergir ou não à superfície linguística. Segundo Maingueneau (2008, p. 113), "poderíamos dizer que a polêmica é necessária porque, sem essa relação com o Outro, sem essa falta que torna possível sua própria completude, a identidade do discurso correria o risco de se desfazer".

Combater o preconceito linguístico de uma forma explícita é uma ação que golpeia a identidade do discurso gramatical justamente porque esse é um posicionamento legítimo da linguística. Como os documentos oficiais requerem o respeito às diversidades, o discurso gramatical não pode não reconhecer o discurso linguístico. Ao invés de criar simulacros explicitamente agressivos, a tendência é de consentir na presença do oponente, mas restringindo seu espaço, não permitindo que ele tome a palavra, silenciando-o tanto quanto possível. Segundo Orlandi (2002, p. 76), além do silêncio fundador – constitutivo da linguagem – existe a política do silêncio, cuja definição dá-se "pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada".

Fomentar explicitamente uma discussão sobre "preconceito linguístico" com os alunos seria demasiado perigoso para quem assume a posição gramatical, pois o Mesmo procura sempre que possível desqualificar seu Outro. Por exemplo, deixar que a discussão sobre a variante caipira seja feita apenas se os alunos a citarem livre e espontaneamente apaga necessariamente a possibilidade de uma orientação explícita para que o professor realizasse exercícios e/ou comentários com o foco no combate ao preconceito linguístico.

Por outro lado, quando, na mesma unidade da apostila "Rir é o melhor remédio", a autora inicia o trabalho com o segundo gênero textual eleito – a piada – para ser explorado juntamente com o causo, a autora não se restringe a comentários somente ao professor nas orientações, mas explicitamente na apostila do aluno lista as principais características da piada e escreve o seguinte enunciado: (a piada) "tem como objetivo divertir, mas frequentemente, seu humor se baseia em críticas, na manutenção de relações de poder e na **difusão** de preconceitos" (SOARES, 2012, p. 39). Nas orientações didáticas ao professor, feitas em relação a esse conteúdo, a autora reforça a ideia sobre preconceito e escreve: "Piadas que apresentam a mulher como submissa e não capaz são exemplos de textos que buscam preservar relações de poder. Já piadas sobre deficientes, loiras, portugueses, judeus, reforçam estereótipos e difundem preconceitos" (SOARES, 2012, p. 13). Piadas que riem do caipira tipificado pela sua linguagem também reforçam o preconceito, todavia a autora não faz menção a isso mesmo.

A questão intrigante é: o que permite à autora falar explicitamente do preconceito em geral como fator negativo que pode aliar-se ao gênero discursivo piada e não levar em consideração o fator do preconceito linguístico?

Não existe causalidade no discurso, mas espaço constitutivo que ora autoriza o que deve e pode ser dito e ora impõe o silenciamento do que não deve ser dito. A política do silenciamento pode não ser um dos elementos basilares do espaço discursivo polêmico como o é o simulacro, por exemplo, mas pode muito bem funcionar como um coadjuvante de peso. Por conta de o dito ser muito mais visível, obviamente, tudo o que diz respeito ao silêncio como elemento ativo de significação torna-se menos estudado.

Mesmo que a variante caipira não tenha sido desqualificada explicitamente, o personagem Zé Ruela o é, pois não é a versão de caipira espertalhão, mas a do simplório. Na pergunta número 2 do questionário feito aos alunos, a autora pergunta: "Como é caracterizado o personagem Zé Ruela?". A resposta sugerida ao professor é: "Tímido, de pouca conversa, desajeitado, fraco de inteligência. Essa última característica é reforçada quando, no texto, ele é apresentado como tendo o 'cérebro embotado'" (SOARES, 2012, p. 34).

O Discurso polêmico é um discurso que desqualifica/desvaloriza o Outro. Segundo Brandão (1994, p. 130), "a polêmica pode se inserir em um contexto de violência e de paixão saturado de axiológicos negativos que funcionam como suportes da desvalorização polêmica". No causo, Zé Ruela recebe uma imagem negativa de simplório, reforçada pela desvalorização do seu modo de falar, tido como um "falar errado", já que a variante caipira é uma das mais estigmatizadas de que se tem conhecimento.

A proposta inicial da autora de explorar o causo para combater o preconceito linguístico não vingou e em seu lugar surgiu um espaço discursivo polêmico em que o DL não foi explicitamente desqualificado, mas foi silenciado. Não há possibilidade alguma de se combater o preconceito linguístico em uma situação didática em que a ciência linguística tenha sua voz silenciada.

Bagno (2002, p. 150-151) afirma que

> Uma das tarefas do ensino de língua na escola seria, então, *discutir os valores sociais atribuídos a cada variante linguística*, enfatizando a carga de discriminação que pesa sobre determinados usos da língua, de modo a conscientizar o aluno de que sua produção linguística, oral ou escrita, estará sempre sujeita a uma avaliação social, positiva ou negativa. É mais do que justo que o professor explique, com base em teorias linguísticas consistentes, a origem e o funcionamento das variantes linguísticas estigmatizadas, que mostre as regras gramaticais que governam cada uma delas. Isso deixará claro que as formas alternativas à regra padrão tradicional não são caóticas nem confusas nem incoerentes: muito pelo contrário, obedecem regras tão lógicas e consistentes quanto as que governam a opção padrão e por isso podem ser explicadas cientificamente.

Decorrente dessa pressão interdiscursiva que forma e regula esse espaço polêmico entre o DG e o DL, o sentido que *talvez* a autora pretendia passar aos estudantes – de uma suposta proposta de combater o preconceito linguístico – não vigorou ou foi suprimido e silenciado por uma formação discursiva dominante, afinal de contas o material didático foi elaborado para ser usado em uma aula de Língua Portuguesa em que a formação discursiva gramatical sustentada pela tradição requer sua parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Materiais didáticos de amplo consumo são muito monitorados quanto ao discurso sobre variedades linguísticas, portanto muitas vezes o que se percebe são tomadas de posição veladas, não explícitas, esparsas ao longo de comentários, silenciadas, mas quando se presta atenção, percebe-se o jogo discursivo. Quando um discurso é dominante, ele de uma forma ou de outra – explícita, dissimulada, – aparecerá na superfície linguística. É inevitável. E mesmo que um discurso que tenha sido dominante tenda a desaparecer, isso não ocorrerá de imediato, poderá sair de uma região central para as margens de um campo.

Tendo em vista o espaço discursivo peculiar que encerra em si o discurso gramatical transpassado pelo discurso da sociolinguística, ambos demarcados pelo posicionamento dos documentos oficiais, podemos pressupor que há formas variadas de cada discurso estar presente na obra, ou seja, podendo haver tanto dizeres explícitos que remetam nitidamente ao posicionamento gramatical mais intolerante quanto a presença de enunciados ditos de formas veladas.

As ações de cercear, deter, refrear ocorrem tanto em relação ao discurso linguístico sobre o discurso gramatical quanto vice-versa. Um material didático de língua portuguesa, como o mencionado em nosso estudo, é elaborado com base não somente na gramática tradicional, mas agrega também conceitos/estudos provenientes da ciência linguística e procura seguir as diretrizes curriculares oficiais, portanto, trata-se de um material transpassado por posicionamentos distintos.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: ORLANDI, E. P.; GERALDI, J. W. (Org.). O discurso e suas análises. *Cad. Est. Ling.,* Campinas, n. 19 p. 1-179, jul./dez. 1990.

BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa*: tradição gramatical, mídia & exclusão social. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *A norma oculta:* língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRANDÃO, H. H. N. Discurso e polêmica num debate político. In: *Rev. Inst. Est. Bras.*, São Paulo, v. 37, p. 129-143, 1994.

BRASIL. *Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais*: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos.* São Paulo: Parábola, 2008.

ORLANDI. E. P. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997 [1969]. p. 61-105.

_____. *Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

SOARES, R. M. R. *Língua portuguesa*: 7º ano. Curitiba: Positivo, 2012.

ANEXO A – Questionário

1. No texto, há duas referências de espaço: o local onde se passa a história e onde morava o personagem Zé Ruela. Quais são esses espaços?

A história se passa em Tabuí e Zé Ruela morava na roça, a mais de uma légua da cidade.

A légua é uma antiga unidade brasileira de medida itinerária equivalente a 6 600 metros.

2. Como é caracterizado o personagem Zé Ruela?

Tímido, de pouca conversa, desajeitado, fraco de inteligência. Essa última característica é reforçada quando, no texto, ele é apresentado como tendo o "cérebro embotado".

3. De que modo o trecho "Vestiu sua melhor roupinha" contribui para a imagem que fazemos de Zé Ruela?

O uso do diminutivo "roupinha" sugere que Zé Ruela é um rapaz bastante simples, não afortunado. É possível imaginar que, mesmo sendo "sua melhor roupinha", ainda assim suas vestimentas não são exatamente aquilo que se considera "uma boa roupa".

4. Qual era a intenção de Zé Ruela?

Arrumar uma mulher para se ajeitar na vida.

5. Como Zé Ruela ficava quando encontrava uma mulher?

Ficava sem assunto.

6. Que passagens comprovam a falta de assunto entre Zé Ruela e a donzela que ele encontrou?

A falta de assunto é expressa em todo o diálogo entre Zé Ruela e a namorada.

7. O que significa "dar um sorriso amarelo"?

Significa dar um sorriso falso, forçado.

Fonte: Soares (2012, p. 34)

ANEXO B – Questionário

8. O que significa "entrar numa canoa furada"? Que outra expressão coloquial possui valor equivalente a essa?

Significa entrar em uma situação em que haverá problemas. São expressões de sentido equivalente: "se dar mal", "entrar numa fria", "entrar numa furada".

9. Em relação à palavra "desconfiômetro":

a) Seu significado é:

(x) capacidade de desconfiar quando se está sendo inconveniente.
( ) medida de desconfiança.
( ) medida de quanto se é simpático e agradável.

b) Essa palavra foi criada por analogia com termos científicos mais o radical **metro**. Cite exemplos de algumas dessas palavras. 17

10. Durante os fatos narrados, como evoluíram os sentimentos da namorada de Zé Ruela?

Inicialmente demonstrou interesse, depois começou a achar que tinha entrado "numa canoa furada"; na sequência, ficou com dó do embaraço do rapaz, mas depois riu dele. Embora não esteja explícito no texto, pode-se inferir que finalmente ficou brava, visto que terminou o namoro, pois Zé Ruela lhe quebrou o dedo.

11. Que som é representado pela onomatopeia "Trac!!!"?

O barulho do dedo da moça ao ser quebrado.

12. Releia o título do causo e explique como ele se relaciona aos fatos narrados.

O título antecipa a característica do personagem central que irá desencadear os fatos do enredo: a falta de assunto que marca a atuação do personagem Zé Ruela.

13. Quais são as características desse texto? Converse com seus colegas a respeito e, juntos, elaborem a resposta a essa pergunta.

Espera-se que os alunos percebam que causós são narrativas breves, que algumas vezes são "esticadas" pelos contadores para gerar efeitos de humor. Os cenários são principalmente locais interioranos, pois os personagens dessas histórias geralmente são matutos, dos quais se explora a ingenuidade, mas também a esperteza. A linguagem usada é predominantemente coloquial e os textos apresentam marcas do texto oral. 18

Fonte: Soares (2012, p. 35)

A CENA DA ENUNCIAÇÃO E O *ETHOS* EM UMA CARTA MANUSCRITA DO SÉCULO XVIII

Antônio Fábio Carvalho ✉
Camila Lemos de Almeida ✉
Michele Barth Maggi ✉

INTRODUÇÃO

No período colonial brasileiro, as determinações normativas tanto administrativas quanto jurídicas eram emanadas do império lusitano e legitimadas na colônia brasileira, por meio de cartas régias, decretos reais, bandos, alvarás, dentre outros gêneros discursivos. Sem perder de vista o controle sócio-político e financeiro, os dirigentes das capitanias e outros cargos de confiança e estima se pronunciavam e/ou se comunicavam devido ao papel ou diversos papéis de controle e liderança que ocupavam, administrativa ou juridicamente.

Este trabalho é um recorte de pesquisas em desenvolvimento, que tem por intuito analisar o papel da cenografia na construção do *ethos* discursivo realizado nesta missiva manuscrita administrativa, pautando-se por algumas observações nos elementos linguísticos e discursivos. O *corpus* foi produzido e redigido pelo Juiz de Fora de Cuiabá, João Baptista Duarte, ao Governador Capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em 20 de novembro de 1974, denunciando o Reverendo Pedro de Andrade sobre alguns atos praticados de encontro às ordens da coroa lusitana.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A Filologia modernamente constitui-se como o estudo do texto em toda sua amplitude, "ou seja, a exploração exaustiva e conjunta dos mais variados aspectos de um texto: linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico, etc." (CAMBRAIA, 2005, p. 18).

Santiago-Almeida (2009, p. 223) encadeia o conceito de filologia para a análise do texto em duas direções, convergentes, no sentido *lato sensu* "a filologia se dedica ao estudo da língua em toda a sua plenitude – linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico etc.", seja manuscrito ou impresso, antigo e moderno, literário e não literário; já no sentido *stricto sensu*, concentrada no texto escrito, primordialmente literário. Trata-se de uma ciência com a finalidade específica de fixar, interpretar e comentar os textos.

Para compor este trabalho, a missiva selecionada constitui documento oficial administrativo, público, lavrado na Capitania de Mato Grosso, mais especificamente em Cuiabá, datado de 20 de novembro de 1774. Com o objetivo de edição, contempla-se neste estudo as edições fac-similar e semidiplomática visando a torná-las acessível tanto ao público especializado quanto ao público leigo, e na compreensão de um texto que não mais veicula em nosso tempo e espaço.

Assim sendo, fundamentados em Maingueneau (2005, p. 22) e, nesse mesmo sentido, Baronas (2014, p. 396) pondera que na "semântica global" são apreendidos os "diferentes planos discursivos desse manuscrito, gerenciando tanto o seu vocabulário quanto os temas tratados, a intertextualidade, as instâncias de enunciação, o *ethos* discursivo".

> [...] a análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando "o" sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito [...] O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal (PÊCHEUX *apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 11)

Por ser considerado um gênero de discurso, o *corpus* eleito foi apreciado com alguns aspectos teóricos do estudo representado pelas cenas de enunciação (cena englobante, cena genérica e cenografia) e com o conceito de *ethos*.

Considerando, sobretudo, a importância do enlace entre a filologia e a análise do discurso de orientação francesa, buscou-se delinear a carta manuscrita utilizando-se os critérios linguístico-discursivos, com o propósito de enriquecimento e aprimoramento para futuras pesquisas nos estudos da língua portuguesa, diacrônicos e discursivos.

Tal documento compõe o acervo do Instituto Histórico de Mato Grosso – IHMT, depositado em uma caixa de papelão pardo, em pastas com outras missivas reunidas e organizadas de acordo com a localidade, datação e identificação institucional e, ainda, acessível na versão digitalizada.

CRITÉRIOS DE TRANSCRIÇÃO

Elegeu-se neste trabalho as edições fac-similar, "reprodução fotomecânica, caracterizada por grau zero de intervenção do editor no manuscrito, e a semidiplomática, que apresenta baixo grau de intervenção do editor no texto" (CAMBRAIA, 2005, p. 95-96). Marcada pelo desdobramento das abreviaturas e, naturalmente, sua digitação, seguindo-se, com algumas adaptações, os critérios de transcrição estabelecidos por ocasião do *II Seminário para a História do Português Brasileiro*, realizado de 10 a 16 de maio de 1998, em Campos do Jordão, São Paulo. A predileção pela edição semidiplomática deveu-se à preocupação de se procurar garantir a maior fidedignidade possível à forma original dos manuscritos.

Assim sendo, serão adotados os seguintes critérios de transcrição:

1. As linhas são numeradas continuamente de cinco em cinco, uniformizando-se o texto à margem direita da mancha, ou à esquerda do editor;

2. As abreviaturas alfabéticas são desenvolvidas, registrando-se em itálico as letras nelas omitidas: A pontuação original é rigorosamente mantida;

3. A acentuação original, a presença ou ausência de diacríticos também são mantidos;

4. As fronteiras de palavras são mantidas, assim como a grafia original;

5. Não se introduz hífen ou qualquer outro sinal gráfico onde não há. O emprego de maiúsculas e minúsculas também é mantido como se apresenta no original;

6. A ortografia original é mantida, não se efetuando nenhuma correção ou atualização;

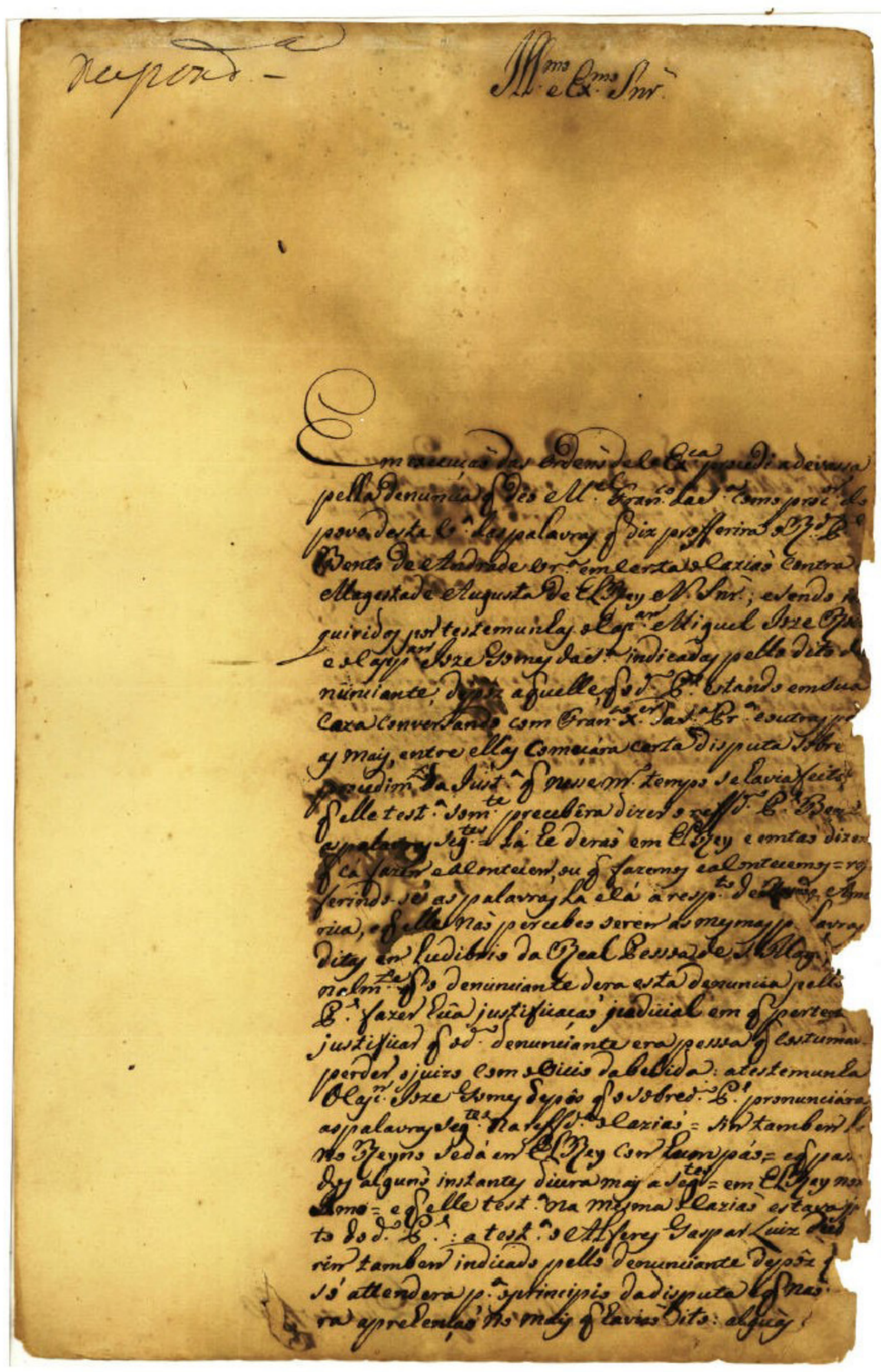
7. As variações nos traçados de grafemas não são mantidas pelo editor, mas são remetidas para os comentários paleográficos, com a indicação da linha;

8. As intervenções de terceiros são indicadas entre colchetes simples [ ];

9. As inserções feitas pelo escriba ou copista nas entrelinhas, à margem da mancha principal, são marcadas entre chaves { };

10. As leituras por conjectura, sem probabilidade de erros, das lacunas existentes por deterioração do documento, ou por outro motivo qualquer, estão entre diples <<>>;

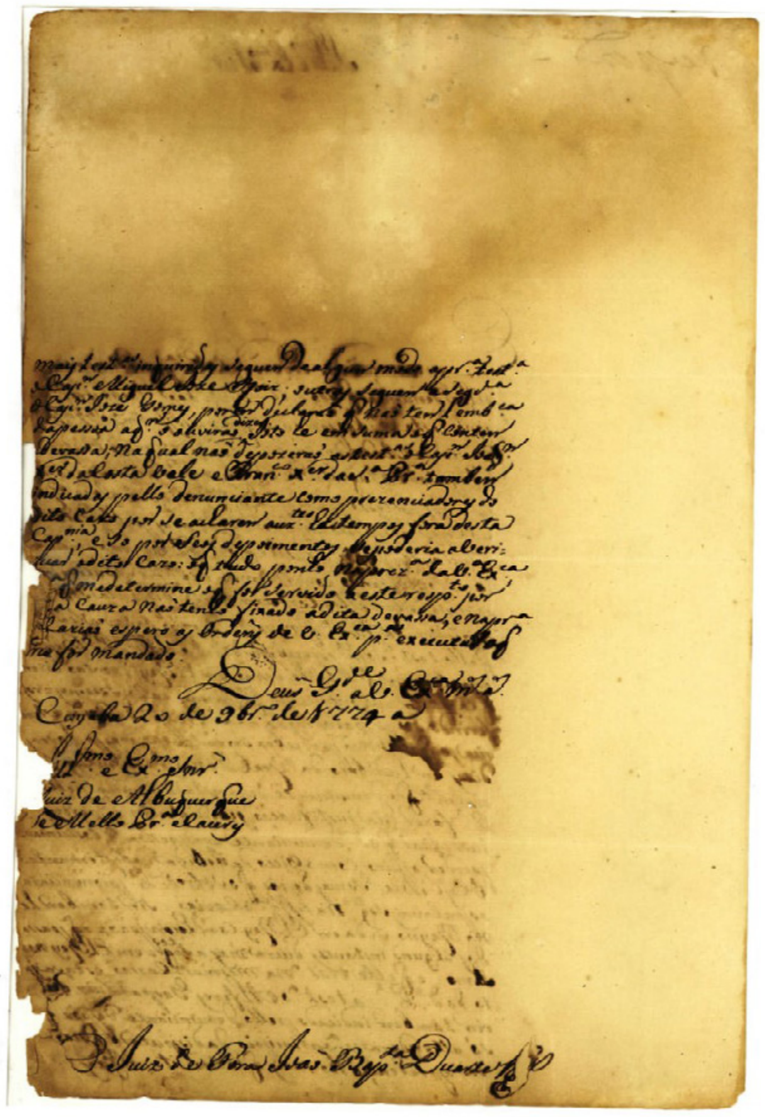
11. Os caracteres de leitura impossível, causada por corrosão ou borrão do suporte, são transcritos como pontos dentro de colchetes [ ], precedidos pela cruz †, sendo o número de pontos correspondente ao número estimado de caracteres †[..].



Edição Semidiplomática - Transcrição Ms1	
CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO ACBM - IPDAC - Pasta 177 – n. 10A	
ASSUNTO	Carta do Juiz de Fora de Cuiabá, João Baptista Duarte, ao Capitão-General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres comunicando ter feito a denúncia contra o Reverendo Bento de Andrade.
LOCAL	Cuiabá-MT
DATA	20 de novembro de 1774
ASSINATURA	Autógrafo[89]

Fólio 1r

[Respondida] Illustrissimo e Excellentissimo Senhor
Em execuçaõ das Ordeñs deVossaExcellencea procedi adevassa
pella denuncia que déo Marechal Franciscо daSilva como procurador do
povo desta Villa das palavras que diz profferira o Reverendo Padre
Bento de Andrade começara emcerta oCaziaõ contra
Magestade Augusta de El Rey eNosso Senhor; e vendo re
quiridos por testemunhas oCapitam Miguel Ioze <<Goiz>>
eoCappitamIoze Gomes daSenhora indicadas pello dito de
nunciante, dipozaquelle, que o Vosso Padre estando emSua
Caza conversando com Franciscо Xavier daSilva Pereira e outras pesso
as mais, entre ellas começára certa disputa sobre
procedimento da Iustiça que nesse mesmo tempo se havia feito
queelle testemunha somente precebêra dizer o refflexivo Padre Bento
as palavras seguintes = Lá he deraõ em El Rey e a muitas dizer
que cá fazem eaContecem, ou que fazemos eaContecemos = refe
ferindo-se as palavras La eCá a respeito de ┼(...) Ame
rica, e que elle naõ percebes serem as mesmas palavras
ditas em Ludibrio da Real Pessoa de SuaMagestade
oralmente que o denunciante dera esta denuncia pello
Padre fazer hûa justificaçaõo judicial em que pertenda
perder o juizo com oVicio dabebida: atestemunha
OCappitamIoze Gomes depôs que o sobredito Padre pronunciára
as palavras seguintes na refferidaoCaziaõ = Sim tambem La
noReyno sedá em El Rey com Lacom pás = equе passa
dos alguns instantes dicera mais a seguintes = em El Rey nosso
Illustrissimo = e que elle testemunha na mesma oCaziaõ estava jus
ta do dito Padre: a testemunha o Alferes GasparLuiz d┼(...)
rim também indicado pello denunciante depôz que
só attendera para oprincipio dadisputa e que naõ se
ra apretençaõ no mais que havia dito: alguãs



Fólio 1v

Fólio 1v

mais testemunhas inquiridas sequer dealgum modo aprimeira testemunha
eCapitam Miguel IozeGoiz; outras seguem a segunda
o Capitam Ioze Gomes, por os declarar que naõ tem Lembrança
dapessoa aquem ouvirao {dizer} Isto he em suma oque contem
devassa; Na qual naõ depoziraõ as testemunhas oCapitam Ioaõ Senhor
Xavier da Costa Vale e Francisco Xavier da Silva Pereira tambem
indicados pello denunciante como prezenciadores do
dito Cazo por se acharem auzentes ha tempos fora desta
Capitania, e so por Seos depoimentos se poderia aVeri=
guar odito Cazo: oque tudo ponho Naprezença daVossaExcellencea
que medetermine oque for servido a este respeito por
†(...)a cauza naõ tenho fixado adita devassa, e naprimeira
oCaziaõ espero as Ordeñs de Vossa Excellencea para executar oque
me for Mandado.
Deus Guarde aVossaExcellencea muitos annos
Cuyaba 20 de novembro de 1774 a
Illustrissimo e Excellentissimo Senhor
Luiz de Albuquerque
deMello Pereira eCaceres
<O Iuiz de Fora Ioão Baptista Duarte>

ANÁLISE

Para Maingueneau (2006, p. 250), a cena de enunciação é apreendida no interior do enunciado e possibilitada pelos dêiticos.

> A situação de enunciação não é uma situação de comunicação socialmente descritível, mas o sistema no qual se definem as três posições fundamentais do enunciador, do co-enunciador e da não pessoa. Como se sabe, está na base da identificação dos dêiticos espaciais e temporais, cuja referência é constituída em relação ao ato de enunciação [...].

A linguagem enquanto interação, além da materialidade textual, possui os envolvidos no processo de enunciação, com marcas de particularidades e condições sócio-históricas e culturais dos enunciadores. Nesse sentido, Maingueneau (2006, p. 250) afirma que:

> [...] quando se fala de cena de enunciação, considera-se esse processo "do interior", mediante a situação que a fala pretende definir, o quadro que ela mostra (no sentido pragmático) no próprio movimento em que se desenrola. Um texto é na verdade o rastro de um discurso em que a fala é encenada.

Maingueneau (2008, p. 115-116) apresenta a cena da enunciação em três dimensões: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. O autor ainda explicita que a cena englobante corresponde ao tipo de discurso, contudo, "não é suficiente para especificar as atividades discursivas nas quais se encontram engajados os sujeitos". Quanto à cena genérica, associa "cada gênero ou subgênero de discurso" definindo seus próprios papéis. Já o quadro cênico, associação da cena englobante e cena genérica, compreende o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido; por cenografia, instituição de uma cena que vinha sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação. Maingueneau (2008, p. 116) afirma que,

> Estas duas "cenas", englobante e genérica, definem em conjunto o espaço estável no interior do qual o enunciado ganha sentido, isto é, o espaço do tipo e do gênero do discurso. Em muitos casos, a cena de enunciação reduz-se a essas duas cenas; porém, outra cena pode intervir na cenografia, a qual não é imposta pelo tipo ou pelo gênero de discurso, sendo instituída pelo próprio discurso.

É significativo considerar que a cenografia não é imposta pelo gênero do discurso, mas se materializa pelo próprio discurso. Para exemplificar essa teoria, Maingueneau (2006, p. 113) considera que a cenografia é construída pelo próprio texto, sendo assim afirma que é "a cena da fala a qual o texto procura originar-se". Ressalta ainda que o discurso, desde seu início, impõe a sua cenografia, mas é por meio da sua própria enunciação que ele, o discurso, legitimará a cenografia que impõe.

Segundo a perspectiva da cena da enunciação por Maingueneau (2006, p. 114), a concepção de contexto como algo dado, estável é questionada, pois para o autor a cenografia se constrói à medida que se enuncia. Sendo assim, a cenografia é ao mesmo tempo origem e produto do discurso, pois:

> [...] ela legitima um enunciado que, retroativamente, deve legitimá-la e, fazer com que essa cenografia a qual se origina a palavra seja precisamente a cenografia requerida para contar uma história, ou denunciar uma injustiça etc. [...].

O *corpus* possui a mesma cena englobante, discurso pragmático-administrativo, ou seja, o seu sujeito enunciador atende a uma demanda de superior, uma "denúncia".

Ademais, a carta possui, resumidamente, a seguinte divisão interna, em respeito à estrutura do texto: introdução, texto e conclusão. Sendo, portanto, o autor e escritor da missiva um juiz, nota-se grande concentração de lexias jurídicas, especificidade vocabular contida no manuscrito, conforme excerto extraído, linhas 14 a 29:

as palavras seguintes = Lá he deraõ em El Rey e a m*ui*tas dizer
15 q*ue* cá fazem eaContecem, ou q*ue* fazemos eaContecemos = refe
ferindo-se as palavras La eCá a resp*ei*to de ✝(...) Ame
rica, e q*ue* elle naõ percebes serem as mesmas palavras
ditas em Ludibrio da Real Pessoa de S*ua*Mag*estad*e
oralm*en*te q*ue* o denunciante dera esta denuncia pello
20 P*adr*e fazer hûa justificaçaõo judicial em q*ue* pertenda
perder o juizo com oVicio dabebida: atestemunha
OCap*pita*mIoze Gomes depôs q*ue* o sobred*it*o P*adr*e pronunciára
as palavras seg*uin*tes na refferidaoCaziaõ = Sim tambem La
noReyno sedá em El Rey com Lacom pás = eq*ue* passa
25 dos alguns instantes dicera mais a seg*uin*tes = em El Rey nosso
Il*lustrissi*mo = e q*ue* elle test*emunh*a na mesma oCaziaõ estava jus
ta do d*it*o Padre: a test*emunh*a o Alferes GasparLuiz d✝(...)
rim também indicado pello denunciante depôz q*ue*
só attendera p*ar*a oprincipio dadisputa e q*ue* naõ se (14-29)

No documento manuscrito em análise, percebe-se que progressivamente, à medida que certas palavras foram enunciadas no documento manuscrito, a cenografia diferencia-se. Em outras palavras, o documento manuscrito não apresenta uma única cenografia, mas sim várias cenografias. Maingueneau (2008, p. 117) pontifica que:

> [...] a cena epistolar não é uma cena genérica, mas uma cenografia construída pelo texto, a cena de fala da qual o texto pretende originar-se [...] O discurso impõe sua cenografia de algum modo desde o início; mas, por outro lado, é por intermédio de sua própria enunciação que ele poderá legitimar a cenografia que ele impõe.

Nota-se que a palavra <adevassa> (2) é enunciada, o co-enunciador (leitor), ao proferi-la, terá produzido um tipo de cenografia que será materializada pela própria palavra <adevassa>(2). Seguindo o texto, ao ser enunciada a palavra <denuncia>(3), a mesma produzirá uma cenografia diferente da primeira palavra enunciada. Desta maneira, assim se procederá sucessivamente com as outras palavras como: <Padre>(4), <Bento de Andrade>(5), <procedimento de Iustiça>(12), <dabebida>(21), cada qual materializa uma diferente cenografia.

Maingueneau (2005, p. 92) explica que as cenografias podem se utilizar de cenas já instaladas na memória coletiva, a título de modelos que se rejeitam ou de modelos que se valorizam, como o excerto abaixo, linhas 31 a 45:

	mais testemunhas inquiridas sequer dealgum modo aprimeira testemunha
	eCapitam Miguel IozeGoiz; outras seguem a segunda
	o Capitam Ioze Gomes, por os declarar que naõ tem Lembrança
	dapessoa aquem ouvirao {dizer} Isto he em suma oque contem
35	devassa; Na qual naõ depoziraõ as testemunhas oCapitam Ioaõ Senhor
	Xavier da Costa Vale e Francisco Xavier da Silva Pereira tambem
	indicados pello denunciante como prezenciadores do
	dito Cazo por se acharem auzentes ha tempos fora desta
	Capitania, e so por Seos depoimentos se poderia aVeri=
40	guar odito Cazo: oque tudo ponho Naprezença daVossaExcellencea
	que medetermine oque for servido a este respeito por
	†(...)a cauza naõ tenho fixado adita devassa, e naprimeira
	oCaziaõ espero as Ordeñs de Vossa Excellencea para executar oque
	me for Mandado. (31-45)

Observa-se acima que o Juiz informou ao Governador Capitão-General de Mato Grosso sobre a devassa ocorrida, em virtude de uma denúncia. Tal denúncia foi feita sobre o Padre Bento de Andrade que, pelo vício da bebida, foi pego falando de atos que estavam sendo praticados em desobediência às ordens da metrópole em meio a testemunhas, como se tal atitude fosse um ato costumeiramente praticado. Observou-se que tanto o enunciador quanto o co-enunciador assumem um papel no gênero como um ritual social, fruto da interação entre os mesmos.

Nesse sentido, importante notar que, no período colonial brasileiro, não se pode afirmar que a Capitania de Mato Grosso estivesse livre de impunidade, controles locais particulares, mandonismo e corrupção. Assim, a coroa lusa não detinha o controle desejável ao acesso e distribuição de terras e recursos financeiros em sua colônia, pois estava diante de uma sociedade que conviveu com a tradição costumeira e a lei oficial, forças essas que legitimavam as práticas sociais, de forma paralela ou entrecruzando-se.

Salientamos quanto à legislação criminal, regida pelos princípios do Livro V das Ordenações Filipinas, bem como da autoridade representante da Coroa portuguesa na imagem do Governador Capitão-General, Luiz de Albuquerque, que tentou punir e controlar os crimes graves e comuns na Capitania de Mato Grosso e arredores, dentre eles: homicídio, furto, roubo, deserção dos regimentos militares, proibição da comercialização de escravos e contrabando de escravos, ouro, pedras preciosas e impostos.

Segundo Botelho (2008, p. 66), as devassas eram inquéritos judiciais ou religiosos que, por meio de apuração das ações consideradas e/ou julgadas criminosas ou processos, comprovavam um ato criminoso.

> No Brasil colonial, as devassas judiciais eram abertas pelas autoridades coloniais quando ocorriam motins, inconfidências ou mesmo suspeitas sobre atos que pudessem ameaçar a Coroa Portuguesa. Essas devassas objetivavam apurar os nomes dos envolvidos e sua participação no movimento, além de estabelecer as penalidades para os atos praticados, que iam do confisco de bens, passando pelo degredo e açoitamento em praça pública, no caso de escravos ou alforriados, até a pena de morte. (BOTELHO, 2008, p. 66-67).

Além da análise cenográfica, uma das cenas da enunciação por Maingueneau (2008), convém mencionar a relação do *ethos* e ela, a cenografia, pois o *ethos* é compatível à cenografia produzida pelo texto.

Maingueneau (2002, p. 95) assevera que "toda fala procede de um enunciado encarnado; mesmo quando escrito, o texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito para além do texto". Como se pode constatar, no documento manuscrito, o *ethos* determina o comportamento do enunciador, o juiz. Quando o enunciador fala <procedi adevassa> (2), <pella denuncia>(3), a cenografia e o *ethos* se entrelaçam, ao mesmo tempo em que é proferida a ação de "proceder com a devassa", é produzido um tipo de cenografia e ambos se materializam no próprio discurso.

Sendo assim, com a "denúncia" do procurador, Marechal Francisco da Silva, e a "devassa" aberta pelo juiz de fora (enunciador), João Batista Duarte, tecidas as considerações sobre o Reverendo Padre Bento pelo "juiz", foram mencionados o rol de "testemunhas", militares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Filologia e a Análise do Discurso de linha francesa atuam mobilizando suas teorias e metodologias, de modo geral diferentemente, contudo convergindo e demonstrando que os estudos da linguagem não estão prontos e acabados.

As cenas da enunciação constroem/constituem e são construídas/constituídas de modo a envolver o leitor, por meio de estratégias, crenças e valores nas manifestações linguístico-discursivas. Sem confundir situação de comunicação e cena da enunciação, esta "considera-se esse processo do 'interior', mediante a situação que a fala pretende

definir. Para tanto, dialogando entre si, essas posturas teóricas permitem um estudo interdisciplinar, privilegiou-se uma carta manuscrita setecentista, fomentando reflexões e pesquisas diacrônicas e discursivas.

No caso específico de nosso *corpus*, levando em consideração a análise das cenas de enunciação e *ethos*, concluiu-se que a cenografia é como se fosse o "mundo" retratado na materialização do discurso, no Brasil colonial, no período do século XVIII, mais precisamente por volta de 1774, tinha-se o controle da colônia por meio dos representantes da metrópole, autoridades essas muito leais e severas (governadores, juízes, procuradores, eclesiásticos, militares e outros) que procuravam aplicar as leis e punir quem as desobedecesse. Contudo, quando havia conflitos de interesses, as desobediências ocorriam e quando descobertas e/ou denunciadas, eram investigadas como foi descrito na missiva.

Nessa cenografia, o juiz construiu discursivamente tal desobediência, denunciando outra autoridade, um padre, junto ao Governador Capitão-general, Luiz de Albuquerque, leitor da carta, por meio de um processo judicial, a devassa. E, ainda inserindo como co-enunciador o terceiro invisível, o Rei/Rainha e outras autoridades vigentes. Além disso, do discurso administrativo peculiar nesse *corpus*, na análise da materialidade linguística e textual pode-se vislumbrar o discurso jurídico, tanto pela materialidade textual, quanto da especificidade discursiva da linguagem jurídica, fundamentada no uso das leis, jargões e expressões, compondo o discurso jurídico-administrativo à época.

Por fim, essa pesquisa abre-se às possibilidades de outras formas de recursos teóricos, outras formas de utilização das cenas de enunciação e *ethos*, bem como de efeitos de sentidos com outros posicionamentos argumentativos e teóricos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. A. de A; BARONAS, R. L.; SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. *Plano de guerra da Capitania de Matto Grosso:* Janeiro de 1800. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

ANTONIO NETO, J. *História do Poder Judiciário de Mato Grosso:* Colônia e Império. 2. ed. ampl. 2004.

AZEVEDO FILHO, L. A. *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro: Presença Edições/ EdUSP, 1987.

BOTELHO, A. V. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 13. ed. 2. reimp. São Paulo: EdUSP, 2010. (Didática, 1)

FLEXOR, M. H. O. *Abreviaturas: Manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FREYRE, G. *Contribuição para uma sociologia da biografia:* o exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.

HOLANDA, S. B. *História geral da civilização brasileira. A época colonial:* administração, economia, sociedade. 4. ed. v. 2. Tomo I. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

_____. *Cenas da enunciação*. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza e Silva (Orgs). São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: UNICAMP & Pontes, 2002a.

_____. *Análise de textos de comunicação*. 2. ed. Campinas: Cortez, 2002b.

MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. (Org.). *Por minha letra e sinal: Documentos do ouro do século XVII*. Cotia: Ateliê Editorial, 2005. (Série diachronica, 4)

MELO, G. C. de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 6. ed. rev. e melhor. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

NETO, B. J. *Ensaios da filosofia da linguística.* São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. *Aspectos fonológicos do português falado na baixada cuiabana:* traços de língua antiga preservados no Brasil (Manuscritos da época das Bandeiras, século XVIII). 2000. 317 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Os manuscritos e impresso antigos: a via filológica. In: GIL, B. D. et al. *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-234.

SPINA, S. *Introdução à edótica:* Crítica textual. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: ArsPoetica/ Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

NEGRA FLOR UM CANTO (*INSUR*)DIVERGENTE: ANÁLISE À BRASILEIRA DAS POÉTICAS DO SER DE UMA MULHER

Claudio Alves Benassi ✉
Simone de Jesus Padilha ✉

EXPLICAÇÕES PRELIMINARES: COMPOSIÇÃO E A OBRA *NEGRA FLOR*

Ei! Será que você não vê, o povo nas ruas,
Com medo de morrer?
Ei! Será que você não vê, que essa gente é de carne e osso,
E sangra igual a você?
Ei! Será que você não vê, o povo exprimido nos ônibus
Tentando sobreviver? sobreviver, sobreviver, sobreviver.
Ei! Será que você não vê, que essa gente na ignorância,
Te deu poder?
Ei! Será que você não vê, queremos saúde, educação
E não jogos pra entreter?
Ei! Será que você não vê, que o povo já está cansado,
Desse abuso de poder? Desse abuso, muito poder, de poder...
Ei! Mas é claro que você vê, que pagamos nossos impostos,
Pra sustentar você...
Ei! É claro que você vê, que essa "tal" privatização,
Só é bom negócio pra você...
Ei! É claro que você vê, e só enxerga o seu umbigo,
E que a gente vai... sobreviver... sobreviver...
Sobreviver... sobreviver, nós vamos sobreviver...
Pra derrubar você...

A COMPOSIÇÃO: BREVES APONTAMENTOS

Segundo Benassi e Victorio (Epígrafe *apud* BENASSI, 2014, p. VI), a composição é um processo dialógico, em que o discurso musical é concebido como uma malha,

> [...] na qual se entrelaçam os fios sonoros alheios, que simbiotizamos e aplicamos à nossa própria poética, tornando-os alheios próprios. Esses, com o decorrer do tempo, se materializam por meio de experiências conscientes como discurso musical próprio.

Nota-se que, na concepção dos autores, o ato de musicar (compor) uma obra vai além do simples fato de "arquitetar" sons, ou ainda, musicar um poema. Segundo Benassi (2014) e Benassi e Victorio (2015), o processo de concepção artística musical está repleto de intenções enunciativas, intenções essas sempre axiológicas, carregadas da ideologia do criador, cujo cunho valorativo partilha a vida do objeto estético musical. O processo de composição é também um momento exotópico, pois, na concepção de Benassi (2014), o criador que se inquieta com a realidade primeira (SALLES, 2011) sai do seu lugar e do extra-local, recria a realidade segundo sua própria ética e estética. Além desse fenômeno, a exotopia no processo de criação artística musical se manifesta no percurso que o compositor (especialmente, aquele iniciante em fase de aprendizagem) faz do seu local de enunciação para o dos seus *outros*.

No início, o compositor aprendiz, por meio da análise musical, compreende o discurso e a inteligência musical presente na obra de outros compositores. Ao desenrolar os fios sonoros alheios, o compositor aprendiz toma parte no discurso musical alheio

e o traz para dentro do seu lugar de enunciação artística. Assim, com o decorrer do tempo, o processo consolida o discurso musical como alheio-próprio, podendo se tornar próprio (BENASSI; VICTORIO, 2015). Em seu percurso de criação artística, o compositor não se isenta da responsabilidade de responder por sua criação, pois não há álibi na existência. O não álibi no ser "transforma a possibilidade vazia em ação responsável real [...]", ou seja, transforma o simples (in)acabamento momentâneo da análise em material para a gênese artística.

Dessa forma, analisar, compreender e transpor o discurso musical alheio para o meu lócus de enunciação não pode ser simplesmente uma apropriação passiva desse discurso, mas uma desterritorialização do mesmo que será, no novo território do compositor aprendiz, reacentuado, reelaborado, revalorado e então, reenunciado. Nisso decorre a responsabilidade do autor criador musical. No ato anterior ao da criação, ele (re)visita os locais de enunciação *outros*, para assim se apropriar do discurso musical alheio. Mas, ao retornar modificado por esses discursos visitados, o mesmo, por força respondível/responsível, estará obrigado à reenunciação.

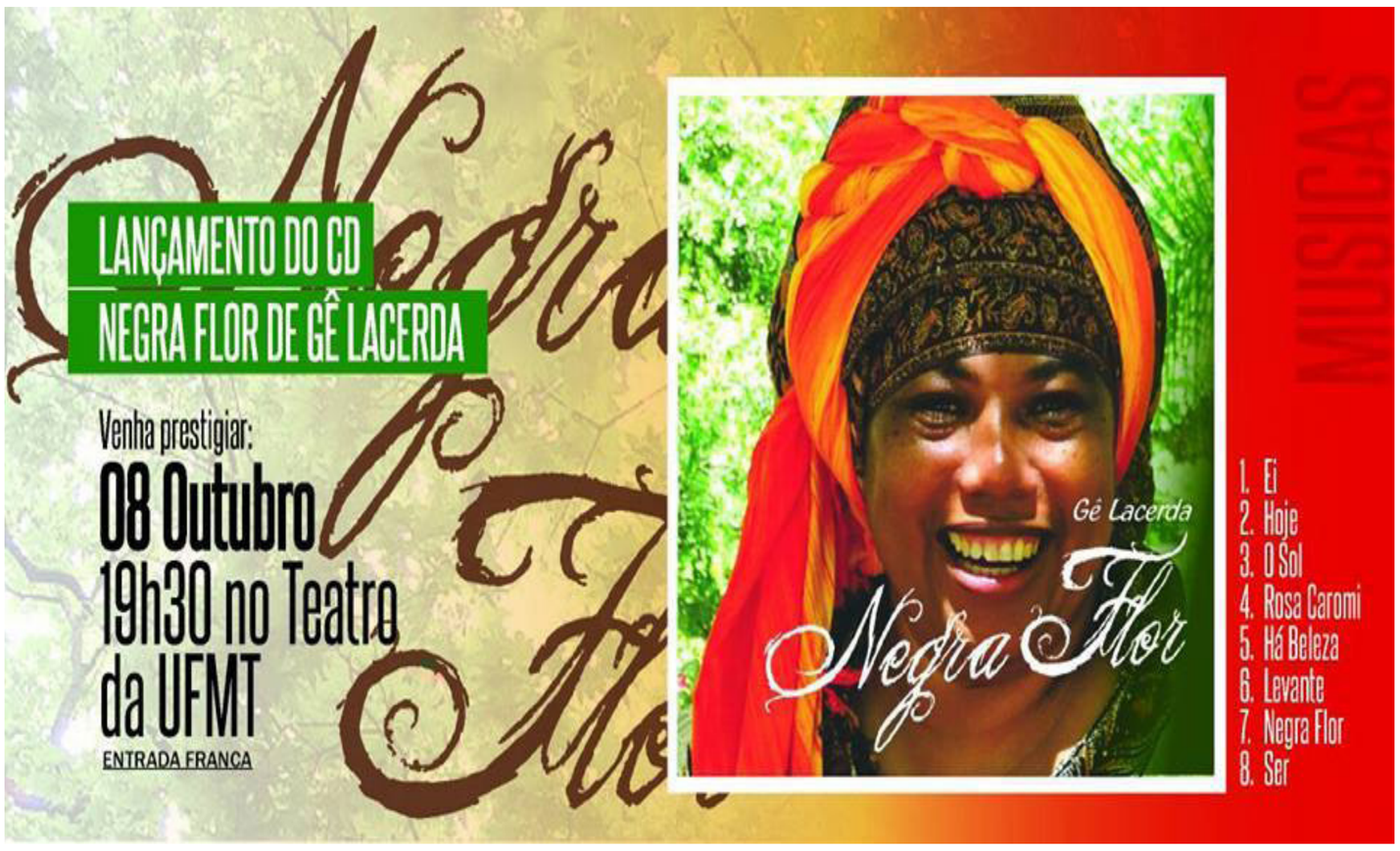
Ainda no processo de criação artística musical, o autor-criador não consegue isentar seu objeto estético da influência da axiologia que o constitui. Segundo Bakhtin (2010 [1975], p. 19), a forma artística tem "a capacidade de exprimir uma relação axiológica qualquer, do autor e do expectador, como algo além do material". Logo, ainda que não explicite, a obra musical estará sempre impregnada dos valores axiológicos que constituem seu criador. Como veremos ao longo desse artigo, que tem por objetivo a análise da obra (insur)divergente *Negra Flor*, a axiologia guia as ações estéticas do criador, bem como delineia o seu ser/estar no mundo estético quotidiano. Essa análise se dará mediante a aplicação das categorias convergência, insurgência e divergência da estética do ser.

A OBRA *NEGRA FLOR:* PEQUENA CONTEXTUALIZAÇÃO

A obra musical intitulada *Negra Flor* foi lançada no dia 08 de outubro de 2016, às 19h, no Teatro Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso. A obra traz um total de 13 canções: *Ei!; Hoje; Sol; Revolução; Olhem para nós; Rosa Caromi; Há beleza; A marcha; Nós; Onde você for; Levante; Negra Flor e Ser*, sendo que, no concerto intimista de lançamento, foram apresentadas ao público as músicas *Ei!; Hoje; Sol; Rosa Caromi, Há beleza; Negra flor e Ser*. A obra *Negra Flor* nasce da estética divergente da violonista, compositora e cantora Genecília Lacerda (Gê Lacerda em arte), dentro de um contexto ideológico, representativo e de afirmação social a partir da inserção da autora no PET Conexões Saberes da Universidade Federal de Mato Grosso – programa de Ação Afirmativa, desenvolvido pelo Ministério da Educação do Governo Federal (LACERDA, 2016, encarte do CD). Segundo a musicista diz, no encarte do CD, é a partir daí que ela despertou para a sua negritude e também para a luta ideológica social:

> Genecília Lacerda encontrou o PET Conexões Saberes em 2011 e, a partir daí, surpreendeu-nos com composições musicais uma seguida da outra. Em apenas um ano, Genecília compôs 14 músicas, inspirada nas discussões e reflexões do grupo sobre os mais diversos temas, mas tendo como pano de fundo a realidade concreta vivida pelo nosso povo e a necessidade de transformá-la (LACERDA, 2016, encarte do CD).

Figura 1 – Encarte do CD *Negra Flor*



Fonte: Lacerda (2016, encarte do CD)

Nota-se que o despertar da musicista dá-se com sua entrada para o programa citado. As situações de reflexão experienciadas pela autora no programa, bem como as vivenciadas no dia a dia, impulsionaram a mesma à criação artística musical. O encarte do CD sintetiza a materialização do ser de Gê Lacerda ao afirmar que a mesma sorria sempre e que o "estilo alegre e singular" de mulher, de "Negra Flor" cuja reflexão, sonhos e lutas, juntamente com os estudantes do PET Conexões de Saberes "por um mundo de todas e para todas as pessoas", são sintetizados em poemas musicados.

CATEGORIAS SELECIONADAS PARA A ANÁLISE: CONVERGÊNCIA, INSURGÊNCIA E DIVERGÊNCIA

Para essa análise, selecionamos três categorias em especial, embora, ao longo deste trabalho, muitas outras poderão aparecer. No entanto, nosso objetivo está em examinar a obra poética (especificamente, os poemas ou partes deles, como apontaremos detalhadamente no próximo tópico) à luz dos conceitos de convergência, insurgência e divergência. Esses conceitos surgem da aproximação do pensamento guattariano ao arcabouço teórico bakhtiniano, perspectivas que parecem paradoxais a princípio, pois os autores concebem o poder de forma bastante distinta. No entanto, algumas dessas categorias apresentam nomes diferentes, mas as interpretamos de forma bastante similar. Essas categorias são as de reflexão e refração de Bakhtin e micropolítica de Guattari.

Guattari e Rolnick (1996), ao exporem suas categorias de subjetividade capitalística e cultura capitalística, trazem uma ideia que parece oposta à de Bakhtin. A princípio, nos parece contraditória, pois essas duas categorias delineiam um horizonte imposto pela superestrutura ou pelo capital, moldando, assim, a subjetividade do sujeito, dando

a ideia de passividade do mesmo por meio do querer ser e possuir. Nesse aspecto, o processo de alteridade nos parece unilateral e impositivo, o que, por sua vez, tira do sujeito a possibilidade de refranger a realidade e o poder de escolha em *ser*. Assim, a diferenciação (refração) não poderia acontecer. No entanto, ao delinear a micropolítica como rotas de fugas dos platôs de sujeição, como produtora de singularidade no sujeito, Guattari se aproxima da ideia da reflexão e da refração bakhtiniana que é uma via de mão dupla: o ser reflete realidades, mas também as refrange.

Assim sendo, essas forças de sujeição que fabricam a subjetividade do indivíduo e que o mesmo reflete são tomadas por nós como forças convergentes, que atuam sobre o microcosmo de ser, no intuito de moldá-lo de acordo com aquilo que se espera de um determinado sujeito em uma determinada cultura ou contexto social. Por outro lado, a micropolítica entendida como rotas de fuga da sujeição e também como refração (desvio) da realidade, nos traz a ideia de insurgência. Essas forças se originam no microcosmo do ser e o fazem negar, afastar-se e rebelar-se contra as identidades reconhecidas ou contra os modos de ser consagrados (BENASSI, 2016; BENASSI; PADILHA, 2016). Essa insurgência pode se caracterizar como sendo intermitente, aquela que surge e se dissipa antes da origem de um novo ser, e a fenixialógica, que leva o velho ser à morte subjetiva, fazendo com que surja daí um novo ser: o divergente. Essa força ela se origina na insurgência e, quando levada a cabo, dá origem ao novo ser que se caracteriza subjetivamente por não se encaixar no edifício das identidades reconhecidas (BENASSI, 2016; BENASSI; PADILHA, 2016).

MUSICAGEM EM *NEGRA FLOR:* INTERAÇÕES AXIOLÓGICAS ENTRE PALAVRAS E SONS

Hoje, o que você tem feito hoje?
Se tua vida é lamentar
Olhe ao redor, que certamente
Irá encontrar, alguém pior
Hoje, o que você tem feito hoje?
Se o amanhã, pra ser melhor
Tem que querer, fazer agora
E não esperar, acontecer
Hoje vou perguntar: o que você, tem feito hoje?
Vou perguntar: o que você, tem feito hoje?
Hoje! O poder que oprime hoje,
Mata a nossa consciência
Nos deixando de mal a pior
Hoje! O que você tem feito tem hoje?
Pra mudar essa decadência
E construir um mundo melhor...
Hoje vou perguntar: o que você, tem feito hoje?
Vou perguntar: o que você, tem feito hoje?
Tem que ser hoje, esperar pra que? Tem que ser hoje!

A musicagem[74] – processo que envolve a arquitetura musical dessa obra –, envolve uma vasta gama de sonoridades que, por vezes, evocam e exaltam a negritude de Gê

74 Termo conceitual que indica o uso que se faz do sistema musical, noutras palavras, é uma atividade estética ligada à dimensão da vida (BENASSI; PADILHA, 2016).

Lacerda, que traz também a competência e a habilidade criativa do multi-musicista Habel dy Anjos, cujo trabalho foi preponderante para a materialização da obra em questão. Em alguns momentos, aparecem arranjos, sonoridades, que nos remetem à "grande mãe África". Essas estão claramente evidenciadas no uso da *Kalimba*, do atabaque e do berimbau.

Figura 2 – Da esquerda para a direita: *kalimba*, atabaque e berimbau.

Fonte: <http://www.forsmallhands.com/kalimba-thumb-piano>, <https://capoeiraaltoastral.wordpress.com/sobre-capoeira/o-atabaque/>, <http://pontosolidario.org.br/loja/o-que-e/musicais/berimbau/>[75]

O ambiente puramente musical[76] não explicita as relações axiológicas do criador, pois a relação significação e construção de sentidos na música é totalmente diferente da palavra, embora se dê na interação. No entanto, como explicitado anteriormente, a forma artística tem a capacidade de exprimir relações de valor do autor e do espectador como algo para além do material (BAKHTIN, 2010, p. 19). Logo, implicitamente, a axiologia do autor está presa, fundida, atrelada indissoluvelmente ao objeto estético musical como algo para além do objeto puramente material. Isso poderá se revelar de duas formas. Uma por análise conjectural e contextual da obra. Outra por elucubração do próprio autor-criador quando se desnuda e revela com isso seu processo de criação.

Isso implica dizer que, numa análise musical, deve-se levar em consideração não só o material musical organizado, mas também a possibilidade de existir as forças valorativas do autor que, no momento da criação, se prendem ao objeto estético e a ele se ligam indissoluvelmente. Convém lembrar que, quando falamos de música, nos referimos ao som da acústica organizado no tempo e no espaço e não ao poema (letra) cantado. No caso da obra *Negra Flor*, há uma interação entre a música e a poesia.[77] Essa interação propicia à obra toda a explicitação da axiologia de Gê Lacerda como militante estudantil do PET Conexões de Saberes.

---

75 Acesso em: 20 out. 2016.

76 Ambiente constituído exclusivamente por sons, sem interferência da palavra. Seria então a música instrumental.

77 Artes que se distanciaram com o Renascimento, provavelmente, com o nascimento da polifonia musical, embora o processo tenha se iniciado, segundo Dumont (2013, p. 34) com o processo da chamada "metamorfose da lírica trovadoresca", que provocou a lenta separação dessas artes.

Para Bakhtin (2010, p. 58), "na forma eu encontro a mim mesmo, minha atividade produtiva de formalização axiológica [...]", assim, explicitamente no objeto estético verbal, as relações de valor são marcadamente demonstradas pelo jogo organizacional das palavras usadas no momento da criação, enquanto, no objeto estético puramente musical, essa relação seria implícita[78]. A língua é considerada, para Bakhtin (2010, p. 96), "enquanto meio vivo e concreto onde a consciência do artista da palavra nunca é morta". O autor considera que o poeta tem como língua a sua própria linguagem, ele partilha do seu universo e é dela inseparável (*Op. cit*., p. 94). É nesse sentido que lançamos nossos olhares sobre a obra em questão.

Para nossa análise neste artigo, focaremos os poemas e a poética divergente de Gê Lacerda. O material musical será, em momento vindouro oportuno, por nós analisado à luz das categorias bakhtinianas. Por hora, nos deteremos em algumas partes dos poemas compostos e musicados pela artista. Entendemos que o material verbal fornece explicitamente os dados que necessitamos para a nossa análise, por isso a nossa escolha no presente momento.

NEGRA FLOR, UM CANTO INSURGENTE: DAS POÉTICAS CONVERGENTES SÓCIO-MUSICAIS ÀS DIVERGÊNCIAS

Amanheceu, é um lindo dia
Que vou viver, com alegria
Esse amor que é tão grande
E sinto por você
O teu calor, que me aquece
A energia, que me fornece
É que me faz viver e alimenta
Todo o meu ser
Obrigado! Por você existir, iluminando, a nós todos aqui
Obrigado! Por ser belo assim, quando nasce, e se põe para mim
Você é nobre, por excelência
Serve a todos, sem preferência
O seu exemplo, quero seguir
Um dia eu serei igual a ti
Obrigado! Por você existir, iluminando, a nós todos aqui
Obrigado! Por ser belo assim, quando nasce, e se põe para mim
O sol!

O atual cenário da música popular brasileira pode ser entendido, claramente, como um grande e forte platô de criação e atuação das forças de convergência. Essas forças estão na superestrutura e delas são emanadas para os profissionais que atuam no campo da música popular. São eles compositores, cantores, instrumentistas, produtores, entre outros. Esses profissionais são platôs para onde convergem as forças mercadológicas musicais, pois o atual lugar da música não é mais as salas de concertos, tampouco os palcos. Pelo contrário, esses locais da música de outrora deram lugar ao mercado, mediante o uso das novas tecnologias que se renovam dia após dia, nos mais diversos tipos de suportes midiáticos.

---

78 Esse assunto será profundamente estudado por mim, pois se constitui como meu problema de pesquisa e objeto de tese.

Assim sendo, para satisfazer as questões do mercado musical, não basta apenas uma bela voz. É necessário muito mais do que uma voz, um talento para o canto ou para a poesia. Essa voz precisa ser encaixada num estilo que seja vendável. Nesse sentido, um cantor que apresente uma obra autoral em que letras e músicas sejam originais e não se enquadrem nos modelos reconhecidos do grande público pode estar fadado ao fracasso. O mercado musical, por meio de suas forças convergentes, atuará, em muitos casos, para a desconstrução dos requintes de originalidade que os artistas apresentam (como nos *reality shows* que delapidam e aparam quaisquer arestas de originalidade que seus participantes apresentam, tornando-os um produto de identificação de massa).

Dentre os muitos agenciamentos do mercado musical que convergem para os artistas populares, podemos citar o que impera no gênero sertanejo, iniciado na década de 1910, por compositores rurais e urbanos que difundiram e popularizaram esse gênero musical conhecido genericamente como moda ou embolada, cujo som principal advém da viola. Inicialmente, o gênero discutia, nos poemas, questões ligadas ao ambiente "caipira", ligado ao sertanejo. Com o passar do tempo e urbanização desse gênero, as discussões se modificaram. Nas décadas finais do século passado, o discurso empreendido nesse gênero passou a versar sobre a mulher, sobre o amor e sobre as desventuras de amar e, principalmente, o lamento do amor não correspondido e a traição.

Na atual conjuntura, com a divisão do gênero sertanejo, em sertanejo de raiz e no chamado sertanejo universitário, a discursividade verbal é centrada numa figura ensimesmada que, apesar de traída, preserva sua autoestima e promete dar "a volta por cima". Além disso, podemos citar ainda como convergência desse estilo discursivo os apelos visuais, tais como, figurinos, dançarinos esbeltos, recursos tecnológicos usados nos grandes *shows* e linguagens alinhadas àquelas que os jovens utilizam. Esses são apenas fragmentos que exemplificam a atuação das forças convergentes do mercado musical, as quais fabricam a subjetividade do artista em formação e mantêm os emergentes. N'outras palavras, o sucesso do reconhecimento dependerá da normalização na linha de montagem artística da superestrutura. Poucos são os artistas que insurgem contra esse tipo de agenciamento. Como a maioria visa o reconhecimento do grande público e retorno financeiro apenas, encontra-se desparamentado de sua originalidade, tornando-se apenas um produto vendável.

Não é o caso de Gê Lacerda, a *Negra Flor*. Discursivamente, Gê se materializa como mulher que descobriu, a partir de sua inserção no PET Conexões de Saberes, a beleza e o valor de sua negritude, com isso se despertando para a luta em defesa do social. Desvela, como veremos no tópico a seguir, em suas letras, toda sua insurgência ao sistema político-econômico, cuja lógica se pauta na exploração e submissão popular. Sua obra *Negra Flor* é resultado dessa insurgência. Delineia horizontes reais do cotidiano da maioria de nós que, como ela, permeamos as margens da sociedade, se configurando como uma grande massa de excluídos, produzidos pelo próprio sistema. A discursividade dessa obra não se relaciona com o canto à "cornitude" ou a ensimesmação, tampouco, a depreciação da figura feminina, ou ainda, à ostentação. Gê canta a divergência, trazendo seus valores de mulher que se preocupa consigo e com seu povo.

Negra Flor é um canto divergente que nos traz reflexões a respeito do cotidiano, por exemplo, a preocupação com a realidade do trabalhador brasileiro, que sustenta o país por meio de sua produção e é comprimido pelas forças que emanam da superestrutura que lhe rouba a dignidade, suprimindo-lhe parte considerável de sua produção em troca de serviços (tais como educação, saúde e segurança) cada vez piores. Gê Lacerda chama a atenção para os problemas sociais, tais como transporte coletivo e educação precários, impostos exorbitantes que não financiam serviços dignos à sociedade. Traz à baila a ideia de que as privatizações empreendidas pelo governo só trazem benefícios para ele próprio.

Consideramos que, mediante a incapacidade de gerir satisfatoriamente, alguns setores da administração pública, o governo os entrega para a iniciativa privada. Com isso se isenta da responsabilidade de manutenção adequada e dos gastos que dela advém. Pagamos à iniciativa privada por serviços que o governo deveria oferecer gratuitamente sem, no entanto, termos reduzida a carga exorbitante de impostos que delapida nossa produção. Por fim, a conclusão de que "vamos sobreviver para derrubar você" marca o posicionamento ideológico da artista. A materialidade discursiva verbo/musical é de uma mulher Negra Flor que conhece o sistema de transporte coletivo caótico dos grandes centros urbanos no Brasil, que insurge contra o sistema e, musicalmente, diverge, usando o ambiente musical como arena de luta.

ARQUITETÔNICA DE *NEGRA FLOR*: A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DIVERGENTES

Ei! Levante daí e venha saber o que acontece ao seu redor,
Eu disse:
Ei! Levante daí e venha fazer junto com a gente algo melhor
Juventude, levante!
Juventude, levante!
Juventude, levante! Levante!
Juventude, levante!
Juventude, levante!
Juventude, levante! Levante!
Ei! Levante daí e venha viver o que acontece ao seu redor,
Eu disse: levante daí,
Venha construir junto com a gente
Um mundo melhor
Juventude, levante!
Juventude, levante!
Juventude, levante! Levante!
Juventude, levante!
Juventude, levante!
Juventude, levante! Levante!
Ei! Levante daí...
Ei! Levante!
Ei! Levante daí...
Ei! Levante!
Levante da juventude!

Em Bakhtin (2010 [1975]), a ideia de forma composicional se relaciona a um modo específico de estruturar externamente uma determinada obra artística. Essa estruturação externa dá-se a partir de uma concepção arquitetônica. Assim, podemos conceber a forma composicional como sendo a estrutura organizacional teleológica do material, ou seja, material organizado estruturalmente voltado para um fim. Nesse aspecto, as formas composicionais se apresentam teleológica e utilitariamente estando sujeitas a avaliações de cunho técnico, podendo ser determinado se as mesmas realizam adequadamente a tarefa arquitetônica (PADILHA, 2005). Já a forma arquitetônica é a concepção da obra como objeto estético. Para Bakhtin, "a arquitetônica de uma visão artística organiza tanto o espaço e o tempo quanto o sentido" (GEGe, 2009, p. 15). Ainda podemos conceber a arquitetônica como sendo o encontro do querer dizer com a apreciação valorativa do auditório social. Nisso, decorre a realização, a materialização, a concretude do objeto do discurso, seja ele estético ou prático. Partindo dessa premissa, empreendemos nossa análise de *Negra Flor*.

Embora não tenhamos tempo nem espaço para uma análise profunda do todo dessa obra, podemos afirmar que referente à primeira tarefa[79] proposta por Bakhtin (2010 [1975]) para a análise estética, entendemos que a obra apresenta materialidade discursiva singular. *Negra Flor* é uma obra autoral que foge das formas propostas pela superestrutura, reafirmando seu caráter divergente, ou seja, não apresenta discursos que o grande público espera, apresentando uma intricada malha discursiva e ideológica de afirmação social. Quanto à estrutura puramente artística, seria impossível contemplar o todo da obra *Negra Flor*, pois teríamos a análise do material verbal e do musical para elaborar. No entanto, de forma superficial, seria possível dizer que a maioria dos poemas tem várias estrofes, com número de versos variáveis, sendo que apenas um deles (O sol) apresenta uma única estrofe. Em música, diríamos que se trata de uma forma A.

No tocante à segunda tarefa[80], não convém neste trabalho desprender tempo e espaço para analisar os modos e usos da língua que se faz na referida obra, tampouco no que diz respeito à musicagem. Referente à terceira tarefa[81] proposta por Bakhtin (2010 [1975], delinearemos a nossa análise da obra *Negra Flor* entendendo-a como um objeto estético divergente. Ao descobrir que "minha cor é o que há de lindo", Gê Lacerda não canta as poéticas "maneiras" para entreter seu público, canta a beleza estética do ser mulher, do ser *Negra Flor*. Fugindo dos platôs de convergência que implicariam em um ser moldado aos padrões de beleza dominantes, Gê Lacerda discursa "meu cabelo é meu estilo, sou bem melhor assim", desvelando a insurgência ao modo de existir com cabelos lisos.

Divergentemente, canta "sou mulher, linda e solta e me amo demais, sou a cor da realeza, de tudo eu sou capaz", delineando em sua poética seu próprio eu, pois, para Bakhtin (2010 [1975], p. 94), "a língua do poeta é sua própria linguagem".

---

79 Compreender o objeto estético na sua singularidade e estrutura puramente artística (BAKHTIN *apud* PADILHA, 2005, p. 67).

80 Abordar a obra na sua realidade original, puramente cognitiva, e compreender sua estrutura de forma totalmente independente do objeto estético (BAKHTIN *apud* PADILHA, 2005, p. 67).

81 Compreender a obra exterior, material, como um objeto estético a ser realizado, como aparato técnico da realização estética, procedendo pelo método teleológico (BAKHTIN *apud* PADILHA, 2005, p. 67).

O canto divergente de Gê Lacerda não apenas mostra sua tomada de poder e luta contra as mazelas que se originam da opressão que a superestrutura opera sobre o povo, o canto insurgente também propõe a reflexão a respeito de nosso próprio posicionamento, frente às convergências dos platôs de sujeição e fabricação de subjetividade do capital. Gê Lacerda nos conclama a refletir sobre o que temos feito hoje. A convergência neste platô é reclamar, segundo a artista, no entanto, para ela, "se o amanhã, pra ser melhor, tem que querer, fazer agora e não esperar acontecer". O sentido aqui reside na passividade do reclamar, de ser convergente. Há a necessidade de insurgir e, se quisermos ser divergentes, fazermos hoje e não esperar acontecerem as mudanças sociais que almejamos.

As convergências da vida contemporânea atuam em nosso ser, fazendo com que nos esqueçamos da influência e importância da natureza e das pequenas coisas que acontecem a nosso redor e sequer damos conta. Esquecemos, por exemplo, de agradecer o sol que brilha para todos sem distinção. Na divergência, Gê Lacerda canta a grandeza do sol e o agradece pela nobreza, considerando-o "[...] nobre, por excelência e serve a todos, sem preferência [...]". Outro chamamento realizado em *Negra Flor* é ao levante. Cantando, Gê Lacerda conclama a juventude a se levantar. A perceber o que acontece no mundo e exorta: "[...] venha fazer junto com a gente algo melhor".

Para concluir este tópico, cabe ressaltar, em nossa análise, que a obra *Negra Flor* apresenta seu caráter teleológico como um canto insurgente, pois ele está na contramão da discursividade verbo-musical presente em alguns gêneros musicais populares. É divergente, pois sua insurgência é levada a cabo e dela surge um novo canto, um canto cujo fim é a materialização discursiva ideológica de si, pois, como afirma Bakhtin, a língua do poeta é sua própria linguagem, para nós, o discurso é o próprio ser. Gê Lacerda utiliza a palavra musicalizada para se materializar discursivamente. Considerando que o discurso é a materialização do ser, *Negra Flor* nos remete às experiências vividas por Gê Lacerda. Mostra-nos sua constituição ideológica refrangente, ou seja, divergente, frente aos modos de existência e às identidades artísticas reconhecidas e isso se materializa em discursos e também em seu objeto estético, pois o mesmo partilha de sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PLATÔS INSURGENTES = VIDAS DIVERGENTES

Meu cabelo é meu estilo,
Sou bem melhor assim
Minha cor é o que há de lindo
Está tudo bem em mim
Negra é a cor, é vida, é raça
Negra é força, luta, é dor
Negra tem sangue vermelho
Negra é amor
Sou mulher, linda e solta
E me amo demais
Sou a cor da realeza
De tudo sou capaz
Negra é a cor, é vida, é raça
Negra é força, luta, é dor

Negra tem sangue vermelho
Negra é toda flor
Venho de um povo guerreiro
Não vamos mais calar
se agora somos livres
tivemos que lutar
Negra é a cor, é vida, é raça
Negra é força, luta, é dor
Negra tem sangue vermelho
Negra é toda cor
Negra é amor...
Negra é toda flor
Negra é toda cor.

No contemporâneo, tudo conspira para uma vida convergente. A superestrutura investe em braços especializados capazes de manipular máquinas convergentes que assimilam os modos de existência reconhecidos e que pouco os refrangem. Da estética do ser cotidiano à estética do tempo grande (do objeto da arte), as convergências nos arrastam para a reprodução massificada das identidades reconhecidas. Os agenciamentos discursivos fabricam sujeitos articulados que enrijecem seus discursos a ponto de se tornarem totalitários, promovendo aglutinação dos pares iguais que rechaçam qualquer possibilidade de divergir. Desse modo, guetos são constantemente criados, cuja rota de fuga desemboca numa outra espécie de normalização tendenciosa que evoca disputas e ódio: uma classe pela outra, o macho pela fêmea, uma etnia pela outa e entre tantos, o ouvinte pelo visual (*surdo*).

Ciclicamente, notamos que fora da divergência não há como escapar das linhas de montagem do sujeito, pois, ainda que o mesmo insurja contra as convergências do sistema, ao se aglutinar em pequenos grupos, outras formas de ser convergirão para o sujeito, levando-o à normalização (isso nos dá a linha de força da insurgência intermitente). A insurgência pode ser uma rota de fuga contra esses agenciamentos. Nela, o sujeito poderá se rebelar contra as identidades reconhecidas, contra o sistema e levando sua insurgência a cabo (passando pelo estágio da insurgência fenixialógica), o mesmo poderá construir sua própria identidade e com elas os seus fluxos de identificação, surgindo daí um novo ser, divergente, como no caso de Gê Lacerda. Todas as forças convergentes a levariam fatalmente a reproduzir o padrão de beleza dominante, além de afetar diretamente sua discursividade músico-artística, levando seu objeto estético aos maneirismos do mercado musical.

Mas, como delineamos ao longo deste trabalho, a partir das reflexões acontecidas no PET Conexões de Saberes, Gê Lacerda insurge contra os agenciamentos da superestrutura relativos ao ser/estar no mundo e deles diverge, não só na construção de sua face pública, como também no seu modo artístico de existir, nos trazendo uma obra que evoca a estética singular e divergente de *Negra Flor*.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. *Questões de literatura e estética*: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec Editora, 2010 [1975].

BENASSI, C. A. *Texto musical dialógico:* contribuições para a criação musical ampliadas pelas lentes conceituais bakhtinianas. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares de Cultura Contemporânea) - Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

_____. A criação musical guiada pelas ações axiológicas do criador: um olhar através das lentes conceituais bakhtinianas. *Anais do 5º Ciclo de Palestras Música e Ciência*. Núcleo de estudos de composição e interpretação da música contemporânea. (NECIMC). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2014. p. 55-67.

_____. Entre dois mundos: a busca pela (des)identidade por meio do social e da linguagem. In: SILVA, S. S. (Org.). *Políticas educacionais e formação de professores*: experiências e práticas pedagógicas. Curitiba: Appris, 2016.

BENASSI, C. A.; PADILHA, S. de J. Estética do ser: convergências que provocam insurgências que constituem divergências. In: *VII Círculo – Rodas de conversa bakhtiniana:* literatura, cidade e cultura popular. LIBRE-CI – Laboratório de Investigações Bakhtinianas Relacionadas à Cultura e Informação (Org.). São Carlos: Pedro& João Editores, 2016.

_____. Da música o musicar e a musicagem: concepções estéticas e éticas na mobilização de novos conceitos. In: *VII Círculo – Rodas de conversa bakhtiniana:* literatura, cidade e cultura popular. LIBRE-CI – Laboratório de Investigações Bakhtinianas Relacionadas à Cultura e Informação (Org.). São Carlos: Pedro& João Editores, 2016.

BENASSI, C. A.; VICTORIO, R. P. A estética da criação musical: um olhar altero na aquisição do discurso musical. In: Grupo ATTOS UFF e outros. Amorização: porque falar de amor é um ato revolucionário. *Anais do III EEBa* - Encontro de Estudos Bakhtinianos, 2015.

DUMONT, M. L. *Música e poesia*: *Senhas* de Adriana Calcanhoto. 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) - Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

GRUPO de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGe. *Palavras e contrapalvras*: glossariando conceitos, categorias e noções em Bakhtin. São Carlos: Pedro & Editores, 2009.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolíticas*: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

LACERDA, G. A. de Ataídes. *Negra flor* [CD]. Cuiabá: 312 Studios, 2016. 1 CD: áudio, 1h06.

PADILHA, S. de J. *Os gêneros poéticos em livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino fundamental*: uma abordagem enunciativo-discursiva. 264 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

SALLES, C. A. *O gesto inacabado*: processo de criação artística. São Paulo: Intermeios, 2011.

ESTUDO FILOLÓGICO E DISCURSIVO EM DOCUMENTO SETECENTISTA

Elias Aves de Andrade
Juliana Lima Façanha

INTRODUÇÃO

O texto escrito representa uma fonte preciosa para pesquisas das mais diversas áreas do saber. Por meio da edição de textos, resgatamos a realidade sócio-histórico-cultural de determinada época. Assim, preservar a integridade de documentos históricos, culturais e literários, restabelecê-los, devolvendo-lhes à sua forma mais genuína possível e, ainda, preservá-los de eventuais corrupções que podem ser introduzidas através de sua transmissão são, dentre outros, objetivos a que se dedica o filólogo.

O objeto de estudo da Filologia é uma língua ou família de línguas atestadas por documentos escritos. A ciência é muito antiga e teve, em velhos tempos, um conceito bem diverso do que agora lhe cabe (MELO, 1967).

Spina (1994) afirma que a Filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. A explicação do texto, tornando-o inteligível em toda a sua extensão e em todos os seus pormenores, apela evidentemente para disciplinas auxiliares (a literatura, a métrica, a mitologia, a história, a gramática, a geografia, a arqueologia etc.), a fim de elucidar todos os pontos obscuros do próprio texto.

Segundo Cambraia (2005), uma das características da Filologia é a transdisciplinaridade, pois, para que o crítico textual possa efetivamente cumprir suas tarefas e para que os textos sejam conservados e compreendidos, necessita de outras áreas[82] como a paleografia, a diplomática, a codicologia, a bibliografia material e a linguística. Uma das formas de se estudar um texto, seguindo-se princípios da Filologia, é proceder à sua edição.

A metodologia de todo trabalho filológico tem por base a edição do *corpus* selecionado, podendo ser fac-similar, diplomática, paleográfica ou interpretativa, classificadas de acordo com o grau de mediação realizada pelo pesquisador.

A importância de se pensar no público-alvo está no fato de que dificilmente uma mesma edição é adequada para todo tipo de público, pois diferentes são seus interesses. Segundo Cambraia (2005), uma edição que reproduza particularidades gráficas de um texto quinhentista, por exemplo, pode despertar o interesse do linguista, entretanto, não seria apropriada a um público jovem interessado apenas em seu conteúdo.

Enquanto o trabalho filológico desenvolve-se com o objetivo de fixar e editar o texto enquanto objeto de estudo, a Análise do Discurso de orientação francesa trabalha com o estudo do texto em suas significações, relacionando o sujeito e a história a fim de constituir nele sentido. Para a AD, o discurso incide sobre práticas sociais que devem ser analisadas de acordo com o momento social do sujeito, ou seja, a partir de suas condições de produção, e o texto escrito é um precioso objeto de estudo cujo analista pode se apoiar para investigar o discurso ali presente.

Sendo o objeto de estudo da AD o discurso, a unidade de análise passa não mais a ser o signo ou a frase, mas sim o texto. Para a AD, o discurso não é um sistema abstrato, mas sim um processo sócio-histórico-ideológico. Os sentidos das palavras

---

82 Ciências auxiliares à Filologia.

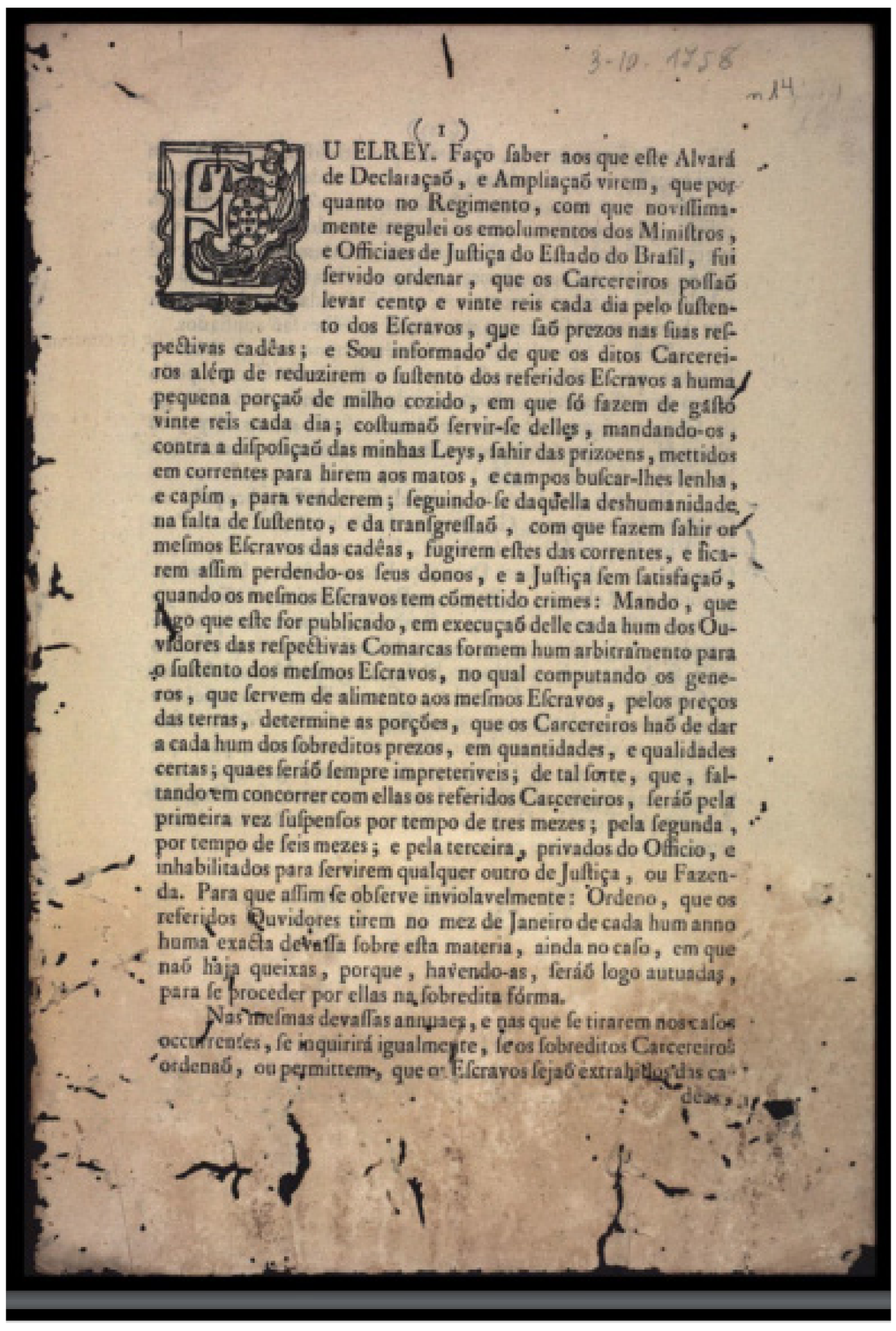
deixam de ser estáticos, fixos e passam a ser construídos pelo sujeito em determinado momento histórico.

Para Maingueneau (2015), a análise do discurso partilha também os interesses do conjunto das ciências humanas, às quais ela oferece um observatório privilegiado: através das instituições discursivas que torna possíveis e que a tornam possível, qualquer sociedade pode ser apreendida como uma certa regulação da palavra (produção, circulação, arquivamento). Estudar a emergência, o funcionamento ou as transformações de um gênero de discurso é abrir uma janela para os processos de construção das identidades e do sentido social.

Neste trabalho, apresentaremos a edição de um documento português datado do século XVIII, que compõe a Coleção de Documentos Históricos da Biblioteca Digital Nacional de Portugal, e uma breve análise de traços discursivos e algumas características da época.

EDIÇÃO FAC-SIMILAR E SEMIDIPLOMÁTICA

FAC-SÍMILE 1 r



(1)

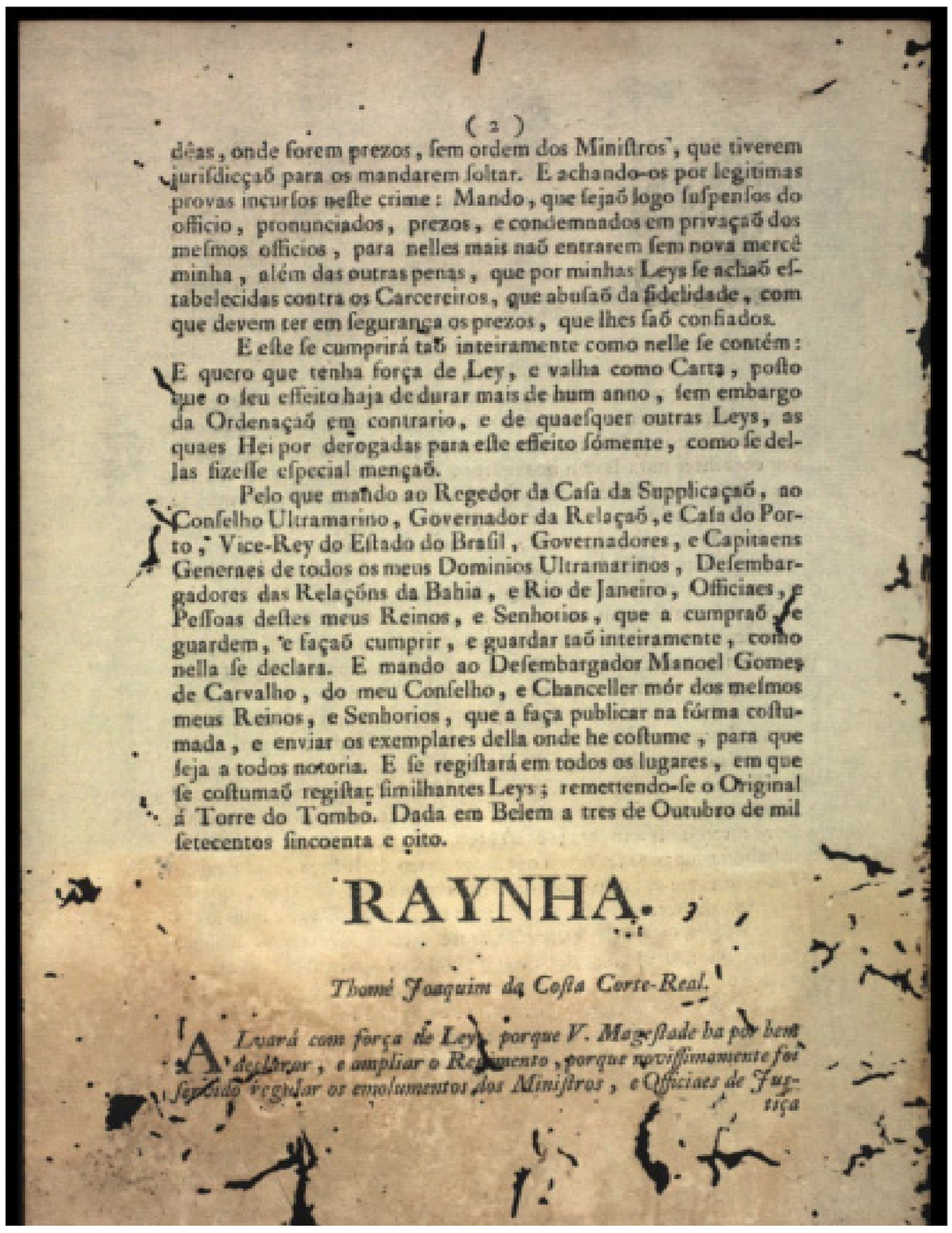
EU ELREY. Faço ſaber aos que eſte Alvará de Declaraçaõ, e Ampliaçaõ virem, que porquanto no Regimento, com que noviſſimamente regulei os emolumentos dos Miniſtros, e Officiaes de Juſtiça do Eſtado do Braſil, fui ſervido ordenar, que os Carcereiros poſſaõ levar cento e vinte reis cada dia pelo ſuſtento dos Eſcravos, que ſaõ prezos nas ſuas reſpectivas cadêas; e Sou informado de que os ditos Carcereiros além de reduzirem o ſuſtento dos referidos Eſcravos a huma pequena porçaõ de milho cozido, em que ſó fazem de gaſto vinte reis cada dia; coſtumaõ ſervir-ſe delles, mandando-os, contra a diſpoſiçaõ das minhas Leys, ſahir das prizoens, mettidos em correntes para hirem aos matos, e campos buſcar-lhes lenha, e capim, para venderem; ſeguindo-ſe daquella deshumanidade na falta de ſuſtento, e da tranſgreſſaõ, com que fazem ſahir os meſmos Eſcravos das cadêas, fugirem eſtes das correntes, e ficarem aſſim perdendo-os ſeus donos, e a Juſtiça ſem ſatisfaçaõ, quando os meſmos Eſcravos tem cõmettido crimes: Mando, que logo que eſte for publicado, em execuçaõ delle cada hum dos Ouvidores das reſpectivas Comarcas formem hum arbitramento para o ſuſtento dos meſmos Eſcravos, no qual computando os generos, que ſervem de alimento aos meſmos Eſcravos, pelos preços das terras, determine as porções, que os Carcereiros haõ de dar a cada hum dos ſobreditos prezos, em quantidades, e qualidades certas; quaes ſeráõ ſempre impreteriveis; de tal ſorte, que, faltando em concorrer com ellas os referidos Carcereiros, ſeráõ pela primeira vez ſuſpenſos por tempo de tres mezes; pela ſegunda, por tempo de ſeis mezes; e pela terceira, privados do Officio, e inhabilitados para ſervirem qualquer outro de Juſtiça, ou Fazenda. Para que aſſim ſe obſerve inviolavelmente: Ordeno, que os referidos Ouvidores tirem no mez de Janeiro de cada hum anno huma exacta devaſſa ſobre eſta materia, ainda no caſo, em que naõ haja queixas, porque, havendo-as, ſeráõ logo autuadas, para ſe proceder por ellas na ſobredita fórma.

Nas meſmas devaſſas annuaes, e nas que ſe tirarem nos caſos occurrentes, ſe inquirirá igualmente, ſe os ſobreditos Carcereiros ordenaõ, ou permittem, que os Eſcravos ſejaõ extrahidos das cadêas,

Fonte: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or89_5_4n14.pdf>

(I)
EU ELREY. Faço saber aos que este Alvará de Declaraçaõ, e Ampliaçaõ virem, que por quanto no Regimento, com que novíssimamente regulei os emolumentos dos Ministros, e Officiaes de Justiça do Estado do Brasil, fui servido ordenar, que os Carcereiros possaõ levar cento e vinte reis cada dia pelo sustento dos Escravo, que são prezos nas suas respectivas cadêas; e Sou informado de que os ditos Carcereiros além de reduzirem o sustento dos Escravos a huma pequena porção de milho cozido, em que só fazem de gasto vinte reis cada dia; costumaõ servir-se deles, mandando-os, contra a disposição das minhas Leys, sahir das prizoens, mettidos em correntes para hirem aos matos, e campos buscar-lhes lenha, e capim, para venderem; seguindo-se daquela deshumanidade na falta de sustento, e da transgressaõ, com que fazem sahir os mesmos Escravos da cadêas, fugirem estes das correntes, e ficarem assim perdendo-os seus donos, e a Justiça sem satisfaçaõ, quando os mesmos Escravos tem cometido crime: Mando, que logo que este for publicado, em execuçaõ delle cada hum dos Ouvidores das respectivas Comarcas formem hum arbitramento para o sustento dos mesmos Escravos, no qual computando os generos, que servem de alimento aos mesmo Escravos, pelos preços das terras, determine as porço s, que os Carcereiros haõ de dar a cada hum dos sobreditos prezos, em quantidade, e qualidades certaz; quase serão sempre impreteriveis; de tal sorte, que, faltando em concorrer com ellas os referidos Carcereiros, seraõ pela primeira vez suspensos por tempo de três mezes; pela segunda, por tempo de seis mezes; e pela terceira, privados do Officio, inabilitados para servirem qualquer outro de Justiça, ou Fazenda. Para que assim se observe inviolavelmente: Ordeno, que os referidos Ouvidores tirem no mez de Janeiro de cada hum anno huma exacta devassa sobre esta matéria, ainda no caso, em que naõ haja queixas, porque, havendo-as, seraõ logo autuadas, para se proceder por ellas na sobredita fórma.
Nas mesmas devassas annuaes, e nas que se tirarem nos casos ocorrentes, se inquirá igualmente, se os sobreditos Carcereiros ordenaõ, ou permitem, que os Escravos sejaõ extrahidos das cadeas,

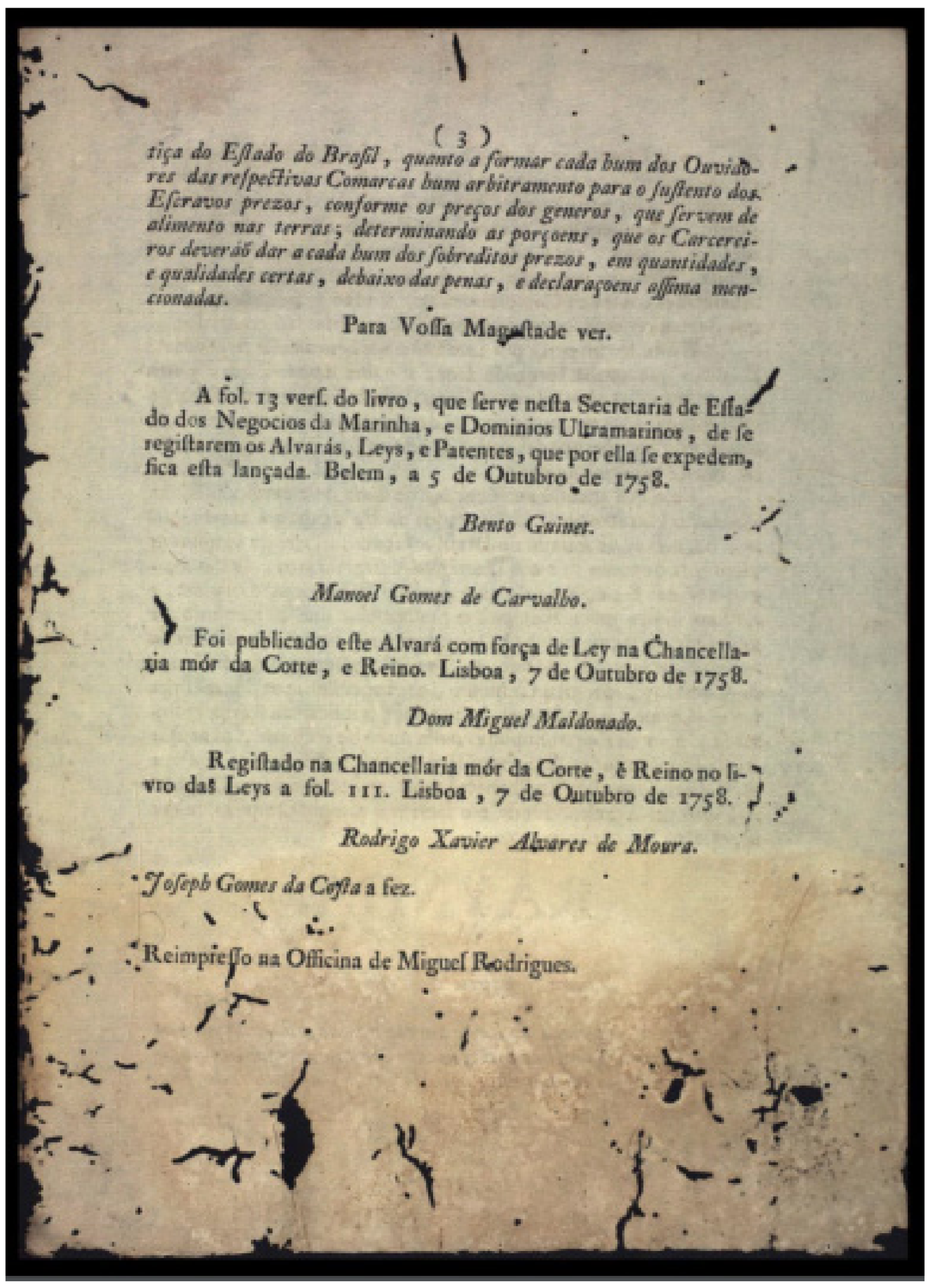
FAC-SÍMILE 1 v



(2)
dêas, onde foram prezos, sem ordem dos Ministros, que tiverem
jurisdicçaõ para os mandarem soltar. E achando-os por legitimas
provas incursos neste crime: mando que sejaõ logo suspensos do
officio, pronunciados, prezos e comndenados em privação dos
mesmos officios, para nelles mais naõ entrarem sem nova mercê
minha, além das outras penas, que por minhas Leys se achaõ es-
estabelecidas contra os carcereiros, que abusaõ da fidelidade, com
que devem ter em segurança os prezos, que lhes saõ confiados.
E este cumprirá taõ inteiramente como nelle se contém:
E quero que tenha força de Ley, e valha como Carta, posto,
que o seu efeito haja de durar mais de hum anno sem embargo
da Ordenaçaõ e contrario, e de qualquer outras Leys, as
quaes hei por derrogadas para este efeito somente, como se del-
las fizesse especial menção.
Pelo que mando ao Regedor da Casa da supplicaçaõ, ao
Conselho Ultramarino, Governador da Relaçaõ, e Capitaens
Generaes de todos os meus Dominios Ultramarinos, Desembar-
gadores da Relaçõns da Bahia, e Rio de Janeiro, Officiaes, e
Pessoas destes meus Reinos, e Senhorios, que a cumpraõ, e
guardem, e façaõ cumprir, e guardar taõ inteiramente, como

nella se declara. E mando ao Desembargador Manoel Gomes de Carvalho, do meu Conselho, e Chanceller mór dos mesmos meus Reinos, e Senhorios, que faça publicar na fórma costumada, e enviar os exemplares dela onde he costume, para que seja a todos notória. E se registará em todos os lugares, em que se costumaõ registar similhantes Leys; remetendo-se o Original á Torre do Tombo. Dada em Belém a três de Outubro de mil setecentos sincoenta e oito.
RAYNHA.
Thomé Joaquim da Costa Corte-Real.
Alvará com força de Ley, porque Vossa Magestade há por bem declarar, e ampliar o Regimento, porque novissimamente foi servido regular os emolumentos dos Ministros, e Officiaes de Justiça

FAC-SÍMILE 2 r



(3)

tiça do Estado do Brasil, quanto a formar cada hum dos Ouvidores das respectivas Comarcas hum arbitramento para o sustento dos Escravos prezos, conforme os preços dos generos, que servem de alimento nas terras; determinando as porçoens, que os Carcereiros deveráõ dar a cada hum dos sobreditos prezos, em quantidades, e qualidades certas, debaixo das penas, e declaraçoens assima mencionadas.

Para Vossa Magestade ver.

A fol. 13 vers. do livro, que serve nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos, de se registarem os Alvarás, Leys, e Patentes, que por ella se expedem, fica esta lançada. Belem, a 5 de Outubro de 1758.

Bento Guimet.

Manoel Gomes de Carvalho.

Foi publicado este Alvará com força de Ley na Chancellaria mór da Corte, e Reino. Lisboa, 7 de Outubro de 1758.

Dom Miguel Maldonado.

Registado na Chancellaria mór da Corte, e Reino no livro das Leys a fol. 111. Lisboa, 7 de Outubro de 1758.

Rodrigo Xavier Alvares de Moura.

Joseph Gomes da Costa a fez.

Reimpresso na Officina de Miguel Rodrigues.

(3)
tiça do Estado do Brasil, quanto a formar cada hum do Ouvido-
res das respectivas Comarcas hum arbitramento para o sustento dos
Escravos prezos, conforme os preços dos gêneros, que servem de
alimento nas terras; determinando as porçoens, que os Carcerei-
ros deverão dar a cada hum dos sobreditos prezos, em quantidades,
e qualidades certas, debaixo das penas, e declaraçoes assima men-
cionadas.
Para Vossa Magestade ver.
A fol*ha* 13 verso do livro, que serve nesta Secretaria de Esta-
do dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos, de se
registarem os Alvarás, Leys, e Patentes, que por ella se expedem,
fica esta lançada. Belem, a 5 de outubro de 1758.
Bento Guinet.

ANÁLISE

A partir da ideia de Cena da Enunciação, iremos trabalhar com três conceitos em nossa análise: cena englobante, cena genérica e cenografia.

De acordo com Maingueneau (2008, p. 115), a cena englobante é aquela que corresponde ao tipo de discurso, a seu estatuto pragmático. No nosso *corpus*, a cena englobante é constituída por um discurso próprio do domínio jurídico. Há, ao longo do texto, determinadas marcas que imprimem características peculiares aos regimes monárquicos, a saber: a maneira como o locutor se dirige ao destinatário – o emissor é a autoridade máxima do Estado, e alguns traços linguísticos, como verbos no modo imperativo.

No documento em análise, temos o rei Dom José I, a princípio, como sujeito enunciador que manifesta por meio de um alvará de declaração ordens a serem tomadas em uma sequência hierárquica decrescente de aplicação aos destinatários e súditos: parte do Rei aos Ministros e Oficiais de Justiça do Estado do Brasil > Carcereiros > Presos Escravos. Todavia, por se tratar de um documento idiógrafo, assinado pela Rainha Mariana Vitória de Bourbon e Farnésio, que mais tarde se tornaria Rainha Regente de Portugal, devido à morte do Rei Dom José I, somos tomados a deslocar a figura de sujeito para ela.

Todavia, fatores históricos contrapõem tal tese, visto que no dia 3 de setembro de 1758, o Rei Dom José I sofreu um grave atentado, sendo baleado em um dos seus braços, ficando em recuperação por alguns meses. Nesse momento, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marques de Pombal, era a principal figura no estado português, sendo atribuídas a ele ações enérgicas contra a monarquia após o atentado ao Rei. Acreditamos que a posição de enunciador no *corpus* deve ser remetida ao Marquês de Pombal, visto que a figura do Rei e da Rainha funcionou, naquele momento, apenas como uma alegoria.

O enunciador constrói sua argumentação a partir da informação de que os carcereiros, além de reduzirem a alimentação diária dos presos escravizados, os forçavam a prestar-lhes serviços braçais. As indicações de maus tratos aos presos,

pelos carcereiros e violação das leis já indicariam traços do precário sistema penal que atravessa séculos no Brasil, do período colonial aos dias atuais.

As condições sócio-históricas de produção do discurso nos revelam que a cenografia do texto se insere na época em que emergiam na Europa as ideias iluministas. Por meio da construção da cena do preso escravizado em condições desumanas, o enunciador constrói uma cena de que o Estado, através da justiça, deveria trazer a melhoria da condição humana.

É interessante observar que o governo de Dom José I foi marcado por importantes reformas e traços do pensamento iluminista e, no que tange nosso *corpus*, a novos critérios e aplicações das Ordenações que vigoravam. Ainda que as Ordenações Filipinas fossem o quadro de leis até 1769, ano em que o Marquês de Pombal editou a Lei da Boa Razão, iniciava-se a aplicação de novos critérios e interpretação dos preceitos legais. Pelo conjunto dessas ações, Dom José I ficou conhecido como "O Reformador".

Podemos observar esse enfrentamento às Ordenações no seguinte excerto do *corpus*: "*E quero que tenha força de Ley, e valha como Carta, posto, que o seu efeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçaõ e contrario, e de qualquer outras Leys, as quaes hei por derrogadas para este efeito somente, como se dellas fizesse especial menção".*

Todavia, se por um lado o enunciador considera tais atitudes desumanas, por outro evidencia sua preocupação com a fuga dos presos, o que resultaria em prejuízo aos proprietários da mercadoria-escravo. Certo do não cumprimento da lei pelos carcereiros, o alvará indica as punições que estariam sujeitos os carcereiros transgressores: *"[...] faltando em concorrer com ellas os referidos Carcereiros, seraõ pela primeira vez suspensos por tempo de três mezes; pela segunda, por tempo de seis mezes; e pela terceira, privados do Officio, inabilitados para servirem qualquer outro de Justiça, ou Fazenda*".

Outra preocupação é se os carcereiros ordenam ou permitem que os escravos saiam das cadeias, sem ordem expressa dos Ministros, o que nos faz refletir acerca da corrupção que desde então existe no sistema prisional brasileiro. Caso os carcereiros cometam o crime, o Rei manda que sejam suspensos do ofício, presos e condenados em privação do trabalho de carcereiro "sem mercê" do Rei, sem concessão da graça do Rei.

No decorrer do texto, encontramos outros elementos que compõem a cenografia do *corpus:* um tribunal. Para Maingueneau (2008), a escolha da cenografia não é indiferente: o discurso, desenvolvendo-se a partir de sua cenografia, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima. É a própria materialidade do texto que constrói o ambiente de um tribunal por meio de elementos linguísticos como *cadêas; prizoens; correntes, transgressaõ; autuadas, Justiça; crime; inquirá; arbitramento; devassa; provas; comndenados; privação; penas*.

Tais elementos também se inserem à cena genérica do documento, um Mandado Judicial, visto que contribuem para a finalidade do texto de expressar uma ordem da autoridade que deve ser cumprida. Abaixo, destacamos, por meio de recortes, alguns elementos composicionais de um gênero Mandado Judicial, de onde se destacam:

Nomes das partes envolvidas:
Pelo que mando ao Regedor da Casa da supplicaçaõ, ao Conselho Ultramarino, Governador da Relaçaõ, e Capitaens Generaes de todos os meus Dominios Ultramarinos, Desembargadores da Relaçõns da Bahia, e Rio de Janeiro, Officiaes, e Pessoas destes meus Reinos, e Senhorios, que a cumpraõ, e guardem, e façaõ cumprir, e guardar taõ inteiramente, como nella se declara.
Finalidade do mandado:
quanto a formar cada hum do Ouvido- res das respectivas Comarcas hum arbitramento para o sustento dos Escravos prezos, conforme os preços dos gêneros, que servem de alimento nas terras; determinando as porçoens, que os Carcereiros deverão dar a cada hum dos sobreditos prezos, em quantidades, e qualidades certas,
Imposição de pena no caso do não atendimento ao mandado:
E achando-os por legitimas provas incursos neste crime: mando que sejaõ logo suspensos do officio, pronunciados, prezos e comndenados em privação dos mesmos officios [...]
Cópia do despacho ou transcrição de seu teor no corpo do mandado:
E mando ao Desembargador Manoel Gomes de Carvalho, do meu Conselho, e Chanceller mór dos mesmos meus Reinos, e Senhorios, que faça publicar na fórma costu- mada, e enviar os exemplares dela onde he costume, para que seja a todos notória. E se registará em todos os lugares, em que se costumaõ registar similhantes Leys; remetendo-se o Original á Torre do Tombo.
Prazo para o cumprimento do ato processual:
E quero que tenha força de Ley, e valha como Carta, posto, que o seu efeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenaçaõ [...]
Assinatura:
Rainha

Desta forma, a utilização dos verbos “mandar” e “ordenar” revela, também, a ideologia inquestionável naquele momento: a autoridade real, bem como seu correlato que é o da obediência incondicional ao poder que dela emana. O texto ainda ordena “inviolavelmente” ou de forma “sagrada”, que os ouvidores (juízes) realizem a cada ano uma devassa (apuração minuciosa de ato criminoso) em relação aos carcereiros, mesmo que não exista queixa, pois se houver, por se tratar de uma ordem Sagrada, serão autuados.

CONSIDERAÇÕES

No presente trabalho, pretendeu-se discutir a cena enunciativa na qual se inscreve um documento do século XVIII, *corpus* que compõe a Coleção de Documentos históricos da Biblioteca Digital de Lisboa, editado a partir de princípios filológicos, seguida de uma análise discursiva, tomando como fundamento o conceito de Cena da Enunciação, proposto por Dominique Maingueneau.

Ainda que seja um documento com efeito de lei emitido em nome do rei Dom José I e assinado pela Rainha Mariana Vitória de Bourbon e Farnésio, devido à análise do contexto histórico, acreditamos que a posição de enunciador no *corpus* deve ser remetida ao Marquês de Pombal, o que direcionou a análise.

Nesse sentido, acreditamos que a retomada histórica foi basilar para as investigações voltadas aos estudos discursivos e que o conhecimento filológico é sempre fundamental para garantir maior precisão no processo de descrição e interpretação de documentos antigos e modernos.

REFERÊNCIAS

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo. Editora Martins Fontes, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da Enunciação*. (Organização: Sírio Possenti; Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva). São Paulo. Editora Parábola. 2008

_____. O que pesquisam os analistas do discurso? *Revista da Abralin/Associação Brasileira de Linguística,* São Carlos: UFSCar, v. XIV, n. 2, p. 31-40, jul./dez. 2015.

MELO, G. C. de. *Iniciação à filologia e à língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro. Editora Livraria Acadêmica, 1967.

SPINA, S. *Introdução à Edótica*: crítica textual. 2. ed. São Paulo. EdUSP, 1994.

A CAÇA DISCURSIVA ÀS BRUXAS: UMA ANÁLISE DE TRECHOS DO *DIRECTORIUM INQUISITORUM* (1376) DE NICOLAU EYMERICH

Larissa Oliveira Gregório ✉

INTRODUÇÃO

O termo *bruxaria* remete aos historiadores o período histórico que engloba meados do século XIV até o século XVIII, tendo o seu ápice na chamada Caça às Bruxas (XV-XVII), aparentando ser assim um conceito já consolidado. Porém, ao vislumbrarmos mais de perto, nos deparamos com uma grande gama de reflexões e (re)significações acerca desse momento na história europeia. Assim, para fins de esclarecimento, o que aqui conceituamos como bruxaria parte da interpretação do historiador inglês Stuart Clark[83], que a entende primeiramente como fruto da linguagem, proveniente de um discurso racional, nascido na elite eclesiástica e regulamentado pela civil, com origem política e concretização nas leis, influenciando a própria organização social da comunidade em que se desenvolveu.

Para tal interpretação ser compreendida, é preciso observar que a maneira de vivenciar o mundo no período da bruxaria diverge da forma com que vivenciamos o nosso mundo hoje. Para a sociedade europeia de finais do medievo, tudo se dava por meio de uma combinação binária de opostos emparelhados e, tratando-se de bruxaria, tal oposição chegava ao seu grau máximo, resultando em uma completa inversão entre o que podemos chamar de "mundo da bruxaria" e o "mundo real". Portanto, a existência dessa inversão permitia não só a manutenção de equilíbrio do mundo, como acabava por criar significado para a própria razão de ser da cúpula cristã.

A breve apresentação deste conceito objetiva esclarecer ao leitor a importância que a linguagem teve na criação de uma categoria herética que resultaria em um dos momentos considerados como de maior perversidade na história cristã. Porém, nosso escopo principal com este artigo não é discutir o conceito de bruxaria e sim analisar partes de um manual inquisitorial reconhecido como uma das primeiras fontes a tratar desta como matéria canônica consistente[84]. No entanto, diferente dos seus sucessores[85], não há em momento algum o emprego do termo *maleficium*, comumente traduzido para o português como *bruxaria.*

O presente artigo está estruturado em três partes: contexto, método e análise. Na primeira parte, apresentaremos Nicolau Eymerich e sua obra, o *Directorium Inquisitorum*, um manual inquisitorial que se propõem a ensinar os preceitos básicos do Santo Ofício da Inquisição aos novos inquisidores. Na segunda parte, será explanada a razão para a escolha do método de análise de discurso denominado de *Semântica do Acontecimento*, e, por fim, faremos a análise de trechos selecionados da versão em português do manual inquisitorial.

---

83 Para mais informações sobre essa interpretação, consultar a obra CLARK, S. *Pensando com Demônios: a ideia de Bruxaria no Princípio da Europa Moderna.* São Paulo: EDUSP, 2006.

84 PETERS, E. *The Magician, the Witch, and the Law*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1978. p. 160-197.

85 O exemplo mais comum de manual inquisitorial voltado para a caça as bruxas é o *Malleus Maleficarum*, escrito por James Sprenger e Heinrich Kraemer. Tal obra foi traduzida para o português pela editora Rosa dos Tempos com o título de *Martelo das Feiticeiras*.

O CONTEXTO

Nicolau Eymerich nasceu em Girona, na região de Catalunha, provavelmente em 1320, e foi um teólogo e inquisidor aragonês. Tendo ingressado cedo na ordem dominicana, recebeu o hábito em agosto de 1334. Em 1357, foi nomeado inquisidor de Aragão, substituindo Nicola Roselli. Segundo Covington, o zelo com o qual ele cumpria seu ofício lhe rendeu muitos inimigos, incluindo o monarca da época, Rei Pedro IV de Aragão[86]. Em 1360 ele foi afastado do cargo; em 1362, ele foi eleito vigário geral da ordem dominicana de Aragão, porém essa eleição foi contestada pelo padre Bernardo Ermengaudi, levando os dominicanos a uma longa disputa política que só foi resolvida quando chamaram o papa Urbano V, que invalidou a eleição de Eymerich e nomeou Jacopo Dominici para o cargo. Em 1366, Eymerich retoma o cargo de grão inquisidor de Aragão e começa a atacar as obras escritas de Raimundo Lulio[87], intensificando a hostilidade entre ele e o rei Pedro IV[88].

Eymerich apoiou a revolta contra Pedro IV, ocorrida na diocese de Tarragona, que terminou, por volta de 1376, com o cerco do mosteiro dominicano em que Eymerich residia e resultou em sua fuga para a corte do Papa Gregório XI, em Avignon. Foi durante este exílio que finalizou a escrita do *Directorium Inquisitorum*. Eymerich retorna a Aragão apenas em 1381 e tem sua autoridade como inquisidor geral reconhecida em 1386, com a ascensão do rei João I ao trono. Porém, em 1388, quando o inquisidor decide investigar toda a cidade de Valência por heresia, o rei pede que a igreja contenha a violência deste e manda reexaminar as obras de Lulio. Após o ocorrido em Valência, Eymerich se retira para Avignon e lá permanece até a morte do rei, em 1396, quando retorna ao mosteiro de Girona e fica lá até sua morte, em 1399.

É possível perceber que estamos diante de um agente histórico que tratava seu ofício com tal grau de zelo que resultou em poderosos inimigos, bem como uma conturbada e complexa biografia política. Mas, apesar da sua aparente violência, resultado direto de seus estudos e práticas, Eymerich é reconhecido pelo conhecimento e discriminação das categorias heréticas presentes em seu manual[89], sendo o *Directorium* considerado como o manual definitivo da inquisição espanhola até o século XVII[90].

O texto escrito por Nicolau Eymerich em 1376, e ampliado por Francisco de la Peña em 1578, possui traduções em diversos idiomas, e seu o original é em latim[91]. A versão aqui trabalhada foi traduzida para o português pela editora Rosa dos Tempos e está dividida em três partes. Na primeira parte, Eymerich apresenta seu conceito de heresia, bem como as identidades dos grupos heréticos por ele condenados.

---

86 COVINGTON, S. *The Esoteric Codex:* Witch Hunting. Raleigh: Lulu.com, 2015. p. 209.

87 Raimundo Lulio foi escritor, filósofo, poeta, missionário e teólogo. Viveu entre 1232 e 1315, e foi beatificado em 1847 pelo papa Pio IX.

88 COVINGTON, S. *The Esoteric Codex..*, p. 209-210.

89 EDWARDS, J. *Eymerich, Nicolau*. In: GERLI, E. M. (Org.). *Medieval Iberia: an encyclopedia*. Oxford: Taylor & Fracis, 2003, p. 317.

90 COVINGTON, S. *The Esoteric Codex...*, p. 210.

91 A versão em latim pode ser acessada em: <https://books.google.com.br/books?id=OyNnAAAAcAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>.

Na segunda parte, ele explica de que maneira deve-se efetuar o processo inquisitorial. E na terceira parte, aborda uma série de questões relativas ao trabalho inquisitorial, como forma de auxiliar aos novos inquisidores.

No entanto, o *Directorium Inquisitorum* possui um aspecto intrigante: o vocabulário com o qual ele se refere à bruxaria frustra a expectativa do leitor moderno. As referências a ela surgem mescladas em um conjunto maior de personagens: mágicos, adivinhos, hereges, cuja característica comum é a invocação ao diabo. Vale salientar que, na época de vida de Eymerich, estes eram considerados como mais uma forma de heresia, apesar de ser a mais radical desta, e assim são tratados dentro do manual inquisitorial.

O MÉTODO

Dentre as diversas abordagens teóricas em campo de Análise de Discurso, o presente artigo utilizará a chamada "Semântica do Acontecimento" para basear suas análises. De acordo com Isabel Cristina Rosa dos Santos (2013, p. 7),

> Essa teoria considera que o sentido da palavra não é fixo, tampouco se reduz a um conceito ou definição; ele se constrói no enunciado, no texto que integra, na relação entre o acontecimento em que funciona e na sua memória de enunciações. Por ela, ainda, quatro elementos são decisivos: língua, sujeito, temporalidade e a materialidade histórica do real. A designação é uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real, ou melhor dizendo, uma relação tomada na história.

Dentro da Semântica do Acontecimento, faremos a análise de trechos do *Directorium Inquisitorum* por meio do procedimento de textualidade de reescrituração, que "é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito, fazendo interpretar uma forma como diferente de si" (GUIMARÃES apud SANTOS, p. 10). Tal método nos permitirá observar as diversas expressões utilizadas por Eymerich para condenar as práticas mágicas e de que forma elas se relacionam dentro do discurso. Assim, faremos uso dos Domínios Semânticos e Determinação (DSD)[92], buscando demonstrar a relação entre as diversas expressões que se relacionam com o que seria posteriormente nomeado de bruxaria.

A ANÁLISE

Recorte 01:

> ***Adivinhos*** *ou* ***videntes*** *heréticos (aqueles que, para predizer o futuro, ou para penetrar no íntimo das pessoas, prestam um* ***culto de adoração ou veneração ao diabo****, batizam as crianças de novo etc.). Trata-se, evidentemente, de hereges e devem ser considerados como tais pela Inquisição* (EYMERICH; PEÑA, 1993, p. 52).

92 Os símbolos ├ ou ┤ ou ┬ ou ┴ significam *determina*; O símbolo — significa *sinonímia*; e o símbolo ____ significa *antonímia*, conforme determinado por Guimarães (2007).

Neste recorte, presente na primeira parte do manual (Jurisdição do Inquisidor), Eymerich dirige-se aos jovens inquisidores buscando designar quais são os grupos heréticos de incumbência inquisitorial.

O emprego da conjunção *ou* transmite a ideia de que videntes e adivinhos formam parte de um mesmo grupo de pessoas, tendo assim sentido inclusivo. Essas duas palavras aparecem predicadas por *heréticos*, demonstrando que se trata de um grupo condenado pela Igreja e de responsabilidade inquisitorial.

Na expressão *culto de adoração ou veneração ao diabo* temos novamente o emprego da conjunção *ou,* reforçando o caráter de devoção deste grupo ao diabo e sua separação do corpo cristão. Porém, diferente do uso anterior, a conjunção aqui não tem caráter inclusivo e sim exclusivo, representando assim dois tipos diferentes de culto: o de adoração e o de veneração[93]. O emprego do termo *ao diabo* demonstra a necessidade de expressar quem é o objeto de culto deste grupo, servindo como justificativa para tratá-los como rivais da fé cristã.

Recorte 02:

> *O **sortilégio** é claramente **herético** quando implica uma **invocação ao diabo*** (EYMERICH; PEÑA, 1993, p. 53).

Neste recorte, também presente na primeira parte do manual (Jurisdição do Inquisidor), Eymerich demonstra qual tipo de sortilégio pode ser considerado herético.

A palavra *sortilégio* é comumente utilizada atualmente para designar, de forma genérica, bruxaria ou, de forma metafórica, fascínio, encanto. No entanto, é preciso recordar que o texto fora escrito originalmente em latim e o termo *sortilegium*, de onde o vocábulo em questão deriva, é composto pelos termos *sortis* (sorte) e *legere* (ler) – ler a sorte – e indicava um tipo de arte divinatória[94]. Assim, o emprego do substantivo *sortilégio* neste recorte tem o significado de adivinhação.

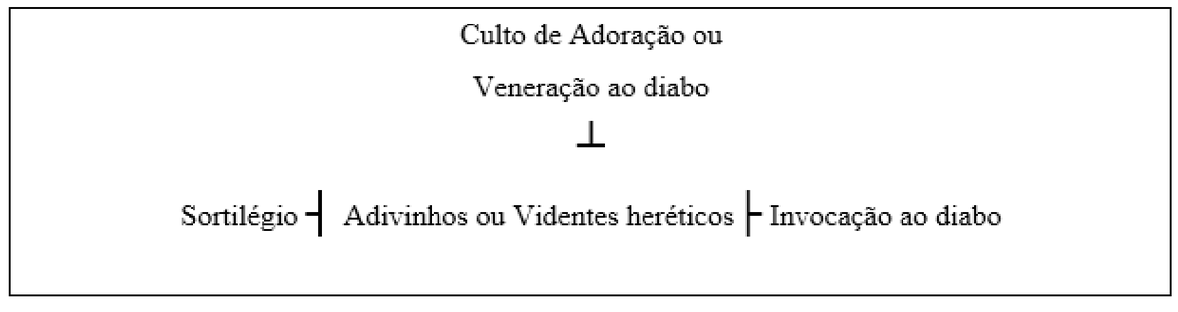
O uso do advérbio *claramente* antes do adjetivo *herético* evidencia que não há dúvidas quanto à qual tipo de sortilégio é contrário aos preceitos da fé católica. *Invocação ao diabo* representa, então, a característica fundamental para considerar o sortilégio como herético.

Assim, considerando os recortes acima, podemos perceber que o DSD para *adivinhos ou videntes heréticos* seria:

---

93 A diferença entre os cultos será melhor abordada na análise do recorte 03.

94 Disponível em: <http://www.dicionarioetimologico.com.br/sortilegio/>. Acesso em: 30 jan. 2017.



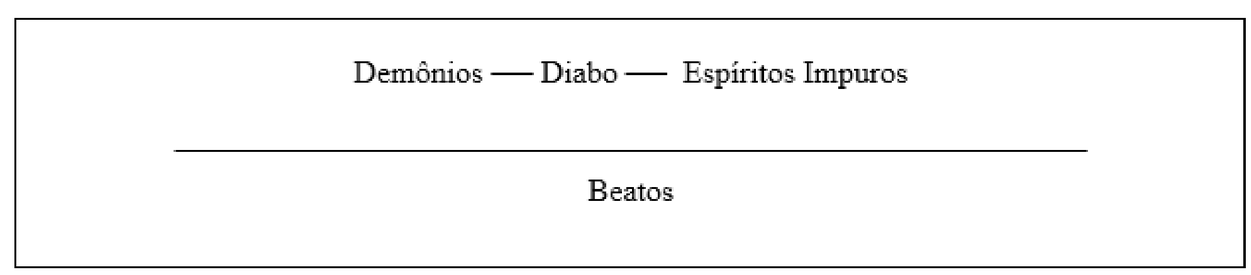
RECORTE 03:

> *Os **demonólatras** ou **invocadores do diabo**: [...] alguns deles, ao **invocar demônios**, prestam-lhes um verdadeiro **culto de latria**, ou seja, oferecem-lhe sacríficos, os **adoram**, dirigem-lhes preces execráveis, [...]: parece, efetivamente, que todas estas **práticas** estavam previstas no Antigo e no Novo Testamentos apenas para o **culto de Deus**, e não para o **culto dos demônios**. Esta é, portanto, a primeira maneira de **invocar os demônios**. [...]. Outros invocam o demônio prestando-lhe um **culto de veneração**: por exemplo, nomes de demônio com nomes de **beatos** em preces execráveis, considerando até mesmo os **espíritos impuros** como mediadores entre o homem e Deus, Deus a quem imploram, como os candelabros acesos, que venha interceder por eles! [...]. Outros, finalmente, se entregam a **práticas bastante estranhas** para invocar os demônios, e não se poderia dizer ao certo se são **cultos de latria ou de dulia**.* (EYMERICH; PEÑA, 1993, p. 55-56).

Este recorte também faz parte da primeira parte do manual (Jurisdição do Inquisidor). Nele o inquisidor caracteriza os três diferentes cultos que podem ser realizados na invocação ao diabo, buscando facilitar a identificação destes pelos demais inquisidores.

O uso da conjunção *ou* neste recorte demonstra que Eymerich caracteriza *demonólatras* e *invocadores do diabo* como partes de um mesmo grupo. Ademais, ao considerarmos o analisado nos recortes 01 e 02, e apresentado pelo DSD 01, em conjunto com o início deste trecho, percebemos que a invocação ao diabo liga os demonólatras aos adivinhos ou videntes heréticos. Dessa forma, o DSD para *invocadores do diabo* é assim representado:

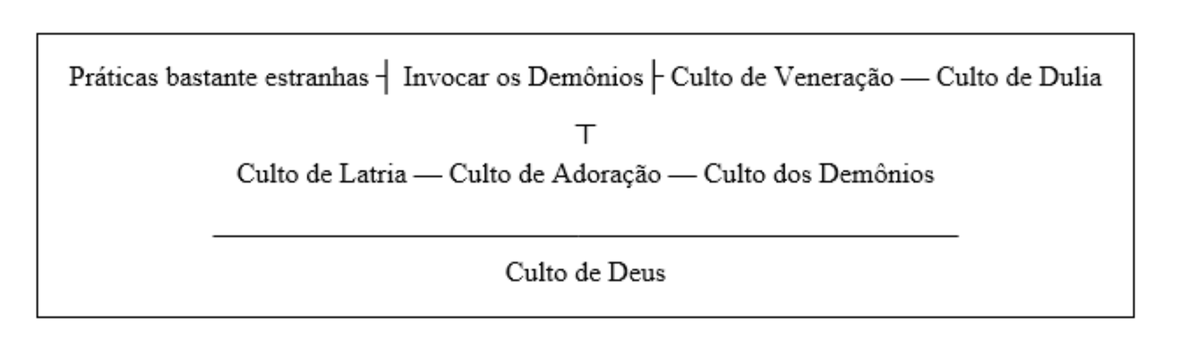
Não obstante, a expressão *invocar demônios* sucedendo *alguns deles* retoma *demonólatras* e *invocadores do diabo,* demonstrando que diabo e demônios são utilizados com o mesmo significado para Eymerich. Mais adiante no texto, Eymerich utiliza o termo *espíritos impuros,* tratando-os como antônimo de *beatos.* Essa expressão também representa um sinônimo para diabo, o que pode ser percebido graças à frase anterior, em que ele explica de que maneira se dá o culto de veneração. Portanto, o DSD para *diabo* tem a seguinte forma:



O recorte acima apresenta também os três diferentes cultos prestados para a invocação demoníaca. Conforme vimos na análise do recorte 01, os cultos de adoração e de veneração são duas práticas diferentes para Eymerich e isso é melhor apresentado neste trecho. Ao abordar o *culto de latria*, o inquisidor refere-se ao que fora anteriormente chamado de *culto de adoração*, como pode ser percebido pelo emprego do verbo *adorar* (os adoram) dentre as práticas realizadas neste tipo de culto.

A palavra *práticas* seguida da frase *estavam previstas no Antigo e no Novo Testamentos apenas para o culto de Deus, e não para o culto dos demônios*, apresenta uma similitude entre os atos praticados por aqueles que cultuam a Deus e aqueles que cultuam os demônios. Assim, nos permite afirmar que a diferença entre um culto e outro está apenas na figura do cultuado e não no rito. Não obstante, as expressões *culto de Deus* e *culto dos demônios* apresentam uma antonímia, posto que Deus e demônios são completos opostos um do outro, formando uma dicotomia perfeita.

A expressão *culto de veneração* remonta ao culto dos demônios, porém realizado de maneira divergente ao de latria. Sendo, portanto, uma outra forma de se invocar o diabo. *Culto de veneração* e *culto de dulia* representam a mesma atividade, apesar de Eymerich só fazer referência à palavra *dulia* quando aborda a terceira forma de invocar o diabo. Por fim, o emprego da expressão *práticas bastante estranhas* juntamente da dificuldade em se determinar se estas são cultos de latria ou de dulia, demonstram que apesar da aparente separação entre um e outro, os limites entre estes cultos podiam se confundir. E, no final, todos estes caracterizavam formas de *invocar os demônios*. Tendo o DSD a seguinte forma:



Recorte 04:

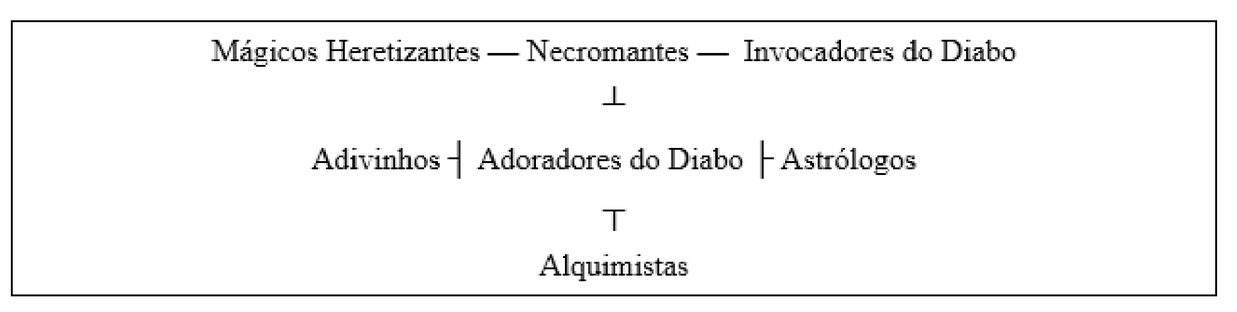
> *Os **mágicos heretizantes**, **necromantes** ou **invocadores do diabo** – é tudo a **mesma coisa** – têm indícios exteriores comuns. Em geral, devido ao efeito das visões, das aparições e das conversas com os espíritos do mal, têm uma expressão maliciosa e o olhar dissimulado. Põem-se a adivinhar o futuro, mesmo as coisas que dependem somente da vontade de Deus ou dos homens. A **maioria** faz **alquimia** ou **astrologia**. Se levarem ao inquisidor alguém acusado de **necromancia**, e se o inquisidor perceber que é **astrólogo**, **alquimista** ou **adivinho**, terá um indício certo: todos os **adivinhos** são,* manifesta ou secretamente, ***adoradores do diabo**. Os astrólogos também, e os alquimistas idem, pois quando não conseguem os seus fins, pedem conselho ao diabo, **suplicando**-lhe e **invocando**-o. E, se suplicam, **veneram**, evidentemente* (EYMERICH; PEÑA, 1993, p. 133).

Este recorte faz parte da segunda parte do manual (Prática Inquisitorial), e Eymerich busca apresentar para os novos inquisidores as maneiras de se reconhecer essa categoria herética.

O inquisidor apresenta os sujeitos *mágicos heretizantes, necromantes* e *invocadores do diabo,* seguido da expressão "é tudo a mesma coisa", demonstrando que para Eymerich não há distinção entre essas categorias. Assim, ele torna esses três termos como sinônimos entre si, pois unifica-os.

O emprego do vocábulo *maioria* antes de *alquimia e astrologia* abre uma distinção dentro do grupo, posto que demonstra que nem todos os acusados recorrem ao mesmo tipo de práticas. No entanto, mais adiante, Eymerich utiliza os termos *adivinhos*, *astrólogos* e *alquimistas* como prova inequívoca de serem estes *adoradores do diabo*.

Assim, é possível perceber que os termos *mágicos heretizantes, necromantes, invocadores do diabo, adivinhos, astrólogos* e *alquimistas* são todos reescritas de *adoradores do diabo*, representado pelo DSD abaixo:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordarmos questões referentes à bruxaria, um dos primeiros papéis desempenhados pelo historiador é observar como a figura do diabo tornou-se presente (e cada vez mais frequente) na cultura cristã com a expansão do cristianismo. De fato, a inspiração demoníaca já era utilizada como justificativa para heretizar grupos como os judeus e sarracenos. No entanto, os demônios só foram verdadeiramente integrados a um grupo herético com a criminalização das práticas mágicas.

Assim, os quatro recortes aqui analisados demonstram que, apesar de não haver ainda o termo *bruxaria*, Eymerich utilizou-se de diversos outros vocábulos para denominar esta que seria a grande inimiga cristã do século seguinte. Portanto, ao nos depararmos com as expressões *adoradores do diabo, invocadores de demônios, culto dos demônios, adivinhos e videntes, necromantes, astrólogos, alquimistas, mágicos heretizantes, sortilégio e demonólatras*, presentes nesse manual, nos encontramos diante de um locutor que se utiliza dos mais diversos termos para expressar as mesmas ideias.

Dentro do contexto sócio-histórico, Nicolau Eymerich fez do combate às práticas mágicas uma parte fundamental de sua vida como inquisidor[95], porém sua obra sobreviveu

95 O que pode ser percebido ao observarmos as disputas entre ele e os reis de Aragão em busca da condenação das obras de Ramon Lull, conforme brevemente explanado anteriormente.

muitos séculos após sua morte. Assim, o emprego destes vocábulos, que em momento de sua escrita não representavam de forma expressa o delito de *maleficium*, torna-se de fundamental relevância para os inquisidores espanhóis que surgiram após o seu tempo e que lidaram diretamente com o período de Caça às Bruxas. Portanto, dentro do *Directorium Inquisitorum*, não é necessário que o termo *bruxaria* apareça, para que possamos identificar suas características e perceber a sistematização de seus elementos dentro de outros vocábulos comumente utilizados para designar práticas inseridas nessa categoria.

REFERÊNCIAS

BARONAS, R. L. (Org.). *Estudos Discursivos à Brasileira:* uma introdução. Campinas: Pontes Editores, 2015.

CLARK, S. *Pensando com Demônios:* a ideia de Bruxaria no Princípio da Europa Moderna. São Paulo: EDUSP, 2006.

COVINGTON, S. *The Esoteric Codex:* Witch Hunting. Raleigh: Lulu.com, 2015.

EDWARDS, J. Eymerich, Nicolau. In: GERLI, E. M. (Org). *Medieval Iberia*: an encyclopedia. Oxford: Taylor & Fracis, 2003.

EYMERICH, N.; PEÑA, F. de La. *Directorium Inquisitorum:* Manual dos Inquisidores. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento:* um Estudo Enunciativo da designação. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

PETERS, E. *The Magician, the Witch, and the Law.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1978.

SANTOS, I. C. R. dos. *A Semântica do Acontecimento e a Designação de Cidadãos nos discursos presidenciais de Prudente de Moraes e Campos Sales*: o caráter personalista e os deslizes no sentido. 2013. 28 f. Monografia (Licenciatura em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

O SILÊNCIO EM *MADAME BOVARY*, DE GUSTAVE FLAUBERT

Rosana Arruda de Souza

INTRODUÇÃO

À moda de Pinto (2016), gostaríamos de começar por uma cena. Mas, aqui, tomamos cena em sentido um tanto mais estendido. Cena mais que "acontecimento presenciado por alguém" (PINTO, 2016), acontecimento não presenciado, porém passível de compreensão e empatia por quem não presencia, e fio condutor de movimentos futuros, insurgências futuras.

Trata-se da cena, retratada no romance *Madame Bovary*, do momento da refeição partilhada entre marido, Charles, e esposa, Emma:

> [...] mas era principalmente nas horas das refeições que ela não aguentava mais, naquela salinha do andar térreo, com a lareira que fumegava, a porta que rangia, as paredes que suavam, as lajotas úmidas; todo o amargor da existência lhe parecia servido em seu prato e, com a fumaça do caldo, subia-lhe do fundo da alma como outras tantas baforadas de esmorecimento. Charles era lento para comer; ela beliscava umas avelãs, ou então, apoiada nos cotovelos, brincava com a ponta da faca, fazendo riscos na toalha encerada (FLAUBERT, 2011, p. 149-150).

Madame Bovary foi publicado em 1857 na França e foi julgado e absolvido pelo tribunal francês em função do tema do adultério feminino. A defesa se valeu da justificativa de que, embora o romance retratasse o adultério feminino, ele também o punia com a morte da protagonista adúltera, Emma Rouault, ao final da história.

Emma, embora não seja feminista, por estar fora do período histórico em que o movimento se constitui, reverbera nas discussões sobre mulher e temas afins como insatisfação no casamento, insatisfação na maternidade e, por fim, insatisfação com o papel feminino nas amarras da sociedade moderna, seja no campo pessoal, profissional, econômico, entre outros. Trata-se de uma provinciana francesa, leitora assídua de romances românticos e de vida muito tediosa, em um sítio, em que mora com o pai. Sonha com a chegada do homem que corrobore a felicidade das mocinhas nas histórias lidas. Casa-se com o médico Charles Bovary e percebe que o casamento não proporciona o conhecimento prático da palavra *felicidade*. Em busca de algo que cerceie o tédio do casamento, entrega-se à vida extraconjugal. Ao final do romance, endivida-se com roupas caras para si e presentes para os amantes. Quando se vê sem dinheiro para sustentar sua ilusão de felicidade, suicida-se com arsênico.

O autor, Gustave Flaubert, tencionou fazer um livro "sobre o nada", cuja forma sobrepusesse o conteúdo. "Ele queria, explica ele, 'fazer um livro sobre o nada, um livro sem laço exterior, a ser realizado de si mesmo pela força interna de seu estilo, como a terra se apoia solta no ar, um livro que não seria do sujeito ou pelo menos onde o sujeito seria quase invisível'" (LAGET, 2001, p. 13). Dessa intenção surge a obra-prima, escrita em pessoa variável – inicia em primeira pessoa, mas depois toma a terceira pessoa, não sendo então um narrador óbvio, o que há é uma voz chegada não se sabe de onde, quase pode ser de um dos personagens (WALL, 2011) – com poucos diálogos e uma protagonista mulher e solitária, sem colegas para o diálogo e troca de experiências, e, quando fala, geralmente é consigo mesma, com o cachorro, com Deus e com o mundo, e, quando em diálogo, sua fala é colocada em posição inferior, de modo

que o interlocutor lhe dá pouca relevância. Sua voz nos é trazida pela voz do narrador em discurso indireto. Enfim, características da narrativa que proporcionam o retrato do silêncio da personagem, não apenas pela ausência de voz ativa, mas pela ausência de quem ouça. Ao passo que quem a observa são muitos, os leitores, que captam seu silêncio e compreendem o não-dito nas cenas – a insatisfação da personagem. Eis o silêncio traçado não só pelo não-dito, mas pelo que não é ouvido.

Dessa forma, o intuito, neste trabalho, é tecer uma breve discussão do silêncio, em *Madame Bovary*, e seus desdobramentos em compreensões bastante atuais. As cenas pintadas pelo narrador, provido de autoria masculina, de protagonista feminina silenciada pelas limitações de gênero do período (século XIX) e pela forma de escrita escolhida pelo autor afirmam o revés, – a ausência de voz ativa na personagem dá voz a mulheres fora da ficção e impacta os debates feministas. Assim, a obra que, de repente, poderia fazer jus ao emblema de silenciamento feminino torna-se prerrogativa a debates de liberdade de gênero. Para tanto, lançamos mão do arcabouço teórico de Orlandi (2007) e Sousa (2015), e, também, como recurso complementar, os estudos de Foucault (2008) de relações de poder mediante o discurso.

ESTUDOS DO SILÊNCIO

Estudar o silêncio é tarefa difícil, primeiramente, porque está assentada na sociedade a ideia de que o silêncio/silenciamento são momentos negativos – aquele que não fala e, em extensão da definição do termo, permanece quieto, o faz ou por opressão ou por comodismo, sendo, portanto, estado de passividade. Tal ideia exclui a presença do silêncio na fala, porém mesmo aquele que fala, que manifesta sua opinião está silenciado ou silenciando algo. Com base nas relações de poder (FOUCAULT, 2009 [1969]) prementes nos discursos em função das formações discursivas, dizemos isso e não outro, porque o outro não faz parte de nossa formação discursiva, e dizer o outro acarretaria pena de exclusão de dada instância socioideológica. Assim, mesmo aquele que fala silencia, porque fala sob autorização; seu discurso é autorizado.

Outra dificuldade do estudo do silêncio é que ele não é observável (ORLANDI, 2007) e não teria então uma materialidade. Nesse viés, o sentido do silêncio só é atribuído quando sobrevém a fala, assim o silenciado só se explica quando, enfim, pode falar ou quando alguém fala por ele. Orlandi (2007) realiza um estudo ao revés dessa perspectiva, à procura de uma especificidade do silêncio. Para isso, a autora argumenta a importância da compreensão de que: há um modo de estar no silêncio correspondente ao modo de estar no sentido, assim as palavras transpiram silêncio; o silêncio não equivale ao implícito, pois não está sobreposto a uma significação, mas significa por si.

O silêncio tem sentido e não é preciso ir muito longe para o apreendermos. Basta lembrarmos os casos, de mulheres vítimas de violência doméstica, nos quais os policiais, treinados para tarefa, conseguem captar a violência não pelo depoimento da vítima – pois ela não fala por medo ou por trauma – mas pelo estado de silêncio. Quando a vítima consegue falar, a linguagem acaba por ser excesso (ORLANDI, 2007) daquilo que já foi significado e apreendido.

A autora salienta que o silêncio, embora tenha sentido próprio, não é autossuficiente, mas é ele quem possibilita o movimento dos sentidos, pois sempre dissemos a partir do silêncio, que nos permite dizer um e não o outro. É, assim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação "um" com o "múltiplo", a que aceita a reduplicação e deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (ORLANDI, 2007). No referido exemplo, das mulheres vítimas de violência, se os policiais conseguem ver significação em seu silêncio, certamente o silêncio não foi autossuficiente. Como dissemos, os policiais, geralmente de delegacias específicas (delegacia da mulher), são treinados e podemos dizer que fazem parte da formação discursiva em que o oprimido não fala, porém deve ter seu silêncio investigado e compreendido. Podemos até ir mais longe e imaginar que o estudo do silêncio verteria no estudo do discurso do silêncio, visto que "o discurso não é a fala" (ORLANDI, 2007, p. 22), mas produção de sentidos possíveis entre formações discursivas.

A autora parte do pressuposto de que existem duas distinções do silêncio: o fundador ou fundante, que existe nas palavras, que significa o não-dito; e a política do silêncio que se subdivide em: silêncio constitutivo, que indica que para dizer é preciso não-dizer; e silêncio local, que refere à censura (ORLANDI, 2007).

SILÊNCIO FUNDANTE

Se existe materialidade do silêncio, está assentada na diferença ideológica entre as formações discursivas, de modo que é errôneo supor que sua materialidade é a linguagem. Para Orlandi (2007, p. 29), o silêncio é a matéria significante por excelência, por isso alega que o silêncio é fundante:

> [...] chegamos então a uma hipótese que é extremamente incômoda para os que trabalham com a linguagem: o silêncio é fundante. Quer dizer, o silêncio é matéria significante por excelência, um *continuum* significante. O real da significação é o silêncio. E como o nosso objeto de reflexão é o discurso, chegamos a uma outra afirmação que sucede a essa: o silêncio é o real do discurso.

Pensar na linguagem como materialidade do silêncio, ou este como forma de linguagem como a mímica ou outra linguagem não-verbal, seria, então, cair no pressuposto de que o silenciado, para ser significado, precisa em algum momento falar ou que alguém fale por ele. Para a autora, nessa direção cairíamos sob o império da linguagem verbal ou de que o verbal transpassa todas as formas de linguagem, como se a linguagem proporcionasse significação ao silêncio:

> [...] toda linguagem está repassada de linguagem verbal ou, como se diz, todo sistema de signos (de qualquer natureza) é atravessado (interpretado) pela linguagem verbal. São pensadas aí as várias linguagens, sem, contudo, se conceder um lugar mais decisivo a seu exterior. Sendo a relação do homem com o sentido uma relação necessária, o significar não tem exterior; no entanto, se concebemos o silêncio tal como estamos propondo, a linguagem tem (ORLANDI, 2007, p. 30).

Assim, o silêncio não é audível e nem verbalizável, pois se assim o fosse, sua matéria seria a linguagem e é contra isso que a autora argumenta. E, não possuindo uma sintaxe observável, podemos depreender que também não pode ser analisado ou visto como elemento linguístico. Não é possível analisá-lo, mas é possível compreendê-lo. Para isso, segundo a autora, não devemos pô-lo negativamente em relação à linguagem, porque ele não fala, mas significa. É necessário, portanto, compreendê-lo em uma perspectiva discursiva, levando em conta a dicotomia discurso/fala (ORLANDI, 2007).

Realmente, levando em conta a dicotomia discurso/fala vemos a possibilidade de estudo do silêncio, uma vez que, em um olhar foucaultiano, o discurso não precisa de uma materialidade verbal ou mesmo linguística, mas refere às práticas normalizadas/normatizadas segundo dada instância socioideológica. Encaramos, então, o silêncio como prática normatizada proveniente da regularização entre o que pode e o que não pode ser dito, seja pela censura, seja pelas condições locais em que as palavras estão assentadas, de modo que elas sempre estão no lugar de outras que não foram ditas e de sentidos silenciados. Como articula Orlandi (2007), o silêncio enquanto fundante está nas palavras (não são palavras, mas está nelas) e proporciona as condições de significação da linguagem.

POLÍTICA DO SILÊNCIO

Conforme mencionado, a política do silêncio se subdivide em silêncio constitutivo e silêncio local. Veremos cada um deles.

O silêncio constitutivo refere ao apagamento de sentidos por meio de uso da palavra x no lugar da palavra y, posto que y não pode circular em um dado momento. Orlandi (2007) oferece o exemplo da expressão “Nova República” atribuída ao regime subsequente à ditadura militar e que apagava o fato de que tínhamos antes uma ditadura militar. Então, podemos apreender o silêncio constitutivo como apagamento histórico em determinado contexto, corroborando o que Sousa (2015, p. 30) pontua a respeito: “essa tensa relação entre a palavra e o silêncio dá-se aqui a partir das condições sócio-históricas, em que a historicidade faz falar a legitimidade de certos sentidos em detrimento de outro”. Porém, ressalta-se que o apagamento da expressão “Nova República” se apresentou à época em dado contexto, mas não impediu que a expressão “ditadura militar” fosse utilizada em outros, uma vez que o momento da ditadura militar já havia sido elemento histórico legitimado anteriormente.

No que se refere à censura, Orlandi (2007) argumenta que ela provém da própria conjuntura das formações discursivas, em que o sujeito diz o que se enquadra na socioideologia da formação a qual pertence e não diz o que nela não se enquadra. Desse modo, a censura, enquanto política do silêncio, não parece ter o significado corrente de algo que é proibido depois de já ter sido dito, tal qual na época da ditadura militar, por exemplo, em que interviam nas letras de músicas já escritas, já prontas, pelo corte e substituição de certas palavras.

Compreendemos que, na visão de Orlandi, a censura está de antemão instalada nos discursos, que nascem sob proibições, e não nascem primeiro para depois serem proibidos. A nossa própria localização em formações discursivas delimitadas pressupõe a censura assentada nos discursos:

> [...] a censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação.
>
> Assim concebida, a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas. Consequentemente, a identidade do sujeito é imediatamente afetada enquanto sujeito-do-discurso, pois, sabe-se (Pêcheux, 1975), a identidade resulta de processos de identificação segundo os quais o sujeito deve-se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido. Ao mudar de formação discursiva, as palavras mudam de sentido (ORLANDI, 2007, p. 76).

No entanto, embora diante da censura, umas palavras são ditas em vez de outras para impedir a presença de certos sentidos; estes não ficam ausentes no discurso censurado, mas ficam silenciados. É por isso que o que não é dito incide em algum momento ainda que sob forma de silêncio, o qual acaba por entremeio das formações discursivas opostas. Assim, o sujeito acaba percorrendo o limite de formações discursivas – não chega a ocupar outra, ou formações opostas ao mesmo tempo, mas perpassa o limite entre elas, o que é suficiente para haver jogo de sentidos. Sousa (2015, p. 33) articula ideia semelhante ao dizer que:

> [...] são certas posições-sujeito em dadas formações discursivas que merecem ser impedidas de circulação, embora – é preciso dizer – que isso não as elimina, tampouco significa que elas não irão irromper de outro modo. Sabemos, pela interpelação ideológica dos dois esquecimentos de Pêcheux (1975), que o sujeito não controla todos os sentidos que produz e que há um atravessamento inconsciente em todo ato de linguagem, que marca que o censurado pode re-aparecer e circular de outro modo.

Um exemplo de silêncio por censura está no título de nosso objeto que apresenta uma *Madame Bovary*, e não Emma Rouault, com o nome e sobrenome de solteira da protagonista. O título do livro silencia sentidos, no caso, o da desvalorização do papel social da mulher à época francesa cuja dependência do homem aparecia no signo do sobrenome[96]. Na posição de filha, tinha o sobrenome do pai, depois, nas posições de esposa e mãe, o nome continuava silenciado, passando a ser reconhecida pelo sobrenome do marido, de modo que não temos a senhora Emma, mas, simplesmente, senhora Bovary. A censura na capa do livro pelo uso do sobrenome de casada e silenciamento do nome Emma, substituído pelo termo *madame*, deu-se em função do contexto histórico em que o livro automaticamente se adequou – não ocorreu do autor pôr outro título e este ter sido proibido posteriormente.

Não se pode de antemão designar o título do livro como resistência, pois este naturalmente se adéqua à condição de gênero estabelecida à época – homem/mulher, dominador/dominado. Entretanto, o silêncio está nas palavras do título *Madame Bovary* e se nos atentarmos à historicidade do texto, compreendemos o silêncio. O título do

---

96 Na França, o que chamamos no Brasil de sobrenome é o próprio nome. Assim, as mulheres depois que se casam recebem o nome do marido. Já o que chamamos de nome, lá é prenome.

romance aparece em um "movimento de disciplinação da significação do silêncio" (ORLANDI, 2007); visto que por meio dele a individualização da mulher, Emma, é relegada a sua condição social de esposa de Charles Bovary. Assim, o título do romance confirma a ideia do silêncio estar nos entremeios de formações discursivas: nele há a formação discursiva machista, mas também perpassa os discursos feministas sendo possível compreender o que está silenciado.

Notamos, aqui, a diferença entre o silêncio constitutivo e a censura. No silêncio constitutivo há o apagamento de sentidos por meio do uso de certas palavras, então, se o sentido foi apagado é porque já existiu e até foi legitimado ou reconhecido sócio-historicamente, em dada conjuntura, pois foi acontecimento real, tal qual o exemplo da expressão "ditadura militar". Mas a conjectura do nome Emma, no título do romance, atrelado ao sentido feminista, não pode ser tida enquanto apagamento, pois no período do romance, os movimentos feministas não tinham aflorado ainda.

O SILÊNCIO EM *MADAME BOVARY*

A própria produção do romance traz sentidos de silenciamento. A narrativa se passa em momento pós-revolução francesa, no governo de Luís Filipe (1830-1848), considerado governo burguês. Baudelaire considera que cabia como tema no romance não algo grandioso, pois a sociedade estava embrutecida pelo próprio processo violento da revolução e também pela preocupação com o "ter", adquirir posses e dinheiro para ser da alta burguesia, classe mais próxima da nobreza de berço, em estado de extinção. Flaubert, então, queria algo o mais banal possível, um acontecimento não grandioso, para uma forma grandiosa de contá-lo, pois queria provar que "todos os assuntos são indiferentemente bons ou ruins, segundo a maneira porque são tratados" (BAUDELAIRE, 2011, p. 13).

Assim, Flaubert escolheu o adultério, o elemento mais usado, mais prostituído, na província, o terreno das tolices (BAUDELAIRE, 2011) em contraposição à capital Paris, que era o sonho dourado dos burgueses em busca do enriquecimento e ascensão de classe social. Escolhido o tema, houve também o planejamento do narrador; este deveria se manter o mais distante, objetivo e impessoal possível do objeto narrado e não deveria tecer comentários, explicações e lições de moral da narrativa, o leitor que tirasse suas próprias conclusões. Para tanto, o autor tece um romance rico em descrições minuciosas (BAUDELAIRE, 2011), e "no lugar do comentário, os detalhes das cenas e os retratos agudamente psicológicos devem exprimir tudo" (DAVIS, 2011, p. 29).

Escolhemos para primeira análise o trecho em que se descreve o dia posterior à noite de núpcias do casal Charles e Emma:

> [...] no dia seguinte, em compensação, ele parecia um outro homem. Tomar-se-ia mais ele pela virgem da véspera, enquanto a recém-casada não deixava transparecer nada por que se pudesse descobrir algo. Os mais maliciosos não sabiam o que responder e a consideravam, quando passava por perto, com tensões de espírito desmedidas. Mas Charles não dissimulava nada. Chamava-a de minha mulher, tratava-a por você, perguntava dela a cada pessoa, procurava-a por toda parte [...] (FLAUBERT, 2011, p. 109).

No excerto acima, percebemos sinal da infelicidade da recém-casada, Emma. Apesar de o narrador não dizer que ela está infeliz e decepcionada com a noite de núpcias, é possível captar isso pelo próprio silenciamento da personagem que "não deixava transparecer nada". Pode ser que não deixava transparecer, porque não tinha nada a transparecer e o nada reverbera ao longo do romance, em que o narrador expõe as lamentações da personagem por não conhecer na vida conjugal a "felicidade, paixão e embriaguez" (FLAUBERT, 2011, p. 114) dos romances românticos. Há, assim, silêncio nas palavras do excerto e se trata de silêncio fundante, visto que o narrador não troca uma palavra ou expressão por outra que ficou silenciada. O silêncio então é compreendido por si, e não por meio de uma palavra ou expressão que foi usada no lugar de outra.

Além disso, o excerto silencia temas tabus na época e, mesmo, atualmente, como o da incompatibilidade conjugal. Viana (1999), ao discutir as personagens femininas balzaquianas, aponta os casamentos realizados por conveniência, culminando em espécie de negócio – as mulheres praticamente não possuíam alternativas ao matrimônio; elas o aceitavam, algumas pensando em ascensão socioeconômica, porém, cientes do que teriam de abrir mão: o amor. A sexualidade feminina também integrava o jogo de ganhos e perdas no casamento; sem amor, o prazer sexual deixava de ser um dos componentes da vida a dois. Conforme a autora:

> [...] o casamento de interesse não é algo novo, uma peculiaridade dessa época, mas incorpora toda uma tradição de estratégia política de reprodução das classes dominantes. É dessa forma que n'*A comédia humana* abundam exemplos de mulheres (aristocratas ou não) – tais como a Duquesa de Langeais, Mme. de Rochefide, Honorina, Júlia d'Aiglemont, Mme. Cormon, Dinah Piédfer, etc... – que tiveram suas vidas marcadas pelo estigma da incompatibilidade conjugal, incompatibilidade essa responsável pelos inúmeros sofrimentos desconhecidos 'souffrances inconnues' (*A mulher de trinta anos*) [...] (VIANA, 1999, p. 65).

A incompatibilidade está assentada não apenas nas relações sexuais, mas se estende às demais atividades do casamento em que Emma se entedia. A vida de mulher "do lar" compunha-se de momentos regrados – Charles, médico, saia para trabalhar enquanto Emma ficava em casa, com a empregada e o cachorro. Podia tocar piano, bordar e ler poesia, atividades quase normatizadas, pois não tinha como fugir à regra, não tinha outras coisas a fazer. Passeava pelo jardim e voltava observando que nada tinha mudado desde o último passeio.

A vida para Emma permanecia – nada acontecia. Flaubert soube descrever isso muito bem ao longo da narrativa, no entanto, sem fornecer explicações. O leitor entende a mesmice diária de Emma na riqueza de descrição do espaço, do ambiente, do movimento das personagens. A cena que abre este trabalho exemplifica isso. A mesma cena foi utilizada por Auerbach (2015) para exemplificar a descrição do espaço subordinada às emoções da personagem:

> [...] mas era principalmente nas horas das refeições que ela não aguentava mais, naquela salinha do andar térreo, com a lareira que fumegava, a porta que rangia, as paredes que suavam, as lajotas úmidas; todo o amargor da existência lhe parecia servido em seu prato e, com a fumaça do caldo, subia-

> lhe do fundo da alma como outras tantas baforadas de esmorecimento. Charles era lento para comer; ela beliscava umas avelãs, ou então, apoiada nos cotovelos, brincava com a ponta da faca, fazendo riscos na toalha encerada (FLAUBERT, 2011, p. 149-150).

No excerto acima, também compreendemos o silêncio nas palavras. Nenhum personagem fala e o narrador também não dá explicações do que acontece ali ou o que se passa na cabeça dos personagens. O ambiente da "lareira que fumegava, a porta que rangia, as paredes que suavam, as lajotas úmidas" remete a um sufocamento, um lugar em que mesmo o ar parece normatizado, porque não foi trocado, e o lugar está abafado, sob a mistura de fumaça e umidade. E neste ambiente contracena o casal que nada diz – Charles come lentamente e Emma belisca avelãs ou risca a toalha da mesa com a ponta da faca. Aqui também há o silêncio fundante, pois compreendemos o próprio sufocamento da personagem que está em uma função – o partilhar a ceia com o marido – mas riscar a ponta da faca na toalha da mesa sobrepõe tal função, parece mais satisfatório que o momento dividido com o marido. Assim, nesta cena, é "o silêncio que sustenta toda a significação" (SOUSA, 2015, p. 28), pois é ele que usamos como base para compreendê-la, caso contrário, leríamos o excerto e entenderíamos apenas a descrição dos móveis e a disposição do casal no espaço físico.

REFERÊNCIAS

AUERBACH, E. Na Mansão de la Mole. In: _____. *Mimeses:* a representação da realidade na literatura ocidental. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BAUDELAIRE, C. Apresentação. In: FLAUBERT, G. *Madame Bovary*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011. p. 07-19.

DAVIS, L. Prefácio. In: FLAUBERT, G. *Madame Bovary*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011. p. 21-39.

FLAUBERT, G. *Madame Bovary*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LAGET, T. Prefácio. In: FLAUBERT, G. *Madame Bovary*: moeurs de province. Paris: Gallimard, 2001.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SOUSA, L. M. A. e. O silêncio existe para poder (não)dizer. In: BARONAS, R. L. *Estudos discursivos à brasileira*: uma introdução. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 27-38.

VIANA, T. de C. *A comédia humana, cultura e feminilidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WALL, G. Introdução. In: FLAUBERT, G. *Madame Bovary*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011, p. 41-67.

Publique seu e-book com a gente!

Letraria

Letraria